Ano Fiscal de 2018

UNIDADE, DISCIPLINA, TRABALHO

CONTA GERAL DO ESTADO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Conta Geral do Estado de 2018

Publicação Anual

Elaborado com informações de execução Orçamental, Financeira e Patriminial até 31 Dezembro.

PRIMEIRO-MINISTRO

Jorge Lopez Bom Jesus

MINISTRO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Osvaldo Tavares dos Santos Vaz

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Cislau D´Apresentação Costa

DIRECÇÕES ENVOLVIDAS

Direcção do Orçamento: Wagner Fernandes
Direcção dos Impostos: Engracio da Graça
Direcção das Alfandegas: Carlos Benguela
Direcção do Tesouro: Maria Tomé
Direcção do Património do Estado: Pedro Gouveia Lima
Direcção de Planeamento: Joana da Graça Varela
Inspecção-geral de Finanças: Sara Neto Santos
Gabinete de Estudo e Políticas Económicas: Ginesio Valentim

EDIÇÃO E REVISÃO

Direcção de Contabilidade Pública

EQUIPA TÉCNICA

Leopoldo Rita
Lecínio Moniz
Edna Cristina Bernardo
Elviney Cathy Costa
Katya Marisa de Sousa
Cristónio de Carvalho
Vasth dos Santos
Benilde Solange Ramos
Odair Costa
Edson d'Assunção
Hamilton Bragança
Jodigi Fernandes

EQUIPA DE APOIO

Fernanda Rita
Curcino Teixeira

Informaçoes: Direcção de Contabilidade Pública
Telefone: + 239 222 53 43/ + 239 222 53 44

Pagina Electronica: www.financas.gov.st
Anexos disponíveis em: https://financas.gov.st

Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Apresentação

A obrigação que todo aquele que administra, gere ou guarda recursos públicos tem de prestar contas regularmente à sociedade do que foi realizado com os recursos recebidos é uma das pedras basilares que fundamenta uma nação democrática. Esse dever institucional traz um duplo sentido à prestação de contas: por um lado, ela joga luz sobre as contas governamentais, analisa metas cumpridas, evidencia o quanto o governo arrecadou e em que área gastou, dentre outras importantes informações. Por outro lado, espera-se que a prestação instigue e fortaleça o controlo social, isto é, uma maior participação da sociedade no dia-a-dia governamental, por meio da análise ou de questionamentos que possam vir a ser suscitados no exame das contas públicas.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma sociedade depende muito do grau de *accountability*[1] a que ela esteja exposta, que é um termo de origem anglo-saxónica de difícil tradução para uma única palavra em português, mas que basicamente enseja prestação de contas, transparência e responsabilização, mas não necessariamente em termos de punição, e sim de quem é o responsável pela prestação de contas perante os órgãos constituídos e a sociedade. Portanto, uma das acções do termo pode ser traduzida como transparência. Logo, nesse escopo, a *accountability* revela-se como uma das mais importantes atribuições governamentais, tendo em vista que, diante da supremacia do Estado sobre o particular, cabe ao gestor público prestar contas das suas acções no decorrer de certo período como forma de legitimidade do desempenho do seu mandato e também como mola propulsora para estimular o debate e a participação pública, de tal maneira que o desejado "controlo das contas públicas" seja exercido pela sociedade. Em nível global, a sociedade se encontra no apogeu da Era da Informação, proporcionado pelo advento da disseminação da tecnologia da informação e comunicação, e, como consequência natural dessa nova perspectiva, procura cada vez mais clareza e transparência na comunicação. Entre esses dois actores distintos e indissociáveis, sociedade e Estado, encontra-se a *accountability*, que serve de ferramenta de apresentação entre eles.

Em São Tomé e Príncipe, o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE) é um importante instrumento que está em processo de consolidação e ajuda a difundir e a fortalecer a accountability, pois é o sistema oficial de informações de gestão orçamental, financeira, patrimonial e contabilística do Estado. É desse sistema que são extraídos a maior parte das informações orçamentais, financeiros e patrimoniais para compor as prestações de contas dos gestores. Porém, não se trata de uma extração pura e simples, mas sim da transformação de dados dispersos em informações úteis e relevantes, que, agrupadas de maneira coesa e em consonância com os ditames legais, permite que os utilizadores façam análises e julgamentos de maneira segura.

---

[1] ***Accountability*** é um termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. Outro termo usado numa possível versão portuguesa é responsabilização. Também traduzida como prestação de contas, significa que quem desempenha funções de importância na sociedade deve regularmente explicar o que anda a fazer, como faz, por qual motivo faz, quanto gasta e o que vai fazer a seguir. Não se trata, portanto, apenas de prestar contas em termos quantitativos, mas de auto-avaliar a obra feita, de dar a conhecer o que se conseguiu e de justificar aquilo em que se falhou. A obrigação de prestar contas, neste sentido amplo, é tanto maior quanto a função é pública, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes.

Outro importante actor fomentador da melhoria do processo de transparência é a contabilidade aplicada ao sector público considerando a missão desta de processar os dados e fornecer, aos seus utilizadores, informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamental, financeira e física do património da entidade do sector público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controlo social. Um dos requisitos para se analisar as informações de qualquer entidade é conhecer o ambiente em que está inserida a mesma.

Aspectos Gerais de São Tomé e Príncipe

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um arquipélago composto de duas ilhas principais e quatro ilhéus. Está situado no Golfo da Guiné, há 350 km da costa equatorial ocidental de África Central, numa área de 1001 km2. São Tomé e Príncipe está administrativamente dividido em seis distritos e uma região autónoma, com uma população de 197.900 habitantes, com esperança média de vida de 67 anos, que tem como língua oficial o português. O país tem um sistema democrático, semipresidencialista, com pendor parlamentar, desde a revisão da constituição operada através da Lei n.º 1/2003, de 25 de Janeiro (Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe).

Com Produto Interno Bruto (PIB) per capita de USD 1.921, em 2018, segundo dados do Relatório do corpo técnico do FMI, sobre a consulta de 2018, ao abrigo do artigo IV, da quarta avaliação no âmbito da facilidade de crédito alargado, e segundo as estatísticas do Banco Mundial um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita de USD 1.730, São Tomé e Príncipe tem grandes desafios económicos e sociais. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), compilado com base em dados de 2018 e publicada no dia 14 de Setembro de 2018, São Tomé é considerado um país com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio ocupando a posição 143 dentre 189 países, mantendo praticamente a mesma posição do ano anterior.

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. Destaca-se o facto do país ter um desempenho melhor do que a média da África Subsariana no IDH e ter registado progressos significativos na melhoria de alguns indicadores sociais. Tem uma taxa bruta de matrículas no ensino primário de 100%, uma esperança de vida de 67 anos, uma taxa de mortalidade de crianças até aos cinco anos de 51 por 1.000 nados-vivos, acesso, uma fonte melhorada de água para 97% da população e acesso a electricidade para 60% da população.

Figura 1: Mapa de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe cumpriu os Objectivos de Desenvolvimento de Millennium (ODM) relativos ao ensino primário universal, promoção da igualdade de género e capacitação das mulheres, melhoria da saúde materna e combate ao VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e outras doenças.

Indice Geral

Apresentação i
Aspectos Gerais de São Tomé e Príncipe iii
Índice de Gráficos viii
Índice de Quadros ix
Índice de Figuras ix
Conta Geral do Estado 2018: Visão Geral 1
Abrangência da Conta Geral do Estado 6
A Obrigatoriedade de Prestar Contas 8
Introdução à Conta Geral do Estado 10

PARTE I: Resultado do Exercício e Relatório da Execução Orçamental, Financeira e Patrimonial 13

Capítulo 1 : PERSPECTIVA ECONÓMICA 17

1.1. Conjuntura Económica Internacional 17
1.2. Conjuntura Económica Nacional 19
1.3. Benefícios fiscais 24

Capítulo 2 : PERSPECTIVA FISCAL 31
2.1. Base Conceitual para Elaboração dos Demonstrativos Fiscais 33
2.2. Notas Explicativas ao Demonstrativo Fiscal 40
2.2.1. Contexto 40
2.2.2. Abrangência 40
2.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação 41
2.2.4. Regime Utilizado para Apuração das Informações 41
2.2.5. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Fiscais Significativas 41
2.3.1. Análise das Receitas sob Perspectiva Fiscal 41
2.3.1.1.1. Receitas Primárias 42
2.3.1.1.2. Receitas Financeiras 45
2.3.2. Análise das Despesas sob Perspectiva Fiscal 47
2.3.2.1.1. Despesas Primárias 47
2.3.3. Apuramento dos Resultados Fiscais 52
2.3.3.1. Resultados Primário e Nominal Convencional 52
2.3.3.2. Resultados Primário e Nominal Doméstico 52

Capítulo 3 : PERSPECTIVA ORÇAMENTAL 55

3.1. BASE CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTAL 57
3.1.2. Balanço Orçamental 58
3.1.3. Notas Explicativas ao Balanço Orçamental 60
3.1.4. Análise do Balanço Orçamental 63
3.1.5.2.3. Por classificação económica, conforme o Anexo I da Lei n.º 4/2018 67
3.1.6.1. Por Classificação Orgânica 78
3.1.6.4. Por Tipologia de Despesas 85
3.1.7. Análise de Despesas de Funcionamento: Actividades 86
3.1.8.1. Por Classificação Orgânica 91
3.2. Análise das Alterações Orçamentais 104
3.2.1. Por Classificação Orgânica 104
3.2.2. Por Classificação Funcional 106
3.2.3 Por Localização Geográfica 108
3.2.4 Por Fonte de Recursos 109
3.2.5 Por Classificação Económica 110
3.2.6 Por Tipologia de Despesas 111

Capítulo 4 PERSPECTIVA CONTABILISTICA E PATRIMONIAL 115
4.1 Base Conceitual para Elaboração dos Demonstrativos dos Principais Activos e Passivos 116
4.1.1. Demonstrativo dos Principais Activos e Passivos 119
4.1.2. Nota Explicativa aos Demonstrativos dos Principais Activos e Passivos 120
4.1.3 Análise dos Demonstrativos dos Principais Passivos 138
4.2 Demonstrativo do Fluxo de Caixa (Balanço Financeiro) 142
4.2.1. Contexto 145
4.2.5 Análise do Demonstrativo de Fluxo de Caixa 146

Capítulo 5 : PERSPECTIVA SOCIAL 151

5.1 – SAÚDE 152
5.1.1 - Implementação das acções da GOP na área de Saúde 152
5.1.2 Implementação das acções de Saúde no OGE 153
5.2 Educação e Formação 157
5.2.1 Implementação das acções da GOP na área da Educação e Formação 157
5.2.2 Implementação das acções de Educação e Formação no OGE 159
5.3 Emprego, Segurança e Protecção Social 164
5.3.1 Implementação das acções da GOP na área de Emprego, Segurança e Protecção Social 164
5.3.2 Implementação das acções na área de Emprego e Assuntos Sociais no OGE 165
5.4 Cultura, Juventude e Desporto 168
5.4.1 Implementação das Acções da Cultura, Juventude e Desporto no GOP 168
5.4. 2 Implementação das Acções de Cultura, Juventude e Desporto no OGE 170

Capítulo 6 : PRINCIPAIS ACÇÕES POR SECTOR DE GOVERNO 177

6.1 Legislativo e Judiciário 180
6.1.1. Implementação das Acções das GOP na área Legislativa e Judiciário 180
6.1.2 Execução das Acções da área Legislativo e Judiciário no OGE 181
6.2 Defesa e Segurança Pública 183
6.2.1 Implementação das acções da GOP na área da Defesa e Segurança Pública 183
6.2.2 Execução das Acções da Função de Defesa e Segurança Pública no OGE 184
6.3 Política Externa 188
6.3.1. Implementação das acções do GOP na área Política Externa 188
6.4 Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural 191
6.4.1 Implementação das GOP na Área de Agricultura 191
6.5 Infraestruturas e Recursos Naturais 200
6.5.1 Implementação das Grandes Opções do Plano 200
6.5.2 Implementação das acções de Infraestrutura e Recursos Naturais no OGE 207
6.7. Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais 217
6.7.1. Implem. das Grandes Opções do Plano na área de Serv. Econ. e Financ. 217

PARTEII: Conta Consolidada e Desempenho dos FSA e do Poder Regional e Local 223

Capítulo 7 : DESEMPENHO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO 227
7.1 ENQUADRAMENTO LEGAL 227
7.2 BASE CONCEPTUAL PARA A ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS 228
7.3 DEMONST. DAS CONTAS DOS SFA, DOS GOV. LOCAIS E REG. E DE SEG. SOCIAL 230
7.4 DEMONSTRATIVO DA CONTA CONSOLIDADA 234
7.5 NOTAS EXPLICATIVAS DOS DEMONST. DOS FSA, DOS GOV. LOCAIS E REG. E DA SEG. SOCIAL 235
7.5.1. Contexto 235
7.5.2 Análise do Demonstrativo das Contas dos Fundos e Serviços Autónomos 237
7.5.2.1 Receitas Correntes 238
7.5.2.2. Receitas de Capital 239
7.5.2.3 Despesas Correntes 240
7.5.2.4 Despesas de Capital 243
7.5.3. Análise do Demonstrativo das Contas dos Governos Locais 243

7.5.3.1 Receitas Correntes 244
7.5.3.2 Receitas de Capital 245
7.5.3.3 Despesas Correntes 246
7.5.4. Análise do Demonstrativo das Contas do Governo Regional 247
7.5.5. Análise do Demonstrativo das Contas de Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) 248
7.5.4.1 Receitas Correntes 248
7.5.5.2. Receitas de Capital 249
7.5.5.3. Despesas Correntes 249
7.6 NOTAS EXPLICATIVAS DOS DEMONSTRATIVOS DA CONTA CONSOLIDADA 250
7.6.1. Contexto 250
7.6.2. Análise do Demonstrativo das Contas Consolidadas 251

Índice de Tabelas

Tabela 2: Estrutura do Produto Interno Bruto por Sector 20
Tabela 3: Benefícios Fiscais Concedidos por Classificação de Receitas 26
Tabela 4: Benefícios Fiscais Concedidos por Diploma Legais 27
Tabela 5: Demonstrativo das Receitas sob a Perspectiva Fiscal 37
Tabela 6: Demonstrativo das Despesas sob a Perspectiva Fiscal 38
Tabela 7: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Convencional 39
Tabela 8: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Doméstico 40
Tabela 9: Detalhe das Receitas Tributárias 43
Tabela 10: Detalhe das Receitas Patrimoniais 44
Tabela 11: Detalhe das Receitas Correntes Diversas 45
Tabela 12: Balanço Orçamental 59
Tabela 13: Agrupamento de Despesas Correntes 61
Tabela 14: Execução de Receitas por Classificação Orgânica 66
Tabela 15: Execução Orçamental das Receitas 69
Tabela 16: Execução de Despesas por Classificação Orgânica 78
Tabela 17: Execução por Localização Geográfica 83
Tabela 18: Execução de despesas por Fonte de Recursos 84
Tabela 19: Execução de Despesas por Tipologia de Despesas 85
Tabela 20: Execução das Despesas de Funcionamento por Classificação Orgânica 87
Tabela 21: Execução de Despesas por Órgãos e Grupo de Despesas 88
Tabela 22: Execução de Despesas de Funcionamento por Localização Geográfica 89
Tabela 23: Execução das Despesas de Funcionamento por Fontes de Recursos 90
Tabela 24: Execução das Despesas de Funcionamento por Classificação Económica 91
Tabela 25: Execução PIP por Classificação Orgânica 93
Tabela 26: Execução de PIP por Fontes de Recursos 94
Tabela 27: Execução PIP por Financiadores Externos 95
Tabela 28: Execução do PIP por Localização Geográfica 96
Tabela 29: Execução do PIP por Classificação Económica 97
Tabela 30: Execução Orçamental das Despesas 99
Tabela 31: Alteração orçamental de despesas por classificação orgânica 105
Tabela 32: Alteração Orçamental por Classificação Funcional 107
Tabela 33: Alteração Orçamental por Localização Geográfica 109
Tabela 34: Alteração Orçamental das Despesas por Fonte de Recursos 110
Tabela 35: Alteração Orçamental por Classificação Económica 111
Tabela 36: Alteração Orçamental por Tipologia de Despesas 112
Tabela 37: Demonstrativo dos Principais Activos 119
Tabela 38: Demonstrativo dos Principais Passivos 120
Tabela 39: Conta do Tesouro Moeda Nacional 122
Tabela 40: Conta do Tesouro – Moeda Estrangeira 123
Tabela 41: Conta de Petróleo Offshore - NOA 125
Tabela 42: Stock da Dívida Activa em 2018 126
Tabela 43: Participação do Estado e Apuramento de Dividendos em 2018 128

Tabela 44: Avaliação do Inventário dos Bens Móveis do Estado 134
Tabela 45: Avaliação do Inventário dos Bens Imóveis do Estado 135
Tabela 46: Inventário dos Veículos do Estado 136
Tabela 47: Inventário dos Veículos do Estado 137
Tabela 48: Avaliação do Inventário dos Veículos do Estado 138
Tabela 49: Obrigações do Estado Detalhado em 2018 140
Tabela 50: Obrigações do Estado em 2018 140
Tabela 51: Detalhe da Conta Depósitos Diversos 141
Tabela 52: Resumo Evolução do Stock da Dívida Externa 142
Tabela 53: Demonstrativos de Fluxo de Caixa das Actividade Operacionais 143
Tabela 54: Demonstrativo de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos 144
Tabela 55: Demonstrativo de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento 144
Tabela 56: Demonstrativo de Apuramento de Fluxo de Caixa do Período 144
Tabela 57: Principais Variações de Dotação na área de saúde 153
Tabela 58: Execução das Despesas na área de Saúde 154
Tabela 59: Principais Variações de Dotação na área de Educação e Formação 160
Tabela 60: Execução das Despesas na Área da Educação e Formação 161
Tabela 61: Principais Variações de Dotação na Área de Emprego, Segurança e Assistência Social 166
Tabela 62: Despesas da Função Emprego e Assuntos Sociais por Subfunção e Programa 166
Tabela 63: Principais Variações de Dotação na área Cultura, Juventude e Desporto 170
Tabela 64: Execução das Despesas na Área da Cultura, Juventude e Desporto 171
Tabela 65: Principais Variações de Dotação na área Legislativa e Judiciária 181
Tabela 66: Execução das Despesas na área Legislativa e Judiciária 181
Tabela 67: Principais variações de Dotação na área da Defesa Pública 184
Tabela 68: Execução de Despesas na área da Defesa e Segurança Pública 185
Tabela 69: Principais Variações de dotação na área das Relações Exteriores 189
Tabela 70: Despesas Executadas na Sub - função Relações Exteriores por Programas 190
Tabela 71: Principais variações de dotação na área da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural 197
Tabela 72: Execução das Despesas na área da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural 197
Tabela 73: Principais Programas que tiveram variação de Dotação 207
Tabela 74: Despesas da Função Infraestrutura e Recursos Naturais 209
Tabela 75: Despesas da Área Indústria, Mineração, Comércio e Serviços por Subfunção e Programa 216
Tabela 76: Principais Variações de Dotação de Outros Serviços Públicos Gerais 219
Tabela 77: Despesas da Área dos Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais 220
Tabela 78: Resumo da Execução Orçamental dos Fundos e Serviços Autónomos 230
Tabela 80: Resumo da Execução Orçamental dos Governos Locais 232
Tabela 81: Resumo da Execução Orçamental do Instituto Nacional de Segurança Social 233
Tabela 82: Demonstrativo da Conta Consolidada 234
Tabela 83: Execução de Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos por Órgãos 237
Tabela 85: Execução das Receitas dos Governos Locais 244
Tabela 86: Execução de Despesas dos Governos Locais 246

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Taxa de Crescimento Real do PIB 19
Gráfico 2: Participação dos Sectores na Estrutura do PIB 21
Gráfico 3: Inflação Mensal (Taxas de variação acumuladas do IPC) 22
Gráfico 4: Evolução da inflação acumulada 23
Gráfico 5: Evolução e Estrutura do Crédito à Economia 23
Gráfico 6: Evolução da Dívida Pública 24
Gráfico 7: Estrutura da Receita Total 42
Gráfico 8: Estrutura da Receita Primária 42
Gráfico 9: Estrutura das Receitas Financeiras 46
Gráfico 10: Estrutura da Despesa Total 47
Gráfico 11: Estrutura das Despesas Primárias 48

Gráfico 12: Estrutura das Despesas com Fontes Internas 48
Gráfico 13: Estrutura das Despesas com Fontes Donativos 50
Gráfico 14: Estrutura das Despesas com Fontes Financiamento Externo 51
Gráfico 15: Estrutura da Despesa Financeira 51
Gráfico 16: Estrutura das Receitas Totais por Origem e Fonte de Recursos 67
Gráfico 17: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas 70
Gráfico 18: Estrutura das Receitas não Fiscais Realizadas 74
Gráfico 19: Estrutura de Despesas Totais Executadas por Órgãos 81
Gráfico 20: Estrutura e Evolução das Despesas de Funcionamento por Órgãos 86
Gráfico 21: Estrutura do PIP Executadas por Órgãos 92
Gráfico 22: Despesas na Área Social por Função 152
Gráfico 23: Execução na área Saúde 156
Gráfico 24: Estrutura das Despesas na área de Educação e Formação 163
Gráfico 25: Despesas do sector Emprego e Assuntos Sociais 167
Gráfico 26: Despesas do sector cultura, juventude e desporto 173
Gráfico 27: Estrutura das Despesas na Perspectiva das Acções por Sector do Governo 179
Gráfico 28: Estrutura das despesas na área Legislativa e Judiciária 182
Gráfico 29: Estrutura das despesas na área da Defesa Nacional e Segurança Pública 187
Gráfico 30: Estrutura das Despesas na área das Relações Exteriores 190
Gráfico 31: Estrutura das Despesas na área da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural 199
Gráfico 32: Execução na Área de Infraestrutura e Recursos Naturais por Acções 212
Gráfico 33: Execução da Área Indústria, Mineração, Comércio e Serviços por Subfunção e Programa 217
Gráfico 34: Execução das Áreas de Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais por Actividades e Projectos 220

Índice de Quadros

Quadro 1: Relação dos órgãos e organismos com autonomia 7
Quadro 2: Relação dos Órgãos que Consolidaram as Contas em 2018 236
Quadro 3: Relação dos Órgãos que não Consolidaram as Contas em 2018 236

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa de São Tomé e Príncipe iii
Figura 2: Visão Geral da Estrutura do Sector Público São-tomense 8

Siglas e Acrónimos

AFROSAI	Organização Africana das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas
AN	Assembleia Nacional
ANP	Agência Nacional de Petróleo
APCI	Agência de Promoção de Comércio e Investimento
APE	Acordo de Parceria Económica
ARIPO	Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual
ASOMUSICOS	Associação dos Músicos Sâo-tomenses
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico para África
BCE	Banco Central Europeu
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BEI	Banco Europeu de Desenvolvimento
BF	Banco Financeiro
BISTP	Banco Internacional de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BO	Balanço Orçamental
BP	Balanço Patrimonial
BT	Bilhete de Tesouro
CATI	Centro de Apoio à Tecnologia e Inovação
CCIAS	Câmara de Comércio Indústria Agricultura e Serviços
CDAG	Câmara Distrital de Água Grande
CDC	Câmara Distrital de Caué
CDCG	Câmara Dsitrital de Cantagalo
CDLMB	Câmara Distrital de Lembá
CDLOBT	Câmara Distrital de Lobata
CDMZ	Câmara Distrital de Mé-Zóchi
CECAFEB	Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico
CECAQ	Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade
CIAT	Centro de Investigação Agro Tecnológico
CNP	Conta Nacional de Petróleo
CNQ	Comité Nacional de Qualidade
CONPREC	Conselho Nacional de Preparação e Resposta às Catástrofes
Cor	Classificador Orçamental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPP	Contrato de Partilha de Produção
CREFIAF	Conselho Regional de Formação das Instituições Supremas de Controlo de Finanças Públicas de África Francófona e Subsariana
CST	Compainha Santomense de Telecomunicações
CTP	Programa de Cooperação Técnico Policial
D/R	Diário da República

DGS	Direcção Geral da Cultura
DPE	Direcção do Património de Estado
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
ECF	Extended Credit Facility
EDIC	Estudo de Diagnóstico de Integração do Comércio
EGE	Encargos Gerais do Estado
EMAE	Empresa Nacional de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Áerea
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
ENFARMA	Empresa Farmacêutica
ERHC	Environmental Remediation Holding Corporation
EURO	Moeda Oficial da Zona Euro
FAD	Fundo Árabe para o Desenvolvimento
FASTP	Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSA	Fundos e Serviços Autónomos
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GIME	Grupo de Intervenção e Manutenção de Estradas
GOP	Grandes Opções do Plano
GPM	Gabinete do Primeiro Ministro
GRP	Governo Regional do Príncipe
GUE	Guiché Único de Empresas
HAM	Hospital Dr. Ayres de Menezes
HBD	Empresa de Investimento Turístico Unipessoal Limitada
HIPC	Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados
IASB	Internacional Accounting Standards Board
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDE	Investimento Directo do Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	Iniciativa para Desenvolvimento da INOSAI
IFAC	Internacional Federation of Accounting
IG	Indicação Geográfica
IGF	Inspecção-geral de Finanças
IHI	Instituto de Habitação e Imobiliária
IMAP	Instituto Marítimo e Portuário
INAE	Instituto Nacional de Estradas
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INIC	Instituto de Inovação e Conhecimento

INOSAI	Organização Internacional das Instituições Supremas de Controlo
INPIEG	Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género
IPSAS	Internacional Public Sector Accounting Standards
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISEC	Instituto Superior de Educação e Comunicação
ISSO	Organização Internacional de Normalização
LOTC	Lei Orgânica do Tribunal de Contas
MADR	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAPD	Ministério da Administração Pública e da Descentralização
MDOI	Ministério da Defesa e da Ordem Interna
MECCC	Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação
MECF	Ministério da Educação, Cultura e Formação
MECI	Ministério da Economia e Cooperação Internacional
MEFP	Manual de Estatística de Finanças Públicas
MFCEA	Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul
MJAPAP	Ministério da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares
MJD	Ministério da Juventude e Desporto
MNECC	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
MOPIRN	Ministério de Obras Públicas, Infraestruturas e Recursos Naturais
MS	Ministério da Saúde
NEEs	Necessidades Escolares Especiais
NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público
OGE	Orçamento Geral do Estado
OISC	Organização das Instituições Superiores de Controlo
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAGEF	Programa de Apoio a Gestão Económica e Financeira
PAPAFPA	Programa de Apoio Participativo a Agricultura familiar e Pesca Artesanal
PFNL	Produtos Florestais Não Lenhosos
PGR	Procuradoria -geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIP	Programa de Investimento Público
PMAFE	Programa de Modernização da Administração Financeira do Estado
PME	Pequenas e Médias Empresas
PN	Polícia Nacional
PNASE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPI	Plano Nacional de Propriedade Intelectual

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Presidência da República
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar
PRMN	Programa Regional de Harmonização das Indústrias
QNQ	Quadro Nacional de Qualidade
RCL	Recursos Consignados Locais
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
RNB	Rendimento Nacional Bruto
RNSTP	Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe
ROT	Recursos Ordinários de Tesouro
SADIS	Secure Aviation Data Information Service
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SAFE-e	Sistema de Administração Financeira do Estado electrónico
SENAPI	Sistema Nacional de Propriedade Intelectual
SICBE	Sistema de Inventariação e Cadastro dos Bens do Estado
SIGESA	Sistema de Gestão de Salários da Administração Central do Estado
SISA	Sistema Integrado de Seguimento de Ajuda
SNPCB	Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros
STP Airways	Serviços de Transportes Aéreos de São Tomé e Príncipe
SVA	Serviços de Valor Acrescentado
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TC	Tribunal de Contas
TJ	Tribunal Judicial
EU	União Europeia
UNITEL	Operadora Angolana de Telecomunicações
UPDE	Unidade de Protecção dos Dirigentes do Estado
USD	Dólar Americano
USTP	Universidade de São Tomé e Príncipe
Zee	Zona Económica Exclusiva

Conta Geral do Estado 2018: Visão Geral

A Conta Geral do Estado (CGE) é o principal instrumento previsto na legislação de São Tomé e Príncipe para a prestação de contas anual do Governo, não sendo este o único relatório estabelecido para prestação de contas. A constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, na alínea i) do artigo 97.º dita que compete a Assembleia Nacional (AN) tomar as contas do Estado relativas a cada ano económico. Cabe ao Tribunal de Contas (TC) emitir o Parecer e o Relatório sobre a CGE de forma a subsidiar o órgão do Poder Legislativo, neste caso a AN, com elementos técnicos necessários e suficientes para o julgamento político e, assim, cumprir o papel de dar transparência para a sociedade das informações sobre como se realizou a gestão dos recursos públicos por parte das entidades públicas, na forma da legislação vigente. A lei Orgânica do Tribunal de Contas (LOTC) estabelece que o Parecer sobre a CGE deve ser publicado no Diário da República (D/R).

A legislação que rege a elaboração, a estrutura e o conteúdo da CGE basicamente são: Lei Safe (Lei n.º 03/2007, de 12 de Fevereiro), o Decreto n.º 42/2012, de 28 de Dezembro e o Decreto n.º 14/2019 que Aprova a 1.ª Edição do Manual de Elaboração da Conta Geral do Estado, de 24 de Abril de 2019. A lei ao definir sua abrangência de aplicabilidade, por consequência define a abrangência da CGE aplicando-se a todos os órgãos de soberania, os órgãos do poder regional e local, bem como as outras instituições do Estado, designadamente: os Institutos ou Agências Nacionais e as Empresas Estatais. Os institutos ou agências nacionais e as empresas estatais que se regem por legislação específica no que se refere à sua administração financeira e prestação de contas devem apresentar ao Governo, além do relatório das actividades realizadas e o balanço anual, um demonstrativo anual das receitas recebidas do Estado e as despesas realizadas por conta dessas receitas.

A CGE tem por objecto evidenciar a execução orçamental, financeira e patrimonial, bem como apresentar o resultado do exercício e a avaliação do desempenho dos órgãos do poder central, regional e local e das instituições públicas[2]. A CGE foi elaborada com clareza, exactidão e simplicidade, de modo a possibilitar a sua análise económica e financeira e reflectir a observância do grau de cumprimento dos princípios de regularidade financeira, legalidade, economicidade, eficiência e eficácia na obtenção e aplicação dos recursos públicos colocados à disposição dos órgãos e instituições. Tendo em vista reflectir a situação financeira e os resultados da execução orçamental e patrimonial do Estado, a CGE foi elaborada com base nos princípios e regras de contabilidade geralmente aceites[3].

De acordo com a legislação[4] a CGE deve conter informação completa relativa à receitas cobradas e despesas pagas pelo Estado; financiamento ao défice orçamental; fundos de terceiros na posse do Estado; balanço do movimento de fundos entrados e saídos na Caixa do Estado; activos e passivos financeiros e patrimoniais (bens móveis, imóveis e veículos) do Estado; e adiantamentos e suas regularizações.

[2] Lei Safe Artigo 56
[3] Lei Safe artigo 57
[4] Lei Safe artigo 58

De igual forma, a Conta Geral do Estado deve conter os seguintes documentos básicos: o relatório do Governo sobre o resultado económico da gestão referente ao exercício; o financiamento global do Orçamento Geral do Estado (OGE), com discriminação da situação das fontes de financiamento; os Balanços: Orçamental, Financeiro e Patrimonial; a Demonstração das Variações Patrimoniais; os anexos às demonstrações financeiras; e o mapa dos activos e passivos financeiros existentes no início e no final do ano económico[5].

Há também a exigência de que outras informações sejam apresentadas como anexos à CGE sendo estas o inventário consolidado do património do Estado e a Conta de Órgãos e Instituições Autónomas contendo o balanço patrimonial dos órgãos do poder regional e local e das instituições públicas que não integram o SAFE electrónico e o quadro demonstrativo das despesas realizadas e os respectivos saldos, relativamente aos recursos transferidos do OGE[6].

Cabe à Direcção da Contabilidade Pública (DCP) na qualidade de serviço central do sistema de contabilidade pública a coordenação e a centralização dos elementos necessários à prestação de contas, mensal, trimestral e anual, a constar dos Relatórios de Execução Orçamental Trimestral, bem como da CGE[7].

Com o objectivo de cumprir a legislação e apresentar informações de forma didáctica e ao mesmo tempo alinhada com padrões internacionais a CGE 2018 foi dividida em três partes:

a) Parte I – Resultado do Exercício e Relatório da Execução Orçamental, Financeira e Patrimonial
b) Parte II – Resultado do Exercício e Avaliação do Desempenho dos Órgãos do Poder Regional e Local e das Instituições Públicas, bem como da conta consolidada da Administração Pública;
c) Parte III – Anexos à CGE

A Parte I demonstra informações relativas à execução orçamental, financeira e patrimonial e segrega as informações de acordo com a perspectiva: Económica; Fiscal; Orçamental; Contabilística e Patrimonial; Social e Acções por Sectores do Governo. Tal separação é importante para estabelecer o paradigma conceptual de diferenciar princípios de contabilidade de regras de orçamento e de critérios de estatísticas fiscais (resultado primário, resultado nominal, etc.). São assuntos que se correlacionam e são independentes, pois cada um tem objecto e propósito bem definidos. O objecto da contabilidade é o património e isso não significa que a contabilidade despreze os controlos orçamental e fiscal, pois, dentro da função básica de fornecimento de informações para a tomada de decisão, caberá à contabilidade apoiar os processos orçamentais e de estatísticas fiscais. O orçamento tem grande importância no âmbito do sector público, mas não é prerrogativa exclusiva de entidades deste sector, sendo também de grande valia para as entidades privadas. Trata-se de um valioso instrumento de planeamento que, de modo geral, visa a previsão das receitas (origens dos recursos) e fixação das despesas (aplicação dos recursos) num dado período, com a prerrogativa de determinar a

[5] Lei Safe artigo 59
[6] Lei Safe artigo 60
[7] Artigo 2º do Decreto n.º 42/2012

alocação de recursos segundo os objectivos e metas estabelecidas para a entidade. No sector público, a melhoria das estatísticas fiscais tem papel fundamental na definição, elaboração e seguimento da política fiscal. A implementação das metodologias de cálculo das necessidades de financiamento dos governos, mais conhecida como cálculo dos resultados primário e nominal, permite que a sociedade obtenha uma informação básica: o sector público gasta mais ou menos do que arrecada? Este acompanhamento permite maior controlo sobre o endividamento público e o consequente equilíbrio macroeconómico.

Os três instrumentos financeiros (contabilidade, orçamento e estatísticas fiscais) controlam receitas e despesas, cada um sob sua perspectiva. A contabilidade, considerando os efeitos no patrimônio da entidade, deve captar as receitas e despesas segundo o princípio da competência, ou seja, incluindo-as no cálculo do resultado do período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento. Já o orçamento, quando feito na chamada "base modificada", considera como efectivas as receitas no momento da arrecadação e as despesas no momento da emissão da liquidação (compromisso), sempre numa perspectiva mais próxima de fluxo de entradas e saídas, sem nenhuma preocupação com o impacto patrimonial. As estatísticas fiscais classificam as receitas e despesas orçamentais em Não-Financeiras (primárias) e as Financeiras. Portanto, para os mesmos elementos (receitas e despesas), cada um dos instrumentos estabelece tratamentos diferentes. A contabilidade tem a função primordial de registrar os actos e factos segundo as ópticas orçamental, fiscal e patrimonial, necessárias à elaboração dos relatórios que serão disponibilizados aos vários utilizadores da informação.

A segregação dos conceitos de receita e despesa sob várias perspectivas, por mais que apresentem intersecções, é extremamente útil nas discussões do sector público, pois é comum acreditar que a utilização de técnicas contabilísticas para o controlo de determinado processo torna o mesmo em elemento da contabilidade. Deve-se atentar que a contabilidade não cria nada, apenas demonstra os actos e factos que ocorrem no mundo real. Já o orçamento deve demonstrar todos os recursos arrecadados pelo governo e sua aplicação independentemente dos impactos no património da entidade. Logo, a separação das informações por perspectivas nessa parte da CGE tem o propósito de melhorar o entendimento dos conceitos de cada uma dessas visões da informação e dos conceitos, princípios, regras e propósitos das informações de maneira a facilitar a análise pelos utilizadores da informação.

O nível de maturidade da gestão contabilística em São Tomé e Príncipe está em processo de consolidação com práticas intermediárias de contabilidade. No que se refere à Contabilidade Orçamental e Financeira, o país avançou bastante nesse tempo de vigência da Lei Safe. Por isso, a CGE evidencia primordialmente informações orçamentais, patrimoniais, alguns dados económicos e fiscais e, o balanço da implementação das Grandes Opções do Plano (GOP).

Quanto aos demonstrativos contabilísticos exigidos na legislação, a CGE apresenta o Balanço Orçamental (BO), que é tratado dentro da perspectiva orçamental, contínua ainda a não ser elaborados formalmente o Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As informações contabilísticas e patrimoniais apresentadas na perspectiva contabilística ainda não têm origem no SAFE-e, mas em mapas paralelos, que são organizadas em estruturas que buscam cada vez mais se aproximar de padrões adoptados

internacionalmente. Por isso, apresentou-se na perspectiva contabilística uma aproximação do Balanço Financeiro, que ao nível das normas internacionais é definido como Demonstração do Fluxo de Caixa, e um Demonstrativo dos Principais Activos e Passivos do Estado. Entretanto, a maioria dos anexos da CGE, que compõem a Parte III da CGE, foram extraídos do SAFE-e, demonstrando um dos avanços conseguidos no processo de reforma das Finanças Públicas.

A semelhança dos anos anteriores e, como forma a fornecer elementos que sirvam de base de comparação entre os anexos I - Receitas e II - Despesas, da Lei n.º 4/2018, de 19 de Março, os valores executados, continuam a estar incorporado na perspectiva orçamental dois pontos nomeadamente "Análise da Execução das Receitas por classificação económica, e "Análise da Execução das Despesas onde espelha-se quadros e informações com a mesma estrutura do aprovado pelo artigo 2.º e 3.º da referida lei. Saliente-se ainda, que para uma correcta apresentação da conta, continuou-se a registar como Receitas não Fiscais (Recursos Naturais) as entradas de receitas provenientes de bónus de assinatura de contratos de petróleo, bem como o pagamento de taxas de cessão de direito sobre os blocos petrolíferos, que são depositados na Conta Nacional de Petróleo Offshore.

Outro aspecto que merece referência nesta nota introdutória é o alargamento do perímetro de cobertura das informações referentes aos passivos do estado, onde passou-se a incorporar as informações referentes aos valores da dívida interna de curto prazo originárias dos diversos instrumentos financeiros (bilhetes de tesouro) usados para financiamento do défice temporário de tesouraria. Por outro lado, incorporou-se perspectiva contabilística e patrimonial a divida interna (Fornecedores de Contas a Pagar de Curto Prazo) os atrasados de fornecimento dos serviços de comunicação e de água e energia, junto a Companhia São-tomense de Telecomunicação (CST) e a Empresa de Água e Electricidade (EMAE), bem como, a dívida proveniente do diferencial de preços dos combustíveis devidos à Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO).

O Relatório do progresso de implementação das Grandes Opções do Plano (GOP), é um instrumento da governação que permite manter informado o governo sobre o nível de cumprimento das medidas e acções programadas para o ano em questão, bem como conhecer os constrangimentos de forma a adotar medidas correctivas. Assim sendo, o enquadramento estratégico comprometido pelo Governo, concentrou-se essencialmente nas Grandes Opções do Plano (GOP) do ano 2018 como um instrumento de planeamento de curto prazo ao abrigo do artigo nº 10 da Lei nº 6/2017 – Lei Base do Sistema Nacional de Planeamento publicada no D.R nº37 de 03 de Abril, no qual, a sua elaboração teve por base as lições tiradas da implementação das GOPs precedentes e articulada com a Agenda de Transformação 2030.

Por conseguinte, a Lei Base do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) definiu no artigo nº8 o Plano Nacional de Desenvolvimento como o plano de mais alto grau hierárquico do Sistema Nacional de Planeamento (SNP), vinculando directamente todos os Planos Sectoriais, Regionais ou complementares. A vigência do PND coincide com a legislatura, sendo aprovado pela Assembleia Nacional no decorrer da primeira Sessão Legislativa e até três meses após a aprovação do Programa do Governo, mantendo-se em vigor até à aprovação do seguinte, o qual estabelece as orientações estratégicas de médio prazo em todos os sectores relevantes para o desenvolvimento económico e social do País, em consonância com o Programa do Governo.

Contudo, o ano em análise o referido plano não foi implementado, razão pela qual a Parte I da presente CGE foi plasmado o ponto de situação da implementação das medidas estabelecidas nas GOP 2018 e encontra-se espelhada nos capítulos cinco e seis, segregadas em Perspectiva Social e Principais Acções por Sector de Governo, associadas a execução orçamental e financeira das acções inscritas no OGE, segundo a classificação funcional programática mediante informações recolhidas junto aos sectores através de uma matriz de recolha, previamente elaborada pela Direcção de Monitoria e Avaliação de Políticas Públicas da Direcção Nacional de Planeamento (DMAPP-DNP).

Das múltiplas áreas de actuação do Governo foram seleccionadas como integrantes da perspectiva social as acções desenvolvidas nas funções de Saúde; Educação e Formação; Emprego e Assuntos Sociais; Cultura, Juventude e Desporto. Grande parte das acções dessas áreas está em consonância com o documento que estabelece as Grandes Opções do Plano de Governo (GOP) guardando forte inter-relação com o Eixo II - Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe. As demais funções do Governo foram agrupadas na perspectiva das Principais Acções por Sector do Governo, integrando as acções desenvolvidas pelo Governo nas áreas Legislativo e Judiciário; Defesa e Segurança Pública; Política Externa e Cooperação Internacional; Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; Infraestrutura e Recursos Naturais; Indústria, Mineração, Comércio e Serviços; Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais.

A Parte II apresenta o resultado das acções dos diferentes níveis do Governo referente ao ano económico da prestação de contas, buscando demonstrar a avaliação do desempenho das políticas públicas sob responsabilidade dos Órgãos do Poder Regional e Local e das Instituições Públicas e dividindo-se na (i) análise da avaliação do desempenho e do resultado da execução orçamental, financeira e patrimonial do Governo Regional e Local; e (ii) análise do desempenho da execução orçamental, financeira e patrimonial dos serviços e fundo autónomos. Essas análises foram executadas com base nas contas desses serviços que foram remetidas a DCP, no estrito cumprimento do plasmado no Decreto n.º 42/2012, de 28 de Dezembro. Por último, é apresentada a conta consolidada da Administração Pública, sob a óptica das naturezas económica das receitas e despesas.

Ao consolidar as informações nesta CGE o objectivo da Direcção de Contabilidade Pública é o de colaborar com a transparência e com a governação corporativa, transformando dados complexos em informações claras e inteligíveis, tentando, desse modo, dinamizar o processo de controlo social e de cidadania por meio do fomento do debate pelos diferentes actores da sociedade acerca dos resultados apresentados na CGE. O objectivo principal dessa acção não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de tornar oportuna e ampliar os canais de comunicação entre a sociedade e o governo.

Abrangência da Conta Geral do Estado

É fundamental para análise das informações constantes da CGE que se entenda a estrutura do sector público em São Tomé e Príncipe. Saliente-se que não existe legislação específica que define, com clareza a arquitectura do Sector Público ou mesmo da Administração Pública São-tomense, por isso é importante como está estruturado o sector público no país.

Segundo a Constituição da República de São Tomé e Príncipe[8], a estrutura do Sector Público é feita tendo em conta os poderes de soberania, sendo eles, conforme referido, a Presidência da República, Assembleia Nacional, Governo e os Tribunais. A Constituição da República também determina que a Ilha do Príncipe e os Ilhéus que a circundam constituem a região autónoma, com estatuto político-administrativo próprio, com a Assembleia Regional e Governo Regional, como os seus órgãos constitutivos. A lei que define a organização territorial do País[9], para fins políticos e administrativos, procedeu à divisão do País em seis distritos, a saber: Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata, bem como uma região autónoma (Príncipe). Note-se que a lei simplesmente procedeu à divisão territorial do País, sem contudo deixar clara uma definição da estrutura de todo Sector Público.

Em São Tomé e Príncipe, a existência das Autarquias Locais é uma imposição constitucional[10], pois prevê, na organização democrática do Estado, a existência das Autarquias Locais, como órgão do poder local, conforme a divisão político-administrativa, definindo-as, como "pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, independentemente da participação do Estado".

De acordo com o Regime Geral das Empresas Públicas[11] o Sector Empresarial do Estado pode ser constituído por Empresas Públicas e Sociedades de Capitais Públicos, gozando, em ambos os casos, de autonomia na sua gestão administrativa, financeira e patrimonial, conforme plasmado no artigo 10.º do mesmo diploma.

É importante enfatizar que o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Sistema de Administração Financeira do Estado (Safe)[12] esclarece que a autonomia administrativa é caracterizada pela capacidade que um órgão ou instituição do Estado tem de executar as fases da receita e da despesa devendo para o caso: a) Executar as fases da receita tendo como limite o mínimo os montantes fixados na Lei Orçamental e apresentando nas respectivas tabelas; b) Enviar ao Tesouro Público toda a receita cobrada; c) Executar as fases da despesa respeitando o limite máximo fixado nas respectivas tabelas; e d) Gerir o património colocado a disposição.

Vale ressaltar que o regime de Administração Financeira do Estado estabelece ainda que poderá ser atribuída autonomia administrativa e financeira a organismos do Estado quando esta: (1) se justifique para a sua adequada gestão e, (2) desde que este tenha capacidade de arrecadar 2/3 de receitas

[8] Artigo 68º.
[9] Lei n.º 5/80, de 21 de novembro
[10] Constituição da República no n.º 1 do artigo 138º
[11] Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2011, de 3 de maio
[12] Decreto n.º 44/2012, de 28 de dezembro

próprias para suportar as suas despesas, pode também ser atribuída autonomia em regime excepcional. Tal atribuição tem como fundamento na verificação dos requisitos previstos na lei, bem como a sua cessação, nos termos regulamentares, sendo tal atribuição da competência do Governo, salvo nos casos em que a lei expressamente defina em contrário[13]. O Quadro 1 indica, para o caso das entidades públicas São-tomenses, o tipo de autonomia atribuída, bem como a legislação inerente. Saliente-se que não se verifica qualquer alteração desde apresentação da última conta.

Quadro 1: Relação dos órgãos e organismos com autonomia

Órgãos	Tipo de autonomia	Legislação
Assembleia Nacional	A. A. F. P	Lei
Tribunal de Contas	A. A. F. P	Lei
Tribunal Constituicional	A. A. F. P	Lei
Tribunal Judicial	A. A. F. P	Lei
Presidência da República	A. A. F. P	Lei
Governo Regional do Príncipe	A. A. F. P	Lei
Câmara Distrital do Água Grande	A. A. F. P	Lei
Câmara Distrital de Mé Zochi	A. A. F. P	Lei
Câmara Distrital de Lobata	A. A. F. P	Lei
Câmara Distrital de Lembá	A. A. F. P	Lei
Câmara Distrital de Cantagalo	A. A. F. P	Lei
Câmara Distrital de Caué	A. A. F. P	Lei
Instituto de Inovação e Conhecimento	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto Superior Politécnico	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto Nacional para Promoção de Equidade e Género	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto Nacional de Estradas	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto Nacional de Estatística	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto Marítimo e Portuário – STP	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto de Habitação Imobiliária	A. A. F.	Decreto do Governo
Instituto de Ciências de Saúde - Dr. Victor de Sá Machado	A. A. F.	Decreto do Governo
Agência Nacional de Petróleo	A. A. F.	Decreto do Governo

Nota: A.A.F.P. – Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial; A.A.F. – Autonomia Administrativa e Financeira

Actualmente, conforme as informações das Unidades Gestoras[14] (UG) extraídas do Sistema de Administração Financeira do Estado electrónico (SAFE-e), bem como as legislações existentes, verifica-se que foi atribuída autonomia administrativa e financeira aos órgãos de soberania, conforme a Constituição da República, aos governos regionais e locais, na forma da legislação[15].

[13] Artigo 6º da Lei SAFE (Lei n.º 3/2007, de 12 de fevereiro).

[14] A Unidade Gestora é a terminologia usada para designar os serviços que dispõem de prerrogativas para execução do seu Orçamento ou de outros órgãos, ou seja, é o ponto de registos contabilísticos para todos os actos e factos administrativos da execução orçamental, financeira e patrimonial no SAFE-e, o que na maioria das situações coincide com as Direções Administrativas e Financeiras (DAF), criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 30 de dezembro, sendo o órgão de apoio técnico do ministério/organismo no qual se integra.

[15] De acordo com o estipulado nas Leis n.ºs 16/92, de 4 de dezembro e 10/2005, de 25 de outubro, e por decisão do Governo (conforme os seus estatutos orgânicos) aos institutos e agências públicas.

Considerando que existe um vazio na legislação no que respeita à definição e arquitectura do Sector Público em São Tomé e Príncipe e que é importante dar aos utilizadores das informações desta CGE um entendimento aproximado da realidade São-tomense, julgou-se pertinente apresentar uma caracterização do Sector Público em São Tomé e Príncipe, que directa ou indirectamente influenciou a apresentação das informações deste documento de prestação de contas. Para tal, recorreu-se principalmente ao Manual de Estatística de Finanças Públicas (MEFP) (2001: 14) do FMI[16], aplicáveis à realidade São-tomense uma vez que permite, ainda que com algumas limitações, definir e caracterizar a arquitectura vigente.

Figura 2: Visão Geral da Estrutura do Sector Público São-tomense
Fonte: MEFP, 2001

De acordo com a Figura 2, sugere-se que o Sector Público divide-se em Sector Público Administrativo (SPA) e Sector Empresarial do Estado (SEE). O SPA inclui a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social, mais concretamente o Instituto Nacional de Segurança Social. A Administração Central tem na sua composição, por um lado, os ministérios com os seus serviços e direcções, designados por Estado propriamente dito, e por outro lado, os Fundos e Serviços Autónomos, incluindo os diversos serviços que tenham autonomia, por força de lei, em relação ao Orçamento Geral do Estado. O Sector Empresarial do Estado integra as Empresas de Capitais exclusivamente públicas (Empresas Públicas) e as Sociedades de Capitais Públicos, nomeadamente as Sociedades Públicas e as Sociedades Participadas.

A Obrigatoriedade de Prestar Contas

Quanto a abrangência das entidades que devem prestar contas, a Lei sobre Prestação de Contas[17] remete à Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas. Esta por sua vez estabelece que estão sujeitos à jurisdição e controlo financeiros do Tribunal de Contas: a) Os orgãos de Soberania e os seus serviços, entidades e serviços deles dependentes; b) A Região Autónoma do Príncipe e os seus serviços; c) As Autarquias Locais, suas associações e os serviços; d) Os Institutos Públicos; e) As Instituições de Segurança Social; f) Os serviços Autonómos e Projectos; g) As empresas públicas e as sociedades de capitais esclusiva ou maioritariamente públicos; h) Os tesoureiros e responsáveis por contas relativas a material ou equipamentos e quaisquer entidades que giram ou beneficiem de

[16] O Manual de Estatística de Finanças Públicas (MEFP) (2001: 14) divide o Sector Público em dois grandes grupos: Governo-geral e Empresas Públicas. Ao nível do Governo-geral preveem-se três níveis de governo: central estatal, provincial ou regional e local.
[17] Lei n.º 11/2019, de 04 de Novembro

receitas ou financiamentos provenientes de organismos internacionais ou das entidades referidas no número anterior, ou obtidos com intervenção destes, consubstanciado nomeadamente em subsídios, empréstimos ou a vales; i) As comissões administrativas e de gestão de dinheiros públicos, seja qual for a sua designação, e, em geral todos os responsáveis pela gestão de bens e dinheiros públicos.

Assim, segundo a lei de prestação de contas estão sujeitas a prestação de contas os responsáveis, de direito ou de facto, pela gestão das entidades ou qualquer que seja o grau da sua autonomia, ainda que as suas despesas sejam parcial ou totalmente cobertas por receitas próprias ou que umas e outras, não constem do Orçamento do Estado.

Introdução à Conta Geral do Estado

No âmbito do exercício de prestação de contas estatuído no artigo 61.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado - SAFE), o Governo apresenta a Conta Geral do Estado (CGE), referente ao exercício económico de 2018.

A prestação de contas evidencia a execução orçamental, financeira e patrimonial, bem como o resultado do exercício e a avaliação do desempenho dos órgãos do Poder Central, Regional e Local e das Instituições Públicas, como resultado das acções programadas no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018, aprovado pela Lei n.º 4/2018, de 19 de Março.

A presente CGE demonstra a execução das acções comprometidas pelos XVI e XVII Governos Constitucionais, que foram enquadradas nas Grandes Opções de Plano do ano 2018, assumida pela continuidade de acções inscritas na estratégia de desenvolvimento económico e social, definida no quadro do Programa de Governação alinhados aos objectivos estratégicos definidos pelo Governo para o período 2015-2018.

No âmbito do programa da política fiscal do Governo, visando alcançar a estabilidade fiscal, destaca-se uma moderada arrecadação de receitas primárias, ficando nos 12,2% do PIB, ou seja, 5,7 p.p. acima daquilo que fora arrecadado no período precedente.

O baixo nível de arrecadação relativamente ao programado, associando-se a fraca mobilização dos recursos externos previstos, bem como a conjuntura de crise internacional, que limitou o acesso aos recursos financeiros, sobretudo, os da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, fragilizou particularmente a implementação das opções de Política de Investimento Público do Governo para o ano 2018, nos domínios em que o país reclama maior urgência de intervenção, com vista a criar maiores e melhores oportunidades de emprego e rendimento para as famílias, melhoria no acesso aos serviços sociais de base, como igualmente permitir o fortalecimento do ambiente de negócios para o relançamento do sector privado nacional e a atracão de investimento directo estrangeiro.

As políticas fiscais delineadas para as despesas foram reforçadas com medidas de contenção para as despesas discricionárias, como resultado da necessidade de um alinhamento mais inteligente das dificuldades conjunturais de mobilização de recursos externos ao programa económico e financeiro assinado com o Fundo Monetário Internacional e demais agências internacionais de apoio ao desenvolvimento, com vista a poder assegurar o nível do défice interno primário estimado de 1,0%.

Por conseguinte, foram aprovados no ano 2016 pacotes legislativos com intuito de salvaguardar um maior fomento de arrecadação de receitas que tiveram o seu impacto nas políticas fiscais no ano em análise, sendo a ressaltar a implementação das seguintes diplomas:

i) Decreto – Lei nº 10/2016 de 16 de Novembro – Aprovou a alteração dos direitos aduaneiros adiante denominadas de taxas a serem cobradas pela importação de areia, madeira em estado bruto, seus derivados e gás butano;

ii) Decreto – Lei nº 12/2016 de 16 de Novembro – Aprovou a alteração do valor do imposto de selo sobre documentos;
iii) Decreto – Lei nº 13/2016 de 16 de Novembro – Aprovou o imposto sobre Consumo de bebidas espirituosas, alcoólicas e tabaco;
iv) Decreto – Lei nº 15/2016 de 17 de Novembro – Aprovou o código de benefícios e incentivo fiscais;
v) Decreto – Lei nº 16/2016 de 17 de Novembro – Aprovou a alteração do Código do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares;
vi) Decreto – Lei nº 17/2016 de 17 de Novembro – Aprovou o regime excepcional de regularização de dívidas de natureza fiscal;
vii) Decreto – Lei nº 18/2016 de 17 de Novembro – Aprovou de alargamento de base tributária exigindo informações de interesse fiscal;

Para salvaguardar a contenção de despesas salariais, a politica orçamental orientou no sentido do congelamento de recrutamento de Pessoal Técnico Administrativo na função pública, a fim de permitir o crescimento controlado de Despesas com Pessoal em sintonia com a necessidade de se salvaguardar a consolidação orçamental, cujo impacto não permitiu o cumprimento integralmente da meta estabelecida para massa salarial, que deste modo situou-se no final do período em 9,0% do PIB, o que representa mais 6,2 p.p. face ao inicialmente programado e, acordado no programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano 2018.

Face as políticas que foram apresentadas para o cumprimento do saldo doméstico primário na ordem de 1,0% do PIB do ano em análise, e em decorrência da execução orçamental e financeira verificou-se que, as despesas primárias ficaram nos 15,8% do PIB, o que representa menos 0,45 p.p. face ao inicialmente programado, mas entretanto, não enquadrou na contida performance das receitas primarias, culminando com um défice primário a situar nos 3,0% do PIB, que representa mais 2,0 p.p., face ao inicialmente estimado.

Por outro lado, o SAFE-e consolidou o seu grau de implementação, relativamente a execução orçamental e financeira, bem como a incorporação das transações orçamentais e financeiras da Administração Central do Estado que foram devidamente consolidadas na rotina do encerramento do exercício em análise.

No que concerne ao Inventário do Estado, como estipulado no disposto do n.º 2 do artigo 59 da Lei 3/2007, de 12 de Fevereiro, que cria o SAFE, o Governo deve apresentar, como anexo à Conta Geral do Estado, o inventário consolidado do Património do Estado, facto que constitui ainda uma prioridade no processo de reforma da Gestão das Finanças Públicas, cingindo no ano em análise a mesma estrutura dos trabalhos de inventariação decorrente no ano anterior. Desta forma, de acordo com as informações extraídas do Sistema de Inventariação e Cadastro dos Bens do Estado (SICBE), procedeu-se, na perspectiva contabilística e patrimonial, a análise dos bens já inventariados, realçando as suas quantidades e as respectivas valorizações, sendo que ao nível dos veículos do Estado (viatura e motorizadas), segregou-se a análise pelo estado de conservação dos mesmos.

Tendo em conta a importância que se reveste o órgão de controlo interno, na presente Conta Geral do Estado, foram relatadas as acções realizadas pela Inspecção Geral de Finanças como órgão de controlo interno do Ministério das Finanças e Administração Pública, que intervêm no processo de

controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, actividades e programas, e também a de prestar apoio técnico especializado, abrangendo todas as entidades do sector público administrativo, bem como das entidades do sector privado, incluindo o cooperativo, neste caso quando sejam sujeitos de relações financeiras ou tributárias com o Estado ou quando se mostre indispensável ao controlo indirecto de quaisquer entidades abrangidas pela sua acção. Essas informações constam do ponto referente aos Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais da Perspectiva das Principais Acções por Sector do Governo.

Quanto à aplicabilidade do artigo 60.º da Lei n.º 3/2007 (conta de Órgãos e Instituições Autónomas) coadjuvado com o Decreto n.º 42/2012 que define as regras, procedimentos e calendário para o exercício de prestação de contas, a presente conta, expõe o relatório anual de prestação de contas dos Serviços e Fundos Autónomos, órgãos do Poder Local e Regional relativo ao ano 2018. Relativamente aos demonstrativos contabilísticos exigidos a esses órgãos, não foi evidenciada a apresentação do Balanço Patrimonial, Orçamental e Financeiro, bem como as Demonstrações das Variações Patrimoniais, considerando a debilidade tecnológica e pedagógica para a sua concepção, por parte de muitos serviços, apesar de reconhecer os esforços de algumas entidades em apresenta-los, parcialmente.

Tendo em conta, a não abrangência do SAFE-e aos SFA e aos órgãos do Poder Local e Regional, a prestação de contas evidenciada, foram assente apenas nas informações recolhidas referentes as receitas realizadas ao nível das transferências do Governo Central, Receitas Próprias, Donativos e Financiamentos bem como das despesas realizadas por conta das mesmas, nos termos do ponto 3 do artigo 73.º da Lei 3/2007. Da análise feita é clarividente a dependência financeira dos SFA, poder Local e Regional face as transferências do Governo Central para o seu funcionamento, bem como os investimentos, contrariando a disposição do artigo 6.º da Lei n.º 3/2007 concernente a Autonomia Administrativa e Financeira.

A Conta Consolidada da Administração Pública cuja amplitude deve incorporar as informações relativas as contas, do Sector Público Administrativo, com o objectivo de demostrar a execução orçamental e financeira e na globalidade, tem constituído um dos grandes desafios desta instituição. Entretanto, a presente CGE de igual forma como a da CGE do exercício económico de 2017, além de evidenciar as tradicionais entidades designadamente: Serviços e Fundos Autónomos, órgãos do Poder Local e Regional, incorpora a prestação de contas de Segurança Social, que contribuiu para uma maior abrangência e consistência no processo de consolidação da CGE, tendo demostrado subsequentemente a sua própria autonomia financeira; conforme a performance da prestação de contas apresentada.

Diante dos desafios assentes para a apresentação da CGE, que cada vez mais, assume-se como um instrumento basilar em benefício de princípio da transparência e boa governação na gestão da coisa pública, deste modo o Governo através da Direcção de Contabilidade Pública (DCP) no âmbito da sua natureza e finalidade, preceituado nos termos do artigo n.º 3 do Decreto nº 8/2008, de 7 de Maio (Estatuto Orgânico da DCP), elaborou a presente Conta Geral do Estado, para o ano económico de 2018.

PARTE I: Resultado do Exercício e Relatório da Execução Orçamental, Financeira e Patrimonial

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Ano Fiscal de 2018

Perspectiva Económica

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 1 : PERSPECTIVA ECONÓMICA

1.1. Conjuntura Económica Internacional

No cômputo geral, o relatório sobre economia mundial (World Economic Outlook) publicado em Outubro de 2018 pelo Fundo Monetário Internacional prevê o crescimento económico para 2018, em torno de 3,6%, 0,1 p.p. abaixo do crescimento observado em 2017, reflectindo uma relativa desaceleração das condições económicas mundiais. Segundo o FMI, a origem desta desaceleração foi a perda de força da actividade global na segunda metade de 2018, motivada pela combinação de vários factores, no qual os mais relevantes são: a escalada das tensões comerciais entre os EUA e a China, o aperto nas condições de crédito na China, para conter excessos, aumento das taxas de juros nos EUA em maior magnitude que o esperado, crises na Argentina e na Turquia, problemas no sector automotivo da Alemanha e um agravamento das condições financeiras, na esteira da normalização da política monetária nas grandes economias desenvolvidas.

A economia mundial, do ano em análise, caracteriza-se por uma conjuntura de relativa desaceleração, resultante de alguns impactos negativos das políticas monetárias internacionais. A perspectiva previsional manteve a taxa de crescimento dos EUA a um ritmo de 2,9% em 2018 e no sentido oposto, reduziu em 0,1 p.p. o crescimento da Zona Euro para 2018 (1,9%), relativamente ao observado em 2017. Para a China, reduziu-se as previsões da taxa de crescimento também em 0,1 p.p. para 2018 (6,6%). A diminuição da taxa de crescimento mundial poderá sentir-se fortemente nas economias emergentes, que provavelmente estarão mais expostas à saída de capital devido ao aumento gradual das taxas de juros pela Reserva Federal Americana, no qual as perspectivas indicam uma redução de crescimento para o Brasil, Rússia, Turquia e África do Sul, resultando na redução do consumo das famílias e consequente redução de confiança no sector empresarial (sobretudo nas economias emergentes), ao contrário daquilo que aconteceu em 2017.

Assim sendo, verificou-se alguma contração ao nível do comércio internacional, tendo observado uma ligeira redução do volume de exportações que situou-se em 4,2% em 2018, contra 5,2% observado em 2017 (-1,0 p.p.)

A inflação global das economias avançadas apresentou uma trajectória crescente em 2018, tendo atingido 2,0% contra 1,7% observado em 2017. Verificou-se também uma ligeira pressão inflacionista nas economias emergentes, tendo-se registado um aumento para 4,9% em 2018 contra 4,3% de 2017. No cômputo geral, a pressão inflacionista global esteve essencialmente associada a evolução ascendente das matérias-primas energéticas, com particular realce para a evolução do preço do petróleo.

Na Europa, verificou-se ao nível dos parceiros do país, uma restrição do crescimento económico a todos os países da Área do Euro evidenciando uma desaceleração do PIB real, tendo-se fixado em 1,8% em 2018, contra 2,4% do ano precedente. De acordo aos dados disponíveis do EUROSTAT, registou-se em 2018, uma queda no índice de volume de produção industrial que fixou-se em 1,0% contra 3,0% do ano precedente e as exportações expressas em milhões de Euros abrandaram em quase todas as economias da Zona Euro, particularmente em França, Espanha, Itália, Bélgica e Portugal, condicionado pelo fraco investimento empresarial e consequentemente o enfraquecimento

da procura interna e externa na região, associado a diminuição dos lucros das empresas e da menor utilização da capacidade produtiva.

Este fraco desempenho verificado na economia da Zona Euro é o resultado do abrandamento económico ao nível mundial, por um lado, resultante do impacto negativo da diminuição da exportação, e por outro, a redução tanto do consumo das famílias, como do investimento empresarial. A inflação homóloga da Zona Euro foi de 1,7% em 2018, contra 1,5% registado em 2017, representando desta forma um aumento da pressão inflacionista de 0,2 p.p. que decorre, sobretudo, do aumento de preços das matérias-primas do Sector energético.

Dentro do contexto pouco favorável da economia da Zona Euro, destaca-se Portugal, parceiro relevante para S.Tomé e Príncipe com um crescimento em termos reais de 2,1% contra 2,8% registado em 2017, (diminuição de 0,7 p.p. face ao período anterior). Esta desaceleração está associada, essencialmente ao enfraquecimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que fixou-se em 3,9%, (- 5,3 p.p.) e o abrandamento das exportações que atingiu 5,7% em 2018 (-5,6 p.p.). Contudo importa destacar que a variação de consumo privado se manteve inalterada face ao período anterior (2,3%), justificado pelo crescimento constante das exportações de serviços (turismo), das actividades imobiliárias e do investimento no sector de construção. O processo de expansão económica de Portugal deverá prosseguir uma trajectória de crescimento da actividade, embora em desaceleração, estando associado a fase de maturação do ciclo económico (1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021).

Em termos globais, o arrefecimento das economias referidas enquadra a economia externa de S.Tomé e Príncipe num contexto de moderação, num momento em que a África Subsariana manteve o ritmo de crescimento, tendo registado uma variação no crescimento de PIB de 2,9% em 2017 e 2018. A recuperação do preço das matérias-primas tem apoiado a evolução da economia da África Subsariana, mas o elevado volume da dívida tem assinalado uma considerável vulnerabilidade da região associada as flutuações dos mercados financeiros internacionais.

A inflação da África Subsariana situou-se em 8,0%, contra 10,3% observado em 2017, apresentando uma diminuição de 2,3 p.p. reflectindo, igualmente, o comportamento descendente do preço de petróleo verificado na segunda metade do ano.

No contexto dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento, é de referir particularmente a China, parceiro económico para o desenvolvimento de S.Tomé e Príncipe, que continua a sustentar a sua dinâmica de um crescimento estável e robusto. Registou-se em 2018 uma desaceleração em relação ao período precedente (-0,2 p.p. face a 2017). Este resultado está essencialmente associado a queda do volume das exportações de bens, tendo-se fixado em 3,6% em 2018, contra 8,9% do ano 2017, desacelerando em 5,3 p.p. Os investimentos em percentagem do PIB não sofreram alterações significativas, saíram de 44,4% em 2017 para 44,1% em 2018. Não obstante a adopção do estímulo fiscal visando compensar perdas comerciais parciais decorrentes das tarifas altas aplicadas pelos EUA. Esta desaceleração decorre de uma combinação de factores, sendo estes, a restrição de recursos financeiros, aperto regulamentar e tensões comerciais com os EUA. A inflação na China no ano 2018 fixou-se em 2,1% em 2018, contra 1,5% do período anterior, tendo a cifra situado abaixo da meta de 3,0% do Governo para 2018. A valorização dos produtos energéticos, com particular relevância para os preços de gasolina e do gasóleo explicam essencialmente este aumento.

Para a Angola, parceiro importante de S. Tomé e Príncipe, o FMI estima que a economia Angolana continua em recessão técnica e, tenha contraído 1,7% em 2018, depois de uma diminuição de 0,2%

em 2017. O desempenho do PIB em 2018 reflectiu uma redução acentuada da produção de petróleo e de gás, situação que poderá ter um impacto negativo nas contas fiscais e externas e um agravamento do défice da conta corrente. A inflação situou-se em 18,6%, acima da previsão do Governo Angolano em 6 p.p., associada a uma maior pressão nas classes de Alimentação e Bebidas Alcoólicas (2,3%), Bens e Serviços (2,6%), e vestuário (2,01%).

De acordo com as previsões do Banco Mundial, a economia Angolana deverá crescer 2,2% em 2019, reflectindo uma maior disponibilidade de câmbio, que resultará da evolução favorável dos preços do petróleo e aumento do preço de gás natural, bem como a maior confiança das Empresas.

1.2. Conjuntura Económica Nacional

– Produto Interno Bruto (PIB)

O cenário macroeconómico a nível nacional ficou marcado pela desaceleração da actividade económica em 2018 que situou-se em torno de 2,9% contra 3,9% observado em 2017, em virtude das fragilidades económicas a nível interno, essencialmente reflectida ao nível da diminuição das contribuições dos Sectores das Indústrias e, Agropecuário e Pesca, com particular realce para a Indústria Transformadora e Pesca, com uma participação negativa de 1,5% e 7,0% respectivamente, bem como uma ligeira desaceleração nos Sectores de Serviços de Comércio, Actividades Financeiras e Turísticas (Alojamento e Restauração).

Gráfico 1: Taxa de Crescimento Real do PIB

(em percentagem)

Fonte: INE STP

O relativo abrandamento do produto em 2018 foi generalizado a quase todos os subsectores económicos, à excepção do sector das "Pescas" e dos "Transportes, Armazenagem e Comunicações" e, com participações abaixo de 7,0%. O valor acrescentado bruto total reduziu-se para 2,1% no período em análise, evidenciando uma diminuição do valor acrescentado no sector Agropecuário, Pescas e Indústria (incluindo a construção), de 0,6% em 2017 para -3,3% em 2018 e, de 3,6% em 2017 para 0,8% em 2018, respectivamente, enquanto o sector dos serviços manteve o ritmo de crescimento em 3,0% comparativamente ao período homólogo de 2017.

O ritmo do crescimento económico registado em 2018, face ao ano precedente, não foi menor, graças ao aumento verificado nos Sectores de Serviços de Transportes, Armazenagem e Comunicações, Impostos sobre Produtos e Importação de Bens de Capital (Direitos de Importação), sendo este último apesar da desaceleração acentuada contribuiu positivamente, ao registar um valor acrescentado de 13,7%.

Tabela 2: Estrutura do Produto Interno Bruto por Sector

Sector de Atividade	Taxa de crescimento			Peso do sector no PIB		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
PIB	4,2	3,9	2,9	100,0	100,0	100,0
Valor Acrescentado	4,4	2,9	2,1	90,5	89,6	89,8
Sector Agropecuário e Pesca	0,2	0,6	-3,3	8,2	8,0	7,7
Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	-3,2	8,5	-0,5	4,1	4,2	4,0
Pescas	3,6	-8,0	-7,0	3,7	3,3	3,3
Indústrias Extractivas	6,6	0,3	0,5	0,4	0,4	0,4
Sector das Indústrias	9,6	3,6	0,8	16,8	16,8	15,9
Indústrias Transformadoras	11,3	6,5	-1,5	6,7	6,9	6,3
Produção e Dist. de Electricidade, Gás e Água	4,9	8,5	8,1	3,3	3,5	3,7
Construção	10,4	-1,8	-0,8	6,7	6,4	5,9
Sector de Serviços	3,8	3,0	3,0	68,4	67,8	69,1
Comércio	4,9	2,7	-0,1	25,7	25,4	24,5
Alojamento e Restauração	14,2	8,6	7,2	2,6	2,8	2,8
Transportes, Armazenagem e Comunicações	-4,8	-0,4	6,6	11,7	11,2	13,0
Actividades Financeiras	5,2	3,0	1,9	2,5	2,5	2,5
Serviços as Empresas, Activ. Imobiliárias e Alugueres	7,3	3,3	2,0	5,8	5,8	5,7
Administ. Pública, Defesa e S.S. Obrigatória	2,0	2,0	2,0	9,8	9,6	9,5
Educação	12,4	8,7	8,0	5,0	5,3	5,7
Saúde e Acão Social	2,0	2,0	2,0	0,9	0,9	0,9
Outras Actividades de Serviços	6,2	6,2	6,2	4,3	4,4	4,5
SIFIM	5,2	3,0	1,9	-2,9	-2,9	-2,9
Impostos sobre Produtos	9,6	4,3	8,6	4,0	4,0	4,8
Direitos de Importação	-2,8	19,2	13,7	5,6	6,4	5,4

Fonte: INE

Estes indicadores revelam que o ano em apreço, foi marcado pela redução e atrasos dos donativos bem como dos desembolsos de financiamentos externos com impacto negativo na execução de projectos de investimento público, associado a redução dos influxos do IDE que foram determinantes para desaceleração da economia Santomense.

Em termos de participação dos sectores no PIB, o Comércio, é a actividade com maior peso na economia de S. Tomé e Príncipe no ano em análise, fixada em 24,5%, seguindo-se nesta ordem, o Transporte, Armazenagens e Comunicação (13,0%); a Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória (9,5%), Indústria Transformadora com 6,3%; e os restantes sectores de actividades contribuíram no seu conjunto com 46,7%.

Gráfico 2: Participação dos Sectores na Estrutura do PIB

Fonte: INE

– Níveis de Preço

A inflação, durante os 12 meses do ano de 2018 acelerou a partir do mês de Setembro, tendo atingindo uma variação homóloga de 9,0% no final de Dezembro de 2018, contra 7,7% de 2017, cerca de 1,34 p.p acima do observado no ano precedente.

O nível alcançado é considerado o mais alto desde 2013, pelo que só em 2012 observou-se valores próximos deste. A evolução da inflação foi influenciada pelo acréscimo no preço dos combustíveis ocorrido em Junho de 2018, o qual por sua vez se reflectiu em numerosas outras componentes do cabaz de consumo, como, por exemplo, o pescado e derivados (com elevado peso nesse cabaz), visto que a actividade de pesca e consequentemente a sua distribuição, têm uma utilização intensiva de combustíveis.

Também verificou-se uma forte instabilidade no fornecimento de energia eléctrica, sobretudo no último trimestre de 2018, situação que levou os operadores de actividade económica a refletirem nos preços finais dos bens e serviços, os custos de produção adicionais decorrentes da utilização de geradores eléctricos individuais.

Nos últimos dois anos a inflação acumulada vem apresentando uma tendência crescente com a subida dos preços dos produtos tanto nacional como internacional principalmente com os bens de primeira necessidade, sendo que, esta evolução está associada em partes, as alterações das Taxas aduaneiras do Decreto-Lei N-º13/2016 de Tributação Aduaneira dos impostos sobre consumo de Bebidas Espirituosas, Alcoólicas e Tabaco que foi publicado no dia 2 de Novembro de 2016.

A intensificação da inflação em 2018, verificou-se em simultâneo com um forte crescimento da massa monetária (+ 15,2%). Ambas as variáveis aumentaram significativamente no segundo semestre, após o comportamento relativamente moderado nos primeiros meses do ano. A inflação teve fundamentalmente como causas directas a redução da produção agrícola, o aumento do preço de combustíveis e a dificuldade de fornecimento de energia eléctrica.

Por outro lado, da análise efectuada aos factores subjacentes adicionados às alterações nas condições meteorológicas, o impacto global de 2,7%, observado no Índice de Preço no Consumidor (IPC), foi distribuído da seguinte forma:

- Aumento de Preço de combustíveis no primeiro semestre de 2018, com o impacto de 0,93%;
- Aumento exponencial do preço de produtos agrícolas, justificado pela propagação de pragas que afectaram determinadas culturas, o impacto estimado foi de 1,0%,
- Ruptura do Stock de arroz no mercado nacional, sobretudo no segundo semestre de 2018, o impacto observado foi de 0,5%,
- Ruptura de alguns medicamentos no mercado nacional, do qual o impacto observado foi de 0,14%.

Gráfico 3: Inflação Mensal (Taxas de variação acumuladas do IPC)

Fonte: INE

Conforme o Gráfico 3, observa-se o efeito da pressão inflacionária nos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Dezembro, registando-se a tendência mais contida em Novembro do ano em análise. Os registos estatísticos demonstram que o mês de Dezembro é marcado por uma maior pressão inflacionária provocada essencialmente pelos grupos de produtos alimentares, bebidas não alcoólicas; bebidas alcoólicas, tabacos e narcóticos; restauração, hotéis, cafés e similares.

Por outro lado, o aumento de preços de combustíveis e a instabilidade no fornecimento de energia eléctrica, reflectem em grande medida, as fragilidades dos sectores agrícola e pesqueiro, situação que se agrava com profundas limitações na rede nacional de distribuição. No entanto, a propagação de algumas pragas agrícolas, distorceu ofertas de produtos de produção local, imprimindo maior pressão sobre o preço destes produtos no período em referência.

Gráfico 4: Evolução da inflação acumulada

(anual e mensal - em percentagem)

Fonte: INE STP

Relativamente ao crédito líquido a economia, em percentagem do PIB, verificou-se em 2018 um decréscimo deste indicador, tendo observado no período em análise um rácio de 23,7%, contra 25,4% observado em 2017, o que representou uma redução de 1,7 p.p. (conforme o Gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução e Estrutura do Crédito à Economia

(em % do PIB) (% distribuição sectorial)

Fonte: Banco Central

No que diz respeito a distribuição sectorial de crédito à economia, verifica-se que o crédito ao sector privado representa o maior peso na carteira de crédito dos bancos em 2018, com 94,7%, seguido de créditos a sociedades não financeiras públicas com 5,0%, créditos a Administrações Estatais e Locais com 0,24% e créditos a outras sociedades financeiras com 0,1% respectivamente (conforme o Gráfico 5).

– **Dívida Pública**

O Relatório Anual de Gestão de Seguimento da Dívida Pública mostra que o stock da dívida pública até Dezembro 2018, cifrou-se no montante de USD 296,0 milhões de Dólares. Comparando com o ano precedente registou-se um stock de 291,9 milhões de dólares. Nota-se um aumento do volume da

dívida em 1,4%, correspondendo a um incremento de 4,10 milhões de dólares, derivado da emissão dos Bilhetes do Tesouro, cujo prazo de pagamento vencia nos meses de Março e Outubro de 2019.

A situação da dívida pública no período em apreço, demonstram novos desembolsos no total de USD 25,7 milhões de dólares, dos quais, USD 6,3 milhões de dólares proveniente de financiamento externo, com destaque de novos desembolsos de BAD/FAD, BADEA e FMI e USD 19,5 milhões de dólares de financiamento interno respeitante a emissão dos Bilhetes do Tesouro.

Gráfico 6: Evolução da Dívida Pública

Fonte: Gabinete da Dívida - Direcção do Tesouro

Relativamente as fontes de financiamento, verificou-se a continuidade na aplicação de mecanismos de financiamento temporário de tesouraria, designada Bilhete de Tesouro instituída através do Decreto-Lei nº2/2014 de 27 de Fevereiro como instrumento privilegiado para o financiamento e gestão corrente da Tesouraria do Estado, assegurando o equilíbrio dos fluxos de receitas e despesas do Governo assim como a dinamização do mercado financeiro.

Em termos da variação homóloga, constatou-se uma redução do stock da dívida pública na fonte de financiamento bilateral na ordem de 1,1 p.p. enquanto nas vertentes das fontes de financiamentos Multilateral e dívida interna verificou-se o aumento na ordem de 11,2% e 4,6% respectivamente.

O stock da dívida Pública em 2018 assentou-se em 69,2% do PIB, correspondendo a uma diminuição de 4.2 p.p. comparativamente ao verificado em 2017, o que representa no âmbito de análise de sustentabilidade da dívida um risco de sobre-endividamento do país.

1.3. Benefícios fiscais

Na Constituição da República São-tomense os benefícios fiscais são definidos como redução ou eliminação, directa ou indirecta, do respectivo ónus tributário, oriundo de lei ou norma, em que a respectiva competência é conferida ao Governo através de uma autorização legislativa.

A implementação dos benefícios fiscais decorreu da política definida pelo Governo, baseando-se no equilíbrio económico e fiscal, tendo em conta que o mesmo se situa no balanceamento entre deixar

de arrecadar receitas e incentivar os investimentos, pois as medidas que impliquem a isenção ou redução do montante a pagar dos impostos em vigor deverão ter sempre como objecto favorecer as actividades de reconhecido interesse público.

- O Código de Investimento, aprovado nos termos da Lei 7/2008, no seu Capítulo IV Incentivos e Benefícios Fiscais, remete a aplicação de benefícios previstos na legislação fiscal específica. Na sequência do dito, existem diversos diplomas que têm vindo a regulamentar essa matéria, entre eles, o Código Aduaneiro – Decreto-lei n.º 37/2009, que, nos seus artigos 103.º a 128.º, regem as isenções e as reduções aduaneiras, definindo alguns princípios relativamente as mesmas, bem como os respectivos procedimentos e fixa a lista de mercadorias objectivamente isentas.

- Nos termos do Decreto-Lei 9/90, que visa atribuir determinadas facilidades fiscais aduaneiras aos cidadãos nacionais que permanecem no estrangeiro, durante pelo menos 3 anos, que regressam ao País, são aplicados às isenções de direitos de importação para os mesmos.

- O Decreto 12/2009 define os diferentes tipos de benefícios fiscais, determina a sua natureza, bem como a isenção total dos direitos e demais imposições, isenção parcial dos direitos e isenção dos direitos aduaneiros, podendo ser objectivo ou subjectivo.

- Por outro lado, o Decreto 52/2009 legisla no sentido da eliminação das isenções aduaneiras nas importações feitas pelas instituições públicas, beneficiando de isenções somente os donativos. Para além disso, existem ainda as isenções decorrentes de Acordos Internacionais, bem como de legislações específicas, nomeadamente o Estatuto dos Magistrados, das chefias militar entidades fabris, etc.

- Em termos da legislação reguladora das isenções a nível de IRC, cita-se o artigo 16.º (Isenções pessoais) e o artigo 17.º (Isenções reais), ambos do Código do Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), aprovado pela Lei n.º 16/2008, de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 10/2009, de 8 de Outubro e pelo Decreto- Lei nº16/2016 de 17 de Novembro.

- Contudo através do Decreto-Lei nº15/2016 de 17 de Novembro foi aprovado o código Benefícios e incentivos fiscais que permite ao país ter um quadro jurídico regulador dos benefícios fiscais da melhoria do ambiente de negócios, bem como a sua adequação a tributação de inúmeros aspectos da vida económica e social, garantindo deste modo uma maior justiça e melhor adequação aos objectivos económicos.

Para o ano 2018 verificou-se que o benefício fiscal, está composto somente por isenções aduaneiras, através das naturezas que compõem Resultado por Código da Taxa e por natureza que compõe Resultado por Base Legal, de acordo ao quadro que se ilustra abaixo.

Tabela 3: Benefícios Fiscais Concedidos por Classificação de Receitas

(em milhares de Dobras)

Natureza	2017	Ano 2018					% V.H
	Valor Isento	Valor Colectável	Valor a pagar	Valor isento	%	% Estr.	
Resultado por Código da Taxa							
10% sobre Emolumentos Pessoais	2	0	0	0	...	0	...
Emolumentos Gerais Aduaneiros	2244	0	0	0	...	0	...
Subsídios de Deslocação	22	0	0	0	...	0	...
Direitos de Importação - Taxa	63294	430 703	42 811	40 619	94,9	44,4	-35,8
Direitos de Importação - Sobre-Taxa	13386	471 241	53 086	50 800	95,7	55,6	279,5
Emolumentos Pessoais Aduaneiros	22	0	0	0	...	0	...
Total	**78 971**	**901 944**	**95 897**	**91 419**	**95,3**	**100,0**	**15,8**

Fonte: Direcção das Alfandegas; MFCEA

Analisando o benefício fiscal, ao nível das naturezas do resultado por código de taxa constatou-se que o valor total isento conheceu um montante de 91.419 milhares de Dobras, que corresponde as naturezas de Direitos de Importação – (Taxa) e Direitos de Importação – (Sobre-Taxa) com 40.619 milhares de Dobras e 50.800 milhares de Dobras respectivamente. O total do valor isento atingido pela natureza do resultado por código de taxa, corresponde a 95,3% do total do valor a pagar. No âmbito da estrutura, verificou-se que Direitos de Importação – (Sobre-Taxa) é a mais representativa com 55,6%.

Comparando o valor isento do ano em apreço com o do ano precedente, constata-se que a natureza de Direitos de Importação – (Sobre-Taxa) cresceu em 279,5% ao contrário de Direitos de Importação-Taxa que se registou um decréscimo de 35,8%.

É de ressaltar que no ano 2018 não aparecem outras naturezas que fizeram parte das naturezas do resultado por código de taxa em 2017 nomeadamente, os emolumentos pessoais aduaneiros, os emolumentos gerais aduaneiros, subsídio de deslocação e 10% sobre os emolumentos pessoais, pelo facto da inexistência de registo pelo sistema Sydónia de incidências de isenção sobre estas naturezas, uma vez que as mesmas nunca são isentas, salvo excepções ao abrigo do conjecturado nos números 1 e 2 do artº.35 do Decreto nº 12/2009, que prevê que estas são obrigatoriamente devidas.

Tabela 4: Benefícios Fiscais Concedidos por Diploma Legais

(em milhares de Dobras)

Natureza	Valor Isento 2017	Ano 2018					% V.H
		Valor Colectável	Valor a pagar	Valor isento	%	% Estr.	
Resultado por Base Legal							
Convenção de viana	10 200	73 017	6 680	6 680	100,0	13,1	-34,5
Organismo do Estado	10 258	79 259	6 813	6 736	98,9	13,3	-34,3
Decreto n.º 31/2005 Matéria - prima	3 492	7 770	2 391	2 223	93,0	4,4	-36,3
Decreto n.º 53/2006 Mat. Militar,	184	1 920	184	184	100,0	0,4	0,0
Lei n.º 13/2008 Magistrado público	49	158	35	35	100,0	0,1	-28,6
Lei n.º 14/2008 Magistrado Judicial	0	813	184	183	99,5	0,4	...
Decreto-Lei n.º 8/2012 Militar	235	3 524	805	791	98,3	1,6	236,6
Decreto-Lei n.º 63/2013 paramilitar	462	1 819	410	405	98,8	0,8	-12,3
Outros Diplomas Legais	13 895	95 224	13 236	13 101	99,0	25,8	-5,7
Projecto de Desenvolvimento	2 052	4 249	375	374	99,7	0,7	-81,8
Cooperação- Assistência Técnica	563	21 340	2 003	2 003	100,0	3,9	255,8
Contrato - Sector Privado	11 839	149 740	15 185	13 681	90,1	26,9	15,6
Contrato - Empresa Estatal e Mista	0	0	0	0	...	0,0	...
Decreto-Lei n.º 9/90	1 487	4 617	779	484	62,1	1,0	-67,5
Despacho de MPF	23 295	21 133	3 258	3 219	98,8	6,3	-86,2
Religião	262	2 220	275	231	84,0	0,5	-11,8
ONG	698	4 436	472	471	99,8	0,9	-32,5
Lei n.º 7/2012 Deficientes	0	0	0	0	...	0,0	...
Total	**78971**	**471239**	**53085**	**50801**	**95,7**	**100,0**	**-35,7**

Fonte: Direcção das Alfandegas MFCEA

Na sequência da análise do benefício fiscal, constatou-se que as naturezas por Base Legal alcançaram o montante de 50.801 milhares de Dobras com maior importância na natureza de Contrato - Sector Privado e Outros Diplomas Legais com montante de 13.681 milhares de Dobras e 13.101 milhares de Dobras respectivamente, que por sua vez são as mais representativas, correspondendo a 26,9% e 25,8% do total do valor isento. Este montante de 50.801 milhares de Dobras corresponde a 95,7% do valor total a pagar, ou seja o Estado teve uma perda em 95,7%.

Do ponto de vista de comparação com valor isento no igual período do ano anterior, constata-se que duas naturezas apresentam um crescimento na variação homóloga, com maior relevância para Cooperação-Assistência Técnica e Decreto – Lei nº8/2012 Militar, com 255,8% e 236,6%, respectivamente. Concernente a natureza de Cooperação-Assistência Técnica o crescimento verificado deve-se fundamentalmente as intervenções realizadas dentro da área de saúde e energia no âmbito da cooperação entre Governo e a República Popular da China. Com relação a natureza de Decreto-lei nº08/2012, os crescimentos advêm da importação de viaturas pelos beneficiários.

Continuando ainda na análise da variação homóloga, verifica-se que 11 naturezas decresceram, com maior relevância para Naturezas de Despacho MPF e Projecto de Desenvolvimento, respectivamente, 86,2% e 81,8%. Estes decréscimos foram devido a diminuição de Importação e extinção ou diminuição de importação pelos projectos em curso, nomeadamente, projecto PRIASA e PAPAFPA.

Ano Fiscal de 2018

Perspectiva Fiscal

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 2 : PERSPECTIVA FISCAL

Quando se trata da actividade económico-financeira do sector público, a condução da política fiscal, entendida de forma simples como a administração das receitas e despesas do governo, produz impactos expressivos sobre a procura agregada, os preços, o nível de emprego e a balança de pagamentos. Desse modo, estatísticas fiscais são elaboradas com o propósito de evidenciar as consequências macroeconómicas da política fiscal, e não só, os seus impactos quanto ao endividamento e à sustentabilidade da dívida.

Parcela relevante da política fiscal diz respeito à forma como o governo actua, junto à sociedade, para obter os recursos necessários para a cobertura dos gastos públicos. O primeiro mecanismo de que os governos se valem para obter receitas é a tributação, que pode também ser complementada pela exploração de activos públicos, como a cobrança por concessões e alugueis. Além dessas fontes primárias de receitas, os governos contam usualmente com mecanismos que lhes permitem antecipar receitas. Isso ocorre sempre que o governo utiliza recursos de terceiros, assumindo a obrigação de devolvê-los no futuro.

Esses são basicamente os dois mecanismos adoptados para cobertura das despesas públicas: as fontes primárias, em que o governo não contrai obrigação futura (ou dívida), e as fontes de financiamento, em que o governo obtém recursos mediante contratação de dívida. Conceitualmente inclui-se no conjunto de fontes primárias qualquer receita que o governo obtenha e não amplie a sua dívida ou não diminua os seus activos.

Toda as vez que as despesas de manutenção e investimentos governamentais superam o valor de suas receitas primárias, verifica-se o que se chama deficit primário. Essa situação exige que o governo lance mão de outras fontes de receitas para a cobertura do valor do deficit. Pode então cobrir tais despesas utilizando recursos obtidos no passado, vendendo bens no presente ou contraindo obrigações para pagamento no futuro.

Nos dois primeiros casos, o deficit pode ser pago mediante redução dos activos do governo, como as sobras de recursos acumulados na caixa em período anterior ou as receitas decorrentes da venda de activos adquiridos no passado. Ainda que o governo se tenha valido de recursos próprios para financiar o excesso de despesa, ou deficit primário, é importante avaliar a situação das contas públicas por esse conceito, pois o deficit demonstra que houve, no período avaliado, um agravamento da situação das finanças do governo em relação ao período anterior. No caso de financiamento do deficit primário com a utilização de recursos obtidos mediante endividamento, o agravamento do quadro fiscal ficaria evidente em decorrência da ampliação da dívida pública.

Países frequentemente recorrem ao endividamento para financiar suas operações. É uma opção que acarreta riscos, especialmente quando a razão entre o montante da dívida pública e o valor do Produto Interno Bruto (PIB) se mantém em trajectória de crescimento por longo período de tempo. O problema reside não no tamanho da dívida, por si só, mas principalmente na maneira como o seu financiamento se realiza, o que implica avaliar questões como prazos de amortização da dívida e taxas de juros.

Nações que possuem elevado nível de endividamento apresentam menor capacidade de absorção de novos deficits. Por outro lado, são esses os países mais sujeitos à ocorrência de deficits expressivos, visto que os pagamentos de juros tornam-se, rapidamente, um componente relevante dos gastos públicos.

Um nível crescente de dívida pode provocar dificuldades macroeconômicas e criar desequilíbrios. Uma dívida externa acentuada aumenta a vulnerabilidade da posição fiscal (e da taxa de câmbio) aos acontecimentos nos mercados internacionais de capitais. As expectativas em torno das consequências futuras do serviço de uma dívida vultosa (aumento da carga tributária ou criação de moeda para pagamento da dívida) podem provocar a perda da confiança na capacidade do governo em administrar suas finanças, acarretando resultados desastrosos para a administração e para a economia do país. Entra-se, desse modo, na questão mais ampla da credibilidade e da importância da gestão da dívida e do resultado fiscal, como indicadores do desempenho dos responsáveis pela condução da política econômica e de sua capacidade de manter o poder aquisitivo da moeda.

A dívida pública é considerada insustentável quando, projectada para o futuro, não se vislumbram condições favoráveis para que sua trajectória seja mantida pelo governo. Tal situação significa que os mecanismos usuais de administração da dívida terão que ser modificados, no presente ou no futuro, para evitar o estrangulamento das contas públicas.

A sustentabilidade da dívida passa a constituir um problema grave especialmente quando o aumento dos pagamentos de juros pelo governo ultrapassa a capacidade de aumento da receita pública.

É importante ressaltar que a avaliação da sustentabilidade da dívida é feita não somente por indicadores de montante da dívida (stock), mas também pelo fluxo de endividamento demandado no período. Em princípio não existe, necessariamente, problema em gastar mais do que se arrecadar numa determinada época, desde que haja condições para se endividar. A referência de comparabilidade entre os países é o PIB, que se traduz no conjunto de riquezas geradas no ano.

Logo, verifica-se que, para análise da situação fiscal do país, é importante trabalhar não só com medidas de fluxo (resultado nominal, resultado primário, juros nominais), mas também é preciso ter uma visão do stock da dívida (montante acumulado) no momento, para se estabelecer a trajectória de sustentabilidade. Dessa forma, constata-se que os países devem cuidar da sua política fiscal para que tenham uma trajectória de dívida sustentável. E uma das formas de se fazer isso é apurando, produzindo e publicando estatísticas fiscais, ou seja, informações sobre o endividamento e o desempenho (resultado) fiscal do Estado.

O principal objectivo da divulgação das estatísticas fiscais é o de evidenciar a condução da política fiscal do governo com foco sobre as suas consequências macroeconômicas, entre as quais se destacam:

- impacto sobre a procura agregada e, desta forma, sobre a inflação;
- sustentabilidade da dívida (solvência do sector público);
- medir o tamanho do sector público;
- dar publicidade às acções do governo;
- avaliar a efectividade dos gastos públicos.

Sob a perspectiva fiscal existem várias formas de se apurar resultados, com base na variação da dívida bruta ou na dívida líquida, sendo que cada uma delas pode-se apurar vários tipos de resultados como primário e nominal. Apesar de não existir uma unicidade de medida correcta de resultado fiscal, pode-se afirmar que um dos objectivos da apuração de resultados fiscais é o de mensurar o efeito da execução das receitas e despesas públicas sobre a variação de determinado montante de endividamento, portanto, apura-se o resultado fiscal para fins de controle do endividamento bruto ou líquido de um determinado ente, que pode ser um país, uma província, um município ou até mesmo uma entidade pública.

2.1. Base Conceitual para Elaboração dos Demonstrativos Fiscais

As informações da perspectiva fiscal têm por objectivo evidenciar o desempenho fiscal do sector público em determinado período e está fortemente correlacionada com a apuração das estatísticas fiscais. Controlar a dívida pública, medir a sustentabilidade da dívida (solvência do sector público) e o impacto da política fiscal sobre a procura agregada são alguns dos objectivos da divulgação de estatísticas fiscais.

As bases conceituais para a apuração de resultado fiscal foram criadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e publicadas no Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do ano de 1986.[18] O principal objectivo do documento era o de reunir e organizar informações em estatísticas apropriadas para a análise, planeamento e determinação de políticas. É possível observar essa preocupação no seguinte trecho do manual: "Estatísticas de Finanças Públicas devidamente seleccionadas e organizadas podem facilitar a análise das operações do governo e seus impactos sobre a economia como um todo, bem como sobre aspectos específicos da economia".[19] Vale ressaltar que o GFS/1986 leva em consideração apenas o critério de caixa.

Alguns anos depois o “Government Finance Statistics Manual - GFS 2001” trouxe inúmeras inovações para o processo de levantamento de estatísticas sobre as finanças do sector público, dentre elas a utilização de regime contabilístico misto: caixa para primário e competência para o financeiro. No entanto, conforme salienta o próprio manual, a implementação de todas as suas recomendações é tarefa complexa, que requer tempo e pode ensejar grandes alterações nos sistemas contabilísticos dos países que desejam utilizá-lo.

> "O Manual de Estatísticas de Finanças Públicas é a publicação mais recente de uma série de guias relacionados a metodologias que têm sido publicados pelo Fundo Monetário Internacional. O manual, que actualiza a primeira versão publicada em 1986, é o principal avanço em termos de padrões de compilação e apresentação de estatísticas fiscais e é parte de uma tendência mundial de maior responsabilidade e transparência nas finanças públicas, suas operações e supervisão.
>
> [...].

[18] Na versão em português, “Manual on Government Finance Statistics - GFS 1986”.

[19] Texto original: "Statistics on government finance appropriately selected and organized can facilitate the analysis of government operation and of its impact on the economy as a whole and on particular parts of economy".

O manual é um ambicioso passo adiante em termos de metodologias. É reconhecido que a implementação do sistema integrado apresentado neste manual levará algum tempo e terá de evoluir em um ritmo determinado pelas diferentes necessidades e circunstâncias de cada país envolvido. Em particular, alguns países precisarão rever seus sistemas contabilísticos para que os mesmos possam reflectir a alteração para o regime de competência e das classificações existentes actualmente."[20]

Assim como todo resultado que se apura, calcula-se o seu valor a partir da diferença estabelecida entre montantes de receitas e de despesas, visando avaliar o controlo do endividamento público e pode ser feita tanto em relação ao endividamento líquido quanto ao endividamento bruto.

No controlo do endividamento líquido tem-se a diferença entre o saldo total das obrigações e o saldo total dos activos financeiros, sendo o principal interesse o de gerir a variação de referido stock de endividamento ao longo do tempo.

Nesse sentido, será considerada receita primária ou não financeira, toda operação que gerar redução de referido endividamento, e será considerada despesa primária, toda operação que resultar em aumento do mesmo. Frise-se que a redução do endividamento líquido pode ser obtida tanto por intermédio do aumento do stock de activos financeiros quanto por intermédio da redução do stock de obrigações financeiras. Por outro lado, o aumento do endividamento líquido pode ser alcançado mediante o aumento do stock de obrigações e/ou redução do stock de activos financeiros.

No controlo do endividamento bruto, por seu turno, o interesse é de controlar a variação do stock da dívida bruta, ou seja, o que interessa é manter sob controlo a variação do saldo das obrigações. Como o saldo de uma obrigação varia em função de (i) apropriação de juros activos ou passivos ao stock anterior, (ii) nova emissão de dívida e (iii) amortização ou resgate de dívida anterior, então é possível inferir que o saldo da dívida bruta aumentará quando houver apropriação de juros passivos e/ou a emissão de novas dívidas, e o saldo da dívida bruta reduzirá quando houver a apropriação de juros activos e/ou o resgate de dívidas já existentes.

Assim, o esforço fiscal é medido pelo resultado que não seja o financeiro, ou seja, pelo resultado não financeiro ou primário, como se segue:

a. Receita primária ou não financeira - É a operação que provoca redução no saldo da dívida líquida e não está relacionada à apropriação de juros.

b. Despesa primária ou não financeira - É a operação que provoca aumento no saldo da dívida líquida e que não está relacionada à apropriação de juros.

---

[20]Texto original: " The Government Finance Statistics Manual is the latest in a series of international guidelines on statistical methodology that have been issued by the International Monetary Fund. The Manual, which updates the first edition published in 1986, is a major advance in the standards for compilation and presentation of fiscal statistics and part of a worldwide trend toward greater accountability and transparency in government finances, operations, and oversight.
[...] The Manual is an ambitious step forward in statistical methodology. It is recognized that the implementation of the fully integrated system presented in this manual will take some time and will need to progress at a pace determined by the differing needs and circumstances of the country involved. In particular, many countries will need to revise their underlying accounting systems to reflect the accrual basis of recording and revised classifications.".

c. Resultado primário ou não financeiro - É a diferença entre as receitas primárias (não financeiras) e as despesas primárias (não financeiras), ou seja, o resultado primário (não financeiro) é a dívida líquida que não está associada à apropriação de juros à stock de endividamento líquido.

d. Juros líquidos - É a diferença entre os juros activos decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras deduzidos dos juros passivos resultantes das despesas com juros incidentes sobre o stock da dívida pública podendo, portanto, ser positivo ou negativo.

e. Resultado nominal - calculado pelo resultado primário acrescido ou deduzido dos juros líquidos.

Desse modo, toda vez que o resultado fiscal – qualquer que seja o conceito – apresentar valor positivo, ocorrerá superavit. Por outro lado, se o resultado tiver sinal negativo, então tratar-se-á de deficit.

Um dos aspectos interessantes quando se controla o endividamento pela óptica da dívida líquida é que, como os conceitos de receita e despesa derivam da variação da dívida líquida, a diferença entre o total das receitas e o das despesas acaba sendo, por definição, igual ao montante referente à variação do saldo da dívida líquida entre dois instantes. O mesmo não ocorre quando o controlo do endividamento é efectuado sob a óptica da dívida bruta, pois os conceitos de receita e de despesa nesse tipo de controlo não são estabelecidos em função da variação da dívida bruta, mas, sim, em razão do objectivo de se medir a capacidade que se tem de gerar recursos financeiros para o pagamento/resgate da dívida bruta.

Desse modo, no controlo da dívida líquida é possível apurar-se o resultado tanto por intermédio da diferença entre os montantes de receita e de despesa – acima da linha – quanto por intermédio da variação do endividamento líquido – abaixo da linha.

Acima da Linha	➔	(Receitas) - (Despesas)
=		---
Abaixo da Linha	➔	Variação da Dívida Líquida

A metodologia de apuração abaixo da linha é utilizada como forma de apuração do resultado nominal e consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido, em um determinado período. Assim, o resultado nominal pode ser apurado levando-se em consideração a diferença entre o saldo da dívida líquida no período de referência e o saldo da dívida líquida no período anterior. Vale ressaltar que esta metodologia não permite identificar os diversos componentes das contas públicas que contribuem para a formação do resultado. Isso porque a fonte dos dados são os registos do sistema financeiro, nos quais não há qualquer detalhe quanto aos factores que produzem, no governo, os ingressos e as saídas de caixa.

Assim, o apuramento abaixo da linha possibilita apenas constatar se houve resultado fiscal, positivo ou negativo, e qual o seu valor. Pode-se explicitar pouco sobre a causa desse resultado, o que é insuficiente para que o governo e a sociedade avaliem a efectiva situação das contas públicas e visualizem oportunidades ou necessidades de ajustes na gestão das finanças. Para uma boa gestão das

contas públicas, é preciso conhecer detalhes quanto ao comportamento dos principais itens de receita e despesa, de forma a se identificar variações, tendências de redução ou crescimento, causas e acções correctivas possíveis. Como se encontra a trajectória de crescimento das receitas e das despesas? Quais as variações ocorridas em cada item de despesa e de receita? Informações dessa natureza não são obtidas junto ao sector financeiro. Por isso, a apuração abaixo da linha não é suficiente para explicar as causas de déficit ou superávit.

O nível de detalhe necessário à gestão das contas públicas exige que se obtenham dados quanto aos diversos componentes da receita e da despesa, somente obtidos nos demonstrativos contabilísticos do governo. Assim, o apuramento do resultado fiscal a partir dos registos contabilísticos do governo poderá, por exemplo, destacar todas as receitas e despesas realizadas junto ao público em geral, excepto o sistema financeiro. Estão excluídas as operações que, de alguma forma, constituem receitas decorrentes de novos endividamentos, amortizações de dívidas anteriormente contraídas ou pagamento de juros e outros encargos da dívida, que dizem respeito à própria administração da dívida.

Os financiamentos e as amortizações da dívida têm como contrapartida, respectivamente, ingressos e saídas de caixa. Dessa forma, não geram impacto sobre o montante da dívida líquida, e não produzem efeito no apuramento do resultado fiscal.

Considerando-se que o fluxo de caixa resultante do quadro acima da linha impactará o nível do endividamento do governo, é fácil perceber que o valor dos juros e encargos da dívida, somado ao valor do resultado primário, determinará o valor da variação da dívida. Assim, os elementos determinantes da variação da dívida líquida serão aqueles constantes do demonstrativo elaborado pelo critério acima da linha, acrescido do valor dos juros e encargos da dívida. Esse número corresponderá ao resultado nominal. Em São Tomé e Príncipe a metodologia utilizada é a estritamente de caixa para as receitas e despesas para todos os itens de apuração dos resultados, inclusive os juros.

Alguns aspectos merecem consideração quando o resultado fiscal é medido pela variação de caixa. Como característica positiva da metodologia, está o facto de que a demonstração do resultado de caixa é um balizador imediato do impacto das contas do governo sobre a economia, e constitui-se em um eficiente indicador da gestão do passivo financeiro do governo, na medida em que déficits ou superávits de caixa permitem inferências acerca dos impactos das contas públicas sobre o nível do endividamento.

Adicionalmente, as variações do saldo de caixa permitem uma pronta identificação de impactos monetários, principalmente no caso em que os recursos financeiros do governo são depositados no Banco Central. Em sentido contrário, porém, cabe reconhecer que se trata de um mecanismo parcial de medição, limitado ao prazo imediato, e que pode deixar de incluir determinados acúmulos ou reduções de dívidas, obrigações não explicitadas e/ou represadas pelo governo, como atrasados.

2.1.1. Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – Acima da Linha

O Demonstrativo das receitas e despesas sob a perspectiva fiscal segrega as receitas e despesas em primárias e financeiras, tomando-se por base a classificação orçamental sob a óptica económica com o objectivo de proporcionar maior transparência ao cálculo do resultado primário do período.

2.1.2. Demonstrativo das Receitas e Despesas sob a Perspectiva Fiscal

Com base no classificador orçamental identificam-se as receitas correntes e de capital arrecadadas no período e faz-se uma reorganização considerando o conceito das estatísticas fiscais com vista a apuração do montante das receitas primárias e financeira, conforme o Quadro 1. As receitas não financeiras ou primárias, correspondem ao total da receita arrecadada, deduzidas as seguintes:

a. rendimentos obtidos em aplicações financeiras;
b. rendimentos de petróleo,
c. ingressos decorrentes de empréstimos;
d. recebimentos decorrentes de financiamentos concedidos pelo governo;
e. receitas decorrentes de alienações de bens.

Os recursos arrecadados no exercício anterior e que tenham gerado superávit financeiro, quando utilizados como fonte para abertura de créditos orçamentais adicionais são classificados como fonte financeira.

Tabela 5: Demonstrativo das Receitas sob a Perspectiva Fiscal

(em milhares de Dobras)

DESCRIÇÃO	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
RECEITA TOTAL (Receita primária + Receita Financeira)	**3 278 265**	**2 259 027**	**2 573 429**	**68,9**	**-12,2**
Receita Primária	**3 033 650**	**1 868 797**	**2 279 096**	**61,6**	**-18,0**
				…	**…**
1.1 - Receitas Tributárias	1 253 354	1 099 411	1 040 301	**87,7**	**5,7**
1.2 - Receita Patrimonial (Exc. Oper. Financeiras e Petróleo)	53 336	21 882	41 664	**41,0**	**-47,5**
1.3 - Receita de Serviços	43 900	21 222	35 856	**48,3**	**-40,8**
1.4 - Receita de Transferência Corrente	0	0	0	**…**	**…**
1.9 - Receitas Correntes Diversas	14 000	10 773	10 841	**77,0**	**-0,6**
2.3 - Receita de Transferência de Capital - Donativos	1 669 060	715 510	1 150 433	**42,9**	**-37,8**
				…	**…**
Receita Financeira	**244 615**	**390 230**	**294 332**	**159,5**	**32,6**
				…	**…**
1.2.3 - Rendimentos de Operações Financeiras	0	0	0	**…**	**…**
1.2.5.1 - Rendimentos do Petróleo	2 000	212 019	50 926	**10 600,9**	**316,3**
2.1 - Receita de Alienação	500	116	831	**23,2**	**-86,1**
2.2. - Receita de Financiamento	242 115	178 096	242 575	**73,6**	**-26,6**
2.3 - Receita de Transferência de Capital - Donativos	0	0	0	**…**	**…**
2.9 - Reversão de Saldo Anterior	0	0	0	**…**	**…**
	0	0	0		

Fonte: DCP/SAFE-e

Para o apuramento das despesas primárias também considera-se o classificador orçamental sob a óptica económica (despesas correntes e de capital), pagas no período e faz-se uma reagruparão com base no conceito das estatísticas fiscais apurando-se o montante das despesas primárias e financeiras, conforme a tabela 5. As Despesas não financeiras ou primárias são calculadas a partir do valor da despesa total, deduzidas as financeiras que são:

a. amortização, juros e outros encargos da dívida interna e externa;
b. aquisição de títulos de capital já integralizado;
c. concessão de empréstimos com retorno garantido.

Tabela 6: Demonstrativo das Despesas sob a Perspectiva Fiscal

(em milhares de Dobras)

DESCRIÇÃO	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
DESPESA TOTAL (Despesa Primária + Despesa Financeira)	**3 278 265**	**2 345 339**	**2 716 335**	**71,5**	**-13,7**
				...	**...**
Despesa Primária (A + B + C)	**3 112 143**	**2 224 700**	**2 566 546**	**71,5**	**-13,3**
				...	**...**
A - Despesas com Fontes Internas	**1 510 141**	**1 464 188**	**1 416 127**	**97,0**	**3,4**
3.1 - Despesas com Pessoal	749 258	795 975	720 219	**106,2**	**10,5**
3.2 - Contribuições do Empregador	31 862	25 742	24 994	**80,8**	**3,0**
3.3 - Bens e serviços	241 441	259 716	243 897	**107,6**	**6,5**
3.5 - Subsídios e Transferências Correntes	314 674	272 723	384 937	**86,7**	**-29,2**
3.6 - Despesas Correntes de Exercícios Anteriores	79 481	40 021	14 318	**50,4**	**179,5**
4.1 - Investimentos	48 540	25 248	12 383	**52,0**	**103,9**
4.2 - Transferência de Capital	44 885	44 763	15 379	**99,7**	**191,1**
4.3.1.1 - Const. ou Aumento de Capital de Empresas	0	0	0	**...**	**...**
4.4 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores	0	0	0	**...**	**...**
9.0 - Reserva Orçamental	0	0	0	**...**	**...**
				...	**...**
B - Despesas com Fontes de Donativos	**1 402 337**	**643 653**	**961 000**	**45,9**	**-33,0**
3.1 - Despesas com Pessoal	0	0	0	**...**	**...**
3.3 - Bens e serviços	97 545	772	38 759	**0,8**	**-98,0**
3.5 - Subsídios e Transferências Correntes	235 849	206 929	241 955	**87,7**	**-14,5**
3.6 - Despesas Correntes de Exercícios Anteriores	0	0	0	**...**	**...**
4.1 - Investimentos	1 001 974	330 991	460 639	**33,0**	**-28,1**
4.2 - Transferência de Capital	40 620	25 767	15 265	**63,4**	**68,8**
4.4 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores	26 349	79 195	204 381	**300,6**	**-61,3**
4.9 - Outras Despesas de Capital	0	0	0	**...**	**...**
9.0 - Reserva Orçamental	0	0	0	**...**	**...**
				...	**...**
C - Despesas com Fontes de Financiamento Externo	**199 665**	**116 859**	**189 419**	**58,5**	**-38,3**
3.1 - Despesas com Pessoal	0	0	0	**...**	**...**
3.3 - Bens e serviços	0	0	1 000	**...**	**-100,0**
3.5 - Subsídios e Transferências Correntes	0	0	11 775	**...**	**-100,0**
3.6 - Despesas Correntes de Exercícios Anteriores	0	0	0	**...**	**...**
4.1 - Investimentos	199 665	116 859	152 136	**58,5**	**-23,2**
4.2 - Transferência de Capital	0	0	647	**...**	**-100,0**
4.4 - Despesas de Capital de Exercícios Anteriores	0	0	23 861	**...**	**-100,0**
9.0 - Reserva Orçamental	0	0	0	**...**	**...**
				...	**...**
Despesa Financeira	**166 123**	**120 639**	**149 790**	**72,6**	**-19,5**
				...	**...**
3.4 - Juros da Dívida	50 239	34 242	38 635	**68,2**	**-11,4**
4.3.2 - Amortização de Passivos Financeiros	115 884	86 397	111 155	**74,6**	**-22,3**
4.3.1.4 - Conc. de Empréstimos e Financiamentos	0		0	**...**	**...**

Fonte: DCP/SAFE-e

Com vista ao cálculo do Resultado Primário Ajustado as despesas primárias foram segregadas por agrupamento de fontes de recursos: A - Fontes Internas; B - Fontes de Donativos; e C - Fontes de Financiamento externo (créditos).

2.1.3. Demonstrativo do Resultado Fiscal Convencional

Denominou-se Resultado Fiscal Convencional o cálculo do Resultado Primário que compara o montante das fontes de receitas primárias sem tratamento diferenciado para as despesas custeadas com fontes decorrentes de donativos nem aquelas que são pagas com recursos de financiamento externo. Neste conceito a fonte de recursos que financiam as despesas não interfere na classificação como primária ou financeira. Tal metodologia está mais aderente às practicadas nas estatísticas fiscais internacionais.

Tabela 7: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Convencional
(em milhares de Dobras)

DESCRIÇÃO	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
Cálculo do Resultado Primário e Nominal Convencional					
I - Total de Receita Primária	3 033 650	1 868 797	2 279 096	**61,6**	**-18,0**
II - Total Despesa Primária	3 112 143	2 224 700	2 566 546	**71,5**	**-13,3**
III - Resultado Primário Convencional (III = I - II)	**-78 493**	**-355 902**	**-287 450**	**453,4**	**23,8**
IV - (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0	**...**	**...**
V - (-) Juros da Dívida	50 239	34 242	38 635	**68,2**	**-11,4**
VI - Resultado Nominal Convencional (VI = III +IV - VI)	**-128 731**	**-390 144**	**-326 084**	**303,1**	**19,6**

Fonte: DCP/SAFE-e

2.1.4. Demonstrativo do Resultado Fiscal Doméstico

O cálculo do Resultado Fiscal Doméstico ajusta o valor das receitas primárias considerando tão somente as fontes de receita primária interna, portanto, sem a inclusão de donativos, pois estas não se traduzem num esforço fiscal do governo. Nas despesas primárias ajustadas busca-se apurar o montante daquelas que foram financiadas com recursos internos, excluindo também as despesas internas financiadas com recursos de privatização. Por isso, do total das despesas primárias são subtraídas as despesas primárias financiadas com privatização, com donativos, com fonte de financiamento externo e as Despesas Correntes dos Exercícios Anteriores Financiadas com Fontes Internas. Este conceito visa obter uma visão de abrangência mais restrita do resultado primário tomando-se por base os recursos de financiamento interno.

Tabela 8: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Doméstico

(em milhares de Dobras)

DESCRIÇÃO	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
Cálculo do Resultado Primário e Nominal Doméstico					
I - Total de Receita Primária	3 033 650	1 868 797	2 279 096	**61,6**	**-18,0**
II - (-) Receita de Donativos	1 669 060	715 510	1 150 433	**42,9**	**-37,8**
III - (=) Donativos de Apoio Orçamental (Banco Mundial)	0	0	0	**…**	**…**
IV - (=) Receita Primária Ajustada (IV = I - II + III)	**1 364 590**	**1 153 287**	**1 128 663**	**84,5**	**2,2**
V - Total de Despesa Primária	3 112 143	2 224 700	2 566 546	**71,5**	**-13,3**
VI - (-) Despesa Primária com Fonte de Donativos	1 402 337	643 653	961 000	**45,9**	**-33,0**
VII - (-) Desp. Primária com Fonte de Financiamento Externo	199 665	116 859	189 419	**58,5**	**-38,3**
VIII - (-) Despesa Primária Fonte Interna do Exerc. Anterior	314 674	40 021	14 318	**12,7**	**179,5**
IX - (-) Despesa Primária com Fonte Interna (Privatização)	0	0	0	**…**	**…**
X - (=) Despesa Primária Doméstica (X = V - VI - VII - VIII - IX)	**1 195 467**	**1 424 167**	**1 401 809**	**119,1**	**1,6**
XI - Resultado Primário Domésticos (XI = IV - X)	**169 123**	**-270 879**	**-273 146**	**-160,2**	**-0,8**
XII - (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0	**…**	**…**
XIII - (-) Juros da Dívida	50 239	34 242	38 635	**68,2**	**-11,4**
XIV - Resultado Nominal Doméstico (XIV = XI + XII - XIII)	**118 885**	**-305 121**	**-311 781**	**-256,7**	**-2,1**

Fonte: DCP/SAFE-e

2.2. Notas Explicativas ao Demonstrativo Fiscal

2.2.1. Contexto

Os demonstrativos fiscais constantes neste Relatório Técnico foram elaborados a partir da derivação da Tabela de Operações Financeiras do Estado, com foco na perspectiva fiscal, portanto privilegiando os conceitos de resultados primário e nominal.

São Tomé e Príncipe adopta mecanismos de avaliação de resultados fiscais desde vários anos em função primordialmente de compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estas notas explicativas têm como paradigma as regras estabelecidas nas normas internacionais de contabilidade aplicadas ao sector público adaptadas para a perspectiva fiscal. Assim, as notas explicativas fazem parte dos demonstrativos que integram a perspectiva fiscal e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes das demonstrações fiscais. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos com foco principalmente nas informações de natureza fiscal, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nos demonstrativos.

2.2.2. Abrangência

As informações que constam nos demonstrativos fiscais consolidam as entidades referente à Administração Central do Estado, incluindo as transferências do Governo Central para os Serviços e Fundos Autónomos, Poder Regional e Local.

2.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Dobras, que é a moeda funcional de São Tomé e Príncipe. Os valores foram arredondados para milhares de Dobras, excepto quando indicado de outra forma.

2.2.4. Regime Utilizado para Apuração das Informações

Na apuração dos resultados fiscais considerou-se as receitas ingressadas ou arrecadadas e as despesas pagas ou desembolsadas.

2.2.5. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Fiscais Significativas

Na preparação dos demonstrativos fiscais, fez-se uso basicamente de informações extraídas do Sistema de Administração Financeira do Estado Electrónico (SAFE-e). Não foi observado o uso de julgamentos que tenham impactos significativos nos demonstrativos.

Foi utilizado como premissa conceitual de apuramento dos resultados fiscais a evidenciação dos resultados primário e nominal convergida aos conceitos praticados internacionalmente nas estatísticas fiscais, identificado como "abrangente". Considerando as peculiaridades inerentes ao nível de maturidade da gestão fiscal em São Tomé e Príncipe, se utiliza para fins de acompanhamento da política fiscal por parte de organismos internacionais o que denominou-se de resultado doméstico ou ajustado.

2.3. Análise dos Demonstrativos Fiscais

2.3.1. Análise das Receitas sob Perspectiva Fiscal

2.3.1.1. Receitas Totais

No exercício económico de 2018, as Receitas Totais (Receitas Primárias + Receitas Financeiras) arrecadadas, atingiram 2.259.027 milhares de Dobras (cf. Tabela 4), correspondente a uma realização de 68,9% do programado e uma variação negativa de 12,2% relativamente ao executado no período homólogo de 2017. O nível de arrecadação registado foi estimulado, sobretudo, pelas Receitas Primárias que representaram cerca de 82,7% do total arrecadado (cf. Gráfico 7), tendo como principal foco a componente Receitas Tributárias e Receitas de Transferência de Capital (Donativos), associado a execução da Receita Financeira na sua componente Rendimento de Petróleo e Desembolsos para Projectos.

Gráfico 7: Estrutura da Receita Total

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

O nível de execução assim como a diminuição observada deve-se principalmente a tímida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de empréstimos como dos donativos, para financiamento de projectos inscritos no programa de investimentos públicos (PIP) e que não foram suficientes para absorver o impacto proporcionado pelo desempenho obtido ao nível das receitas correntes.

2.3.1.1.1. Receitas Primárias

As Receitas Primárias ascenderam ao montante de 1.868.797 milhares de Dobras, o que representou um nível de arrecadação de 61,6% face ao orçamentado e uma variação negativa em termos homólogos de 18,0%. As componentes que mais contribuíram para a performance das Receitas Primárias foram: as Receitas Tributárias e as Receitas de Transferências de Capital - Donativos com cerca de 58,8% e 38,3%, respectivamente (cf. Gráfico 8), tendo apresentado comportamentos díspares relativamente ao ano transacto, como abaixo se discrimina:

Gráfico 8: Estrutura da Receita Primária

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

2.3.1.1.1.1. Receitas Tributárias

Tendo em conta o Classificador Orçamental das Receitas (COr), as Receitas Tributárias, compreendem as receitas resultantes dos impostos, taxas, contribuições e outras receitas tributárias. Essas receitas tiveram uma execução de 1.099.411 milhares de Dobras, o que corresponde a 87,7% do previsto para o período em análise e um aumento de 5,7% face ao ano económico de 2017.

Tabela 9: Detalhe das Receitas Tributárias

(em milhões de Dobras)

Descrição	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
Impostos	1 196 984	1 061 520	994 242	88,7	6,8
Taxas	55 071	36 850	46 059	66,9	-20,0
Contribuições	0	0	0	…	…
Outras Receitas Tributárias	1 299	1 041	0	80,1	…
Soma… …	1 253 354	1 099 411	1 040 301	87,7	5,7

Fonte: DCP-MFCEA

Concorreram para o nível de execução observado, fundamentalmente as rubricas de Impostos e Outras Receitas Tributárias com respectivamente 96,6% e 0,09%, tendo registado um grau de execução de 88,7% e 80,1%, o que corresponde a mais de 6,8% (Impostos) face ao arrecadado no período homólogo de 2017 e não sendo registado a variação homóloga quanto a outras receitas tributárias, uma vez que no ano 2017 as mesmas não tiveram execução.

2.3.1.1.1.2. Receitas Patrimoniais (Exc. Oper. Financeiras e Receitas de Petróleo)

A componente Receitas Patrimoniais que se avalia tendo em conta a actual perspectiva de análise, exclui as receitas provenientes de Rendimentos de Operações Financeiras e de Rendimentos de Petróleo. Esta representa 1,2% do total das receitas primárias e agrega, dentre outras, as receitas originárias dos Rendimentos Imobiliários, Rendimentos de Participação e Rendimentos das Pescas, relativo ao acordo de pesca assinado com a União Europeia bem como da concessão de licenças de pescas para pequenas embarcações.

Tabela 10: Detalhe das Receitas Patrimoniais

(em milhares de Dobras)

Descrição	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
Rendimentos imobiliários	55 336	10 277	12 369	18,6	-16,9
Rendimentos de Participação	13 285	11 277	13 285	84,9	-15,1
Rendimentos das Pescas	29 800	328	16 010	1,1	-97,9
Rendimentos de Outros Bens e Dire	0	0	0	…	…
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0	…	…
Soma… …	98 422	21 882	41 664	22,2	-47,5

Fonte: DCP-MFCEA

Relativamente ao seu desempenho, esta componente registou uma arrecadação de 21.882 milhares de Dobras, cerca de 22,2% do orçamentado, o que corresponde a um decréscimo de 47,5%, face ao arrecadado no período homólogo de 2017. A diminuição observada deve-se por um lado, a não entrada de receitas provenientes de Direitos de Pesca, bem como do dividendo proveniente do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) no ano em análise.

2.3.1.1.1.3. Receitas de Serviços

Quanto às Receitas de Serviços, é de salientar que as mesmas englobam as arrecadações com os serviços comerciais, serviços comunitários, serviços de conservatória, registo e notariado e serviços diversos. No exercício económico de 2018, esta componente ascendeu ao montante de 21.222 milhares de Dobras, traduzindo-se num nível de execução de 48,3%, e que corresponde a um decréscimo de 40,8% face ao ano transacto.

2.3.1.1.1.4. Receitas Correntes Diversas

As Receitas Correntes Diversas congregam todas as outras receitas que não estão especificadas na categoria de Receitas Correntes conforme o COr 2007, e que se encontram legalmente estabelecidas.

Tabela 11: Detalhe das Receitas Correntes Diversas

(em milhares de Dobras)

Descrição	OGE 2018	Real 2018	Real 2017	% Exec.	V.H. 18/17
Multas e Outras Penalidades	13 408	9 447	9 802	70,5	-3,6
Indemnizações e Restituições	328	1 035	829	316,0	24,9
Vendas Diversas ou Eventuais	0	0	0	...	...
Lotarias e Sorteios Diversos	0	0	0	...	...
Juros, Comissões e Bonificações	0	0	0	...	...
Outras Receitas Correntes	264	291	210	110,3	38,5
Soma... ...	14 000	10 773	10 841	77,0	-0,6

Fonte: DCP-MFCEA

No exercício económico do ano em análise, verificou-se um nível de execução de 77,0%, da previsão inicial, ascendendo ao montante de 10.773 milhares de Dobras, contra os 10.841 milhares de Dobras, arrecadados no exercício económico de 2017, o que corresponde a uma diminuição de 0,6%. O decréscimo observado deve-se ao facto de se ter registado no ano em análise, na rubrica de Multas e Outras Penalidades, uma diminuição de 3,6% face ao mesmo período do ano de 2017.

2.3.1.1.1.5. Receitas de Transferências de Capital - Donativos

Esta componente vincula-se aos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado a título não reembolsável para atender sobretudo as despesas de capital, englobando os donativos para financiamento do orçamento (Banco Mundial e União Europeia), para projectos e os provenientes da iniciativa HIPC. No período em análise, esta rubrica obteve uma performance de 42,9% face ao programado e um decréscimo de 37,8% quando comparado com o executado no exercício económico de 2017. Saliente-se que a modesta performance deve-se ao facto de não se ter registado a entrada dos donativos de apoio orçamental da União Europeia, conforme inicialmente programado, mas que, todavia, foi mitigado pelo desembolso do apoio orçamental do Banco Mundial no montante de 125.415 milhares de Dobras. De referir que o baixo nível de execução dos donativos deve-se também ao facto de uma parte considerável das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de cooperação, não terem sido disponibilizados para efeito de incorporação nas contas públicas.

2.3.1.1.2. Receitas Financeiras

Este grupo de receitas contém, dentre outras, as rubricas de receitas provenientes de rendimento de operações financeiras, rendimentos do petróleo, receitas de alienações e receitas de financiamento (tanto desembolsos de empréstimos como a transferência da conta nacional do petróleo). No ano em referência, estas totalizaram 390.230 milhares de Dobras, reflectindo-se num nível de arrecadação de 159,5% do programado, e relativamente ao período homólogo de 2017, verificou-se um acréscimo de 32,6%.

Gráfico 9: Estrutura das Receitas Financeiras

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Para esse nível de execução contribuiu, por um lado, as Receitas de Financiamento com 45,6% (cf. o Gráfico 9), e por outros, as receitas provenientes dos Rendimentos de Petróleo, referente as entradas do bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e das taxas de transacção dos blocos de petróleo, na Conta Nacional de Petróleo offshore.

2.3.1.1.2.1. Rendimentos do Petróleo

Como mencionado anteriormente, os Rendimentos do Petróleo, compreendem os registos das receitas provenientes das entradas do bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e das taxas de transacção dos blocos de petróleo, e que são depositados na Conta Nacional de Petróleo offshore. Assim, não obstante, não se prever inicialmente a entrada dessas receitas, tendo em conta o seu carácter extraordinário, verificou-se uma execução de 212.019 milhares de Dobras, o que representa 54,3% das receitas financeiras, conforme o Gráfico 9.

2.3.1.1.2.2. Receitas de Alienação

Esta componente espelha as receitas resultantes da conversão em espécie de bens e direitos. No ano 2018 esperava-se arrecadar 500 milhares de Dobras, através da alienação de alguns bens do Estado. Entretanto, até o final do ano em referência o nível de execução face ao previsto ficou nos 23,2%, ou seja uma arrecadação de 116 milhares de Dobras, que comparado com o executado no exercício económico de 2017, corresponde a um decréscimo de 86,1%, que pode ser justificado pelo baixo valor registado na venda de veículos, relativamente ao ano precedente.

2.3.1.1.2.3. Receitas de Financiamento

As Receitas de Financiamento compreendem, por um lado, as receitas de financiamento externos, provenientes dos desembolsos de empréstimos e financiamentos contraídos junto aos parceiros bilaterais ou multilaterais, utilizadas frequentemente na cobertura do défice global, e por outro,

receitas de financiamento interno, oriunda da transferência da Conta Nacional de Petróleo (CNP) para financiamento do orçamento, conforme estatuído na Lei n.º 8/2004, de 29 de Dezembro (Lei Quadro das Receitas Petrolíferas)

No período em apreço, esta componente representa a maior fracção das Receitas Financeiras, conforme supramencionado (ver Gráfico 9), tendo apresentado uma realização na ordem de 73,6% do orçamentado, ascendendo ao montante de 178.096 milhares de Dobras, e que em comparação com executado no período homólogo do ano transacto, revela um decréscimo de 26,6% (ver Tabela 4).
Concorreram para este nível de execução as transferências da CNP no valor de 45.246 milhares de Dobras e desembolsos de empréstimos no valor de 132 849 milhares de Dobras, sendo de destacar os desembolsos de BAD, BADEA e FMI. Já o decréscimo observado é justificado pela baixa entrada dos desembolsos para financiamento do PIP.

2.3.2. Análise das Despesas sob Perspectiva Fiscal

2.3.2.1. Despesas Totais

De acordo com o contexto de análise, as Despesas Totais englobam as Despesas Primárias e Despesas Financeiras. Neste exercício económico, verificou-se um total de 2.345.339 milhares de Dobras (cf. Tabela 5), traduzindo-se um nível de execução de 71,5% e uma diminuição de 13,7% relativamente ao exercício económico de 2017. O baixo desempenho que se verifica deve-se principalmente às Despesas Primárias que atingiram cerca de 94,9% do total executado (cf. Gráfico 10).

Gráfico 10: Estrutura da Despesa Total

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

2.3.2.1.1. Despesas Primárias

As Despesas Primárias estão desagregadas em Despesas com Fontes Internas, Fontes de Donativos e Fontes de Financiamento Externo. Essas despesas tiveram uma execução de 2.224.700 milhares de Dobras, cerca de 71,5% da dotação inicial e um decréscimo de 13,3% face ao período homólogo de

2017. Importa ainda ressaltar, que as Despesas com Fontes Internas foram as que maior impacto tiveram, contribuindo com mais de 65,8% para este grupo de despesas (cf. Gráfico 11).

Gráfico 11: Estrutura das Despesas Primárias

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

2.3.2.1.1.1. Despesas com Fontes Internas

Classificam neste grupo, todas as despesas, excluindo as Despesas Financeiras (juros e amortização da dívida pública) financiadas com Recursos Ordinários do Tesouro, Recursos Consignados, Fundo HIPC e Receitas de Privatização. Conforme já referido, essas despesas tiveram maior impacto nas Despesas Primárias, tendo atingido o montante de 1.464.188 milhares de Dobras, traduzindo-se num nível de execução de 97,0% do inicialmente programado e um aumento de 3,4% face ao realizado no exercício económico de 2017.

Gráfico 12: Estrutura das Despesas com Fontes Internas

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Numa análise pormenorizada das Despesas com Fontes Internas, verifica-se maiores concentrações nas rubricas de Despesas com Pessoal (incluindo segurança social), Subsídios e Transferências Correntes e Bens e Serviços (ver Gráfico 12), como abaixo se justifica:

As Despesas com Pessoal (incluindo segurança social), que corresponde ao pagamento de salários e gratificações ao pessoal da administração central do Estado, tanto civil como militar, representam aproximadamente 55,3% das despesas com fontes internas e 35,8% das despesas primárias. As mesmas registaram um nível de execução que ascendeu ao montante de 795.975 milhares de Dobras do inicialmente aprovado e que em comparação com o executado no período homólogo de 2017, corresponde a um ligeiro aumento de 10,5%. O crescimento observado é justificado em decorrência da boa performance e do aumento verificado nas suas componentes.

As despesas com Bens e Serviços que dizem respeito a aquisição de bens e contratação de serviços para o funcionamento do sector público administrativo, ascenderam ao montante de 259.716 milhares de Dobras, representando 107,6% do inicialmente aprovado e um acréscimo de 6,5%, quando comparado com o executado no período homólogo de 2017. Salienta-se que as mesmas representam 18,1% das despesas com fonte interna (cf. Gráfico 12).

Quanto à componente Subsídios e Transferências Correntes, é importante sublinhar que as despesas relativas aos Subsídios referem-se as transferências para empresas a fim de suportar as actividades produtivas e, à semelhança dos anos anteriores, perpetua-se a ausência desses tipos de despesas por parte do estado, fazendo com que os seus registos sejam nulos. Já as transferências correntes referem-se sobretudo àquelas feitas, sem contrapartidas, pela Administração Central a outros níveis de Governo (Região Autónoma do Príncipe e Câmaras Distritais), para Institutos Públicos, Serviços Autónomos e para Famílias. Dessa forma, foram executadas despesas relativas às Transferências Correntes num montante de 272.723 milhares de Dobras, ou seja, 86,7% do que foi inicialmente aprovado, e que face ao executado no exercício económico de 2017, traduz-se numa diminuição de 29,2%.

2.3.2.1.1.2. Despesas com Fontes de Donativos

De acordo com a tabela 5, as Despesas com Fontes de Donativos tiveram uma execução de 643.653 milhares de Dobras, o que se traduziu num nível de realização de 45,9% do previsto e, em comparação com o executado no exercício económico de 2017, corresponde a um decréscimo de 33,0%. Salienta-se, que as mesmas representam 28,9% do total executado das despesas primárias (cf. Gráfico 13), sendo na sua totalidade referente as despesas inscritas no programa de investimentos públicos (projectos).

Gráfico 13: Estrutura das Despesas com Fontes Donativos

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Conforme o Gráfico 13, pode-se verificar que o grupo de despesas que mais absorveram os Donativos foram os Investimentos e Subsídios e Transferências Correntes com cerca de 58,6% e 36,7%, respectivamente.

Relativamente aos Investimentos, observa-se que o mesmo ficou aquém do valor inicialmente aprovado em 67,0 p.p., fruto das alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, respeitando todavia os preceitos legais, tendo a sua execução ascendido ao montante de 330.991 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 28,1%, relativamente ao executado no período homólogo de 2017, conforme apresentado no Quadro 2.

Quanto aos Subsídios e Transferências Correntes, registou-se uma execução de 206.929 milhares de Dobras, cerca de 87,7% da dotação inicial, que, entretanto, corresponde a uma diminuição de 14,5% face ao período homólogo de 2017.

2.3.2.1.1.3. Despesas com Fontes de Financiamento Externo

De igual forma, as Despesas com Fontes de Financiamento Externo estão vinculadas exclusivamente ao Programa de Investimento Público (projectos), tendo representado cerca de 5,3% das despesas primárias executadas (cf. Gráfico 14). Durante o ano em análise as mesmas registaram uma execução que ascendeu aos 116.859 milhares de Dobras, o que corresponde a 58,5% do inicialmente aprovado e um decréscimo de 38,3%, face ao observado no exercício económico de 2017.

Gráfico 14: Estrutura das Despesas com Fontes Financiamento Externo
(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Do total executado neste grupo de despesas, destaca-se que foram canalizadas cerca de 100,0% para a rubrica de Investimentos, que por sua vez, teve uma execução que ascendeu a 116.859 milhares de Dobras, ou seja, 58,5% do orçamentado e um decréscimo de 23,2% comparativamente ao exercício económico de 2017.

Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras executadas no exercício económico em análise ficaram nos 72,6% do inicialmente aprovado, tendo registado uma execução que ascendeu a 120.639 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 19,5%, quando comparado com o executado no exercício económico de 2017. Salienta-se que o nível de execução das Despesas Financeiras deveu-se as despesas com Amortização de Passivos Financeiros e Juros da Dívida, que representam 71,6% e 28,4% respectivamente, conforme o Gráfico 15, e que abaixo discrimina-se:

Gráfico 15: Estrutura da Despesa Financeira
(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Os Juros da Dívida tiveram uma execução de 34.242 milhares de Dobras, o que representa 68,2% do inicialmente aprovado e um decréscimo de 11,4% relativamente ao período homólogo de 2017. Quanto as despesas com Amortização de Passivos Financeiros, que centra no pagamento de capital da dívida externa, tiveram uma maior incidência na estrutura das Despesas Financeiras, ascendendo ao montante de 86.397 milhares de Dobras, cerca de 74,6% do inicialmente orçamentado e uma diminuição de 22,3% em comparação com o executado no período homólogo de 2017. Vale ressaltar que a diminuição face ao período homólogo do ano transacto deve-se a desaceleração de pagamento dos compromissos assumidos com os credores.

2.3.3. Apuramento dos Resultados Fiscais

O apuramento e análise do resultado primário e nominal são essenciais, visto que constituem indicadores importantes para a condução da política fiscal. Considerando o controlo do endividamento por intermédio da dívida bruta, o apuramento do resultado fiscal revela a capacidade que o país tem de gerar recursos financeiros para o resgate da dívida, de forma a mantê-la em patamares sustentáveis.

2.3.3.1. Resultados Primário e Nominal Convencional

No exercício económico de 2017, as Receitas Primárias continuaram a indiciar a incapacidade de suprir as Despesas Primárias, não sobrando recursos para o pagamento dos juros e amortização da dívida, que foram financiadas com receitas financeiras, o que reflectiu num Resultado Primário Convencional deficitário de 355.902 milhares de Dobras (cf. Tabela 6), e no confronto com o exercício económico de 2017, observa-se um aumento de 23,8%. Por sua vez, o Resultado Nominal Convencional que corresponde ao Resultado Primário Nominal adicionado/subtraído de juros líquidos, registou um défice de 390.144 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 19,6% do registado no exercício económico de 2017.

2.3.3.2. Resultados Primário e Nominal Doméstico

O Resultado Primário Doméstico é calculado considerando as Receitas Primárias, deduzido as Receita de Transferência de Capital (Donativos, excluindo os donativos de apoio orçamental do Banco Mundial), e as Despesas Primárias subtraídas das fontes externas (Donativos e Financiamento Externo) bem como as financiadas com Fontes Internas relativas a Despesas Correntes dos Exercícios Anteriores e as consignadas ao recurso de Privatização. Dessa forma, registou-se um défice de 270.879 milhares de Dobras (cf. Tabela 7), contra 273.146 milhares de Dobras, registado no exercício económico de 2017, o que traduziu numa diminuição de 0,8%. Quanto ao Resultado Nominal Doméstico, que corresponde ao Resultado Primário Doméstico adicionado/subtraído juros líquidos, apresentou um défice de 305.121 milhares de Dobras, o que corresponde a uma variação negativa de 2,1%, face ao observado no igual período do exercício económico de 2017.

Ano Fiscal de 2018

Perspectiva Orçamental

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 3 : PERSPECTIVA ORÇAMENTAL

Em São Tomé e Príncipe, o panorama da perspectiva orçamental exprime as directrizes que se enquadram na Lei n.º 4/2018, de 19 de Março - Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado, com a cobertura da previsão das receitas e despesas, suas realizações e alterações orçamentais ocorridas.

Neste contexto estão abrangidas nesta perspectiva os seguintes aspectos:

- Balanço Orçamental e a respectiva análise;
- Análise das Despesas sob diferentes perspectivas, segundo COr (Classificador Orçamental) aprovado pelo Decreto n.º 4/2007, de 17 de Janeiro;
- Análise da execução das Receitas e Despesas conforme apresentado no anexo I e II da Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2018;
- Análise das Alterações Orçamentais das Despesas ocorridas ao longo da execução orçamental.

A abordagem do Balanço Orçamental nesta perspectiva e não na contabilística se explica pelo facto de que segundo as normas internacionais de contabilidade tal demonstrativo não se classifica dentre os contabilísticos. As *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) ou Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público (NICSP), são um conjunto de normas contabilísticas emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) para uso por entidades do sector público ao redor do mundo na preparação das demonstrações financeiras (demonstrativos contabilísticos). Esses padrões foram baseados nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e nas *International Accounting Standards* (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Assim, em geral, as IPSAS derivam de uma norma do IASB, podendo ser uma IAS ou IFRS. Das 31 IPSAS publicadas até 2015, só quatro não derivaram de normas do IASB. Uma dessas é a que trata de Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contabilísticas (IPSAS 24).

Um paradigma importante para entender a IPSAS 24 é a constatação de que contabilidade e orçamento podem ser elaborados e realizados em bases diferentes. A estrutura das NICSP é para que a contabilidade adopte o regime de competência. Esse é, até então, o melhor regime contabilístico aplicado internacionalmente pelo sector privado, pois garante o reconhecimento de todos os activos e passivos. No mundo, os regimes orçamentais do sector público são diversos, podendo-se ter orçamento elaborado sob a óptica de caixa, de base modificada (caso de São Tomé e Príncipe) e por competência.

A referida norma também separa conceitualmente o regime do orçamento e o regime da contabilidade, definindo-os da seguinte forma:

a) Regime Contabilístico significa o regime de competência ou de caixa, conforme definido nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público.
b) Regime Orçamental significa o regime contabilístico de competência, caixa ou outro adoptado no orçamento que foi aprovado pelo órgão legislativo.

No geral o Orçamento é o documento que prevê as quantias de moeda que, num período determinado (normalmente um ano), devem entrar e sair dos cofres públicos (receitas e despesas públicas), com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesa mais relevantes.

Usualmente formalizado através de Lei, proposta pelo Poder Executivo e apreciada pelo Poder Legislativo na forma definida pela Constituição. Nos tempos modernos este instrumento, cuja criação se confunde com a própria origem dos Parlamentos, passou a ser situado como técnica vinculada ao instrumental de planeamento. Na verdade, ele é muito mais que isso, tendo assumido o carácter de instrumento múltiplo, isto é, político, económico, programático (de planeamento), gestão (de administração e controlo) e financeiro.

O planeamento, orçamento e gestão das finanças e políticas públicas compreendem todo um conjunto de acções, que abrange desde a construção da visão de futuro até a definição e execução de metas físicas e financeiras a serem atingidas e de muitos pormenores que possam ser vislumbrados. Nesse contexto, a Lei Orçamental passa a ser a expressão monetária dos recursos que deverão ser mobilizados, no ano específico de sua vigência, para execução das políticas públicas e do programa de trabalho do Governo.

No entanto, uma das funções primordiais do orçamento nas democracias representativas é a de submeter à aprovação parlamentar, que em primeira instância representa a sociedade, os recursos que serão obtidos e onde serão aplicados.

A Lei do SAFE disciplina as regras orçamentais em São Tomé e Príncipe e define que o Orçamento Geral do Estado (OGE) é o documento no qual estão previstas as receitas a arrecadar e fixadas as despesas a realizar num determinado exercício económico e tem por objecto a prossecução da política económica e financeira do Estado. O Subsistema do Orçamento Geral do Estado (SOE) compreende todos os órgãos do poder central, regional e local e as instituições públicas que intervêm nos processos de programação e controlo orçamental e abrange ainda as respectivas normas e procedimentos. Compete aos órgãos e instituições que integram o SOE:

- Preparar e propor os elementos necessários para a elaboração do OGE;
- Preparar o projecto de Lei Orçamental e respectiva fundamentação;
- Avaliar os projectos de orçamentos dos órgãos, instituições e empresas do Estado;
- Propor medidas necessárias para que o OGE comece a ser executado no início do exercício económico a que respeita;
- Preparar, em coordenação com o Subsistema do Tesouro Público, a programação relativa à execução orçamental e financeira, mediante a observância do disposto na presente Lei e respectiva regulamentação complementar;
- Avaliar as alterações ao OGE;
- Avaliar o processo de execução orçamental e financeira.

3.1. BASE CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTAL

No território de São Tomé e Príncipe o regime orçamental é a de base modificada, isto é, reconhecimento das receitas na arrecadação e das despesas na liquidação. A competência para elaborar o Orçamento Geral do Estado (OGE) é do Governo que deve ter em conta o quadro macroeconómico e fiscal, os objectivos fiscais para o período e as estimativas disponíveis da execução do orçamento para o período mais recente. O ano económico coincide com o ano civil. Considera-se no ano económico: a) As receitas nele cobradas e recebidas; b) As despesas nele pagas; c) As despesas nele por pagar quando regularmente efectuadas.

Sendo o principal instrumento da política fiscal do governo, o orçamento é composto basicamente de receitas e despesas. Constituem receitas públicas todos os recursos monetários ou em espécie, seja qual for a sua fonte ou natureza, postos à disposição do Estado, com ressalva daquelas em que o Estado seja mero depositário temporário. Nenhuma receita pode ser criada, inscrita ou cobrada se não em virtude de lei anterior e sua utilização só pode ocorrer quando estiver prevista no OGE aprovado.

Constitui despesa pública todo o dispêndio de recursos monetários ou em espécie, seja qual for a sua proveniência ou natureza, gastos pelo Estado, com ressalva daquelas em que o beneficiário se encontra obrigado à reposição dos mesmos. As despesas só podem ser assumidas durante o ano económico para o qual tiverem sido orçamentadas e nenhuma despesa pode ser assumida, ordenada ou realizada sem que, sendo legal, se encontre inscrita devidamente no OGE aprovado, tenha cabimento na correspondente verba orçamental e seja justificada quanto à sua economicidade, eficiência e eficácia. As dotações orçamentais constituem o limite máximo a utilizar na realização de despesas públicas, no correspondente exercício.

A despesa orçamental é classificada de acordo com os diferentes critérios institucional para facilitar a leitura e interpretação do orçamento, em programático, funcional, económico e por fonte de recursos. Toda a acção do Governo deverá estar estruturada em programas orientados para a realização de objectivos estratégicos definidos nas Grandes Opções de Plano. O Programa é o módulo comum integrador entre o Plano e o Orçamento. Em termos de estruturação, o Plano termina no Programa e o Orçamento começa no Programa, o que confere a esses instrumentos uma integração desde a origem. O Programa, como módulo integrador, e as acções, como instrumentos de realização dos Programas.

Portanto, o programa é o instrumento de organização e actuação governamental que articula um conjunto de acções que concorrem para a concretização de um objectivo comum preestabelecido, medido por indicadores instituídos no Plano, visando a solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou exigência da sociedade. A partir do programa são identificadas as acções sob a forma de actividades ou projectos, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da acção.

A classificação funcional tem por objectivo determinar a área de acção governamental em que a despesa será realizada. Cada actividade ou projecto identificará a função e sub-funções às quais se vinculam. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória a todos os órgãos que integram o OGE permitindo a consolidação nacional dos gastos do sector público.

Cada função orçamental divide-se em sub-funções que visam agregar determinado subconjunto de despesas do sector público, a identificar a natureza básica das acções que se aglutinam em torno das funções em que se inserem. A função orçamental corresponde ao mais elevado nível de agregação da acção governamental nos diferentes sectores, a contemplar o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao sector público.

O programa orçamental, desdobramento de uma sub-função, inclui as despesas de carácter anual ou plurianual que concorrem, de forma articulada e complementar, para a concretização de um ou mais objectivos, relativos a uma ou mais políticas públicas, dele fazendo necessariamente parte integrante um conjunto de indicadores que permitam avaliar a economia, a eficiência e a eficácia da sua realização, para além de servir como elo entre o planeamento de médio e longo prazo e o orçamento anual.

Os programas são compostos de acções que, conforme as suas características, devem ser classificadas como actividades ou projectos. A actividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objectivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam no modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da acção do Estado. O projecto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objectivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da acção do Estado.

3.1.2. Balanço Orçamental

Dentre os relatórios contabilísticos definidos pela Lei n.º 3/2007 - Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado (SAFE) e o Decreto n.º 44/2012 - Aprova o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao SAFE-e, está previsto a elaboração do Balanço Orçamental, onde a sua estrutura apresenta as receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas.

Tabela 12: Balanço Orçamental

(em milhares de Dobras)

RECEITA ORÇAMENTAL	Previsão Inicial (a)	Receita Realizada (b)	Saldo (c)=(b-a)
Receitas Correntes (I)	**1 366 590**	**1 365 306**	**-1 284**
RECEITA TRIBUTÁRIA	1 253 354	1 099 411	-153 943
IMPOSTOS	1 196 984	1 061 919	-135 065
TAXAS	55 071	36 850	-18 221
CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
OUTRAS	1 299	642	-657
RECEITA PATRIMONIAL	55 336	233 901	178 565
RECEITA DE SERVIÇOS	43 900	21 222	-22 678
TRANSF. CORRENTES	0	0	0
RECEITAS COR. DIVERSAS	14 000	10 773	-3 227
Receitas de Capital (II)	**1 911 675**	**893 722**	**-494 181**
ALIENAÇÕES	500	116	-384
RECEITA DE FINANCIAMENTOS	242 115	178 096	-64 019
INTERNOS	42 450	45 246	2 796
EXTERNOS	199 665	132 849	-66 816
TRANSF. DE CAPITAL	1 669 060	715 510	-953 550
REVERSÃO RES. ANTERIORES	0	0	0
SOMA (III)=(I+II)	**3 278 265**	**2 259 027**	**-1 019 238**
Déficit (IV)	-	-	
TOTAL (V)=(III+IV+VI)	**3 278 265**	**2 259 027**	**-1 019 238**

Fonte: DCP-MFCEA

Continuação da Tabela 12.

DESPESA ORÇAMENTAL	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Cabimentada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Despesa por Pagar (g-h)	Saldo de Dotação (i)=(e-g)
Despesas Correntes (VII)	**1 511 839**	**1 511 839**	**1 473 182**	**1 473 182**	**1 356 694**	**116 487**	**38 658**
DESPESAS COM O PESSOAL	749 258	795 975	795 975	795 975	795 674	301	0
DESPESAS COM PESSOAL CIVIL	582 918	649 378	649 378	649 378	649 077	301	0
DESPESAS COM PESSOAL MILITAR	134 477	120 855	120 855	120 855	120 855	0	0
CONTRIBUIÇÕES DO EMPREGADOR	31 862	25 742	25 742	25 742	25 742	0	0
DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS	241 440	259 715	259 716	259 716	143 663	116 053	0
SERVIÇOS DE ÁGUA E ENERGIA	86 136	136 853	136 853	136 853	52 488	84 365	0
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	29 160	31 542	31 542	31 542	0	31 542	0
JUROS	50 239	34 242	34 242	34 242	34 242	0	0
SUBSÍDIOS E TRANSF. CORRENTES	314 674	311 381	272 723	272 723	272 680	43	38 658
DESPESAS CORR. EXERC. ANTERIORES	79 481	40 021	40 021	40 021	40 021	0	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76 747	70 505	70 505	70 505	70 414	91	0
							0
DESPESAS DE CAPITAL (VIII)	**1 766 426**	**1 766 426**	**872 157**	**872 157**	**871 557**	**601**	**894 269**
							0
INVESTIMENTOS	1 527 473	1 527 473	683 180	683 180	682 580	600	844 293
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42 670	42 670	25 599	25 599	25 599	1	17 071
DESPESAS DE CAPITAL FINANCEIRO	115 884	115 884	86 397	86 397	86 397	0	29 487
DESP. CAPITAL EXERC. ANTERIORES	80 399	80 399	76 980	76 980	76 980	0	3 418
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0	0
RESERVA ORÇAMENTAL	0	0	0	0	0	0	0
SOMA (IX)=(VII+VIII)	**3 278 265**	**3 278 265**	**2 345 346**	**2 345 339**	**2 228 251**	**117 088**	**932 927**
Superávit (X)							
TOTAL (XI)=(IX+X)	**3 278 265**	**3 278 265**	**2 345 346**	**2 345 339**	**2 228 251**	**117 088**	**932 927**

Fonte: DCP-MFCEA

3.1.3. Notas Explicativas ao Balanço Orçamental

3.1.3.1. Contexto

O Balanço Orçamental, de acordo com o regulamentado na Lei SAFE, demonstrará as receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas, por classificação económica definida no COr – Decreto n.º 4/2007, de 17 de Janeiro.

As notas explicativas têm como paradigma as regras estabelecidas nas normas internacionais de contabilidade aplicadas ao sector público adaptadas para a perspectiva orçamental. Assim, estas notas explicativas fazem parte do Balanço Orçamental (BO) e contêm informações indispensáveis, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes das demonstrações orçamentais. Entretanto, tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração do demonstrativo com foco principalmente nas informações de natureza orçamental, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nos demonstrativos.

O Orçamento para o ano económico de 2018 foi aprovado por meio da Lei n.º 4/2018, publicado no Diário da República de S.Tomé e Príncipe, em 19 de Março.

3.1.3.2. Abrangência

As informações que constam do Balanço Orçamental consolidam as seguintes entidades: Administração Central do Estado, incluindo as transferências do Governo Central para os Serviços e Fundos Autónomos, Poder Regional e Local, bem como as receitas e despesas consignadas das diversas Direcções da Administração. Não obstante o princípio da universalidade e da unidade do orçamento, algumas receitas e despesas não constam do Balanço Orçamental. Estas referem-se as receitas e despesas próprias do Governo Regional e Local bem como dos Serviços e Fundos Autónomos arrecadadas e executadas directamente pelos mesmos. Entretanto, essas receitas e despesas estão espelhadas no capítulo relativo as contas consolidadas, de modo a evidenciar o total desempenho do sector público administrativo.

3.1.3.3. Moeda Funcional e de Apresentação

O Balanço Orçamental está apresentado em Dobras, que é a moeda funcional de São Tomé e Príncipe. Os valores nele exposto foram arredondados para milhares de Dobras, excepto quando indicado de outra forma.

3.1.3.4. Regime Utilizado para Apuração das Informações

O ano económico coincide com o ano civil. Sob a perspectiva orçamental serão consideradas no ano económico respectivo: a) As receitas nele cobradas e recebidas; b) As despesas nele pagas; c) As despesas nele por pagar quando regularmente efectuadas.

No entanto a estrutura do Balanço Orçamental contempla todas as etapas das despesas, sendo que de acordo com o procedimento de encerramento de exercício, o montante das despesas cabimentadas

têm o mesmo valor das liquidadas e pagas, considerando que foram canceladas todas as despesas liquidadas e cabimentadas que não constituíram compromissos para o Estado, uma vez que, não houve a recepção de Bens e Serviços de forma a considerar Despesas por pagar ao abrigo do artigo 30º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE).

De acordo com o COr, a classificação económica, tanto da receita como da despesa, compreende as duas categorias seguintes:

a. Corrente;
b. De Capital

As receitas correntes classificam-se na categoria das receitas tributárias (oriundas de impostos, taxas, contribuições e outras), as receitas patrimoniais (oriundas da exploração dos bens do Estado), as receitas de serviços (prestados pelo Estado), das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.). As receitas de capital classificam-se na categoria das receitas provenientes da conversão de bens em espécie (alienação de bens), da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas (receitas de financiamentos), e de direitos (amortização de empréstimos concedidos); Classificam-se aqui também as transferências de capital, decorrentes de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado (Donativos), destinadas a atender despesas classificáveis como de capital e, ainda, a reversão de resultados anteriores.

São consideradas as Despesas Correntes, as destinadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados, bem como as transferências realizadas com igual propósito. Nelas classificam-se todas as despesas que não contribuem, directamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São Despesas de Capital as destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou à constituição de reservas, bem como as transferências realizadas com igual propósito. Classificando-se, portanto, nesta categoria todas aquelas despesas que contribuem, directamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Diante da definição de despesas correntes, as mesmas estão ilustradas no BO, compreendendo todas aquelas resultantes de funcionamento (Actividades) incluindo as despesas correntes financiadas com recursos consignados bem como as despesas correntes decorrentes dos Projectos, que estão inseridos no Programa de Investimento Público.

Tabela 13: Agrupamento de Despesas Correntes

(em milhares de Dobras)

Agrupamento de Despesas Correntes	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesas Cabimentada	Despesas Liquidada	Despesas Paga	Despesas por Pagar	Saldo de Dotação	% Exec.
DESPESAS CORRENTES	**1 885 243**	**1 885 243**	**1 700 562**	**1 700 562**	**1 584 074**	**116 488**	**184 681**	**90,2**
Actividades	1 466 385	1 478 497	1 431 069	1 431 069	1 314 670	116 399	47 428	96,8
Consignadas	45 454	54 952	42 114	42 114	42 024	89	12 838	76,6
Projectos	373 404	351 794	227 380	227 380	227 380	0	124 414	64,6

Fonte: DCP-MFCEA

A execução de receitas e despesas estão identificadas por fases, sendo que, no BO espelha-se as receitas realizadas na fase de Cobrança que consiste na acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público. E do lado de despesas realizadas o BO compreende-se em 3 (três) fases distintas: i) Cabimento, acto resultante da autoridade do órgão que cria para o Estado o compromisso, cuja satisfação implica a verificação, registo e cativação do valor do encargo a assumir pelo Estado; ii) Liquidação, apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar; e iii) Pagamento, emissão da ordem de pagamento e entrega da importância ao beneficiário do documento de despesa, conforme a definição da estrutura definida no Decreto n.º 44/2012.

3.1.3.5. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Orçamentais Significativas

Na preparação do Balanço Orçamental, basicamente fez-se uso das informações extraídas do Sistema de Administração Financeira do Estado Electrónico (SAFE-e). Não foi observado o uso de julgamentos que tenham impactos significativos no demonstrativo.

De acordo com a legislação, na sua preparação e execução, o Orçamento Geral do Estado deve observar, dentre outros, os seguintes princípios e regras:

a. Anualidade, nos termos do qual o Orçamento tem um período de validade e de execução anual, sem prejuízo da existência de programas que impliquem encargos plurianuais;
b. Unidade, na base do qual o Orçamento é apenas um;
c. Universalidade, pelas quais todas as receitas e todas as despesas que determinem alterações ao património do Estado devem nele ser obrigatoriamente inscritas;
d. Especificação, segundo o qual cada receita e cada despesa devem ser individualizadas. Neste caso, constitui excepção ao princípio da especificação a inscrição no OGE de uma dotação provisional, equivalente a 1% das receitas fiscais do ano em causa, que permanecerá sob gestão do Ministro que superintende a área das finanças, por forma a permitir a sua afectação, em momento oportuno e atempado, à realização de despesas não previsíveis e inadiáveis;
e. Não compensação, por força do qual as receitas e as despesas devem ser inscritas de forma ilíquida.
f. Não consignação, na base do qual o produto de quaisquer receitas não pode ser afectado à cobertura de determinadas despesas específicas. Exceptuam-se do princípio os casos em que: i) Por virtude de autonomia administrativa e financeira, as receitas tenham de ser afectadas a determinado fim específico ou a determinado órgão ou instituição; ii) Os recursos financeiros sejam provenientes de operações específicas de crédito público; iii) Os recursos provenientes de donativos, heranças ou legados a favor do Estado com destino específico; e iv) Os recursos que tenham, por lei especial, destino específico;
g. Equilíbrio, com fundamento nos quais todas as despesas previstas no Orçamento devem ser efectivamente cobertas por receitas nele inscritas; e
h. Publicidade, em conformidade com a qual a Lei Orçamental, as tabelas de receitas e as tabelas de despesas e, bem assim, as demais informações económicas e financeiras julgadas pertinentes devem ser publicadas em Diário da República.

3.1.3.6. Data de Aprovação das Demonstrações Contabilísticas

O Balanço Orçamental foi aprovado pela Direcção de Contabilidade Pública para apresentação ao Tribunal de Contas (TC) no dia 05/01/2020, correspondente a data do encerramento do exercício económico no SAFE-e, considerando o esforço do Governo na continuidade da entrega das CGE dos anos anteriores com o objectivo de resgatar a boa prática de envio da CGE no ano seguinte.

3.1.4. Análise do Balanço Orçamental

De acordo com a Lei que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2018[21], o Balanço Orçamental demonstra que, as Receitas Orçamentais foram estimadas em 3.278.265 milhares de Dobras, onde as Receitas Correntes e de Capital foram estimadas em 1.366.590 milhares de Dobras e 1.911.675 milhares de Dobras, respectivamente.

Por parte das Despesas Orçamentais, em cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, foram fixadas no igual montante, sendo que as Despesas Correntes - incluem tanto as despesas correntes de funcionamento (Actividades), as despesas consignadas e as despesas correntes de Projectos – o equivalente a 1.511.839 milhares de Dobras e as Despesas de Capital no montante de 1.766.426 milhares de Dobras.

Relativamente a dotação actualizada das despesas orçamentais, que espelham as alterações orçamentais ocorridas ao longo de execução orçamental, constata-se a ocorrência nalgumas rubricas, através de reafectação de verbas, não ultrapassando o limite orçamental fixado, no estrito cumprimento do artigo 16.º da Lei nº 4/2018, de 19 de Março.

Focalizando especificamente na análise da execução das receitas orçamentais, observa-se uma realização de 2.259.027 milhares de Dobras, equivalente a um grau de execução de 68,9% da previsão inicial, o que demonstra uma insuficiência de arrecadação no montante de 1.019.238 milhares de Dobras, justificado pelo comportamento das suas componentes conforme abaixo se descrimina:

- As Receitas Correntes registaram uma realização de 1.365.306 milhares de Dobras, cerca de 99,9% da previsão inicial, ou seja, uma insuficiência de arrecadação de 1.284 milhares de Dobras. Esse nível de arrecadação deveu-se essencialmente ao moderado desempenho verificado ao nível das Receitas Tributárias, mais concretamente os impostos, taxas e Outras; Receitas de Serviço e Receitas Correntes Diversas.

- As Receitas de Capital registaram uma arrecadação de 893.722 milhares Dobras, equivalente a 46,8% da previsão inicial, o que corresponde a uma insuficiência de arrecadação de 494.181 milhares de Dobras. Esta modesta performance advém da fraca mobilização dos recursos provenientes das receitas de alienações; receitas de financiamentos na sua componente recursos externos e da baixa entrada de transferência de capital (donativos, tanto para

[21] Lei n.º 4/2018, de 19 de Março.

projecto como para financiamento do orçamento), bem como as receitas provenientes do fundo HIPC.

Relativamente ao que respeita a despesa orçamental do período em análise, verifica-se uma taxa de realização de 64,6% da dotação actualizada, ascendendo ao montante de 2.345.339 milhares de Dobras, que representa uma economia na execução de despesas de 1.050.211 milhares de Dobras. Esta taxa de execução resulta da realização das suas componentes conforme abaixo se discrimina:

- As Despesas Correntes atingiram uma execução de 1.473.182 milhares de Dobras, cerca de 76,1% da dotação actualizada, com destaque para a execução das rubricas de Despesas com Pessoal, Subsídios e Transferências Correntes e Despesas com Bens e Serviços que representam, respectivamente 54,0%, 18,5% e 17,6% do total executado nesta categoria de despesa.

- Quanto as Despesas de Capital, estas obtiveram uma execução de 872.157 milhares de Dobras, cerca de 49,4% da dotação actualizada, notando a supremacia da rubrica de Investimento, Despesas de Capital Financeiro e Despesas de Capital do Exercícios Anteriores que no seu conjunto absorveu 97,1% do total executado nesta categoria de despesa, mas que no entanto, conheceu um nível de execução que situou-se em respectivamente 44,7%, 74,6% e 95,7% da dotação actualizada, como consequência da baixa mobilização dos recursos externos, culminando assim com a moderada entrada destes financiamentos, tanto na vertente de donativo como de crédito, o que limitou a execução das acções inscritas no PIP.

Da análise geral dos dados apurados, comparando as receitas e despesas orçamentais, a fim de avaliar quanto do orçamento da despesa foi executado em relação à arrecadação da receita, observa-se um *deficit* orçamental no montante de 86.312 milhares de Dobras, o que demonstra que a arrecadação das receitas foi inferior as despesas assumidas.

Entretanto, a comparação da linha Receitas Correntes da coluna Receita Realizada (b) com a linha Despesas Correntes da coluna Despesas Liquidadas (g) verifica-se um deficit orçamental corrente de 107.876 milhares de Dobras, demonstrando que as receitas correntes não foram suficientes para cobrir as necessidades correntes.

Por conseguinte, quando confrontamos o resultado das Receitas de Capital e as Despesas de Capital, das colunas atrás mencionadas, verifica-se um *superavit* de capital de 21.565 milhares de Dobras, o que demonstra a existência de receitas de capital financiando despesas correntes.

3.1.5. Análise das Receitas e Despesas sob Diferentes Enfoques, Segundo COR

3.1.5.1. Contexto

As receitas orçamentais são classificadas por critério institucional, fonte de recursos e económico, enquanto as despesas orçamentais obedecem uma classificação mais abrangente nomeadamente i) institucional, ii) funcional - programático, iii) económico e iv) fonte de recursos como definidos no COr.

Assim, esta análise visa responder conteúdo previsto na alínea a) do artigo 58º da Lei do SAFE, onde estabelece a obrigação da análise das receitas e das despesas, segundo as classificações atrás citadas, combinando com as diferentes fases da execução e comparando com as informações com o período homólogo do ano precedente. Entretanto, alerta-se para o facto da análise das despesas por classificação funcional - programática ser objecto de análise nos capítulos referentes a Perspectiva Social e Acções por Sector do Governo e por isso, não foi analisada no presente capítulo.

Dentro do enfoque da óptica orçamental, as despesas são analisadas em 3 (três) vertentes:

- Visão global da execução que analisa as Despesas Totais que agrupam as despesas de Actividades (despesas de funcionamento, incluindo despesas consignadas), Projectos (despesas de investimentos públicos) e Operações Especiais (despesas de amortização da dívida pública);
- Análises por acção governativa desagregadas em Despesas de Funcionamento (Actividades, incluindo despesas consignadas) e Despesas do Programa de Investimentos Públicos (Projectos);
- Alterações orçamentais, ocorridas ao longo da execução orçamental.

Entretanto, a análise de Despesas Totais não evidenciará o critério económico considerando que esta corresponde aos comentários efectuados no Balanço Orçamental.

As despesas concernentes as actividades aqui expostas referem-se às de funcionamento, incluindo pagamento de juros da dívida pública bem como as de funcionamento financiadas com Recursos Consignados - Locais (RCL).

Diante da conjuntura internacional pouco favorável, que limitou o acesso aos recursos financeiros, e sobretudo os da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, fragilizou a implementação das opções de Política de Investimento Público do Governo para o ano 2018, nos domínios em que o país reclama maior urgência de intervenção, com vista a criar maiores e melhores oportunidades de emprego e rendimento para as famílias, bem como a melhoria no acesso aos serviços sociais de base, no qual destacava-se a continuidade a política de investimentos físicos, e outros, nos domínios da segurança alimentar, infraestruturas económicas e sociais, nomeadamente aprovisionamento das populações em água potável, energia, acesso e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis, melhoria dos cuidados primários de saúde, assim como do ambiente de negócios para o relançamento do sector privado nacional e a atracção de investimento directo estrangeiro.

Relativamente as alterações orçamentais registadas ao longo da execução do OGE do ano 2018 foram executadas no estrito cumprimento do plasmado no artigo 16.º da Lei n.º 4/2018, de 19 de Março (Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2018) bem como pela Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado).

Ressalta-se que as alterações orçamentais de reforços e anulações foram feitas respeitando a distinção das acções do Governo, conforme estabelecida no ponto 4.1.1 do COr (Decreto n.º 4/2007), respeitando a sua efectivação dentro da mesma tipologia das acções e nunca entre elas, mantendo,

todavia, o total das despesas de investimentos e de funcionamento. Sendo assim, os ajustes feitos dentro das acções que se enquadram em Actividades (Despesas de Funcionamento), referem exclusivamente as rubricas de natureza económica de Despesas Correntes (classe 3), enquanto as relativas aos Projectos (Programa de Investimentos Públicos) abrangem tanto as rubricas de Despesas Correntes como de Capital (classe 3 e 4).

3.1.5.2. Análise da Execução das Receitas Orçamentais Totais

3.1.5.2.1 Por Classificação Orgânica

Como se pode verificar, a Tabela 14 referente a execução orçamental das receitas por classificação orgânica, mostra uma taxa de execução de 68,9% do previsto, ascendendo a 2.259.027 milhares de Dobras, correspondente a 25,0% do PIB e menos 12,2%, relativamente ao arrecadado no período homólogo 2017.

No cômputo geral, é evidente que o Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (MFCEA) é, practicamente responsável pela totalidade da cobrança das receitas, com uma execução de 2.253.790 milhares de Dobras, o que correspondente a 99,8% do total executado e 69,1% do previsto. O grau de execução apresentado decorre da centralização da cobrança e da gestão dos (i) recursos ordinários do tesouro (tanto das receitas fiscais como das não fiscais) pela administração tributária; (ii) gestão dos recursos de origem externa (crédito e donativos) destinada ao financiamento do OGE e, (iii) da maioria dos recursos consignados aos serviços afectos aos diversos ministérios.

Relativamente ao grau de execução das receitas, realça-se que apenas dois (2) desses órgãos registaram cobrança acima do previsto, sendo de destacar o Ministério da Defesa e Administração Interna (MDAI) e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), com um nível de execução de respectivamente 132,9% e 518,3%, que entretanto correspondem a uma variação homóloga negativa face ao ano precedente, em todos eles.

Tabela 14: Execução de Receitas por Classificação Orgânica

(milhares de Dobras)

Órgãos	Realização 2016	Realização 2017	Exercício Económico 2018				
			Previsão	Realização	% Exec.	% V.H.	% Estr.
23000-MDAI	332	1 858	184	245	132,9	-86,8	0,0
24000-MNEC	651	754	1 123	638	56,8	-15,4	0,0
25000-MJAPDH	936	249	334	221	66,2	-11,1	0,0
26000-MEAS	180	49	260	74	28,6	51,2	0,0
27000-MFCEA	2 569 540	2 557 463	3 261 997	2 253 790	69,1	-11,9	99,8
28000-MCIT	0	0	0	0	...	...	...
29000-MECC	1	1	3 134	0	0,0	-70,5	0,0
32000-MIRNA	2 603	1 157	10 275	3 022	29,4	161,1	0,1
33000-MS	0	0	758	0	0,0	...	0,0
35000-MADR	816	11 897	200	1 037	518,3	-91,3	0,0
38000-MECI	6 245	0	0	0	...	...	...
Total Geral	**2 581 304**	**2 573 429**	**3 278 265**	**2 259 027**	**68,9**	**-12,2**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

No entanto, o grau de execução verificado ao nível do MFCEA foi impulsionado fundamentalmente pela arrecadação das receitas fiscais cobradas pelas Direcções dos Impostos e das Alfandegas (1.099.411 milhares de Dobras). Relativamente ao MDAI o nível de execução refere-se as receitas consignadas do Serviço de Migração e Fronteira, tendo apresentado no seu conjunto um grau de execução de 132,9%. Quanto ao MADR o nível de execução deve-se sobretudo a arrecadação das receitas consignadas a Direcção da Pecuária, tendo registado uma arrecadação que ascendeu a 1.037 milhares de Dobras, correspondente a 518,3% do previsto, que reflecte maior controlo na concessão de licença de entrada e saídas de produtos animais.

3.1.5.2.2. Por Origem e Fonte de Recursos

O gráfico 16, Estructura das Receitas Totais por Origem e Fonte de Recursos apresenta a estrutura do total das receitas arrecadadas por origem e fonte de recursos. Relativamente a origem das receitas, salienta-se que as fontes externas, que referem-se aos donativos e empréstimos, ascenderam a 815.276 milhares de Dobras, correspondente a 36,1% dos recursos arrecadados. Quanto a fontes internas, estas dizem respeito aos recursos ordinários do tesouro, recursos consignados, recursos provenientes da iniciativa HIPC e receitas proveniente dos Bónus de Assinatura de Petróleo, tendo registado uma arrecadação de 1.443.751 milhares de Dobras, representando 63,9% do total arrecadado.

Gráfico 16: Estrutura das Receitas Totais por Origem e Fonte de Recursos

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Na análise das receitas por fonte de recursos, destacam-se que os recursos do tesouro constituíram a fatia mais expressiva na estrutura de receitas realizadas, ascendendo a 1.177.428 milhares de Dobras (cerca de 52,1% do total, *cf*. Gráfico 16: Estrutura das Receitas Totais por Origem e Fonte de Recursos), seguido dos donativos e empréstimos com respectivamente 682.427 milhares de Dobras (30,2%) e 132.849 milhares de Dobras (5,9%). Entretanto, salienta-se, as fontes não menos importantes, sendo de destacar o montante de 33.083 milhares de Dobras (1,5%) referentes aos recursos provenientes da iniciativa HIPC; as receitas consignadas, cujas execuções ascenderam a 21.222 milhares de Dobras (0,9%) e, o montante de 212.019 milhares de Dobras (9,4%) relativo ao bónus de assinatura de petróleo.

3.1.5.2.3. Por classificação económica, conforme o Anexo I da Lei n.º 4/2018

Na Tabela 15 encontram-se apresentados os valores relativos à execução orçamental das receitas, por classificação económica, arrecadadas até ao final do ano 2018, onde se procede a análise da execução

com respeito ao programado bem como da variação homóloga face ao arrecadado no exercício anterior.

Considerando as informações apresentadas, verifica-se que as receitas totais arrecadadas (incluindo financiamento) estão avaliadas em 2.259.027 milhares de Dobras, resultando numa taxa de execução de 68,9% do previsto, correspondendo a uma redução de 12,2% relativamente ao realizado no período antecedente, uma vez, que se tinha arrecadado o montante de 2.573.429 milhares de Dobras. O nível de arrecadação bem como o decréscimo verificado, deve-se sobretudo ao modesto desempenho das suas componentes (receitas efectivas e não efectivas) fruto da baixa arrecadação das receitas correntes bem como da fraca mobilização dos donativos e, a não entrada do donativo de apoio orçamental da União Europeia previsto para o ano, associado ao baixo nível de desembolso para projectos. Entretanto, este efeito foi mitigado pela entrada, em Agosto, dos donativos para financiamento do orçamento do Banco Mundial (BM) referente ao ano 2018.

3.1.5.2.4. Receitas Efectivas

Cumpre pronunciar que estas receitas representam entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado (corresponde a soma das Receitas Correntes e dos Donativos). A cobrança de receitas efectivas atingiu o montante de 2.080.816 milhares de Dobras, correspondente a 68,5% do estimado para o período em análise e menos 8,84% do que arrecadado no mesmo período do ano anterior. O nível de cobrança observado bem como a diminuição verificada foi contido, devendo-se sobretudo a fraca mobilização de recursos externos, na sua componente Donativos que se situou em 42,9% do programado e cerca de menos 35,1% do verificado no ano transacto.

3.1.5.2.4.1. Receitas Correntes

Nesta categoria de receita estão classificadas, as receitas fiscais (originárias de impostos, taxas e contribuições) e as receitas não fiscais (provenientes da exploração dos bens do Estado, as receitas de serviços prestados pelo Estado e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, entre outras).

As Receitas Correntes registaram no ano de 2018 uma arrecadação no valor de 1.365.306 milhares de Dobras, o que representa uma execução de 0,1 p.p. abaixo do programado e um aumento de 15,7%, quando comparado com o executado no período homólogo do ano transacto. O nível de arrecadação abaixo da meta deve-se fundamentalmente pelo modesto desempenho obtido, por um lado, pelas receitas fiscais, particularmente nas suas subcomponentes Impostos sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), Impostos sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), Imposto sobre Património, Impostos sobre Importação (maior componente deste grupo de receitas), Imposto sobre Consumo, Impostos de Selo e Taxas, que ficaram aquém do inicialmente previsto para o período, bem como do que foi realizado no ano antecedente.

Tabela 15: Execução Orçamental das Receitas

(milhares de Dobras)

Designação	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018			
			Previsão	Execução	% Exec.	% V. H.
Receitas Efectivas + Financiamento	2 581 304	2 573 429	3 278 265	2 259 027	68,9	-12,22
Recetias efectivas	2 253 140	2 282 547	3 035 650	2 080 816	68,5	-8,84
Receitas Correntes	1 160 381	1 179 589	1 366 590	1 365 306	99,9	15,74
Receitas Fiscais	979 313	1 040 301	1 253 354	1 099 411	87,7	5,68
Impostos directos	385 272	408 280	475 994	358 017	75,2	-12,31
IRS	273 463	250 338	294 200	247 310	84,1	-1,21
IRC	99 524	145 440	166 437	97 240	58,4	-33,14
Imposto sobre Património	12 285	12 501	15 358	13 468	87,7	7,73
Impostos indirectos	593 196	631 694	776 061	740 353	95,4	17,20
Imposto s/ exportação	0	0	0	0	...	...
Imposto s/ produção	0	0	0	0	...	...
Impostos s/ Importação	390 992	388 662	487 597	485 988	99,7	25,04
Taxa	229 490	208 408	254 060	232 202	91,4	11,42
Sobre-Taxa	161 502	180 254	233 537	253 787	108,7	40,79
Impostos s/ consumo	92 380	136 007	168 193	157 376	93,6	15,71
Serviços	71 519	83 710	89 000	92 880	104,4	10,95
De Beb.alcoolicas	0	30 403	46 108	33 776	73,3	11,09
Produção Local	20 861	21 894	33 085	30 721	92,9	40,32
Impostos de selo	64 591	60 965	65 200	60 139	92,2	-1,35
Taxas	45 232	46 059	55 071	36 850	66,9	-19,99
Outras	846	328	1 299	1 041	80,1	217,38
Receitas não Fiscais	181 068	139 288	113 236	265 896	234,8	90,90
Receita patrimonial	142 787	92 591	55 336	233 901	422,7	152,62
Rendimentos de participação	16 438	13 285	13 285	11 277	84,9	-15,12
Direitos de pescas	41 802	16 010	29 800	328	1,1	-97,95
Receitas de petróleo	74 385	50 926	2 000	212 019	10 600,9	316,33
Outras receitas patrimonial	10 163	12 369	10 251	10 277	100,3	-16,91
Receitas de serviços	23 133	35 856	43 900	21 222	48,3	-40,81
Outras receitas não fiscais	15 147	10 841	14 000	10 773	77,0	-0,63
Donativos	1 092 759	1 102 958	1 669 060	715 510	42,9	-35,13
Para financiamento do orçamento	81 426	191 801	183 500	125 415	68,3	-34,61
Para projectos	946 058	844 162	1 402 337	557 012	39,7	-34,02
HIPC	65 275	66 995	83 223	33 083	39,8	-50,62
Financiamento	328 164	290 882	242 615	178 212	73,5	-38,73
Financiamento interno	48 834	57 080	42 950	45 362	105,6	-20,53
Conta Nacional do Petróleo	*46 110*	56 249	42 450	45 246	106,6	-19,56
Alienação de activos	*1 645*	831	500	116	23,2	-86,05
Restituições	*1 079*	0	0	0	...	...
Financiamento externo	279 330	233 802	199 665	132 849	66,5	-43,18
Desembolsos (+)	279 330	233 802	199 665	132 849	66,5	-43,18
Para despesas correntes	31 962	0	0	0	...	...
Para projectos	247 368	233 802	199 665	132 849	66,5	-43,18

Fonte: DCP-MFCEA

I. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (com cerca de 80,5% do total arrecadado) ascenderam a 1.099.411 milhares de Dobras, o que corresponde a 87,7% do programado e um aumento de 5,7% relativamente ao arrecadado no ano 2017. Salienta-se que conforme acordado com os parceiros de Bretton Woods e, estimado no orçamento de 2018, esperava-se que as receitas

fiscais ficassem nos 14,0% do PIB de forma a conservar a trajectória decrescente do saldo primário doméstico para 1,0% do PIB. Todavia resultados alcançados mostram-nos que as receitas fiscais arrecadadas situaram-se nos 12,2% do PIB, ficando abaixo da meta em 1,8 p.p. O desempenho alcançado deveu-se fundamentalmente ao sobre cumprimento verificado ao nível do IRC e do Imposto sobre o Consumo, associado a dinamização do imposto sobre consumo de bebidas alcoólicas, instituída pela primeira vez, e que serviu para minimizar o efeito da moderada arrecadação observada ao nível do Imposto de Importação, IRS, Imposto de Selo bem como dos demais itens, como justificado abaixo:

Gráfico 17: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

– **Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)**

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho de dependente de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Esta categoria que representa o segundo maior agregado das receitas fiscais (22,5%, conforme o gráfico 17) apresentou até final de Dezembro do ano 2018 uma arrecadação de 247.310 milhares de Dobras, o que corresponde a um grau de execução de 84,1% face ao inicialmente previsto e uma diminuição de 1,2% face ao arrecadado em igual período de 2017. O nível de realização bem como a diminuição observada deve-se, a diminuição do IRS advindo do Trabalho por Conta de Outrem em consequência dos ajustamentos feitos a parcela à abater, que entraram em vigor a partir de 01 de Janeiro do ano 2017 e pela diminuição de 4,1% do IRS provenientes de Capitais Individuais. Entretanto, tanto o nível de execução como o decréscimo registado, reflectem em grande medida a falta de pagamento de impostos retidos e não entregues pelas empresas e alguns organismos públicos, associado ao facto de ter havido em 2017 uma cobrança extraordinária de algumas entidades entre as quais a Cervejeira Rosema e o Banco Central dos Impostos atrasados.

- Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva em território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

As receitas provenientes de imposto sobre rendimento de pessoas colectivas (IRC) apresentaram, até final do período em análise, uma arrecadação de 97.240 milhares de Dobras, menos 33,1% do que foi arrecadado no período homólogo de 2017, correspondente a 8,8% das receitas fiscais realizadas. A sua taxa de arrecadação ficou nos 58,4% do estimado para o ano. Entretanto justifica-se que o nível de execução abaixo da meta e a diminuição verificado é atribuído em grande medida as empresas que deveriam efectuar o pagamento por conta no mês de Setembro, e só fizeram-no apenas no mês de Outubro apesar de 80,0% de contribuintes que efectuaram a declaração de rendimentos declararam prejuízo, ou seja, não pagaram o IRC. Tal como foi referido no Relatórios de Execução Orçamental deste ano, houve uma diminuição de serviços consumidos por empresas estrangeiras, o que terá contribuído também para diminuição de retenções do IRC.

- Imposto sobre o Património

É considerado imposto sobre património à soma da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados em território São-tomense, do Imposto de SISA (Serviço de Imposto de Sua Alteza), regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados em território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Entretanto, até término do mês de Dezembro de 2018, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 12,3 p.p. abaixo da meta anual programada, ascendendo aos 13.468 milhares de Dobras, representando 1,2% das receitas fiscais realizadas. Não obstante o grau de cobrança inferior a meta para o período, a arrecadação obtida corresponde a um aumento de 7,7% quando comparado com o arrecadado no mesmo período do ano transacto. Este modesto aumento relativamente ao período homólogo, é o fruto de inquérito aos prédios urbanos levado a cabo no primeiro semestre do ano 2017, bem como, a introdução de novos escalões na tabela de Imposto sobre Veículos, que ajudou a minimizar o efeito do decréscimo registado na sua componente relativa a imposto sobre transacção imobiliária a título oneroso. A sobrevalorização colocada na programação deste imposto, nas expectativas de que os inquéritos aos prédios urbanos, materializados pela D.I.

pudessem melhorar a arrecadação desta receita, levou também a sua baixa performance face ao valor programado.

- Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja nulo.

- Imposto sobre Importação

A dependência da economia nacional, face ao exterior, continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 44,2%, *cf*. Gráfico 17), tendo registado no final do ano uma arrecadação no montante de 485.988 milhares de Dobras, correspondente a 99,7% do programado e mais 25,0% do que arrecadado no igual período do ano transacto, representando 5,4% do PIB.

A cobrança registada nesta categoria bem como o aumento verificado foi influenciado, por um lado, pelas *Taxas sobre Importação*, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram uma execução de 91,4% do programado, ascendendo aos 232.202 milhares de Dobras, representando assim, um aumento de 11,4% face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, as *Sobretaxas sobre Importação*, que registou um aumento de 40,8%, face ao arrecadado no período homólogo de 2017, tendo a sua execução situado acima da meta em 108,7% do programado, ascendendo a 253.787 milhares de Dobras, justificado fundamentalmente pela continuidade de aplicação de medidas de agravamento das sobretaxas sobre alguns produtos, com destaque para bebidas alcoólicas, frangos e veículos.

- Imposto sobre Consumo

Relativamente a este agregado de receitas, tem-se presente que o mesmo é composto por Imposto sobre Consumo Prestação de Serviços e Imposto sobre Consumo de Produção Local, que no período em análise registou uma execução que representa 14,3% das receitas fiscais, ascendendo aos 157.376 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de arrecadação de 93,6% do programado e um aumento de 15,7%, relativamente ao que foi arrecadado até Dezembro de 2017.

A boa performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo bom desempenho registado ao nível dos Impostos sobre Consumo de Serviços, que alcançou um grau de execução de 104,4%, ascendendo aos 92.880 milhares de Dobras contra 83.710 milhares de Dobras, arrecadados no igual período do ano transacto (a variação homóloga positiva de 11,0%). Importa referir que alguns contribuintes não efectuaram o pagamento nos meses de Novembro e Dezembro, entre os quais a empresa de Água e Electricidade e Afrotours pagaram uma média mensal do imposto na ordem de 1.245,7 e 327,1 milhares de Dobras respectivamente.

Entretanto, o nível de execução bem como o crescimento verificado é justificado, sobretudo pelo facto de se incorporar neste grupo as receitas do Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas (representa 21,5% do Impostos sobre consumo), implementado pela primeira vez no ano de 2017,

associadas as medidas introduzidas no OGE, relativamente ao alargamento do âmbito de tributação do imposto sobre consumo de serviços para os prestadores de serviços não residentes, e do fruto de trabalhos de auditorias realizadas pela administração tributária.

Quanto ao Imposto sobre Consumo de Produção Local, até final de Dezembro, registou uma taxa de execução de 92,9% relativamente ao programado e mais 40,3% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto, tendo alcançado uma arrecadação de 30.721 milhares de Dobras. O moderado desempenho deste imposto deve-se ao facto do cumprimento da obrigação fiscal da Cervejaria Rosema, o principal e maior contribuinte desse imposto, ter efectuado todos os pagamentos que correspondiam aos meses do trimestre anterior e dos meses de Outubro e Novembro.

- Imposto de Selo

Na Tabela 14 foram apresentadas as informações ocorridas durante o ano de 2018, onde registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu os 60.139 milhares de Dobras (que representa das receitas fiscais 5,5%, *cf*. Gráfico 17) o que corresponde a uma taxa de execução de 92,2% abaixo do programado e menos 1,4% do realizado no período homólogo de 2017.

A diminuição face ao mesmo período do ano transacto bem como o nível de arrecadação foi motivado, pela diminuição das vendas dos agentes económicos em consequência indirecta das medidas fiscais adoptadas em sede do orçamento rectificativo do ano transacto, e que tiveram continuidade no orçamento do presente ano, relativas as alterações das taxas aduaneiras aplicadas sobre a importação dos produtos considerados de amplo consumo, com impacto negativo para saúde e meio ambiente e que influenciou negativamente as vendas. Com isso, o imposto de Selo de Conhecimento e Cobrança, que tem uma correlação muito forte com o IRC autoliquidado, ficou em apenas 64,2% do programado.

- Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final de Dezembro do ano 2018 um grau de realização de 66,9% da dotação orçamental anual prevista, ascendendo aos 36.850 milhares de Dobras, o que reflectiu numa diminuição de 20,0% face ao arrecadado no igual período do ano 2017. O montante arrecadado representa cerca de 3,4% das receitas fiscais, conforme o Gráfico 17. O nível de execução bem como o decréscimo verificado é justificado, em grande medida, pela diminuição verificada ao nível das rubricas que compõem esta categoria de receita como consequência directa das medidas fiscais adoptadas em sede do orçamento, conforme explicado nos pontos anteriores.

- Outras Receitas Fiscais

Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final de Dezembro de 2018, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 80,1% do programado, ascendendo aos 1.041 milhares de Dobras, o

que traduziu num avultado acréscimo de 217,4%, em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2017.

II. Receitas não Fiscais

Como já se sabe, este agregado de receitas é composto por Receita Patrimonial, Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, tendo registado até o final Dezembro de 2018 um grau de execução acima do estimado em mais de 134,8 p.p., tendo ascendido aos 265.896 milhares de Dobras, e que em termos homólogos nominais corresponde a um aumento de 90,9% face a igual período de 2017, representando desta forma 19,5% das receitas correntes realizadas.

Para este nível de arrecadação face ao programado e aumento face ao período homólogo 2017, destaca-se sobretudo o excelente desempenho na rubrica receita patrimonial e pelo comportamento apresentado pela sua componente Rendimento de Receitas de Petróleo que apresentou acréscimo correspondente a 316,3%, respectivamente.

Gráfico 18: Estrutura das Receitas não Fiscais Realizadas

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

– Receitas Patrimoniais

Esta componente das Receitas não Fiscais apresenta um nível de execução de 322,7 p.p. acima do programado, ascendendo a 233.901 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 152,6%, face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto. Salienta-se que a mesma representa cerca de 88,0% das Receitas não Fiscais. Entretanto, o acréscimo verificado é justificado, pelo nível de arrecadação observado na rubrica rendimentos de petróleo (que dada a sua natureza, são extraordinárias), que apresentou uma execução superior a estabelecida para o período; Já o nível de execução verificado deve-se ao comportamento das suas componentes, rendimento de recursos naturais e outras receitas patrimonial que tiveram uma boa performance da arrecadação no período em análise, face ao programado, como abaixo se discrimina:

- Rendimento de Participação

Destacam-se neste grupo de receitas os Rendimentos das Empresas Estatais (de capital 100% público), do Banco Central e das Empresas Participadas (em que o Estado é sócio maioritário ou minoritário). Até o final de Dezembro do ano em estudo registou-se uma arrecadação de 11.277 milhares de Dobras, o que corresponde a um grau de execução de 15,1 p.p. abaixo do programado e uma variação homóloga negativa de 15,1% face ao executado no ano 2017. Contribuiu para este desempenho a entrada dos dividendos provenientes das empresas participadas designadamente o BISTP (11.277 milhares de Dobras). Já a diminuição face ao ano transacto deve-se ao facto do não cumprimento da empresa ENCO, que habitualmente paga os dividendos, mas que no entanto não procedeu o pagamento do mesmo até o final do ano em referência. Saliente-se que esta rubrica de receitas corresponde a 4,2% na estrutura das receitas não fiscais.

- Rendimento de Recursos Naturais

Para as receitas advindas dos recursos naturais, fazem parte as receitas do Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e da concessão de licenças de pescas a pequena embarcações). Com efeito, até final de Dezembro de 2018 a sua taxa de execução situou-se nos 667,8% do programado, ascendendo aos 212.347 milhares de Dobras (representa 79,9% das receitas não fiscais executadas), o que corresponde a uma arrecadação superior a observada no igual período de 2017, em 217,7%. Do montante realizado acima, 212.019 milhares de Dobras, referem-se aos *rendimentos do petróleo*, que corresponde a mais 317,1% do executado no período homólogo de 2017 e os restantes 328 milhares de Dobras fazem referência aos *rendimentos das pescas*, com uma taxa de execução relativo ao programado de 1,1% e menos 97,9% face ao arrecadado no ano antecedente.

Atendendo ao nível de execução bem como o crescimento observado a respeito da variação homóloga no rendimento de recursos naturais, este é justificado pela entrada de recursos provenientes do bónus de assinatura de contractos de exploração de petróleo, relativos aos blocos 10 e 13 da zona económica exclusiva de São Tomé e Príncipe (ZEE-STP), pagos pela *British Petroleum (BP)* e Cosmos *Energy Group*, sendo que foram USD 5 milhões para cada bloco associado ao pagamento de juros overnight e taxas ambientais no período em análise no montante de 4.211.509 milhares de Dobras.

- Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens acima mencionados. Até final do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução de 10.277 milhares de Dobras, o que corresponde a 100,3% do programado e menos 16,9% do que foi arrecadado no mesmo período de 2017, e representam cerca de 3,9% das receitas não fiscais executadas, conforme o Gráfico 18. Saliente-se que valor executado corresponde as receitas provenientes do arrendamento do prédio rústico à *Voice of América* (VOA) continua a ser o maior contributo para esse grupo de receitas bem como de outros rendimentos imobiliários do Estado.

- Receitas de Serviço

Relativamente as receitas de serviço, estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. No final de Dezembro de 2018, arrecadou-se nesta rubrica o montante de 21.222 milhares de Dobras (representa 8,0% das receitas não fiscais, conforme o gráfico 18), o que corresponde a 48,3% do programado e uma redução de 40,8% do executado no período homólogo do ano transacto.

- Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse conjunto de receitas foi de 77,0% do programado, atingindo os 10.773 milhares de Dobras, menos 0,6%, face ao registado no igual período de 2017, representando cerca de 4,1% das receitas não fiscais, conforme apresentado no gráfico 18.

3.1.5.2.4.2. Donativos

Da apreciação dos dados constantes na tabela 15, verifica-se que os recursos provenientes dos Donativos, são constituídos pelos donativos para financiamento do OGE (do Banco Mundial), para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC. Considerando o contexto internacional adverso, decorrente da crise económica e social que os parceiros tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, observa-se que no ano 2018, os donativos alcançaram um grau de execução de 42,9% do programado, ascendendo ao montante de 715.510 milhares de Dobras (cerca de 31,7% das receitas totais e menos 953.550 milhares de Dobras do programado) que entretanto representa uma diminuição de 35,1%, face ao arrecadado no igual período de 2017.

Esta modesta performance deve-se, por um lado, a baixa entrada registada ao nível dos ***donativos para financiamento do orçamento***, que ficou nos 68,3% do programado, ascendendo a 125.415 milhares de Dobras, e menos 34,6% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto, justificado pelo facto de não se registar a entrada do donativo do apoio orçamental da União Europeia referente ao ano 2018, que todavia, foi mitigado pela entrada dos donativos de apoio orçamental da BM, que registou uma taxa de execução equivale a 119,3% do programado e, mais 11,5% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Por outro lado, deve-se pela modesta entrada dos ***donativos para Projectos***, que ficaram nos 557.012 milhares de Dobras, correspondendo a 39,7% do programado e menos 34,0% do executado no período homólogo do ano transacto.

Relativamente aos donativos provenientes da iniciativa ***HIPC***, destaca-se que a modesta execução, que ascende ao montante de 33.083 milhares de Dobras, o que corresponde a menos 50,6% face ao executado no igual período do ano 2017, e corresponde a 39,8% do estimado para o ano.
Entretanto, é importante frisar que a inoportunidade na recolha as informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos doadores contribui para o nível de donativos observado.

3.1.5.2.5. Receitas não Efectivas

Relativamente a receitas não efectivas, estas são representadas pelos ingressos de recursos financeiros de origem orçamentária, que não provocam aumento do património líquido do Estado, compreendendo a soma das receitas de financiamento interno e das receitas do financiamento externo. Foram realizadas no período em análise o montante de 178.212 milhares de Dobras, o correspondente a uma taxa de realização de 73,5% do programado, que comparado com o executado no igual período de 2017, corresponde a um decréscimo de 38,7%.

Para o baixo nível de execução verificado, cumpre relatar que foi impulsionado pelo comportamento das ***receitas de financiamento interno*** (ficou em 105,6% do programado, ascendendo a 45.362 milhares de Dobras, menos 20,5% do executado no ano 2017), na sua componente de ***receitas de alienação de activos***, que alcançou uma taxa de execução de 23,2% do programado, correspondendo a um decréscimo de 86,1% face ao arrecadado no ano transacto, justificado pela redução de 20% do valor de anual da conta Nacional de Petróleo (NOA Offshore), bem como o baixo valor registado na alienação de bens em hasta pública, efectuada pela Direcção do Património do Estado.

Entretanto, a modesta arrecadação das receitas de financiamento interno foi, de certa forma, compensada pela entrada da ***transferência da Conta Nacional de Petróleo*** (CNP) para o financiamento do OGE, no montante de 45.246 milhares de Dobras, conforme o estatuído na Lei n.º 8/2004, de 29 de Dezembro (Lei Quadro das Receitas Petrolíferas), equivalendo a 106,6% acima do estimado e menos 19,6% do transferido no igual período do ano transacto. Por fim, vale destacar o ***desembolso líquido*** relativo a emissão dos Bilhetes do Tesouro (BT), que permitiu a mobilização de 40.584 milhares de Dobras, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do Banco Central de São Tomé e Príncipe - NAP 14/2015, de 19 de Julho, publicado no Diário da República (DR) n.º 58 de 25 de Julho, relativo a regulamento atinente a emissão e transacção dos BT's, bem como o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o regime jurídico dos BT's.

Relativamente ao Financiamento Externo, verifica-se que até o final de Dezembro do ano 2018, que a mesma obteve um nível de execução de 66,5% do programado, ascendendo aos 132.849 milhares de Dobras, o que equivale a menos 43,2% face ao realizado no ano 2017. Dado o resultado obtido, realça-se os desembolsos para o projecto, estes que ficaram no montante de 132.849 milhares de Dobras, correspondente a 66,5% do previsto, e menos 43,2%, justificado pela baixa entrada dos desembolsos para financiamento do PIP. Do outro lado, estão os desembolsos para despesas correntes do FMI, que não se verificou execução.

3.1.6. Análise da Execução das Despesas Orçamentais Totais

3.1.6.1. Por Classificação Orgânica

O resultado da execução orçamental que abrange as despesas totais por classificação orgânica no período em análise situou-se em 71,5% da dotação corrigida para o ano, estando superficialmente em menos 13,7% do que foi executado no ano anterior, ascendendo ao montante de 2.345.339 milhares de Dobras, conforme o apresentado na Tabela 16.

Tabela 16: Execução de Despesas por Classificação Orgânica

(milhares de Dobras)

Órgãos	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
01000-AN	57 202	49 103	50 000	59 069	54 738	54 738	54 738	0	92,7	11,5	2,3
02000-TC	23 857	19 786	25 593	12 705	12 705	12 705	12 705	0	100,0	-35,8	0,5
03000-TCO	0	500	3 321	3 088	3 088	3 088	3 088	0	100,0	517,6	0,1
10000-TJ	55 120	38 256	42 778	31 484	30 725	30 725	30 725	0	97,6	-19,7	1,3
20000-PR	12 752	14 475	13 533	14 090	13 869	13 869	13 869	0	98,4	-4,2	0,6
21000-GPM	47 025	29 847	48 116	32 730	29 061	29 061	22 687	6 373	88,8	-2,6	1,2
22000-PGR	17 067	17 398	21 117	16 767	16 537	16 537	15 873	664	98,6	-4,9	0,7
23000-MDAI	81 325	176 182	200 229	229 347	215 196	215 196	202 205	12 991	93,8	22,1	9,2
24100-MNEC	28 495	61 176	31 350	20 252	19 194	19 194	18 591	603	94,8	-68,6	0,8
24200-EMBX-STP	39 653	0	79 518	54 651	44 323	44 323	44 323	0	81,1	...	1,9
25000-MJAPDH	36 082	30 376	47 063	36 948	30 123	30 123	27 143	2 979	81,5	-0,8	1,3
26000-MEAS	46 670	50 373	43 175	31 926	15 311	15 311	14 109	1 202	48,0	-69,6	0,7
27000-MFCEA	152 482	190 951	204 760	235 304	221 518	221 518	207 400	14 118	94,1	16,0	9,4
29000-MECCC	489 888	518 239	432 606	446 247	423 604	423 604	418 137	5 467	94,9	-18,3	18,1
32000-MIRNA	471 830	280 001	918 026	736 423	166 450	166 450	161 473	4 977	22,6	-40,6	7,1
33000-MS	439 731	406 256	375 048	527 855	377 249	377 249	362 871	14 378	71,5	-7,1	16,1
34000-MJD	27 440	20 175	39 922	53 550	22 629	22 629	21 422	1 207	42,3	12,2	1,0
35000-MADR	153 483	162 726	197 848	221 809	163 363	163 363	159 403	3 960	73,7	0,4	7,0
37000-MAI	119 540	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
38000-MECI	58 805	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
70000-GRP	50 924	48 804	57 475	85 307	71 435	71 435	71 435	0	83,7	46,4	3,0
71000-CDAG	17 378	12 417	17 123	16 123	15 450	15 450	15 450	0	95,8	24,4	0,7
72000-CDCG	7 480	5 174	8 325	8 325	7 053	7 053	7 053	0	84,7	36,3	0,3
73000-CDC	6 274	4 037	6 375	6 375	6 065	6 065	6 065	0	95,1	50,2	0,3
74000-CDLMB	6 676	4 381	7 933	7 933	6 804	6 804	6 804	0	85,8	55,3	0,3
75000-CDLOBT	11 015	9 835	9 620	10 669	10 069	10 069	10 069	0	94,4	2,4	0,4
76000-CDMZ	12 345	7 289	11 519	11 519	10 541	10 541	10 541	0	91,5	44,6	0,4
91000-EGE	262 839	558 579	385 894	367 769	358 237	358 237	310 069	48 168	97,4	-35,9	15,3
Total Geral	**2 733 378**	**2 716 335**	**3 278 265**	**3 278 265**	**2 345 339**	**2 345 339**	**2 228 251**	**117 088**	**71,5**	**-13,7**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Da análise chega – se a conclusão, que o nível de execução ficou aquém do programado, como consequência da falta de arrecadação e mobilização de recursos internos e externos, que influenciou a realização das despesas previstas no OGE, fundamentalmente as despesas referentes ao Programa de Investimento Público.

Assim, apenas uma grande fracção dos organismos avistou o grau do seu orçamento executado acima dos 90,0%, nomeadamente Tribunal Constitucional (TCO) com uma execução na totalidade (100,0%) devido ao nível de execução da acção *"6069 -Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional",* Câmara Distrital de Água - Grande (CDAG) também com execução na totalidade

(100,0%) devido ao alcance de execução da acção *"2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande" e "2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande",* Câmara Distrital de Caué (CDC) com execução das acções *"2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué" e "2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué",* Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidade (MNEC) com execução das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2857 - Programa de Reorganização Diplomática" e "4015 - Reabilitação do Actual Edifício e Revisão da Rede Eléctrica do MNEC".*

Embaixadas de S.Tomé e Príncipe (EMBX - STP) pela execução das acções *"2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas",* Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (MFCEA) nas acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF", "9961 - "APPUI AU MECANISME DE PLANIFICATION A MOYEN ET LONG TERME", "9965 - Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017", "9968 - Produção e Análise de Dados de População e Desenvolvimento" e "9970 - Uso e integração de dados de População e Desenvolvimento",* Câmara Distrital de Lobata (CDLOBT) pela execução das acções *"2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata" e "2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata",* Encargos Gerais do Estado (EGE) pela execução das acções *"1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "2456 - Amortização da Dívida Pública", "2524 - Exercícios Findos", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais", "6070 - Regularização SN-AC", "9960 -INNOVATIONS E NEW DEAL" e "9973 - Programação e Coordenação e Assistência Técnica",* Presidência da República (PR) pelo resultado da realização de algumas acções *"1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República" e "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho",* Câmara Distrital de Mé - Zochi (CDMZ) resultante das acções *"2406 -Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi" e "2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi",* Tribunal Judicial (TJ)

Pela execução das acções *"3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais" e "4824 - Construção/Aquisição de um Edifício",* Ministério de Defesa e Administração Interna (MDAI) decorrente das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "1050 - Exercício Felino 2014", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "6068 - Apoio Institucional *", "6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional" e "6083 - Inscrição e Actualização de Caderno Eleitoral",* Gabinete do Primeiro Ministro (GPM) resultante das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "2887 - Transferência para Funcionamento do Instituto de Inovação e Conhecimento", "6068 - Apoio Institucional *" e "9971 - Comunicação em Planeamento Familiar e Saúde Materna",* Assembleia Nacional (AN) derivado da execução das acções *"2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2418 - Transferência Capital para Assembleia Nacional" e "3152 - Apoio Institucional à Boa Governação",* Procuradoria - Geral da República (PGR) com execução das acções *"1001 - Despesa com Pessoal" e "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas" e* Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (MECCC) pelo resultado da realização de algumas acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1054 - Meio de Apoio ao*

Ensino"," 3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I", "3840 - Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "3841 – Bolsa Interna (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "5768 - Construção do Liceu", "5887 - Conclusão de Salas na Escola Básica de Diogo Simão" e "6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada".

No que respeita aos organismos que tiveram nível de execução mais modesto, ou seja, abaixo de 80,0%, observa-se Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), Ministério da Saúde (MS), Tribunal de Contas (TC), Ministério de Emprego e Assuntos Sociais (MEAS), Ministério da Juventude e Desporto (MJD) e Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRNA).

Em relação a variação homóloga, registou-se no cômputo geral um decréscimo de 13,7% face ao executado no ano transacto, sendo de destacar o decréscimo na ordem de 0,8%, 2,6%, 4,2%, 4,9%, 7,1%, 18,3%, 19,7%, 35,8%, 35,9%, 40,6%, 68,6%, 69,6%, e, evidenciados respectivamente nos órgãos como Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Presidência da República (PR), Procuradoria - Geral da República (PGR), Ministério da Saúde (MS), Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (MECCC), Tribunal Judicial (TJ), Tribunal de Contas (TC), Encargos Gerais do Estado (EGE), Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRNA), Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidade (MNEC) e Ministério de Emprego e Assuntos Sociais (MEAS).

E para mitigar a redução verificada a nível dos órgãos acima citados, observa - se crescimento por parte de alguns órgãos, com destaque para Tribunal Constitucional (TCO), Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), Câmara Distrital de Caué (CDC), Governo Regional de Príncipe (GRP), Câmara Distrital de Mé – Zóchi (CDMZ), Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Câmara Distrital de Água – Grande (CDAG) e Ministério de Defesa e Administração Interna (MDAI).

Em termos de estrutura do total executado nesta classificação, conforme apresentado no gráfico 19, verifica-se que, 82,2% do total executado foi destinado ao conjunto composto por Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (MECCC), seguido de Ministério da Saúde (MS), depois o Encargos Gerais do Estado (EGE), em seguidao Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (MFCEA), o Ministério de Defesa e Administração Interna (MDAI), Ministério de Infra-estrutura e Recursos Naturais e Ambiente (MIRNA) e por último o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR).

Gráfico 19: Estrutura de Despesas Totais Executadas por Órgãos

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Para o efeito, do lado do MECCC contribuíram para este resultado a execução das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "1054 - Meio de Apoio ao Ensino", " 1056 - Manutenção de Transportes Escolar", "2353 - Alfabetização Solidária", "3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "3841 - Bolsa Interna (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "5768 - Construção do Liceu", "6071 - Ampliação de Escola Secundaria Básica em Desejada" e "6314 - Conclusão de Infraestruturas no MECCC"*; no MS destaca-se a contribuição das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2401 - Junta para Exterior", "4947 - Programa de Combate à Malária", "5470 - Aquisição de Consumíveis e Reagentes para SNS", "9965 - Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017", "9967 - Capacidade Serviços de Planeamento Familiar e Saúde Materna" e "9974 - Actividades de Securização de Produtos de Saúde Reprodutiva".*

No EGE destaca - se a execução das acções "1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal", *"2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho", "2416 - Pagamento da Dívida com Lar Junqueira", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário", "2456 - Amortização da Dívida Pública", "2524 - Exercícios Findos", "5512 -Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "6070 - Regularização SN-AC", "9960 - INNOVATIONS E NEW DEAL" e "9973 - Programação e Coordenação e Assistência Técnica"; no* MFCEA destaca-se a execução das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF", "9961 - APPUI AU MECANISME DE PLANIFICATION A MOYEN ET LONG TERME", "9968 - Produção e Análise de Dados de População e Desenvolvimento", "9970 - Uso e integração de dados de População e Desenvolvimento" e "3376 -*

Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas"; no MDAI contribuíram a execução das seguintes acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "6068 - Apoio Institucional *", "6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional" e "6083 - Inscrição e Actualização de Caderno Eleitoral".*

No MIRNA destaca-se a execução das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "5355 - Transferência Correntes para IMAP", "2400 - Transferência para Agência Nacional do Petróleo", "2775 - Construção de troço de Estrada A. Neto/Caldeiras/Boa Esperança - Terra Batida", "2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas", "3282 - Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central", "5973 - Construção de Estrada Rio Lima-Gleba/Capela ", "5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território ",* "*5509 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves- Contri*", *"5347 - Proj. Const./Ext. Sist. Abast. Água de Obolongo (Rio MJ) - Fase I ", "5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel", "5982 - Reparação do Muro de Procteção Costeira em S. Gabriel", "6055 - Programa Melhoria Indicadores Abastecimento Água STP", "6056 - Projecto Recuperação do Sector Energético STP", "9963 - PIMS#4602 - RENEWABLE ENERGY" e "9996 - Programa de Fornecimento de Água e Saneamento Básico*".
E no MADR destaca - se a execução das acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2234 - Programa PAPAC", "3718 - Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar", "3882 - Programa de Extensão Rural", "5817 - GCP/RAF/483/BRA-Fortalecimento do Programa de Nutrição Escolar em África", "9949 - TCP/STP/3603-Apoio a Melhoria da Comercialização dos Produtos Helieuticos em STP", "9950 - TCP/STP/3604-Apoio à Actualização dos Mapas de Fertilidade do Solo em Áreas Agrícolas Periurbanas" e "9962 - PIMS#4645-Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options".*

3.1.6.2. Por Localização Geográfica

Relativamente a análise da execução de despesas por classificação geográfica, como apresentado na Tabela 17, observa-se que com excepção das localizações Cantagalo, Água – Grande e Mé-Zóchi, que ficaram em 32,5%, 29,7% e 22,0% das respectivas dotações finais, as demais localizações registaram um nível de execução acima dos 50,0% das suas dotações corrigidas, sendo de destacar Caué, Príncipe e Nacional.

O nível de execução em Caué foi impulsionado sobretudo pela execução das acções*"2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué", "2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué" e "6198 - Reabilitação de Residência dos técnicos da área de Saúde de Caué",* enquanto no Príncipe este nível de realização deveu-se a execução das acções *"2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "4921 - Requalificação do Edificio EX-Central Eléctrica" e "3574 - Construção de Estrada Gaspar/ Sundy- ET 601-6,1 KM".*

Já em Nacional o nível de execução observado é justificado, em grande medida, pela execução das acções*"1001 - Despesa com Pessoal", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal", "1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE", "1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", "2307-*

Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho", "2417- Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2424- Pagamento da Dívida Pública", "3178- Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "3840- Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "3841 - Bolsa Interna (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional", e dos projectos as acções *"2524- Exercícios Findos", "2857 - Programa de Reorganização Diplomática", "3282 - Construção de muro de contenção na subida de Hospital Central", "4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF", "4947 - Programa de Combate à Malária", "5470 - Aquisição de Consumíveis e Reagentes para SNS", "6068 - Apoio Institucional *", "6071 - Ampliação de Escola Secundaria Basica em Desejada", "6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional", "6083 - Inscrição e Actualização de Caderno Eleitoral", "9962 - PIMS#4645-Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options", "9963 - PIMS#4602 - RENEWABLE ENERGY", "9965- Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017", "9966 - PIMS 5103- Strengthening climate information and early warning systems (EWS)", "9967 -Capacidade Serviços de Planeamento Familiar e Saúde Materna", "9968 - Produção e Análise de Dados de População e Desenvolvimento", "9970 - Uso e integração de dados de População e Desenvolvimento" e "9971 - Comunicação em Planeamento Familiar e Saúde Materna.*

Contudo, este nível de execução permitiu que as localizações como Nacional, Príncipe, S. Tomé e Lobata representassem no seu conjunto 97,5% das despesas executadas, demonstrando continuidade da transversalidade das acções implementadas no decorrer da execução do OGE de 2018.

Tabela 17: Execução por Localização Geográfica

(milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
01-Nacional	2 312 697	2 434 988	2 873 928	2 863 910	2 117 423	2 117 423	2 000 335	117 088	73,9	-13,0	90,3
02-São Tomé	142 482	57 379	45 010	83 834	51 492	51 492	51 492	0	61,4	-10,3	2,2
03-Príncipe	65 309	88 648	59 163	84 656	73 302	73 302	73 302	0	86,6	-17,3	3,1
04-Água Grande	41 818	35 939	111 843	72 104	21 434	21 434	21 434	0	29,7	-40,4	0,9
05-Mé-Zochi	39 015	12 778	54 377	47 835	10 541	10 541	10 541	0	22,0	-17,5	0,4
06-Cantagalo	32 741	47 423	42 175	29 855	9 700	9 700	9 700	0	32,5	-79,5	0,4
07-Lembá	36 575	18 060	20 178	20 990	11 066	11 066	11 066	0	52,7	-38,7	0,5
08-Lobata	53 067	15 929	63 890	67 807	43 523	43 523	43 523	0	64,2	173,2	1,9
09-Caué	9 673	5 191	7 701	7 273	6 858	6 858	6 858	0	94,3	32,1	0,3
Total Geral	**2 733 378**	**2 716 335**	**3 278 265**	**3 278 265**	**2 345 339**	**2 345 339**	**2 228 251**	**117 088**	**71,5**	**-13,7**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Porém, confrontando com o executado no período homólogo de 2017, verifica-se que (2) duas localizações viram a sua execução crescer, sendo a destacar as regiões como Lobata e Caué com 173,2% e 32,1%, respectivamente. O crescimento verificado foi impulsionado fundamentalmente pela prioridade das políticas públicas nestas localizações, destacando a execução de acções como: *"2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata", "2775 - Construção de troço de Estrada A. Neto/Caldeiras/Boa Esperança - Terra Batida", "5982* - Reparação do Muro de Proteção Costeira em S. Gabriel", *"2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué" e "2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué".*

Comportamento oposto teve a localização S. Tomé, Nacional, Príncipe, Mé-Zóchi, Lembá, Água – Grande e Cantagalo ao registarem um decréscimo de 10,3%, 13,0%, 17,3%, 17,5%, 38,7%, 40,4% e 79,5%, face ao executado no período homólogo do ano transacto. O decréscimo verificado deve-se essencialmente a reclassificação de algumas acções nas referidas localizações, bem como o baixo nível, ou não execução de alguns projectos inseridos nas mesmas.

3.1.6.3. Por Fonte de Recursos

No âmbito das informações referentes a execução orçamental por Fonte de Recursos, conforme mostra a Tabela 18, constata-se que a maioria das despesas executadas foi financiada com os recursos internos numa proporção de 67,6% contra 32,4% das financiadas com os recursos externos. Das financiadas com recursos externos, 27,4% referem-se as financiadas com donativos, enquanto os restantes 5,0% referem-se as financiadas com créditos. No que concerne as financiadas com recursos internos, destaca-se os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) que financiou mais que metade das despesas totais executadas (65,3%), cabendo aos Recursos Consignados e HIPC os restantes 2,3%.

Relativamente ao nível de execução observa-se que as despesas executadas com recursos externos registaram um nível de execução de 46,8% da dotação corrigida (considerada como uma execução muito modesta), as mesmas correspondem a menos 33,9% do que foi executado no mesmo período do ano transacto. O nível de execução bem como do decréscimo registado deveu-se fundamentalmente pela baixa execução das despesas financiadas com donativos que obtiveram um nível de execução de 45,2% da dotação corrigida, o que corresponde a um decréscimo de 33,0%, face ao executado no ano transacto, bem como da baixa realização das despesas financiadas com créditos que teve um nível de execução de 58,5%, o que representa um decréscimo de 38,3% relativamente ao mesmo período de 2017.

Tabela 18: Execução de despesas por Fonte de Recursos

(milhares de Dobras)

Fontes de Recurso	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
Financiamento Inter	**1 434 420**	**1 565 917**	**1 676 263**	**1 654 603**	**1 584 827**	**1 584 827**	**1 468 339**	**116 488**	**95,8**	**1,2**	**67,6**
01-Recursos Ord. do Te	1 368 873	1 487 174	1 609 073	1 584 685	1 530 355	1 530 893	1 414 495	116 398	96,6	2,9	65,3
03-Recursos Consignad	47 634	56 918	45 454	54 952	42 114	42 114	42 024	89	76,6	-26,0	1,8
06-Privatização	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
15-HIPC	17 913	21 826	21 736	14 966	12 359	11 820	11 820	0	79,0	-45,8	0,5
Financiamento Exter	**1 298 957**	**1 150 419**	**1 602 002**	**1 623 662**	**760 512**	**760 512**	**759 912**	**600**	**46,8**	**-33,9**	**32,4**
10-Donativo	1 071 161	961 000	1 402 337	1 423 997	625 656	643 653	643 053	600	45,2	-33,0	27,4
11-Crédito	227 796	189 419	199 665	199 665	134 856	116 859	116 859	0	58,5	-38,3	5,0
Total Geral	**2 733 378**	**2 716 335**	**3 278 265**	**3 278 265**	**2 345 339**	**2 345 339**	**2 228 251**	**117 088**	**71,5**	**-13,7**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

No que se refere as despesas financiadas com recursos internos destaca-se os ROT com um nível de execução de 96,6% da sua dotação corrigida, o que corresponde a mais 2,9% face ao executado no ano pretérito, seguido do recurso da iniciativa HIPC com nível de execução de 79,0% da dotação final e menos 45,8% em termos da variação homóloga, e por último, as despesas financiadas com os Recursos Consignados - Locais (RCL) cuja execução ficou em 76,6%, que equivale a um decréscimo de 26,0% relativamente ao executado no período homólogo do ano passado. O desempenho verificado ao nível das despesas financiadas com recursos internos possibilitou que a mesma registasse uma

variação homóloga positiva de cerca de 1,2% quando comparado com o executado no ano 2017, tendo em conta que o nível de execução ficou nos 95,8% face a dotação corrigida, justificado pela não mobilização das receitas de privatização, conforme mencionado nos pontos anteriores.

3.1.6.4. Por Tipologia de Despesas

Através da Tabela 19 é possível constatar que as acções do Governo são classificadas segundo quatro tipologias (Actividades, Consignadas, Operações Especiais e Projectos). Em que a Actividade é vista como instrumento de programação para alcançar o objectivo do programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da acção do governo. As Consignadas dizem respeito as despesas que são financiadas com recursos consignados aos sectores que arrecadam receitas próprias. Operações Especiais referem-se as despesas efectuadas no âmbito das despesas financeiras (amortização da dívida pública). Já o Projecto, é um instrumento de programação para alcançar o objectivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam num período limitado de tempo, das quais resulta um produto que com +corre para expansão ou aperfeiçoamento da acção do governo.

Atento ao conteúdo expresso na citada tabela, sobre a execução orçamental por tipologia de despesas, constata-se que maior parte das despesas executadas (61,0%) referem-se as despesas de funcionamento Actividades e Consignadas, que no seu conjunto representam (62,8%), em seguida os Projectos com 33,5%, cabendo as Operações Especiais (Amortização da Dívida) os restantes 3,7%.

Tabela 19: Execução de Despesas por Tipologia de Despesas

(milhares de Dobras)

Tipologia de Despesas	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estrut.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
Actividades	1 203 034	1 347 660	1 466 385	1 478 497	1 431 069	1 431 069	1 314 670	116 399	96,8	6,2	61,0
Consignadas	47 634	56 918	45 454	54 952	42 114	42 114	42 024	89	76,6	-26,0	1,8
Operações Especiais	102 807	111 155	115 884	88 761	86 397	86 397	86 397	0	97,3	-22,3	3,7
Projectos	1 379 902	1 200 603	1 650 542	1 656 055	785 759	785 759	785 159	600	47,4	-34,6	33,5
Total Geral	**2 733 378**	**2 716 335**	**3 278 265**	**3 278 265**	**2 345 339**	**2 345 339**	**2 228 251**	**117 089**	**71,5**	**-13,7**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

No que se refere ao nível de execução, observa-se que a tipologia Actividades registou um nível de execução de 96,8% da respectiva dotação final, o que corresponde a um aumento de 6,2%,face ao executado no igual período de 2017. Entretanto, comportamento díspar teve as Consignadas, as Operações Especiais e o Projecto, que caíram, respectivamente em 26,0%, 22,3% e 34,6% quando comparado com o executado no ano anterior, tendo registado uma execução de 76,6%, 97,3% e 47,4% da dotação final.

3.1.7. Análise de Despesas de Funcionamento: Actividades

Conforme definido na alínea a) do ponto 1) do artigo 3º da Lei nº 4/2018, de 19 de Março (Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2018) as despesas de funcionamento foram fixadas no montante de 1.466.385 milhares de Dobras, dos quais 45.454 milhares de Dobras referem-se as despesas consignadas. Depois das alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução, no estrito cumprimento do estatuído no artigo 16.º da referida Lei, conduziu para uma dotação final no montante de 1.478.497 milhares de Dobras.

Dada a dotação final, verificou-se até o final do ano uma execução de 1.431.069 milhares de Dobras, o que corresponde a um grau de execução de 96,8% da dotação final, e um aumento de 1,9% quando comparado com o executado no período homólogo do ano transacto.

3.1.7.1. Por Classificação Orgânica

Dentro da estrutura de despesas de funcionamento executadas, por classificação Orgânica, como representado no Gráfico 20: Estrutura e Evolução das Despesas de Funcionamento por Órgãos, constata-se que mais de metade do total das despesas executadas (74,9%) foram canalizadas para os órgãos MECCC, MS, EGE, MDAI e MFCEA, tendo os mesmos uma representatividade de 27,1%, 16,4%, 12,1%, 12,1% e 7,2%, respectivamente.

Gráfico 20*:* Estrutura e Evolução das Despesas de Funcionamento por Órgãos

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Na tabela 20 que apresenta a execução das despesas por classificação orgânica, observa-se que a maioria dos órgãos tiveram o seu orçamento executado em mais de 90,0% da dotação final, com destaque para AN, TC, TCO, TJ, PR, MEAS, GRP, CDAG, CDC, CDLOBT e CDMZ, que viram as suas despesas de funcionamento serem executadas na totalidade. Por outro lado, registou -se apenas três (3) organismos (MIRNA, MJD e MADR) cuja execução das despesas de funcionamento ficou abaixo de 90,0% da dotação corrigida, demonstrando de certo modo, que foram garantidas as condições para o funcionamento dos serviços públicos.

Tabela 20: Execução das Despesas de Funcionamento por Classificação Orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
01000-AN	50 412	49 103	50 000	46 818	46 818	46 818	46 818	0	100,0	-4,7	3,3
02000-TC	16 693	14 786	15 593	12 705	12 705	12 705	12 705	0	100,0	-14,1	0,9
03000-TCO		500	3 321	3 088	3 088	3 088	3 088	0	100,0	517,6	0,2
10000-TJ	34 875	38 256	36 778	26 222	26 222	26 222	26 222	0	100,0	-31,5	1,8
20000-PR	10 752	14 475	13 033	13 869	13 869	13 869	13 869	0	100,0	-4,2	1,0
21000-GPM	27 534	26 712	29 781	27 843	26 288	26 288	19 915	6 373	94,4	-1,6	1,8
22000-PGR	16 067	16 398	20 117	15 924	15 829	15 829	15 165	664	99,4	-3,5	1,1
23000-MDAI	68 177	149 663	154 953	174 406	173 400	173 400	160 409	12 991	99,4	15,9	12,1
24100-MNEC	17 371	56 290	26 247	13 555	13 453	13 453	12 850	603	99,3	-76,1	0,9
24200-EMBX-STP	39 653	0	79 518	44 659	44 323	44 323	44 323	0	99,2	...	3,1
25000-MJAPDH	25 184	25 437	33 054	27 397	25 049	25 049	22 070	2 979	91,4	-1,5	1,8
26000-MEAS	7 061	8 683	17 207	8 625	8 625	8 625	7 423	1 202	100,0	-0,7	0,6
27000-MFCEA	100 222	135 673	104 296	103 141	102 737	102 737	88 709	14 029	99,6	-24,3	7,2
28000-MCIT	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
29000-MECCC	327 078	389 335	302 073	395 962	388 363	388 363	382 895	5 467	98,1	-0,2	27,1
30000-MAPD	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
32000-MIRNA	17 797	19 925	24 977	22 904	20 091	20 091	15 714	4 377	87,7	0,8	1,4
33000-MS	174 512	221 246	200 029	259 469	235 052	235 052	220 674	14 378	90,6	6,2	16,4
34000-MJD	5 661	5 707	9 391	7 930	6 751	6 751	5 544	1 207	85,1	18,3	0,5
35000-MADR	13 885	16 080	24 459	19 461	16 241	16 241	12 281	3 960	83,5	1,0	1,1
37000-MAI	71 981	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
38000-MECI	26 642	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
70000-GRP	42 424	42 060	41 700	39 167	39 167	39 167	39 167	0	100,0	-6,9	2,7
71000-CDAG	12 718	12 417	13 123	12 450	12 450	12 450	12 450	0	100,0	0,3	0,9
72000-CDCG	5 185	5 174	5 325	5 325	5 053	5 053	5 053	0	94,9	-2,3	0,4
73000-CDC	4 268	4 037	4 375	4 065	4 065	4 065	4 065	0	100,0	0,7	0,3
74000-CDLMB	4 726	4 214	4 433	4 433	4 426	4 426	4 426	0	99,8	5,0	0,3
75000-CDLOBT	6 090	5 587	5 620	6 215	6 215	6 215	6 215	0	100,0	11,2	0,4
76000-CDMZ	8 019	7 239	7 519	6 977	6 977	6 977	6 977	0	100,0	-3,6	0,5
91000-EGE	115 681	135 581	239 462	175 886	173 810	173 810	125 642	48 169	98,8	28,2	12,1
Total Geral	**1 250 669**	**1 404 577**	**1 466 385**	**1 478 497**	**1 431 069**	**1 431 069**	**1 314 670**	**116 399**	**96,8**	**1,9**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Em termos de comparação com o executado no mesmo período do ano transacto, consta que, 11 órgãos apresentaram uma variação homóloga positiva, com maior destaque para TCO, EGE, MJD, MDAI, CDLOBT, MS e CDLMB com respectivamente 517,6%, 28,2%, 18,3%, 15,9%, 11,2%, 6,2% e 5,0%. A outra parte dos organismos apresentou uma variação homóloga negativa, com realce para os organismos como MECCC, MEAS, MJAPDH, GPM, CDCG, PGR, CDMZ, PR e AN. E o organismo como EMBX – STP não apresentou variação homóloga por não registar execução no período antecedente.

A execução orçamental positiva, nos órgãos acima realçados, foi impulsionada fundamentalmente pelo montante executado na actividade *"6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional",* no TCO; da execução da acção *"1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP" e "6043- Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação",* no EGE; das acções*"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior" e "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade",* no MJD; das actividades *"1001 - Despesa Com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "1049 - Inspecção Militar e Escola de Recrutas" e "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade",* no MDAI; na CDLOBT a actividade *"2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata"*; no MS as acções *"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade" e "2401- Junta para Exterior"*; e por último, a CDLMB com execução da acção *"2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá".*

Procedendo a análise dos grupos de despesas que mais representatividade tem no cômputo das despesas de funcionamento executadas nos órgãos acima mencionado, observa-se, através das informações espelhada na Tabela 21, que ao nível do MDAI, mais que a metade das despesas executadas (72,7%) foram canalizadas para despesas com pessoal (incluindo segurança social), enquanto 23,4% referem-se a rubrica de bens e serviços. Do lado do *MFCEA*, destacam-se, a rubrica das despesas com pessoal (incluindo segurança social) e bens e serviços que representam respectivamente a 66,3% e 21,9% do executado neste ministério.

Tabela 21: Execução de Despesas por Órgãos e Grupo de Despesas

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						Total Geral
			Pessoal	Seg. Social	Bens e Serviços	Juros	Sub. e Transf.	Desp. E. Anterior	
01000-AN	50 412	49 103	0	0	0	0	46 818	0	46 818
02000-TC	16 693	14 786	0	0	0	0	12 705	0	12 705
03000-TCO	0	500	0	0	0	0	3 088	0	3 088
10000-TJ	34 875	38 256	0	0	0	0	26 222	0	26 222
20000-PR	10 752	14 475	0	0	0	0	13 869	0	13 869
21000-GPM	27 534	26 712	10 508	446	10 043	0	5 114	178	26 288
22000-PGR	16 067	16 398	9 487	432	2 249	0	3 635	25	15 829
23000-MDAI	68 177	149 663	119 922	6 091	40 643	0	6 743	0	173 400
24100-MNECC	17 371	56 290	6 725	264	3 386	0	3 079	0	13 453
24200-EMBX-STP	39 653	0	32 092	1 814	9 057	0	1 360	0	44 323
25000-MJAPDH	25 184	25 437	15 737	687	7 364	0	1 217	45	25 049
26000-MEAS	7 061	8 683	4 598	164	2 679	0	652	532	8 625
27000-MFCEA	100 222	135 673	66 541	1 550	22 515	0	12 084	48	102 737
29000-MECCC	327 078	389 335	300 238	10 216	25 111	0	52 730	68	388 363
32000-MIRNA	17 797	19 925	6 779	304	6 452	0	6 556	0	20 091
33000-MS	174 512	221 246	184 970	3 267	33 523	0	13 036	255	235 052
34000-MJD	5 661	5 707	3 124	113	2 969	0	544	0	6 751
35000-MADR	13 885	16 080	8 753	392	6 149	0	947	0	16 241
37000-MAI	71 981	0	0	0	0	0	0	0	0
38000-MECI	26 642	0	0	0	0	0	0	0	0
70000-GRP	42 424	42 060	0	0	0	0	39 167	0	39 167
71000-CDAG	12 718	12 417	0	0	0	0	12 450	0	12 450
72000-CDCG	5 185	5 174	0	0	0	0	5 053	0	5 053
73000-CDC	4 268	4 037	0	0	0	0	4 065	0	4 065
74000-CDLMB	4 726	4 214	0	0	0	0	4 426	0	4 426
75000-CDLOBT	6 090	5 587	0	0	0	0	6 215	0	6 215
76000-CDMZ	8 019	7 239	0	0	0	0	6 977	0	6 977
91000-EGE	115 681	135 581	759	3	87 574	34 242	12 363	38 870	173 810
Total Geral	**1 250 669**	**1 404 577**	**770 233**	**25 742**	**259 716**	**34 242**	**301 115**	**40 021**	**1 431 069**

Fonte: DCP-MFCEA

Prosseguindo, temos o MECCC, com relevância para a rubrica das despesas com pessoal (incluindo segurança social) com representação de 79,9%, bens e serviços (6,5%) e subsídios e transferências correntes (13,6%) do executado neste organismo. No *MS* as despesas com pessoal (incluindo segurança social) representam 80,1% do total executado, enquanto a rubrica de bens e serviços correspondem a 14,3% do executado neste órgão. Por último, no *EGE* os grupos de despesas mais relevantes são bens e serviço, juros da dívida, subsídios e transferências correntes e despesas correntes de exercícios anteriores, que no seu conjunto correspondem a 99,6% do executado.

3.1.7.2. Por Localização Geográfica

Como se pode verificar pela leitura da Tabela 22 que precede, a execução das despesas de funcionamento por localização geográfica, espelha que a localização *"01 - Nacional"* representa a maior fatia do total executado, em cerca de 94,4%, impulsionado sobretudo pela execução das actividades *"1001 - Despesa Com Pessoal", "1005 - Transferência para Funcionamento da Presidência da República", "1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal", "1046 - Missões no Exterior", "1054 - Meio de Apoio ao Ensino", "1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais", "1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307- Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2312 - Subsídio para Comemoração de 12 de Julho", "2417- Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2424- Pagamento da Dívida Pública", "3178- Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "3840- Bolsa Externas (licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "3841 - Bolsa Interna (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) " e "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", seguido* da localização "*03 - Príncipe*" com 2,9%, sendo na sua totalidade canalizada para as acções "*2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP*" e *"1053 - Capacitação do Pessoal"*, o que demonstra a continuidade da transversalidade das acções executadas no Orçamento.

Relativamente ao nível de execução, nota-se que, todas as localizações viram a sua execução superar os 90,0% da dotação corrigida, sendo de destacar as localizações "*03 – Príncipe", "04 – Água - Grande", "05 – Mé-Zochi", "08 – Lobata" e "09 – Caué",* que atingiram a totalidade (100,0%) da dotação corrigida, impulsionado sobretudo pela execução das actividades "*2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP*" e *"1053 - Capacitação do Pessoal", "2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande", 2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata" e "2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué".*

Tabela 22: Execução de Despesas de Funcionamento por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
01-Nacional	1 163 023	1 321 266	1 382 357	1 397 792	1 350 659	1 350 659	1 234 261	116 399	96,6	2,2	94,4
03-Príncipe	46 438	44 484	43 388	41 049	41 034	41 034	41 034	0	100,0	-7,8	2,9
04-Água Grande	12 718	12 417	13 123	12 450	12 450	12 450	12 450	0	100,0	0,3	0,9
05-Mé-Zochi	8 019	7 239	7 519	6 977	6 977	6 977	6 977	0	100,0	-3,6	0,5
06-Cantagalo	5 185	5 174	5 325	5 325	5 053	5 053	5 053	0	94,9	-2,3	0,4
07-Lembá	4 926	4 373	4 678	4 624	4 615	4 615	4 615	0	99,8	5,6	0,3
08-Lobata	6 090	5 587	5 620	6 215	6 215	6 215	6 215	0	100,0	11,2	0,4
09-Caué	4 268	4 037	4 375	4 065	4 065	4 065	4 065	0	100,0	0,7	0,3
Total Geral	**1 250 669**	**1 404 577**	**1 466 385**	**1 478 497**	**1 431 069**	**1 431 069**	**1 314 670**	**116 399**	**96,8**	**1,9**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Concernente a variação homóloga, verifica-se que três (3) destas localizações tiveram um decréscimo relativamente ao executado no ano 2017, com excepção de *"08 – Lobata", "07 – Lembá", "01 – Nacional", "09 – Caué" e "04 – Água – Grande*" que conheceram um crescimento de respectivamente 11,2%, 5,6%, 2,2%, 0,7% e 0,3% quando comparado com o executado no mesmo período do ano transacto. Das que registaram decréscimo face ao ano 2017, destacam-se "03 - *Príncipe"* (7,8%), *"05 – Mé- Zochi"* (3,6%) e *"06 - Cantagalo"* (2,3%). O decréscimo verificado ao nível destas localizações

deve-se exclusivamente a diminuição observada na execução das Transferência Correntes para as referidas Câmaras Distritais e para Região Autónoma do Príncipe (RAP).

3.1.7.3. Por Fontes de Recursos

Na tabela 23, que espelha as informações de execução orçamental por fonte de recursos e acordo, onde verifica-se que na estrutura as despesas de funcionamento foram financiadas na em grande parte por financiamento interno, nomeadamente os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) e os Recursos Consignados em 97,1% e 2,9%, respectivamente. Saliente-se que 71,8% dos ROT foram canalizados para as actividades "*1001 - Despesa com Pessoal*" e "*2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade*".

Tabela 23: Execução das Despesas de Funcionamento por Fontes de Recursos

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recursos	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
Financiamento Interno	**1 250 669**	**1 404 577**	**1 466 385**	**1 478 497**	**1 431 069**	**1 431 069**	**1 314 670**	**116 399**	96,8	1,9	100,0
01-R.O.T	1 203 034	1 347 660	1 420 931	1 423 545	1 388 955	1 388 955	1 272 646	116 309	97,6	3,1	97,1
03-Consignados	47 634	56 918	45 454	54 952	42 114	42 114	42 024	89	76,6	-26,0	2,9
Total Geral	**1 250 669**	**1 404 577**	**1 466 385**	**1 478 497**	**1 431 069**	**1 431 069**	**1 314 670**	**116 399**	**96,8**	**1,9**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Relativamente ao nível de execução, observa-se que as mesmas ficaram nos 96,8% da dotação final, que entretanto corresponde a um crescimento de 1,9%, face ao executado no mesmo período do ano 2017. O nível de execução registado foi impulsionado pela modesta performance dos ROT e dos RCL que ascenderam aos montantes de 1.388.955 milhares de Dobras (97,6%) e 42.114 milhares de Dobras (76,6%) da dotação final, o que em termos comparativos corresponderam a uma variação homóloga positiva de 3,1% para o *ROT* e 26,0% negativo para os *RCL.*

3.1.7.4. Por Classificação Económica

Ao procedermos a análise da execução das despesas por natureza económica, nota-se, conforme mencionado acima, que as maiores alocações de recursos foram destinadas aos grupos das Despesas com o Pessoal (incluindo segurança social), aos Subsídios e Transferências Correntes e a Aquisição de Bens e Serviços com respectivamente 57,4%, 19,2% e 18,1%, demonstrando o peso das despesas com pessoal no conjunto das despesas de funcionamento.

Tabela 24: Execução das Despesas de Funcionamento por Classificação Económica

(em milhares de Dobras)

Natureza da Despesa	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
3-DESPESAS CORRENTES	**1 250 669**	**1 404 577**	**1 466 385**	**1 478 497**	**1 431 069**	**1 431 069**	**1 314 669**	**116 399**	96,8	1,9	100,0
31-Despesas com o Pessoal	655 346	720 219	749 258	795 975	795 975	795 975	795 674	301	100,0	10,5	55,6
32-Contribuições do Emprega	23 326	24 994	31 862	25 742	25 742	25 742	25 742	0	100,0	3,0	1,8
33-Despesas com Bens e Se	180 609	235 803	241 440	259 715	259 716	259 716	143 663	116 053	100,0	10,1	18,1
34-Juros	31 783	38 635	50 239	34 242	34 242	34 242	34 242	0	100,0	-11,4	2,4
35-Sub. e Transf. Correntes	347 112	370 609	314 105	322 802	275 373	275 373	275 328	45	85,3	-25,7	19,2
36-Desp. Corr. de Exerc. Ante	12 492	14 318	79 481	40 021	40 021	40 021	40 021	0	100,0	179,5	2,8
Total Geral	**1 250 669**	**1 404 577**	**1 466 385**	**1 478 497**	**1 431 069**	**1 431 069**	**1 314 669**	**116 399**	**96,8**	**1,9**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Em relação ao nível de execução, verifica-se na Tabela 24, que todas as rubricas ficaram acima dos 80,0% da dotação final, com destaque para as categorias de *Despesa com Pessoal, Contribuição do Empregador, Despesas com Aquisição Bens e Serviços, Juros da Dívida e Despesa Corrente de Exercício Anteriores* que ascenderam a 100,0% da sua dotação final. Entretanto, no que respeita a variação homóloga, observa-se que maior parte das rubricas cresceram face ao executado no mesmo período de 2017, com destaque para as Despesa Corrente de Exercício Anteriores (179,5%), Despesa com Pessoal (10,5%), despesa com Aquisição de Bens e Serviços (10,1%) e 3,0% para a Contribuição do Empregador. Entretanto, salienta -se a Despesas com Pessoal incluindo segurança social, totaliza uma taxa de execução face ao ano 2017 de 10,3%, respectivamente.

3.1.8. Análise de Despesas do Programa de Investimentos Públicos (PIP)

A materialização do Programa de Investimentos Públicos teve o seu enquadramento através do OGE aprovado pela Lei n.º 4/2018, de 19 de Março, onde previu-se um envelope de Despesas de Investimento Público no montante de 1.650.542 milhares de Dobras, onde foram fixadas as despesas financiadas com recursos externos em 1.602.002 milhares de Dobras e as financiadas com recursos internos em 48.540 milhares de Dobras, dos quais 21.736 milhares de Dobras referiam-se a recursos provenientes da iniciativa HIPC. Ao longo da execução orçamental foram efectuados ajustes no PIP, ao abrigo dos dispostos no artigo 16.º e 19.º, ambos da Lei 4/2018, sem, contudo, alterar o total, inicialmente aprovado.

Dadas as limitações dos financiamentos externos, conforme justificado anteriormente, os investimentos públicos registaram uma execução que ascendeu a 785.759 milhares de Dobras, o que corresponde a 47,4% da dotação final, e que representa um decréscimo de 34,6%, face ao executado em 2017.

3.1.8.1. Por Classificação Orgânica

Ao analisarmos a estrutura da execução do PIP por classificação orgânica, (ver gráfico 21), observa-se claramente que EGE, MIRNA, MS, MADR e MFCEA absorveram a maior fatia (77,8%) do total executado, como resultado das acções realizadas no âmbito das políticas públicas previstas em grandes opções de plano do ano em análise, onde destacamos a execução dos projectos *"2524-Exercícios Findos", "6070 - Regularização SN-AC", "2775 - Construção de troço de Estrada A.*

Neto/Caldeiras/Boa Esperança - Terra Batida", "5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge", "5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território", "9963 - PIMS#4602 - RENEWABLE ENERGY", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "4947 - Programa de Combate à Malária", "5470 - Aquisição de Consumíveis e Reagentes para SNS", "9965 - Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017", "9967 - Capacidade Serviços de Planeamento Familiar e Saúde Materna", "2234 - Programa PAPAC", "5817 - GCP/RAF/483/BRA-Fortalecimento do Programa de Nutrição Escolar em África", "9962 - PIMS#4645-Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options", "4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF", "9968 - Produção e Análise de Dados de População e Desenvolvimento", "9961 - APPUI AU MECANISME DE PLANIFICATION A MOYEN ET LONG TERME" e "9970 - Uso e integração de dados de População e Desenvolvimento".

Gráfico 21*:* Estrutura do PIP Executadas por Órgãos

(em percentagem)

Fonte: DCP-MFCEA

Por conseguinte, verifica-se que a realização das despesas do PIP, por órgão, conforme demonstra a Tabela 25 não houve a implementação integral das acções previstas, ressaltando, entretanto, um nível de execução satisfatório em MNEC (100,0%), CDAG (100,0%), CDC (100,0%), MFCEA (99,8%), EGE (96,8%), CDLOBT (96,4%) e CDMZ (89,1%). E por outro, observa-se as mais modestas realizações nos organismos como MECCC (49,6%), MJD (34,8%), MEAS (33,0%), PGR (29,5%) e MIRNA (20,4%) como consequência da contida mobilização de recursos consignados as acções reflectidas nesses organismos.

Tabela 25: Execução PIP por Classificação Orgânica

(milhares de Dobras)

Órgãos	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
01000-AN	6 790	0	0	12 919	7 919	7 919	7 919	0	61,3	...	1,0
02000-TC	7 163	5 000	10 000	10 000	0	0	0	0	0,0	-100,0	...
03000-TCO	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
10000-TJ	20 245	0	6 000	6 000	4 503	4 503	4 503	0	75,0	...	0,6
20000-PR	2 000	0	500	456	0	0	0	0	0,0	...	...
21000-GPM	19 491	3 135	18 335	3 522	2 772	2 772	2 772	0	78,7	-11,6	0,4
22000-PGR	1 000	1 000	1 000	2 400	708	708	708	0	29,5	-29,2	0,1
23000-MDAI	13 148	26 519	45 091	52 736	41 574	41 574	41 574	0	78,8	56,8	5,3
24000-MNEC	11 124	4 885	3 980	5 159	5 159	5 159	5 159	0	100,0	5,6	0,7
24200-EMBX-STP	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
25000-MJAPDH	10 898	4 939	13 675	9 168	5 073	5 073	5 073	0	55,3	2,7	0,6
26000-MEAS	39 609	41 690	25 708	20 271	6 687	6 687	6 687	0	33,0	-84,0	0,9
27000-MFCEA	52 260	55 278	71 278	81 377	81 181	81 181	81 181	0	99,8	46,9	10,3
28000-MCIT	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
29000-MECCC	162 811	128 904	127 399	71 043	35 242	35 242	35 242	0	49,6	-72,7	4,5
30000-MAPD	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
32000-MIRNA	454 033	260 077	882 774	703 244	143 608	143 608	143 008	600	20,4	-44,8	18,3
33000-MS	265 219	185 011	174 261	267 628	142 197	142 197	142 197	0	53,1	-23,1	18,1
34000-MJD	21 779	14 468	30 531	45 620	15 878	15 878	15 878	0	34,8	9,7	2,0
35000-MADR	139 598	146 646	173 189	200 139	146 163	146 163	146 163	0	73,0	-0,3	18,6
37000-MAI	47 559	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
38000-MECI	32 163	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
70000-GRP	8 500	6 744	15 775	43 607	32 268	32 268	32 268	0	74,0	378,5	4,1
71000-CDAG	4 659	0	4 000	3 000	3 000	3 000	3 000	0	100,0	...	0,4
72000-CDCG	2 295	0	3 000	3 000	2 000	2 000	2 000	0	66,7	...	0,3
73000-CDC	2 006	0	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	0	100,0	...	0,3
74000-CDLMB	1 950	167	3 500	3 500	2 378	2 378	2 378	0	67,9	1 324,1	0,3
75000-CDLOBT	4 926	4 248	4 000	4 000	3 855	3 855	3 855	0	96,4	-9,3	0,5
76000-CDMZ	4 326	50	4 000	4 000	3 564	3 564	3 564	0	89,1	7 028,7	0,5
91000-EGE	44 351	311 843	30 548	101 265	98 568	98 030	98 030	0	96,8	-68,6	12,5
Total Geral	**1 379 902**	**1 200 603**	**1 650 542**	**1 656 055**	**786 298**	**785 759**	**785 159**	**600**	**47,4**	**-34,6**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Embora a limitação de recursos internos (sobretudo os de privatização) para financiar o OGE, agravado pela escassez dos recursos externos, como consequência da crise financeira internacional, alguns organismos atingiram uma variação homóloga positiva, onde se destaca o CDMZ, CDLMB e GRP que registaram um crescimento acima dos 100,0%, o que permitiu mitigar o abrandamento de alguns organismos que registaram diminuição, face ao executado no ano transacto, com destaque para CDLOBT, MADR, GPM, MS, PGR, MIRNA e EGE. Saliente-se que o aumento face ao período homólogo do ano transacto, deve-se essencialmente a execução de alguns projectos como: *"2407 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2413 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lembá", "3574 -Construção de Estrada Gaspar/ Sundy- ET 601-6,1 KM" e "4921 - Requalificação do Edifício EX- Central Eléctrica".*

3.1.8.2. Por Fonte de Recursos

Durante o ano 2018, as despesas de investimentos públicos conheceram uma execução de 785.759 milhares de Dobras, onde a maior fatia foi assegurada pelo financiamento externo (96,8%), contra 3,2% das financiadas pelos recursos internos, incluindo o fundo HIPC. Este facto demonstra a continuidade da dependência dos recursos externos para a materialização das acções inscritas no PIP.

Considerando a estrutura do financiamento interno executado, percebe - se, que a maior fatia coube aos ROT com apenas 1,7%, cabendo ao fundo HIPC a fatia de 1,5%. Outrossim, as despesas financiadas

com recursos internos tiveram um grau de execução de 77,9% da dotação corrigida, ascendendo os 25.248 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 49,7% em relação ao executado no período homólogo do ano transacto. Esta tendência é justificada pelo nível de execução da sua subcomponente ROT, que atingiu um grau de execução de 77,0% da sua dotação corrigida, o equivale a variação homóloga negativa na ordem dos 52,7%. Saliente-se mais uma vez, que a baixa execução bem como a variação homóloga negativa observada ao nível das despesas financiadas com recursos internos deve-se a não mobilização dos recursos de privatização de empresas que se previa materializar ao longo do exercício económico em análise.

Tabela 26: Execução de PIP por Fontes de Recursos

(milhares de Dobras)

Fonte de Recursos	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
Financiamento Interno	**80 945**	**50 185**	**48 540**	**32 393**	**25 786**	**25 248**	**25 248**	**0**	77,9	-49,7	3,2
01-Rec. Ord. do Tesouro	63 032	28 359	26 804	17 427	13 428	13 428	13 428	0	77,0	-52,7	1,7
06-Privatização	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
12-Financiamentos Internos	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
15-HIPC	17 913	21 826	21 736	14 966	12 359	11 820	11 820	0	79,0	-45,8	1,5
Financiamento Externo	**1 298 957**	**1 150 419**	**1 602 002**	**1 623 662**	**760 512**	**760 512**	**759 912**	**600**	46,8	-33,9	96,8
10-Donativo	1 071 161	961 000	1 402 337	1 423 997	625 656	625 656	625 056	600	43,9	-34,9	79,6
11-Crédito	227 796	189 419	199 665	199 665	134 856	134 856	134 856	0	67,5	-28,8	17,2
Total Geral	**1 379 902**	**1 200 603**	**1 650 542**	**1 656 055**	**786 298**	**785 759**	**785 159**	**600**	**47,4**	**-34,6**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

No que toca a execução das despesas com financiamento externo, observa-se uma realização de 760.512 milhares de Dobras, que representa 46,8% da sua dotação final, o que em termos homólogos nominais corresponde também a um decréscimo de 33,9%. Esta realização advém do comportamento das suas subcomponentes, onde se observa que, as despesas financiadas com recursos de *Donativos* que, além de serem mais expressivas na estrutura de despesas realizadas (79,6%), tiveram um grau de execução de 43,9% da dotação final e menos 34,9% do que foi executado em 2017. Por outro lado as financiadas com Crédito, viram a sua execução situar nos 67,5% da dotação final, o que de igual modo correspondeu a um decréscimo de 28,8%, face ao que foi executado no mesmo período do ano transacto, representando os restantes 17,2% na estrutura das despesas de investimentos executadas.

Quanto a execução do PIP por financiadores externos, como demonstrado na Tabela 27, destaca-se que, em termos globais, mais de metade da execução foi assegurada pelos parceiros Multilaterais (63,9%), com uma execução que ascende aos 485.671 milhares de Dobras, contra 36,1% dos parceiros Bilaterais, que em termos nominais, corresponde a uma execução que rondam os 274.840 milhares de Dobras. Entretanto, é de salientar que na vertente dos parceiros bilaterais nota-se maior contribuição de RPC (81,6%), que ascendeu aos 224.144 milhares de Dobras e Japão (13,5%), correspondente ao valor absoluto de 37.103 milhares de Dobras, tendo ao nível dos parceiros multilaterais a notável contribuição do PNUD no montante de 151.862 milhares de Dobras, o equivalente a 31,3%, da União Europeia com 17,8%, o correspondente a 86.606 milhares de Dobras e de BAD com também 17,8%, o que ascende a 86.224 milhares de Dobras, representatividade.

Tabela 27: Execução PIP por Financiadores Externos

(milhares de Dobras)

Parceiros	Donativo		Crédito		Total Geral	
	Valor	Estrut.	Valor	Estrut.	Valor	Estrut.
Bilateral	**274 840**	**43,9**	**0**	**0,0**	**274 840**	**36,1**
1006-PORTUGAL	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1111-ANGOLA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1042-RPC	224 144	81,6	0	0,0	224 144	81,6
1044-Fundo de Contr. Cl	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1013-JAPÃO	37 103	13,5	0	0,0	37 103	13,5
1036-MAROCOS	13 594	4,9	0	0,0	13 594	4,9
Multilateral	**350 815**	**56,1**	**134 856**	**100,0**	**485 671**	**63,9**
1002-BM	9 651	2,8	0	0,0	9 651	2,0
1015-Uni.Europeia	86 606	24,7	0	0,0	86 606	17,8
1003-FNUAP	25 471	7,3	0	0,0	25 471	5,2
1012-Sub.Emp. Petrol.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1014-PNUD	151 862	43,3	0	0,0	151 862	31,3
1027-FAO	12 068	3,4	0	0,0	12 068	2,5
1028-BAD	65 156	18,6	0	0,0	65 156	13,4
1029-FMI	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1033-AFD	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1040-FIDA	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1104-BADEA	0	0,0	30 635	22,7	30 635	6,3
1116-FIDA	0	0,0	17 997	13,3	17 997	3,7
1128-BAD	0	0,0	86 224	63,9	86 224	17,8
Total Geral	**625 656**	**100,0**	**134 856**	**100,0**	**760 512**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Analisando ainda Tabela 27, observa-se que em termos do tipo de financiamento, os parceiros bilaterais garantiram 43,9% dos recursos provenientes dos donativos e nenhum registo dos créditos, enquanto os multilaterais correspondem as 56,1% das despesas financiadas com donativos e 100,0% das financiadas com créditos. Na componente dos donativos destaca-se os bilaterais provenientes de RPC (81,6%) e Japão (13,5%), e os multilaterais de PNUD (43,3%), União Europeia (24,7%) e BAD (18,6%). Quanto a componente de crédito dos parceiros bilaterais, não se detecta nenhuma despesa financiada, enquanto na multilateral consta fundamentalmente a execução do BAD (63,9%), BADEA que corresponde a 22,7% e FIDA com 13,3% da execução.

3.1.8.3. Por Localização Geográfica

Na óptica da análise da execução das despesas de investimentos por localização geográfica, conforme a Tabela 28, observa-se que a maior fatia dos investimentos foi de carácter Nacional (81,2%), demonstrando a transversalidade da implementação das acções do programa de investimentos públicos, seguindo o São Tomé com 6,6% e 4,1% do Príncipe. É importante destacar a alocação do PIP em dois (2) distritos do país, nomeadamente Distritos de Lobata e Água - Grande com uma representatividade de 4,7% e 1,1%, respectivamente.

No entanto, ao nível de realização face a dotação final, destaca-se Caué (89,2%), devido a execução dos projectos *"2415 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Caué" e "6198 - Reabilitação de Residência dos tec area de Saúde de Caué",* seguido por Príncipe, São Tomé e Lobata que também obtiveram um grau de execução acima dos 60,0%, enquanto as restantes localizações geográficas registaram um nível de execução contido particularizando-se o caso de Cantagalo e Mé-Zochi, que ficaram com um nível muito abaixo de execução na ordem dos 18,9% e 8,7% respectivamente, como

consequência da não execução na totalidade da transferência de capital, bem como de outros projectos adstritos a estas localidades, conforme o previsto no OGE/2018.

Tabela 28: Execução do PIP por Localização Geográfica

(milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2017						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
01-Nacional	1 046 866	1 002 567	1 330 379	1 322 551	638 791	638 253	637 653	600	48,3	-36,3	81,2
02-São Tomé	142 482	57 379	45 010	83 834	51 492	51 492	51 492	0	61,4	-10,3	6,6
03-Príncipe	18 870	44 164	15 775	43 607	32 268	32 268	32 268	0	74,0	-26,9	4,1
04-Água Grande	29 100	23 523	98 720	59 655	8 984	8 984	8 984	0	15,1	-61,8	1,1
05-Mé-Zochi	30 997	5 538	46 858	40 858	3 564	3 564	3 564	0	8,7	-35,6	0,5
06-Cantagalo	27 556	42 249	36 850	24 530	4 647	4 647	4 647	0	18,9	-89,0	0,6
07-Lembá	31 648	13 688	15 500	16 366	6 450	6 450	6 450	0	39,4	-52,9	0,8
08-Lobata	46 977	10 343	58 200	61 522	37 309	37 309	37 309	0	60,6	260,7	4,7
09-Caué	5 405	1 154	3 250	3 132	2 792	2 792	2 792	0	89,2	142,1	0,4
Total Geral	**1 379 902**	**1 200 603**	**1 650 542**	**1 656 055**	**786 298**	**785 759**	**785 159**	**600**	**47,4**	**-34,6**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Quando comparado com o executado no período homólogo de 2017, verifica-se que a localização *"Lobata"* registou um aumento expressivo de 260,7%, justificado pela execução do projecto *"2775 - Construção de troço de Estrada A. Neto/Caldeiras/Boa Esperança - Terra Batida", "5768 - Construção do Liceu" e "5982 - Reparação do Muro de Protecção Costeira em S. Gabriel".* Da mesma forma a localização de *"Caué"* também registou aumento de 142,1%, respectivamente. As demais localizações geográficas registaram uma diminuição na execução das suas despesas, sendo de destacar São Tomé (10,3%), Príncipe (26,9%) e Mé-Zochi (35,6%), justificado sobretudo pela diminuição das transferências de capital para os governos de cada um dos distritos nesta situação.

3.1.8.4. Por Classificação Económica

Ao examinarmos a estrutura de despesas do PIP por Categoria Económica e Grupo de Despesas, verifica-se que, cerca de 28,9% referem-se as Despesas Correntes e 71,1% as Despesas de Capital. Entretanto, no que respeita as despesas correntes, 27,8% diz respeito as despesas com Subsídios e Transferências Correntes e seguidamente visualiza-se as despesas com Bens e Serviços com 1,2%. Ao nível da Despesas de Capital, 58,0% referem-se aos Investimentos, seguindo as Despesas de Capital do Exercício Anterior e Transferência de Capital com respectivamente 9,8% e 3,3%.

Entretanto, as Despesas Correntes atingiram uma execução de 227.380 milhares de Dobras, o que corresponde a 64,6% da dotação final e menos 28,0% do que foi executado no ano 2017. Este nível de execução foi impulsionado pela execução das rubricas de *Subsídios e Transferências Correntes* e de *Aquisição de Bens e Serviços* que atingiram uma performance de 67,6% e 31,8% da dotação final, respectivamente, o que corresponde a menos 18,6% e menos 80,7% do que foi executado no período homólogo do ano transacto.

No que respeita a redução bem como o nível de execução, este foi influenciado pela execução dos projectos *"3793 - Aquisição de Medicamentos para Portadores de VIH/SIDA", "4820 - Manutenção da Central Eléctrica", "6056- Projecto Recuperação do Sector Energético STP" e "6091 - Funcionamento e Manutenção da Unidade Naval"* do lado das *Despesas com Bens e Serviços* Anterior e da parte dos

Subsídios e Transferências Correntes, o mesmo foi impulsionado pela execução dos projectos *"1087 - Protecção Social", "2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde", "5816 - GCP/SFC/001/MUL- Segurança Alimentar Reforçada nos meios Urbanos na África Central", "5805 - Projecto de Horticultura Urbana e Periurbana", "2538 - Missão Médica Taiwanesa", "2951 - Projecto Saúde para Todos" e "5851 - Construção de Represas (Pequenas Barragem para Irrigação) ".*

Tabela 29: Execução do PIP por Classificação Económica

(milhares de Dobras)

Natureza Económica	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018						% Exec.	V.H.	% Estr.
			Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Despesas por Pagar			
3-DESPESAS CORRENTES	**542 131**	**315 912**	**373 404**	**351 794**	**227 380**	**227 380**	**227 380**	**0**	64,6	-28,0	28,9
31-Despesas com o Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
32-Contribuições do Empregador	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
33-Despesas com Bens e Serviços	34 900	47 854	107 078	29 062	9 241	9 241	9 241	0	31,8	-80,7	1,2
34-Juros da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
35-Sub. e Transf. Correntes	507 231	268 058	266 326	322 733	218 139	218 139	218 139	0	67,6	-18,6	27,8
36-Desp. Corr. de Exerc. Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
4-DESPESAS DE CAPITAL	**837 771**	**884 691**	**1 277 138**	**1 304 261**	**558 918**	**558 379**	**557 779**	**600**	42,8	-36,9	71,1
41-Investimentos	791 663	625 157	1 208 119	1 169 316	456 339	455 800	455 200	600	39,0	-27,1	58,0
42-Transferências de Capital	23 892	31 291	42 670	54 546	25 599	25 599	25 599	0	46,9	-18,2	3,3
43-Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
44-Desp. Capital de Exerc. Anteriores	22 217	228 243	26 349	80 399	76 980	76 980	76 980	0	95,7	-66,3	9,8
49-Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
9-RESERVA ORÇAMENTAL	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	0	...	...	...
90-Reserva Orçamental	0	0	0	0	0	0	0	0	...	...	...
Total Geral	**1 379 902**	**1 200 603**	**1 650 542**	**1 656 055**	**786 298**	**785 759**	**785 159**	**600**	**47,4**	**-34,6**	**100,0**

Fonte: DCP-MFCEA

Por sua vez, as Despesas de Capital tiveram uma execução de 558.379 milhares de Dobras, cerca de 42,8% da dotação final e menos 36,9% do que foi executado no ano transacto, em consequência do comportamento verificado em algumas das suas subcomponentes. Nota-se que a rubrica de *Investimentos* apesar de representar o maior contributo dentro do PIP (58,0%), o seu nível de execução situou-se em 39,0%, que representa um decréscimo na ordem de 27,1% em relação ao período homólogo.

O nível de execução foi impelido pela execução dos projectos mais proeminentes neste grupo de despesas, merecendo destaque os projectos *"2234 - Programa PAPAC", "2775 - Construção de troço de Estrada A. Neto/Caldeiras/Boa Esperança - Terra Batida", "3574 - Construção de Estrada Gaspar/ Sundy- ET 601-6,1 KM", "4872 - Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira – PAGEF", "5768 - Construção do Liceu", "5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território", "5817- GCP/RAF/483/BRA- Fortalecimento do Programa de Nutrição Escolar em África", "6314 - Conclusão de Infraestruturas no MECCC", "9962 - PIMS#4645-Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options", "9963 - PIMS#4602 - RENEWABLE ENERGY", "9965 - Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017" e "9971 - Comunicação em Planeamento Familiar e Saúde Materna.*

Salienta-se que a rubrica de *Transferências de Capital* teve uma performance modesta de 46,9% da dotação final e *Despesas de Capital de Exercícios Anteriores* teve um bom desempenho, ficando a 95,7% da dotação final, o que não foi o suficiente para elevar ao executado no igual período do ano transacto, levando entretanto, a uma diminuição na ordem de 18,2% e 66,4%. O nível de execução observado deveu-se a realização das transferências de capital para RAP, para os organismos e para as câmaras distritais, bem como do projecto *"2524 - Exercícios Findos", "2418 - Transferência de Capital*

para Assembleia Nacional", "2707 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi" e "2411 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Lobata".

3.1.9. Análise da Execução das Despesas: Anexo II da Lei n.º 4/2018

Neste ponto procedeu-se a análise da execução das despesas, conforme apresentado no anexo II da Lei 4/2018, de 19 de Março, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano em análise, de modo a fornecer elementos que sirvam de base para comparação entre o que foi aprovado e o que foi executado, como apresentado na presente CGE. Assim, o quadro abaixo apresenta a mesma estrutura do que foi aprovado pelo artigo 3.º da referida lei. É de todo importante salientar que a base utilizada para o apuramento do desempenho da execução orçamental de 2018 foi a dotação corrigida. Para o efeito foi incorporado na Tabela 29 a coluna referente a "Dotação Corrigida", que reflecte a dotação disponível depois das alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, respeitando os preceitos estabelecidos no artigo 16.º da lei que aprovou o OGE.

Para uma correcta análise, importa salientar que relativamente as Despesas de Funcionamento, conforme apresentado na Tabela 30, concorrem todas as despesas classificadas como *Actividade* e *Consignadas*, dispostas por grupos de despesas (Pessoal, Bens e Serviços, Juros da Dívida, Subsídios e Transferências Correntes, Outras Despesas Correntes, Despesas de Exercício Findo e Restituições), realçando-se as suas rubricas mais proeminentes. Com excepção das despesas com pessoal, as demais foram deduzidas as despesas de funcionamento das Embaixadas, que aparecem na linha "*Para Embaixadas*", dentro do grupo de *Transferências Correntes*, ou seja a linha atrás mencionada incorpora todas as despesas de funcionamento das embaixadas, com excepção das despesas com pessoal, incluindo as de segurança social.

Tabela 30: Execução Orçamental das Despesas

(milhares de Dobras)

Designação	Execução 2016	Execução 2017	Exercício Económico 2018				
			Dotação Aprovada	Dotação Corrigida	Execução	% Exec.	% V. H.
Despesas Totais	2 733 378	2 716 335	3 278 265	3 278 265	2 345 339	71,5	-13,7
Despesas Efectivas	2 630 571	2 605 180	3 162 381	3 162 381	2 258 941	71,4	-13,3
Despesas Primárias	1 287 339	1 401 809	1 430 660	1 430 660	1 424 167	99,5	1,6
Despesas de Funcionamento	1 250 669	1 404 577	1 511 839	1 511 839	1 473 182	97,4	4,9
Despesas com Pessoal	678 673	745 213	749 258	795 975	795 975	100,0	6,8
Vencimento e Salários	297 939	310 307	310 610	319 118	319 118	100,0	2,8
Outras Despesas com pessoal	357 407	409 911	406 786	451 116	451 115	100,0	10,1
Segurança Social	23 326	24 994	31 862	25 742	25 742	100,0	3,0
Bens e Serviços	169 518	223 569	241 440	259 715	259 716	100,0	16,2
Bens Duradouros	1 700	1 836	5 300	5 701	1 217	21,3	-33,7
Bens não Douradouros	53 653	54 499	63 516	68 324	52 656	77,1	-3,4
Aquisição de Serviço *(d/q)*	114 164	167 234	172 624	185 689	205 843	110,9	23,1
Água e Energia	*59 403*	*120 308*	*86 136*	*136 853*	*136 853*	100,0	13,8
Juros da Dívida	31 783	38 635	50 239	34 242	34 242	100,0	-11,4
Interna	1 894	11 225	4 501	6 268	6 251	99,7	-44,3
Externa	29 889	27 409	45 738	27 974	26 696	95,4	-2,6
Outros Encargos da Dívida	...	...	0,0	0,0	1 294,6	...	...
Subsídios e Transferencias	275 514	293 982	314 674	311 381	272 723	87,6	-7,2
Subsídio	...	...	0,0	0,0	0,0	...	...
À empresas públicas não financeiras	...	...	0,0	0,0	0,0	...	...
À instituições financeiras	...	...	0,0	0,0	0,0	...	...
Tranferências Correntes	275 514	293 982	314 674	311 381	272 723	87,6	-7,2
Para serviços autónomos	112 232	116 620	118 225	116 988	103 333	88,3	-11,4
Para institutos públicos	37 814	45 275	42 204	41 762	47 130	112,9	4,1
Para RAP	42 424	42 060	41 700	41 264	39 167	94,9	-6,9
Para Câmaras Distritais	41 006	38 668	40 395	39 972	39 745	99,4	2,8
Para familias	19 048	28 980	28 978	28 675	21 802	76,0	-24,8
Para exterior	8 055	2 933	9 721	9 619	2 604	27,1	-11,2
Para Embaixadas	11 091	12 234	21 947	21 717	10 523	48,5	-14,0
Outras transferências correntes	3 844	7 212	11 504	11 384	8 418	73,9	16,7
Outras Despesas Correntes	82 689	88 861	76 747	70 505	70 505	100,0	-20,7
Fundo de Desemprego	...	...	0,0	0,0	0,0	...	...
Subsído às autoridades públicas	7 858	8 108	8 680	8 680	6 609	76,1	-18,5
De Caracter Reservado	...	...	727,0	727,0	639,4	87,9	...
Despesas Consignadas	47 634	56 918	45 454	45 454	42 114	92,7	-26,0
Outras	27 196	23 835	22 613	22 613	21 144	93,5	-11,3
Despesas Correntes Exerc. Findo	12 492	14 318	79 481	40 021	40 021	100,0	179,5
Restituições	...	...	0,0	0,0	0,0	...	...
PIP - Projectos de Investimentos Público	1 379 902	1 200 603	1 650 542	1 650 542	785 759	47,6	-34,6
PIP - Moeda Interna	80 945	50 185	48 540	48 540	25 248	52,0	-49,7
Tesouro	63 032	28 359	26 804	26 804	13 428	50,1	-52,7
Privatização	...	...	0	0	0	...	...
HIPC	17 913	21 826	21 736	21 736	11 820	54,4	-45,8
PIP - Moeda Externa	1 298 957	1 150 419	1 602 002	1 602 002	760 512	47,5	-33,9
Donativos	1 071 161	961 000	1 402 337	1 402 337	643 653	45,9	-33,0
Créditos	227 796	189 419	199 665	199 665	116 859	58,5	-38,3
Despesa Financeira (amort. da dívida)	102 807	111 155	115 884	115 884	86 397	74,6	-22,3
Amortização da Dívida Púb. Interna	...	...	...	...	...	...	...
Amortização da Dívida Púb. Externa	102 807	111 155	115 884	115 884	64 987	56,1	-41,5

Fonte: DCP-MFCEA

No que toca as despesas de *PIP - Projectos de Investimento Público*, estas referem-se a todas as despesas classificadas como *Projectos*, e estão dispostos pela fonte de recursos, distinguindo entre as financiadas com recursos internos (Recursos do Tesouro, Privatização de Empresas e HIPC) e com recursos externos (Donativos e Empréstimos).

Por fim, as *Despesas Financeiras*, fazem referência as despesas classificadas como Operações Especiais, referindo ao montante programado para o pagamento do principal da dívida pública.

3.1.9.1. Despesas Efectivas

As Despesas Efectivas, composta pela soma das Despesas de Funcionamento e de Investimento, aprovada para o ano económico de 2018, teve uma execução de 2.258.941 milhares de Dobras, contra os 2.605.180 milhares de Dobras executados no mesmo período de 2017, o que representa uma diminuição nominal de 13,3%. Com a diminuição verificada, constata-se que a taxa de execução das despesas efectivas ficou abaixo do programado, em cerca de 28,6 p.p. Essa baixa execução deveu-se a uma menor execução dos investimentos públicos, como consequência da baixa mobilização dos recursos externo, na forma de donativos e créditos, associado a não materialização da alienação da participação do Estado no maior banco privado e da maior operadora de telecomunicação do país, como previsto. Saliente-se também a contida execução das despesas de funcionamento, como consequência da não entrada do donativo da União Europeia destinado ao apoio orçamental.

3.1.9.2. Despesas de Funcionamento

Este item de despesas é composto pelos grupos de despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Juros da Dívida, Subsídios e Transferências Correntes, Outras Despesas Correntes Diversas, Despesas Correntes de Exercícios Anteriores e Restituição, representando os gastos que garantem o normal funcionamento do aparelho central do Estado. Entretanto, até final do ano em análise observou-se uma taxa de execução de cerca de 97,4% da dotação final, ascendendo ao montante de 1.473.182 milhares de Dobras, o que corresponde a um crescimento de 4,9% face ao executado no igual período de 2017 e 65,2% das Despesas Efectivas. A taxa de execução registada deve-se à pressão colocada pelos seus diferentes agregados, sobretudo pela rubrica de *Despesas com Pessoal* e *Despesas Correntes de Exercícios Anteriores*, como abaixo se discrimina:

- Despesas com Pessoal

Esta categoria de despesa, compreendem as despesas com vencimentos e salários, outras despesas com pessoal civil, outras despesas com pessoal militar e despesas com segurança social, representando cerca de 54,0% das despesas de funcionamento, 58,3% das receitas correntes domésticas e cerca de 8,8% do PIB nominal estimado do ano em análise, o que demonstra claramente o seu peso no cômputo do orçamento geral do Estado. Desta feita, observa-se que até o final do ano 2018, estas tiveram uma execução que ascendeu aos 795.975 milhares de Dobras, o que corresponde a 106,2% da dotação corrigida e um crescimento de 6,8% face ao executado no período homólogo do ano transacto, em decorrência da boa performance e do aumento verificado nas suas componentes.

- Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 17,6% das despesas de funcionamento, com destaque para a execução da rubrica de água e energia, que constitui cerca de 52,7% das despesas com bens e serviços. Até ao final do ano 2018, a execução deste grupo de despesa foi de 107,6% da sua dotação final, tendo ascendido ao montante de 259.716 milhares de Dobras, mais 16,2% do que foi executado no mesmo período de 2017. Para o nível de execução e de aumento verificado, muito

terá contribuído as despesas com a aquisição de serviços de água e energia que alcançou o montante de 136.853 milhares de Dobras, o correspondente a uma taxa de execução de 158,9%.

- Juros da Dívida

Durante o ano de 2018, a despesa com os juros da dívida teve uma execução de 34.242 milhares de Dobras, correspondente a 31,8 p.p. abaixo da dotação final e inferior ao executado no período homólogo do ano de 2017 em 11,4%, tendo uma participação de 2,3% do total das despesas correntes de funcionamento. Realça-se que o decréscimo verificado está associado a uma menor amortização da dívida pública.

- Subsídios e Transferências Correntes

O primeiro item desta componente - os subsídios - é aqui entendido como as transferências explícitas para as empresas privadas subsidiarem as actividades produtivas. À semelhança dos anos anteriores, não se registaram quaisquer operações desta índole.

Por seu turno, as transferências correntes são aquelas realizadas sem contrapartidas da Administração Central, particularmente aos Serviços e Fundos Autónomos, às Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe e às famílias. Com a continuidade da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas vem adquirindo relevância no âmbito das despesas de funcionamento, representando cerca de 18,5% das mesmas.

Assim sendo, o montante das transferências correntes em 2018 foi de 272.723 milhares de Dobras, o que corresponde a 86,7% da dotação corrigida, como resultado da necessidade de se compensar a moderada execução das receitas correntes domésticas, de forma a manter a meta do défice primário doméstico dentro do acordado para o ano com o FMI. Entretanto, o montante realizado na rubrica das transferências foi inferior em 7,2%, relativamente ao executado no mesmo período de 2017, impulsionado principalmente pelas transferências para serviços autónomos, para RAP, para famílias, para exterior e para Embaixadas. Ressalta-se que as transferências para os Serviços Autónomos correspondem a 37,9% do total executado neste grupo de despesas.

- Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas inclui todas as despesas não classificadas nas categorias anteriormente mencionadas. Destacam-se nesta rubrica, as despesas com as juntas médicas concedidas (cujos encargos são muitas vezes imprevisíveis) e as despesas consignadas aos sectores que arrecadam receitas. Assim, até o final do exercício económico de 2018, este grupo de despesas teve uma execução que ascendeu a 70.505 milhares de Dobras, correspondendo a 91,9% da dotação corrigida e um decréscimo de 20,7%, face ao executado no mesmo período do ano transacto.

O nível de execução bem como a diminuição verificada deve-se fundamentalmente a i) execução das *Despesas Consignadas* dos sectores, as quais representam 59,7% deste grupo de despesas, tendo o seu nível de execução ficado em 92,7% da dotação corrigida, ascendendo aos 42.114 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a uma variação homóloga negativa de 26,0%, justificado pela

moderada performance das receitas consignadas e ii) a execução do item *Outras*, que ficou nos 93,5% da dotação corrigida, ascendendo aos 21.144 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais significou uma diminuição de 11,3%. Também salienta-se, que o item *Subsídio às Autoridades Públicas* também contribuiu para o decréscimo verificado nesta rubrica. Relativamente as despesas consignadas, é importante realçar que está estatuído no n.º 8.º do artigo 16.º da Lei n.º 4/2018, de 19 de Março de 2018, que sempre que se verificar excesso de arrecadação nas receitas consignadas, o Governo, através do Ministro que superintende a área das finanças está autorizado a proceder ao aumento de dotação das mesmas, de modo a permitir o seu pagamento.

- Despesas Correntes do Exercício Findo

No que concerne a estas despesas, temos presente que elas são orçamentadas como forma de fazer face ao pagamento de despesas correntes que transitam para o ano seguinte e que precisam de ser pagas mediante a existência de dotação aprovada para o efeito. A sua taxa de execução situou-se nos 50,4%, ascendendo aos 40.021 milhares de Dobras, e que face ao executado no mesmo período de 2017 corresponde a um aumento de 179,5%. Realça–se que o valor executado representa uma parte residual das despesas de funcionamento, 2,7% na estrutura destas. O aumento face ao ano transacto é justificado pelo cumprimento do plano de regularização dos atrasados com a CST e EMAE relativos aos consumos de comunicações e de água e energia dos anos anteriores.

3.1.10. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

Conceituando, as despesas de investimentos públicos referem-se aos projectos e estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

As informações de execução orçamental referentes a 2018 demonstram que as despesas de investimentos públicos representam cerca de 34,9% das despesas efectivas e 8,7% do PIB nominal estimado para o mesmo período. Estas despesas dependem em grande medida dos financiamentos externos e da capacidade interna do país para mobilizar recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito. Assim, as despesas de financiamento com recursos externos representam cerca de 96,8% desse grupo de despesas, e o remanescente (3,2%) é financiado com recursos internos, nomeadamente os do Tesouro e do Fundo HIPC.

Contudo, da análise das despesas de investimentos realizadas, em termos absolutos, observa-se que em 2018 as mesmas ascenderam a 785.759 milhares de Dobras, que embora correspondesse a 47,6% da dotação corrigida, representa um decréscimo de 34,6% face ao que foi executado no mesmo período de 2017. O decréscimo verificado foi impulsionado tanto pela componente interna como externa, em particular as despesas financiadas com Recursos Próprios do Tesouro e do Fundo HIPC, e as financiadas com donativos e Crédito, necessariamente concessionais, no quadro do programa acordado com os nossos parceiros de Bretton Woods, para financiamento das acções inscritas no programa de investimentos públicos (PIP). Saliente-se que é previsível, a semelhança dos anos anteriores, que se venha incorporar informações de execução das despesas de investimentos

financiadas com recursos externos (sobretudo donativos) que são realizadas directamente pelos parceiros de desenvolvimento.

- Financiados com Recursos Internos

A não entrada do apoio orçamental da União Europeia, conforme inicialmente previsto, por um lado, e a não mobilização da receita de privatização, proveniente da alienação das acções do Governo no maior banco comercial e na maior empresa de telecomunicação do país, devido a atrasos nas negociações com as partes interessadas, associada a moderada cobrança das receitas correntes e à pressão por parte das despesas de funcionamento, nomeadamente as com o pessoal, que são de carácter permanente e obrigatório, por outro lado, condicionou a execução deste grupo de despesas, levando-as a representar apenas 3,2% do total das Despesas de Investimento Público executadas. Sendo assim, registou-se uma taxa de execução de 52,0% da dotação corrigida, ascendendo aos 25.248 milhares de Dobras, que corresponde, em termos homólogos nominais, um decréscimo de 49,7% face ao executado em 2017. Ressalta-se, por um lado, que 53,2% destas foram financiadas com ***Recursos Próprio do Tesouro***, que teve uma taxa de execução de 50,1%, atingindo os 13.428 milhares de Dobras, correspondente a uma variação homóloga negativa de 52,7%, face ao executado no igual período do ano transacto. Os restantes 46,8% estão consignados ao fundo ***HIPC***, que registou uma taxa de execução de 54,4% e uma diminuição de 45,8% face ao executado no mesmo período do ano transacto.

- Financiados com Recursos Externos

Por seu turno, as despesas de investimentos públicos financiadas com recursos externos representam cerca de 96,8% dos investimentos públicos, evidenciando a dependência e a vulnerabilidade externa do país para financiar o seu Programa de Investimento Público (PIP). Em 2018, os investimentos financiados com recursos externos tiveram uma taxa de execução de 47,5% da dotação ajustada, em função de uma menor entrada dos financiamentos externos, tanto na sua vertente de donativos como de créditos, estes necessariamente concessionais no âmbito da Facilidade de Crédito Alargada (ECF - *Extended Credit Facility*) acordadas com os nossos parceiros de *Bretton Woods*.

Saliente-se que a execução de despesa de investimentos com recurso dos ***Donativos*** foi de 45,9% da dotação ajustada, ascendendo ao montante de 643.653 milhares de Dobras, o que representa uma diminuição de 33,0% face ao realizado em igual período do ano precedente. Relativamente as despesas financiadas com os desembolsos provenientes de ***Empréstimos***, estas foram executadas no valor de 116.859 milhões de Dobras, o que corresponde a uma execução de 58,5% da dotação corrigida, que também equivale a um decréscimo de 38,3%, face ao executado no ano transacto. Para as duas vertentes, o decréscimo e a baixa execução tem como consequência a baixa mobilização do financiamento externo, este altamente concecional, no âmbito do programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) acordadas com os nossos parceiros de Bretton Woods e, pela inoportunidade na recolha das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que só chegam muito depois do final do ano.

3.1.11. Despesa Financeira

Conforme relatado nos pontos anteriores as despesas financeiras referem-se ao pagamento do principal (capital) da dívida pública externa. Assim, em função dos compromissos assumidos para período em referência (2018), as despesas com Amortização da Dívida Pública registaram uma diminuição de 22,3% comparativamente ao executado no período homólogo de 2017, ficando a 74,6% do programado, tendo a sua execução situado em 86.397 milhares de Dobras. O nível de execução e o decréscimo observado é justificado pela desaceleração dos pagamentos dos compromissos assumidos com os credores.

3.2. Análise das Alterações Orçamentais

As alterações orçamentais efectuadas ao longo da execução do OGE do ano 2018 foram de um lado, os Reforços e Anulações de igual montante (805.900 milhares de Dobras) e por outro lado, as dotações adicionais, no montante de 239.214 milhares de Dobras, contra cativação no igual montante 239.214 milhares de Dobras, o que levou a um valor total nulo, não existindo a diferença entre a dotação inicial e a dotação final.

As alterações de despesas inseridas no PIP foram efectuadas por via de reforços e anulações, dotação adicional e cativação, de iguais montantes, obedecendo os preceitos definidos no artigo 15.º, 16.º e 19.º da Lei n.º 4/2018, cuja cobertura também englobou os projectos executados directamente pelos parceiros, e as informações foram remetidas *a posteriori* à Direcção da Contabilidade Pública para incorporação. Tal incorporação teve como objectivo principal a consolidação das contas públicas, evidenciando desta forma o desempenho do conjunto do Sector Público Administrativo.

Desta forma, no presente ponto procedeu-se a análise das alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, cingindo-se nas diversas classificações orçamentais das despesas, como abaixo se discrimina:

3.2.1. Por Classificação Orgânica

Sobre a temática das alterações orçamentais por classificação orgânica, como apresentado na tabela 31, observa-se que dos 25 organismos que compõem a estrutura do orçamento, 10 deles tiveram acréscimo das suas dotações aprovadas, sendo a destacar o GRP, MS, MJD, AN, MDAI, e MADR em respectivamente 44,0%, 40,7%, 34,1%, 19,5%, 13,6% e 11,5%, devido ao reforço das rubricas de despesas com pessoal, despesas consignadas, bem como para permitir a incorporação das informações da execução dos projectos externos, geridos directamente pelos doadores, cumprindo para o efeito o estipulado no n.º 7 do artigo 16.º e o artigo 19.º ambos da Lei n.º 4/2018, de 19 de Março.

Assim sendo, a leitura feita sobre o aumento de dotação observado no GRP deveu-se, sobretudo, ao aumento de dotação dos projectos *"3574 - Construção de Estrada Gaspar/ Sundy- ET 601-6,1 KM" e "4921 - Requalificação do Edificio EX-Central Electrica",* enquanto no MS particulariza-se o aumento, pela incorporação das informações de execução, por um lado, das actividades *"1001 - Despesa Com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", e por outro,* dos projectos *"1080 -*

Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "4947 - Programa de Combate à Malária", "9965 - Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017", "9967 - Capacidade Serviços de Planeamento Familiar e Saúde Materna" e "9974 - Actividades de Securização de Produtos de Saúde Reprodutiva". No MJD o crescimento da dotação final deveu-se a dotação adicional dos projectos e ao reforço de dotação das actividades *"2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "6254 - Realização 11º Jogos Desportivos da CPLP" e "6315 - Pagamento de Divida c/ Aquisição de Fardamentos para Forças de Defesa e Segurança ",* no AN o incremento de dotação ocorreu nos projectos *"2418 - Transferência de Capital para Assembleia Nacional" e "3152 - Apoio Institucional à Boa Governação",* no MDAI este aumento de dotação deveu- se aos projectos e actividades *"1001 - Despesa Com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3376- Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "1050 - Exercício Felino 2014", "3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares", "6068 - Apoio Institucional *" e "6082 - Realização de Eleições Legislativa Autartica e Regional"* e por último, no MADR pelo aumento da dotação da actividade *"3376- Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "5817- GCP/RAF/483/BRA-Fortalecimento do Programa de Nutrição Escolar em África", "6502 - Apoio ao Reforço das Capacidades Institucionais e Funcional do MAPDR", "9948 - TCP/STP/3602-Assistência Emergencial para o Controle de Spodoptera Sp", "9949 - TCP/STP/3603-Apoio a Melhoria da Comercialização dos Produtos Helieuticos em STP", "9950 - TCP/STP/3604-Apoio à Atualização dos Mapas de Fertilidade do Solo em Áreas Agrícolas Periurbanas" e "9962 - PIMS#4645-Enhancing capacities of rural communities to pursue climate resilient livelihood options.*

Tabela 31: Alteração orçamental de despesas por classificação orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Dotação Aprovada	Alterações Orçamentais					Dotação Final	% Var.	% Estr.
		Adicional	Reforço	Anulações	Cativação	Total			
01000-AN	50 000	0	15 419	1 350	4 332	9 738	59 738	19,5	1,8
02000-TC	25 593	0	0	68	2 820	-2 888	22 705	-11,3	0,7
03000-TCO	3 321	0	68	0	301	-233	3 088	-7,0	0,1
10000-TJ	42 778	0	0	7 089	3 467	-10 556	32 222	-24,7	1,0
20000-PR	13 533	0	1 057	0	264	793	14 325	5,9	0,4
21000-GPM	48 116	2 500	6 377	5 104	20 525	-16 751	31 365	-34,8	1,0
22000-PGR	21 117	1 400	1 453	3 499	2 147	-2 792	18 324	-13,2	0,6
23000-MDAI	200 229	16 103	46 518	24 481	11 004	27 136	227 365	13,6	6,9
24000-MNEC	110 868	7 872	2 851	36 054	21 583	-46 914	63 955	-42,3	2,0
25000-MJAPDH	47 063	1 110	7 619	13 155	6 073	-10 498	36 564	-22,3	1,1
26000-MEAS	43 175	2 281	470	12 346	4 684	-14 279	28 896	-33,1	0,9
27000-MFCEA	204 760	21 645	89 473	67 680	24 658	18 781	223 541	9,2	6,8
29000-MECCC	432 606	71 307	100 067	56 938	76 904	37 533	470 138	8,7	14,3
32000-MIRNA	918 026	16 100	88 975	273 651	13 027	-181 603	736 423	-19,8	22,5
33000-MS	375 048	58 086	158 211	55 388	8 101	152 807	527 855	40,7	16,1
34000-MJD	39 922	15 882	1 143	1 475	1 922	13 628	53 550	34,1	1,6
35000-MADR	197 848	927	126 228	100 513	3 930	22 712	220 560	11,5	6,7
70000-GRP	57 475	0	29 268	936	3 033	25 299	82 774	44,0	2,5
71000-CDAG	17 123	0	0	1 000	673	-1 673	15 450	-9,8	0,5
72000-CDCG	8 325	0	0	0	0	0	8 325	0,0	0,3
73000-CDC	6 375	0	0	0	310	-310	6 065	-4,9	0,2
74000-CDLMB	7 933	0	0	0	0	0	7 933	0,0	0,2
75000-CDLOBT	9 620	0	1 049	0	454	595	10 215	6,2	0,3
76000-CDMZ	11 519	0	0	0	542	-542	10 977	-4,7	0,3
91000-EGE	385 894	24 000	129 653	145 175	28 460	-19 982	365 912	-5,2	11,2
	3 278 265	**239 214**	**805 900**	**805 900**	**239 214**	**0**	**3 278 265**	**0,0**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Por conseguinte, dos órgãos que virão sua dotação final diminuírem face ao inicialmente aprovado, destaca-se CDMZ (4,7%), CDC (4,9%), EGE (5,2%), TCO (7,0%), CDAG (9,8%), TC (11,3%) e PGR (13,2%). A diminuição da dotação deve-se, particularmente a cativação da dotação do projecto *"2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi"* na CDMZ, enquanto no CDC a diminuição foi impulsionada pela redução da dotação das acções *"2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué".* No EGE a diminuição é justificada, pela anulação e cativação da actividade e dos projectos

"1001 - Despesa com Pessoal", "1012 - Assistência Social aos Doentes em Portugal", *"2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "2456 -Amortização da Dívida Pública" e "5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário".* Já na TCO a diminuição deve-se exclusivamente a anulação e bloqueio da dotação da actividade *"6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional",* na CDAG a redução da dotação ocorreu nas actividades *"2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande" e "2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande",* enquanto no TC a diminuição foi impulsionada pela diminuição da dotação da acção *"1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas"* e por fim, no PGR pela redução da dotação da actividade *"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "1053 - Capacitação do Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade" e "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas"*.

3.2.2. Por Classificação Funcional

Conforme as informações que constam da Tabela 32, referente as alterações orçamentais sob a óptica da classificação funcional, constata-se que, das 18 funções que compõem a estrutura do classificador, as funções de Ambiente, Saúde, Cultura e Desporto, Habitação e Serviços Comunitários, Educação e Defesa Nacional, registaram maior incremento nas suas dotações finais, relativamente a dotação aprovada, na ordem de 178,7%, 41,4%, 29,0%, 11,1%, 10,6% e 6,1% respectivamente, em decorrência dos reforços e anulações, e da dotação adicional efectuados.

Importa realçar que o aumento verificado ao nível da função Ambiente deve-se principalmente ao incremento de dotação das acções *"9966 - PIMS 5103- Strengthening climate information and early warning systems (EWS)".* Na função Saúde o aumento sucedeu especialmente na dotação adicional nos projectos *"1001 - Despesa com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "4947 - Programa de Combate à Malária", "9965 - Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017", "9967 - Capacidade Serviços de Planeamento Familiar e Saúde Materna", "9971 - Comunicação em Planemaneto Familiar e Saúde Materna", "9973 - Programação e Cordenação e Assitência Técnica" e "9974 - Actividades de Securização de Produtos de Saúde Reprodutiva".*

Em seguida a função Cultura e Desporto em que ocorreu o aumento da dotação nos projectos *"2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro", "6254 - Realização 11º Jogos Desportivos da CPLP" e "6315 - Pagamento de Divida c/ Aquisição de Fardamentos para Forças de Defesa e Segurança".* Na função Habitação e Serviços Comunitários o aumento observado é justificado, sobretudo, pela dotação adicional ocorrido nos projectos *"5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território".* No que concerne a função Educação o aumento ocorreu sobretudo, na dotação adicional dos projectos *"1001 - Despesa com Pessoal", " 1054 - Meio de Apoio ao Ensino", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2353 - Alfabetização Solidária", "3820 - Aquisição de Móveis Escolares", "6071 - Ampliação de Escola Secundaria Basica em Desejada", "6314 - Conclusão de Infraestruturas no MECCC"* e por último, a função Defesa Nacional em que ocorreu o aumento da dotação nos projectos *"1001 - Despesa com Pessoal", " 3376 -*

*Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "1050 - Exercício Felino 2014", "3619 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares" e "6068 - Apoio Institucional *".*

Tabela 32: Alteração Orçamental por Classificação Funcional

(milhares de Dobras)

Função	Dotação Aprovada	Alterações Orçamentais					Dotação Final	% Var.	% Estr.
		Adicional	Reforço	Anulações	Cativação	Total			
01-Serviços Públicos Gerais	909 220	57 848	265 120	232 681	117 846	-27 559	881 661	-3,0	26,9
02-Defesa Nacional	158 038	11 145	37 122	28 524	10 156	9 588	167 626	6,1	5,1
03-Seg. Interna e Ordem Pública	51 552	5 638	1 131	7 940	1 990	-3 161	48 391	-6,1	1,5
04-Educação	418 704	71 307	99 415	55 778	70 435	44 509	463 212	10,6	14,1
05-Saúde	375 703	58 086	160 975	55 388	8 228	155 444	531 147	41,4	16,2
06-Seg. e Assistencia Social	71 506	2 281	0	35 389	11 379	-44 487	27 019	-62,2	0,8
07-Hab. e Serviços Comunitários	52 920	0	15 667	9 363	430	5 875	58 795	11,1	1,8
08-Cultura e Desporto	42 555	15 882	1 726	2 083	3 202	12 324	54 879	29,0	1,7
09-Combustíveis e Energia	149 278	11 000	28 135	77 818	62	-38 745	110 533	-26,0	3,4
10-Agricultura e Pesca	218 621	927	125 070	119 085	7 068	-157	218 464	-0,1	6,7
11-Indústria e Mineração								¨	0,0
12-Transportes e Comunicações	653 517	5 100	64 971	155 723	1 269	-86 921	566 597	-13,3	17,3
13-Comércio e Serviços	341	0	0	0	0	0	341	0,0	0,0
14-Trabalho	1 393	0	0	52	1 180	-1 232	161	-88,4	0,0
15-Ambiente	2 765	0	5 519	0	576	4 943	7 708	178,7	0,2
16-Outros Serviços Económicos								¨	0,0
17-Encargos Financeiros	172 151	0	1 049	26 075	5 395	-30 421	141 730	-17,7	4,3
99-Reserva de Contingência	0	0	0	0	0	0	0	¨	0,0
Total Geral	**3 278 265**	**239 214**	**805 900**	**805 900**	**239 214**	**0**	**3 278 265**	**0,0**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Em contrapartida, as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental também levou a diminuição de dotação em 8 (oito) funções, sendo de destacar Agricultura e Pesca, Serviços Públicos Gerais, Segurança Interna e Ordem Pública, Transportes e Comunicação e Encargos Financeiros, com reduções de respectivamente 0,1%, 3,0%, 6,1%, 13,3% e 17,7%, relativamente a dotação inicialmente aprovada.

Entretanto, as tais diminuições deveram-se, exclusivamente a alteração na dotação da actividade e dos projectos *"1001 - Despesa com Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "2234 - Ajuda Alimentar aos Militares e Paramilitares", "3718 - Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar", "5392 - Projecto de Reabilitação das Infra-estruturas de Apoio a Segurança Alimentar (PRIASA) ", "5810 - ETACV - Transformação Agrícola e a Cadeia de Valores", "5818 - TCP/STP/3501-Promoção da Integração Agropecuária e Florestal nas Pequenas e Micro Explorações Agrícola", "5819 - TCO/STP/3502-Apoio à Concervação e Melhoria da Qualidade do Solo em Mé-Zochi" e "5925 - Projecto de Melhoria das Condições Higienico-Sanitária dos Produtos de Pesca",* do lado da função Agricultura e Pesca.

Enquanto na função Serviços Públicos Gerais, a diminuição é justificada pela anulação parcial da dotação do projecto *"1001 - Despesa com Pessoal", "1046 - Missões no Exterior", "1053 - Capacitação do Pessoal", "1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais", "1114 - Transferência para Funcionamento do Tribunal de Contas", ""2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas", "2402 - Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe – RAP", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "3146 - Implementação do SAFE" e "5257 - Backbone de Fibra Óptica-INIC,* tendo a função Segurança Interna

e Ordem Pública verificado a diminuição é na anulação parcial da dotação do projecto *"1001 - Despesa com Pessoal", "1053 - Capacitação do Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade" e "2477- Aquisição de Uniformes para Reclusos".* Relativamente a função Transportes e Comunicação, a redução observada deve-se a anulação e bloqueio da dotação, principalmente das acções *"2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro", "2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas", "5538 - Requalificação da EN1/Conde/Gleba", "5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte", "5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António", "6289 - (EN 2) S. Nguembu/ES 103 Igreja Pantufo", "6301 - Modernização do Aeroporto de São Tomé", "6303 - Reabilitação de Estrada igreja Conceição/Bobo-Forro" e "6304 - Reabilitação de Estrada lucumi/Riboque (5às5)".*

Por fim, na função Encargos Financeiros, a redução observada deve-se unicamente a anulação e bloqueio de dotação dos projectos *"1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE", "2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande", "2414 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué" e "2456 - Amortização da Dívida Pública.*

3.2.3 Por Localização Geográfica

Em matéria das alterações orçamentais por classificação geográfica, conforme apresentado na Tabela 33 nota-se que, com excepção de Nacional, Caué, Mé-Zóchi, Cantagalo e Água - Grande que registaram decréscimo de dotação de 0,3%, 5,6%, 12,0%, 29,2% e 35,5%, as demais localizações viram sua dotação final aumentarem, face ao inicialmente aprovado, com destaque para S.Tomé, Príncipe, Lobata e Lembá, que cresceram 86,3%, 43,1%, 6,1% e 4,0%, respectivamente.

Dada a leitura feita, o aumento de dotação registado a nível de S.Tomé é explicado pelo reforço da dotação ocorrido, no projecto *"5347 - Projecto de Reabilitação e Extenção do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge", "5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P", "6070 - Regularização SN-AC" e "6314 - Conclusão de Infraestruturas no MECCC",* no Príncipe é justificado pelo reforço da dotação ocorrido, no projecto *"5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "3574 - Construção de Estrada Gaspar/ Sundy-ET 601-6,1 KM" e "4921 - Requalificação do Edificio EX-Central Electrica",* em Lobata o incremento foi impulsionado, sobretudo pela dotação adicional do projecto *"2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata", "2775 - Construção de troço de Estrada A. Neto/Caldeiras/Boa Esperança - Terra Batida" e "5982 - Reparação do Muro de Proteção Costeira em S. Gabriel",* enquanto em Lembá o crescimento deve-se a sobretudo a dotação adicional dos projectos "*5509 – Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água na Cidade de Neves – Contri*".

Tabela 33: Alteração Orçamental por Localização Geográfica

(milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Dotação Aprovada	Alterações Orçamentais					Dotação Final	% Var.	% Estr.
		Adicional	Reforço	Anulações	Cativação	Total			
01-Nacional	2 873 928	209 740	739 470	744 444	214 783	-10	2 863 910	-0,3	87,4
02-São Tomé	45 010	27 475	12 696	1 347	0	39	83 834	86,3	2,6
03-Príncipe	59 163	0	29 698	936	3 269	25	84 656	43,1	2,6
04-Água Grande	111 843	0	1 064	33 750	7 052	-40	72 104	-35,5	2,2
05-Mé-Zochi	54 377	0	0	6 000	542	-7	47 835	-12,0	1,5
06-Cantagalo	42 175	0	2 647	14 967	0	-12	29 855	-29,2	0,9
07-Lembá	20 178	0	4 072	3 206	53	1	20 990	4,0	0,6
08-Lobata	63 890	2 000	16 253	1 132	13 204	4	67 807	6,1	2,1
09-Caué	7 701	0	0	118	310	0	7 273	-5,6	0,2
Total Geral	**3 278 265**	**239 214**	**805 900**	**805 900**	**239 214**	**0**	**3 278 265**	**0,0**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Relativamente a diminuição observada em Nacional, a mesma deve-se, principalmente ao bloqueio de dotação de alguns projectos, sendo de destacar *"1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais", "2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "3840 - Bolsa Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) ", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "2334 - Programa PAPAC", "3146 - Implementação do SAFE", "3823 - Construção de 20 Salas de Aulas em S. Marcos - Fase I", "5762 - Construção de Casas Sociais (Mé-Zochi e Caué) - Reabilitação de Centro Social (Cantagalo, Lobata e P" e "5797 - Contrapartida Nacional para Fundo Global"* a fim de permitir a incorporação das informações de execução orçamental dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento.

Em Caué, o decréscimo é justificado, fundamentalmente, pela não execução das acções inscritas *"2414- Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Caué" e "6198 - Reabilitação de Residência dos tec area de Saúde de Caue"*, em Mé- Zóchi, o decréscimo é justificado, fundamentalmente, pela não execução da actividade e do projecto inscrito "*2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi*" e *"2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro*", em seguida Cantagalo onde a diminuição foi devido a redução dos projectos *"3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores" e "5369 - Reabilitação e Extensão do Sistema de Abast. Água de Ribeira Afonso".*

E por fim, Água – Grande em que o decréscimo é justificado pela não execução dos projectos e actividades inscritos *"2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande", 2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande", "3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)", "4985 - Conclusão do Edifício da DAE", "6303 - Reabilitação de Estrada igreja Conceição/Bobo-Forro" e "6304 - Reabilitação de Estrada lucumi/Riboque (5às5).*

3.2.4 Por Fonte de Recursos

No que alude a alteração orçamental por Fonte de Recursos, conforme apresentado na Tabela 34, observa-se que no exercício económico de 2018, a componente Financiamento Interno registou um decréscimo de 1,3%, face a dotação inicialmente aprovada enquanto a componente Externa registou um acréscimo de 1,4%. O decréscimo verificado ao nível dos recursos internos refere-se sobretudo ao

bloqueio dotação da despesa de fonte de privatização de empresas, nos termos do estatuído no n.º 8 do artigo 16.º da Lei n.º 4/2018, de 19 de Março.

Relativamente a componente externa, constata-se que a dotação das despesas financiadas com os Donativos viu a sua dotação aumentar em 1,5% em concordância com o programado e as financiadas com o Crédito não surtiu efeito relativamente ao inicialmente aprovado, o que permitiu no cômputo das despesas financiadas com recursos externos um incremento de 1,4%.

Tabela 34: Alteração Orçamental das Despesas por Fonte de Recursos

(milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Dotação Aprovada	Alterações Orçamentais					Dotação Final	% Var.	% Estr.
		Adicional	Reforço	Anulações	Cativação	Total			
Financiamento Interno	**1 676 263**	**108 983**	**327 132**	**326 524**	**131 251**	**-21 660**	**1 654 603**	**-1,3**	**50,5**
01-Rec. Ord. do Tesouro	1 609 073	85 835	325 068	324 460	110 831	-24 388	1 584 685	-1,5	95,8
03-Rec. Consignados	45 454	22 718	1 000	1 000	13 220	9 498	54 952	20,9	3,3
06-Privatização de Empresas	0	0	0	0	0	0	0	¨	0,0
15-HIPC	21 736	430	1 064	1 064	7 200	-6 770	14 966	-31,1	0,9
Financiamento Externo	**1 602 002**	**130 232**	**478 768**	**479 376**	**107 964**	**21 660**	**1 623 662**	**1,4**	**49,5**
10-Donativo	1 402 337	130 232	361 909	362 517	107 964	21 660	1 423 997	1,5	87,7
11-Crédito	199 665	0	116 859	116 859	0	0	199 665	0,0	12,3
Total Geral	**3 278 265**	**239 214**	**805 900**	**805 900**	**239 214**	**0**	**3 278 265**	**0,0**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Importar frisar que o aumento da dotação observada ao nível dos donativos e créditos deve-se aos ajustes efectuados ao nível dos projectos de investimentos, financiados e geridos directamente pelos parceiros de desenvolvimento, de forma a permitir uma correcta apresentação da conta geral do Estado, no estrito cumprimento do estatuído no n.º 7 do artigo 16.º da lei que aprova o orçamento para o ano 2018.

3.2.5 Por Classificação Económica

Sobre a análise da alteração orçamental na óptica da Classificação Económica da Despesa (Natureza e Grupo de Despesa), como apresentado na Tabela 35, constata-se que ao nível das despesas correntes, apenas a categoria "*Despesas com o Pessoal*" e *"Subsídio e Transferências Correntes"* registaram um incremento de dotação, de 12,7% e 4,9% relativamente a dotação inicialmente aprovada, o que em termos absolutos equivale a mais 91.211 milhares de Dobras e 666.884 milhares de Dobras, o que não foi suficiente para se verificar evolução nesta categoria de despesas, ou seja, ter uma execução nula com respeito a sua dotação aprovada. Os restantes grupos apresentaram diminuição da sua dotação aprovada, sendo de destacar *"Contribuição do Empregador"* (15,9%) e "*Despesas de Aquisição de Bens e Serviços"* (16,0%).

No que toca a Despesas Correntes do Exercício Anterior, a diminuição foi impulsionada pela anulação da dotação das actividades, onde se destaca as acções *"2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade" e "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível".* Já ao nível do Juros, a diminuição observada deveu-se ao bloqueio e anulação da dotação da actividade *"2424 - Pagamento da Dívida Pública".*

Tabela 35: Alteração Orçamental por Classificação Económica

(milhares de Dobras)

Natureza Económica das Despesas	Dotação Aprovada	Alterações Orçamentais					Dotação Final	% Var.	% Estr.
		Adicional	Reforço	Anulações	Cativação	Total			
3-DESPESAS CORRENTES	**1 885 243**	**164 249**	**406 658**	**392 039**	**178 869**	**0**	**1 885 243**	**0,0**	**57,5**
31-Despesas com o Pessoal	717 396	83 470	174 596	162 456	4 400	91 211	808 607	12,7	24,7
32-Contribuições do Empregador	31 862	1 839	3 601	9 774	747	-5 080	26 781	-15,9	0,8
33-Despesas com Bens e Serviços	370 268	2 025	88 241	96 473	52 938	-59 145	311 124	-16,0	9,5
34-Juros	50 239	0	1 689	19 534	934	-18 779	31 460	-37,4	1,0
35-Subsídios e Transf. Correntes	635 998	76 915	104 662	52 373	98 317	30 886	666 884	4,9	20,3
36-Despesas Corr. de Exerc. Anteriores	79 481	0	33 870	51 429	21 534	-39 093	40 387	-49,2	1,2
4-DESPESAS DE CAPITAL	**1 393 022**	**74 965**	**399 242**	**413 861**	**60 346**	**0**	**1 393 022**	**0,0**	**42,5**
41-Investimentos	1 208 119	49 565	356 273	388 514	56 126	-38 803	1 169 316	-3,2	35,7
42-Transferências de Capital	42 670	1 400	12 919	1 000	1 443	11 876	54 546	27,8	1,7
43-Despesas de Capital Financeiro	115 884	0	0	24 347	2 776	-27 123	88 761	-23,4	2,7
44-Despesas Capital de Exerc. Anteriores	26 349	24 000	30 049	0	0	54 049	80 399	205,1	2,5
49-Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	¨	0,0
9-RESERVA ORÇAMENTAL	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**¨**	**0,0**
90-Reserva Orçamental	0	0	0	0	0	0	0	¨	0,0
Total Geral	**3 278 265**	**239 214**	**805 900**	**805 900**	**239 214**	**0**	**3 278 265**	**0,0**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

Relativamente as despesas de capital, o grupo de *Transferência de Capital* e *Despesas Capital de Exercício Anterior* registaram um crescimento de dotação na ordem de 27,8% e 205,1%, relativamente a dotação inicialmente aprovada, que foi suficiente para compensar o impacto da redução da dotação da rubrica de *Investimentos* e *Despesas de Capital Financeiro* em 3,2% e 23,4%, fazendo com que no conjunto da natureza económica em análise não se registasse quaisquer evoluções na sua dotação final.

O aumento observado ao nível do grupo de despesas de *Transferência de Capital* deve-se aos ajustes (sobretudo da dotação adicional) efectuados ao nível dos projectos de Transferência de Capital. Já o aumento verificado ao nível das *Despesas Capital de Exercício Anterior* deve-se exclusivamente a dotação adicional e reforço a dotação das acções *"6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação".*

Importa realçar, que as alterações orçamentais apresentadas na Tabela 35 referem-se apenas a classificação económica da despesa, sem distinção dos projectos e das actividades. Desta forma, realçamos que o plasmado no n.º 4 do artigo 16.º da Lei 4/2018, de 19 de Março, refere a proibição dos reforços, anulações ou ajustes de verbas das Despesas de Funcionamento (Actividades) para Despesas de Investimentos (projectos), vice-versa, onde uma melhor análise poderá ser feita com auxílio do quadro do ponto relativo as alterações orçamentais por Tipologia de Despesas.

3.2.6 Por Tipologia de Despesas

A análise das informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental de 2018, por tipologia de despesas, como se pode verificar através da Tabela 36, houve fluxo de alterações orçamentais nas 4 (quatro) tipologias de despesas, o que traduziu numa percentagem de variação nula na dotação final. O resultado nulo verificado deveu-se a exclusivamente a dotação adicional e Reforço registada ao nível das *"Actividades"*, "*Consignadas*" e dos *"Projectos"*, que registaram um acréscimo de 0,8% (mais 12.112 milhares de Dobras), 20,9% (com 9.498 milhares de Dobras) e 0,3% (com 5.513 milhares de Dobras), relativamente a dotação aprovada, que por sua

vez foi anulada e cativada pela Operações Especiais no montante negativo de 27.123 milhares de Dobras.

Tabela 36: Alteração Orçamental por Tipologia de Despesas

(milhares de Dobras)

Tipologia de Despesas	Dotação Aprovada	Alterações Orçamentais					Dotação Final	% Var.	% Estr.
		Adicional	Reforço	Anulações	Cativação	Total			
Actividade	1 466 385	85 835	324 042	299 695	98 070	12 112	1 478 497	0,8	45,1
Consignadas	45 454	22 718	1 000	1 000	13 220	9 498	54 952	20,9	1,7
Operações Especiais	115 884	0	0	24 347	2 776	-27 123	88 761	-23,4	2,7
Projecto	1 650 542	130 662	480 857	480 857	125 149	5 513	1 656 055	0,3	50,5
Total Geral	**3 278 265**	**239 214**	**805 900**	**805 900**	**239 214**	**0**	**3 278 265**	**0,0**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

De acordo aos dispostos no artigo 16.º da Lei n.º 4/2018, de 19 de Março, verifica-se que as alterações orçamentais de reforços, anulações ocorridas na tipologia Actividade (Despesas de Funcionamento) não foram compensadas entre si, registando contudo as alterações adicionais e de cativação. Quanto a tipologia de Projectos (Despesas de Investimentos Públicos), o verifica - se, que as alterações orçamentais de reforços e anulações foram compensadas entre si, e as de natureza de bloqueios e adicionais também foram registadas alterações. Do mesmo modo a tipologia Consignadas, verifica-se que as alterações orçamentais de reforços, anulações ocorridas também foram compensadas entre si, registando contudo as alterações adicionais e de cativação.

Ano Fiscal de 2018

Perspectiva Contabilística e Patrimonial

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 4 PERSPECTIVA CONTABILISTICA E PATRIMONIAL

A Contabilidade Aplicada ao Sector Público é o ramo da ciência contabilística que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contabilísticas direcionadas ao controlo patrimonial das entidades do sector público. Tem como objectivo fornecer aos utilizadores informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamental, económica, financeira e física do património da entidade do sector público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controlo social.

De acordo com a Lei Safe, que é a Lei nº03/2007, a Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado, Art.º 50.º, "O Governo elabora no fim de cada exercício económico, o Balanço Orçamental, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais". Considerando que segundo as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público (NICSP) o Balanço Orçamental não se caracteriza como uma demonstração tipicamente contabilística, os demonstrativos que integram a Perspectiva Contabilística e Patrimonial são:

Uma aproximação do Balanço Patrimonial (BP), apresentando os principais activos e passivos do Estado e o Balanço Financeiro (BF), com o apuramento dos fluxos operacionais, de investimentos e de financiamento.

A estrutura do Balanço Financeiro em São Tomé e Príncipe está alinhada com a Demonstração dos Fluxos de Caixa prevista nas NICSP.

Os demonstrativos contabilísticos assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Sector Público, promovendo transparência dos resultados orçamental, financeiro, económico e patrimonial do sector público. As informações fornecidas pelos demonstrativos contabilísticos mostram prioritariamente a situação patrimonial, desempenho no período e os fluxos de caixa.

Segundo as NICSP (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Sector Público) a informação sobre a situação patrimonial do governo ou outra entidade do sector público possibilita aos utilizadores identificarem os recursos da entidade e as procuras sobre esses recursos na data de divulgação do demonstrativo, fornecendo informação útil como subsídio às avaliações de questões tais como:

a. A extensão na qual a administração cumpriu suas obrigações em salvaguardar e administrar os recursos da entidade;
b. A extensão na qual os recursos estão disponíveis para dar suporte às actividades relativas à prestação de serviços futuros e as mudanças durante o exercício relativo ao montante ou à composição desses recursos, bem como as demandas sobre esses recursos, e;
c. Os montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

No que se refere a informação sobre os fluxos de caixa, esta visa contribuir para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade. Ela indica como a entidade arrecadou e utilizou os recursos durante o período, inclusive os empréstimos tomados e pagos, bem como as suas

aquisições e vendas, por exemplo, do seu ativo imobilizado. Identifica também os recursos recebidos a partir de, por exemplo, impostos e investimentos ou as transferências de recursos concedidas ou recebidas em transações com outros governos, órgãos governamentais ou organismos internacionais. A informação sobre os fluxos de caixa também pode subsidiar as avaliações sobre a conformidade da entidade com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira e informar a avaliação dos montantes e fontes prováveis de recursos para dar suporte aos objectivos da prestação de serviços.

Assim, as informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nos demonstrativos contabilísticos. Para auxiliar os utilizadores a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nos demonstrativos contabilísticos, outros quadros podem integrar a perspectiva contabilística com o intuito de fornecer informações financeiras e não financeiras para complementar, os demonstrativos contabilísticos, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do sector público.

Há possibilidade também de apresentação dessa informação nas notas explicativas que acompanham os demonstrativos contabilísticos.

4.1 Base Conceitual para Elaboração dos Demonstrativos dos Principais Activos e Passivos

O Balanço Patrimonial[22] é o demonstrativo contabilístico que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do património público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a. Activo - Compreende o grupo de contas representado pelo somatório dos valores dos bens e direitos, agrupados em Activo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Activo Permanente.[23] Segundo as NICSP são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços.

b. Passivo - Compreende o grupo de contas representado pelo somatório dos valores das obrigações, agrupados em Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo e o Património Líquido[24]. De acordo as NICSP são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios económicos ou potencial de serviços.

c. Contas de Ordem Activas e Passivas - compreendem os grupos de contas onde serão registados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata e indirectamente possam vir a afectar o património do Estado[25].

No Património Líquido, deve ser mostrado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

[22] Lei Safe artigo 53
[23] Lei Safe artigo 53,§1º
[24] Lei Safe artigo 53,§2º
[25] Lei Safe artigo 53,§3º

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os activos devem ser classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios:

a. Encontrarem-se disponíveis para realização imediata;
b. Tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte.

Neste grupo são mostrados os saldos de:

- Caixa ou Equivalente de Caixa
- Créditos Realizáveis a Curto Prazo
- Outros Créditos e Valores de Curto Prazo
- Stocks

Os demais activos devem ser classificados como não circulantes.

Neste grupo são registrados todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal do sector público e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade.

O Activo Não Circulante será composto pelos seguintes subgrupos:

- Activo Realizável a Longo Prazo
- Investimento
- Imobilizado
- Intangível

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando satisfazem um dos seguintes critérios:

Correspondem a valores exigíveis até o final do exercício seguinte;

Correspondem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do sector público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Neste grupo são mostrados os saldos de:

- Obrigações Trab. Previdenciais a Pagar Curto Prazo
- Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo
- Fornecedores de Contas a Pagar de Curto Prazo
- Outras Obrigações a Curto Prazo

Os demais passivos são classificados como não circulantes.

Incluem-se neste grupo os saldos de:

- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo e
- Outras Obrigações a Longo Prazo

As contas do activo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; enquanto que as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Pode-se dizer que o Balanço Patrimonial é estático, pois apresenta a posição patrimonial em determinado momento, funcionando como uma "fotografia" do património da entidade para aquele momento.

Avaliação Patrimonial

Os stocks das componentes do património são avaliados em moeda nacional (Dobras) e quando expressas em moeda estrangeira são convertidas ao valor da moeda corrente oficial, a taxa de câmbio da data de avaliação.

Assim, relativamente aos componentes dos activos, as disponibilidades em moeda estrangeira foram convertidas ao valor da moeda nacional, à taxa de câmbio da data de avaliação e as aplicações financeiras, quando existirem, são acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data de avaliação e, os imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, reavaliado ou actualizado monetariamente. Quanto aos componentes do passivo, as obrigações em moeda estrangeira são convertidas ao valor da moeda nacional à taxa de câmbio da data de avaliação e, as obrigações e os encargos, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor actualizado até a data de avaliação.

A data de avaliação, tanto dos activos como dos passivos refere-se ao dia 31 de Dezembro de 2018 e as taxas de câmbio utilizadas para conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram de 24,50 Dobras e 21,55 Dobras, para Euros e Dólares Americanos respectivamente, conforme o boletim da taxa de câmbio oficial do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Para os casos dos fluxos de entradas e saídas em moeda estrangeira, salvo quando expressos de outra forma, são convertidos à taxa de câmbio média anual.

De igual forma, utilizou-se, para o efeito, o câmbio de 24,50 Dobras e 20,91 Dobras, para Euros e Dólares Americanos respectivamente, conforme o boletim da taxa de câmbio oficial do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

4.1.1. Demonstrativo dos Principais Activos e Passivos

Tabela 37: Demonstrativo dos Principais Activos

(em milhares de Dobras)

Principais Activos	NE	Ano 2018	Ano 2017
Activo Circulante		**494 782**	**393 921**
Caixa ou Equivalente de Caixa		72 653	156 945
Moeda Nacional	(1)	72 027	82 776
Moeda Estrangeira	(2)	625,801	74 169
Créditos Realizáveis a Curto Prazo		0	0
Títulos a Receber			
Arrecadação - Rede Bancária			
Outros Créditos e Valores de Curto Prazo		202	3 240
Devedores por Adiantamento			
Instituições e Agentes Devedores			
Depósito Realizáveis	(3)	202	3 240
Outros Créditos a Receber			
Recursos Especiais Recebidos			
Stocks		421 928	233 736
Valores Pendentes de Activos			
Outros Activos Circulantes	(4)	421 928	233 736
Activo não Circulante		**6 333 842**	**6 405 846**
Activo Realizável a Longo Prazo		283 006	318 880
Dívida Activa	(5)	283 006	318 880
Adiantamentos Concedidos			
Outros Créditos Realizáveis a Longo Prazo			
Investimentos		4 034 287	4 034 287
Participação em Sociedade	(6)	4 034 287	4 034 287
Imobilizado		2 016 549	2 052 679
Bens Móveis	(7)	61 883	53 869
Bens Imóveis	(8)	1 748 569	1 748 569
Outros Bens	(9)	206 097	250 241
(-) Amortização e Depreciação			
Intángivel		0	0
Bens incorpóreos			
(-) Amortização e Depreciação			
Total dos Principais Activos	(10)	**6 828 624**	**6 799 767**

Fonte: DCP-MPFEA

Tabela 38: Demonstrativo dos Principais Passivos

(em milhares de Dobras)

Principais Passivos	NE	Ano 2018	Ano 2017
Passivo Circulante		**1 764 787**	**1 604 228**
Obrig. Trab. Previdenciais a Pagar C.P.		0	0
Consignações			
Pessoal a Pagar			
Contribuições do Empregador a Recolher			
Emprestimos e Financiamentos de Curto Prazo		415 000	360 000
Operações de Crédito Interno	(11)	415 000	360 000
Operações de Crédito Externo			
Fornecedores de Contas a Pagar de Curto Prazo		1 349 586	1 240 988
Forncedores a Pagar	(12)	1 349 586	1 240 988
Outras Contas a Pagar			
Outras Obrigações a Curto Prazo		202	3 240
Depósito de Diversas Origens	(13)	202	3 240
Adiantamentos Recebidos			
Diversas Obrigações de Curto Prazo			
Provisões de Curto Prazo			
Recursos Especiais Libertados			
Outros Passivos Circulantes			
Passivo não Circulante		**5 689 845**	**5 786 924**
Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo		5 689 845	5 786 924
Operações de Crédito Interno			
Operações de Crédito Externo	(14)	5 689 845	5 786 924
Outras Obrigações a Longo Prazo		0	0
Total dos Principais Passivos	(15)	**7 454 632**	**7 391 152**

Fonte: DCP-MPFEA

4.1.2. Nota Explicativa aos Demonstrativos dos Principais Activos e Passivos

Contexto

Percebe-se neste capítulo que as operações financeiras dizem respeito ao património financeiro e físico do Estado, onde as receitas e despesas patrimoniais provêm da administração desses património. Essas operações cobrem as transacções que conduzem à variação dos activos e passivos mobiliários ou financeiros do Estado. Nesta sequência, englobam os empréstimos contraídos ou concedidos, aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação do Estado, as respetivas amortizações, os adiantamentos e as regularizações, assim como a participação do Estado no capital social de empresas.

Em entendimento ao disposto no artigo 58.º da Lei do SAFE, a informação completa relativa às operações financeiras do património financeiro do Estado, deve constar na Conta Geral do Estado,

entretanto estas operações serão gradualmente incorporadas e consolidadas em função da evolução da reforma da gestão das finanças públicas.

Assim sendo, para efeito da presente análise, engloba o Património Financeiro do Estado, do lado Activo os depósitos, tanto em Moeda Nacional como em Moeda Estrangeira, junto ao Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), o depósito da Conta Nacional de Petróleo offshore, Depósitos e Cauções de terceiros à guarda do Estado, Participação do Estado nas Empresas Públicas e Sociedade de Capital Público, bem como o apuramento dos seus Dividendos no ano 2018; a situação da Dívida Activa; e do lado Passivo do Estado, são considerados como obrigações do Estado as dívidas com fornecedores de bens e serviços bem como a dívida pública externa.

Em relação ao Património Físico, abrange a Gestão dos Bens Móveis e Imóveis; a inventariação e avaliação das viaturas do Estado; o inventário dos bens móveis e imóveis do Estado, que serão mais abrangentes em função da evolução do processo da sua inventariação, no âmbito da reforma das finanças públicas em curso e serão consolidadas nas futuras contas do Estado.

a. Análise dos Demonstrativos dos Principais Activos

No âmbito da apreciação da Contabilidade Pública na óptica patrimonial, os activos financeiros englobam na categoria do activo não circulante, no qual, as acções e outras participações no capital social ou estatutário detido pelo Estado nas empresas públicas, sociedades de capitais públicos, no Banco Central dentre outras estão inseridas nas categorias de investimento que compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no activo circulante e que não se destinam à manutenção da actividade da entidade.
De igual modo, a dívida activa enquadrada como activo financeiro representa um direito obrigatório que o Estado tem de exigir do contribuinte o pagamento de tributos devidos.

b. Contas e Subcontas
Caixa ou Equivalente de Caixa

N.E nº1 Contas em Moeda Nacional

De acordo com as *Normas Internacionais de Contabilidade*, os equivalentes de caixa são aplicações ou investimentos a curto prazo, altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.Os equivalentes de caixa são detidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa a curto prazo.

Esta conta está constituída por saldos de Contas em Moeda Nacional e os saldos das Contas em Moeda Estrangeira.

Referido agora as contas em moeda nacional, após os fluxos de entradas e saídas se apurou um saldo final de 72.027 milhares de Dobras, menos 13% (10.749 milhares de Dobras) do que se iniciou o ano.
Na tabela 39, o conjunto das contas em Moeda Nacional abriu o exercício económico com um saldo de 82.776 milhares de Dobras, onde se destacam as contas, nomeadamente, Fundo de Contrapartida de Japão "VII – KR- 2015"; Receitas Correntes e Fundo de Contrapartida de Japão "VII – KR- 2011" que representam na sua estrutura, respectivamente 27%, 23% e 17% do total do saldo inicial. Nesta

tabela, constata-se que o registo dos fluxos de entrada na conta do Tesouro em Moeda Nacional, ascendeu ao montante de 2.165.184 milhares de Dobras, com maior relevância para a Conta de Receita Corrente, que por si só, representa cerca de 94,7% do total da entrada.

Saliente-se que, na "Conta Receitas Correntes" para além de incorporarem os valores das receitas arrecadadas, também incluem as transferências provenientes das contas em moeda estrangeira, ao câmbio do dia, para o pagamento das despesas inscritas no Orçamento Geral do Estado.

Contrariamente, o fluxo de saída, remonta a 2.175.934 milhares de Dobras, onde se destaca igualmente a "Conta de Receitas Correntes" que representa 94,8% do total das saídas, demonstrando a operacionalização da Conta Única do Tesouro Público, na qual, todos os recebimentos e pagamentos das receitas e despesas estão centralizados, respeitando deste modo o estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º e o n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro.

Após os fluxos de entradas e saídas apurou-se que o conjunto das contas em moeda nacional fechou o ano com um saldo final de 72 027 milhares de Dobras, menos 13% (10.749 milhares de Dobras) do que iniciou o ano.

Tabela 39: Conta do Tesouro Moeda Nacional

(em milhares de Dobras)

Valores em Mdbs

Nº. De Contas	Designação da Conta	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
431110115	Conta Receitas correntes	19 052	2 049 710	2 062 059	6 702
431110202	Conta Depósitos Diversos	3 240	27 589	30 627	202
431120309	Fundo de Contrapartida de Japão I	0	0	0	0
431120312	Fundo de Contrapartida de Japão II	0	0	0	0
431120315	Fundo de Contrapartida de Japão II - KR 2007	436	0	0	436
431120316	Fundo de Contrapartida de Japão III - KR 2008	7 154	0	0	7 154
431120317	Fundo de Contrapartida de Japão IV - KR 2009	1 298	0	0	1 298
431120319	Fundo de Contrapartida de Japão V - KR 2010	2 828	0	0	2 828
431120320	Fundo de Contrapartida de Japão VI - KR 2011	14 228	9 650	19 483	4 395
431120321	Fundo de Contrapartida de Japão VII - KR 2012	1 453	0	0	1 453
431120321	Fundo de Contrapartida de Japão VII - KR 2013	1 925	0	0	1 925
431120322	Fundo de Contrapartida de Japão VII - KR 2014	8 020	0	8 020	0
431120324	Fundo de Contrapartida de Japão VII - KR 2015	22 388	1 712	22 388	1 712
431120325	Fundo de Contrapartida de Japão VII - KR 2016	290	23 609	0	23 899
431120326	Fundo de Contrapartida de Japão VII - KR 2017	0	290	0	290
431120107	BM-B.INT.RECONST.E FOMENTO	0	19 274	0	19 274
431120313	Fundo contrapartida-Guiné Equatorial	1	0	0	1
431120311	Fundo de Contrapartida de Egipto	0	0	0	0
431110208	Venda de Acções da Enco	0	0	0	0
431110203	Depósito na C.N.P.C	1	0	0	1
431110212	Fundo de Estabilização de produtos	0	0	0	0
431120318	Fundo de Contrap.de Japão -Produtos ñ alimen	1	0	0	1
4311301	Fundo HIPC	84	33 083	33 142	25
431110209	Tesouro Público - Conta Salário	0	0	0	0
431110210	Tesouro Público - Saldo c/Org. Estado	0	0	0	0
431110211	Credito de Angola em Dobras	0	0	0	0
431110215	Depreciação e Taxa Informática	378	0	215	163
431110216	Remanescente das eleições 2014	0	0	0	0
431110212	Tesouro Publico - Agencia Multilateral de Gara	0	268	0	268
	Total Geral	82 776	2 165 184	2 175 934	72 027

Fonte: DT- MFCEA

N.E nº 2 Contas em Moeda Estrangeira

Na tabela 40 mostra a entrada e saída de fundo na conta do tesouro mantido em moeda estrangeira, constituída por Dólar Americano (USD) e Euros. No início do exercício do ano 2018, as mesmas abriram com um saldo de 883.232 USD e 2.281.660 Euros, equivalentes a 18.268 e 55.901 milhares de Dobras respectivamente. As transacções ocorridas em moeda estrangeira resultaram que no final do ano, os saldos sejam de 29.038 USD e 0,59 (cinquenta e nove centímos de Euro), correspondentes a 625,79 milhares de Dobras e 14 Dobras, respectivamente, totalizando no seu conjunto 625,801 milhares de Dobras, que transitaram para o exercício económico 2019.

Relativamente ao movimento das contas no decurso do ano, verifica-se que as mantidas em Dólares Americanos registaram uma entrada ascendente ao montante de 14.680 milhares contra uma saída que ascenderam aos 15.534 milhares, no qual se destacou maior movimentação na conta "Tesouro Público - Conta Corrente", em cerca de 12 milhões de USD, nas entradas e 13 milhões de USD, nas saídas. É de realçar a entrada de recursos em USD, provenientes de:

Rep. Popular De China -Donativo – em 10.300.976,69 USD, Crédito alargado - ECF - FMI_ 2015-2018 em 1.608.015,06 USD, pagamento do arrendamento de terrenos para Voz de América no valor de 870 441,65 USD, donativo de Agence Marocaine de Cooperation Internacionale DV em USD 499 975,21. Saliente-se que a Conta Nacional de Petróleo, mantida junto do BCSTP, destinada a receber a transferência da Conta Nacional do Petróleo offshore para financiamento do orçamento, conforme o artigo 8.º da Lei 8/2004 (Lei-quadro das Receitas Petrolíferas), registou uma entrada aproximadamente de 2,3 milhões de USD.

Tabela 40: Conta do Tesouro – Moeda Estrangeira

Nº. De Contas	Designação da Conta	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	Contas em USD				
4321104	Conta Nacional do Petróleo	400	2 260 113	2 260 500	13
432110101	Tesouro Público - Conta corrente	859 863	12 419 850	13 273 656	6 056
432110106	Venda de Acções da Enco	5 993	0	0	5 993
43211302	Donativo de BAD	3 353	0	0	3 353
432110109	Fundo de Marrocos	1	0	0	1
432110108	Crédito de Angola	2 325	0	0	2 325
43211103	Tesouro Público II - FMI - PGRF	10 451	0	0	10 451
43211103	Tesouro Público IV - FMI - PGRF	487	0	0	487,5
432110111	Venda de Activos	316	0	0	316
43211104	FMI - F.A.C/P RED.POB.CRESC	0		0	0
4321108	Projecto Fundo OPEP 447P	2	0	0	2
4321106	Gestão dos Recursos Públicos	41	0	0	41
43211301	Donativo Taiwan	0	0	0	0
	Total em USD	883 232	14 679 963	15 534 156	29 038
	Contravalor em Milhares de Dobras	18 268	306 908	324 766	625,79
432110105	Conta em Euros				
	Tesouro Público - Conta Corrente	2 281 660	5 282 165	7 563 824	0,59
	Total em EURO	2 281 660	5 282 165	7 563 824	0,59
	Contravalor em Milhares de Dobras	55 901	129 413	185 314	0,014
	TOTAL EM MILHARES DE DOBRAS				625,801

Fonte: DT- MFCEA

Relativamente à conta mantida em Euros no Tesouro Público-Conta Corrente, constatou-se que teve uma entrada no valor de 5,3 milhões de Euros aproximadamente, referentes a entradas de recursos relativos aos acordos de licença e de direito de pesca, assinado com a União Europeia e concedido a

pequenas embarcações, nos valores de 31.627,98 Euros e Donativo do Banco Mundial/2011 em cerca de 5 Milhões de Euros em Agosto do ano em análise.

Contrariamente, a saída ascendeu a um montante de 7,6 milhões de Euros aproximadamente, o que permitiu finalizar o ano com um saldo irrisório de 0,59 centímos de Euros, conforme já referenciado.

É importante frisar que, os fluxos de saída das contas em moedas estrangeiras destinam-se a debitar "Conta Receitas Correntes", mantida em Dobras, conforme o câmbio do dia da transferência, para o pagamento de despesas inscritas no orçamento, em cumprimento do princípio de unidade de tesouraria.

c. Outros Créditos e valores de Curto Prazo

N.E nº 3 Depósitos Realizáveis

Os depósitos realizáveis referem-se a fundos de terceiros que estão na posse do Estado, depositados numa conta do Tesouro mantidas junto ao Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Assim, os seus saldos são iguais as de Outras Obrigações a Curto Prazo.

Desta forma, esses montantes são explicados no item "Outras Obrigações a Curto Prazo" do ponto refente a Análise dos Demonstrativos dos Principais Passivos.

d. Stocks

N.E nº 4 Outros Activos Circulantes

Este item visa prestar informações sobre a situação da Conta Nacional de Petróleo offshore, (Stocks) apresentando o enquadramento legal da sua criação, gestão, bem como o apuramento dos movimentos ocorridos ao longo do ano e do saldo no final do ano apresentado pela mesma.

Assim, com a enfatização das actividades petrolíferas, a RDSTP passou a arrecadar recursos provenientes da actividade petrolífera. Com base nesse facto foi aprovada a Lei-quadro das receitas petrolíferas (Lei n.º 8/2004, de 29 de Dezembro) por forma a permitir regulamentar o pagamento, a gestão, a utilização e fiscalização das mesmas.

Para o efeito foi criada a CNP, na qual deverão ser directamente depositadas todas as receitas petrolíferas[26].

Paralelamente, introduziram-se mecanismos destinados a assegurar que as receitas não seriam utilizadas indiscriminadamente, prevendo limitações à sua utilização.

Outro aspecto que merece atenção foi também a introdução de limites quantitativos e qualitativos às receitas petrolíferas que poderão ser canalizadas para as despesas orçamentais anuais.

---

[26] O artigo 6.º da Lei n.º 8/2004, de 29 de dezembro, refere *que "Todas as quantias devidas ao Estado, a título de Receita Petrolífera, são depositadas na Conta Nacional de Petróleo pelas pessoas que tiverem o encargo de proceder ao seu pagamento (...)".*

Relativamente ao limite de utilização bem como a fixação da percentagem de verba que deverá ser inscrita para financiamento do OGE, a alínea a) do n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 8/2004, de 29 de Dezembro estabelece que "a verba anual não deve exceder 20% do valor total estimado da Conta Nacional do Petróleo no fim do ano imediatamente anterior, como estimado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe". Importa salientar que a materialização dessa transferência para a Conta Única do Tesouro fica condicionada a aprovação definitiva do Orçamento Geral do Estado.

A regra para a movimentação de recurso na Conta Nacional do Petróleo foi aprovada pela Assembleia Nacional através da Lei n.º 1/2005, de 3 de Junho. No âmbito do presente estudo destacam-se os movimentos contabilísticos a débito e a crédito, respectivamente para financiamento do OGE e pelas quantias devidas ao Estado, a título de receitas petrolíferas (artigo 10.º da Lei n.º 1/2005, de 3 de Junho).

Desta forma, a CNP encerrou o ano com um saldo de 421.928 milhares de Dobras (cerca de USD 19,6 milhões aproximadamente).

Para o efeito se destacou, sobretudo as entradas ocorridas ao longo do ano, provenientes de pagamentos referentes à: 5,9 e 4,1 milhões de USD em Abril, de bonus de assinatura dos blocos 10 e 13 pela KOSMOS ENERGY, pagamento de 6%, 15% e 20% do imposto de retençao na fonte referente ao mês de Dezembro/2017 e os pagamentos realizados nos meses de Maio, Julho, Outubro e Dezembro do ano em análise, conforme se ilustra na Tabela 41.

Relativamente à saída, a mesma refere-se única e exclusivamente a transferência da Conta Nacional do Petróleo para financiamento do orçamento no valor de 47.259 milhares de Dobras (correspondente a USD 2,3 milhões), no mês de Março, conforme os preceitos legais acima referidos.

Tabela 41: Conta de Petróleo Offshore - NOA

Ano Económico 2018				
Designação	**Saldo Inicial**	**Entrada**	**Saída**	**Saldo Final**
JANEIRO		80 294,68		
FEVEREIRO		11 380,56		
MARÇO		13 080,82		
ABRIL		10 021 138,10		
MAIO		59 453,40		
JUNHO		28 883,84		
JULHO		51 398,86		
AGOSTO		45 098,42		
SETEMBRO		32 814,45		
OUTUBRO		57 547,51		
NOVEMBRO		38 556,71		
DEZEMBRO		98 553,56		
TOTAL	**11 300 565,40**	**10 538 200,91**	**2 260 113,08**	**19 578 653,23**

Fonte: DCP- MFCEA

e. Activo Realizável a Longo Prazo

N.E nº 5 Dívida Activa

No âmbito da relação jurídico-tributária que nasce com a ocorrência do facto gerador, na data ou no prazo determinado em Lei, o crédito tributário constitui um direito obrigatório que o Estado tem de exigir do contribuinte o pagamento do tributo devido, assumindo como uma fonte potencial de fluxo de caixa, com impacto positivo na recuperação de valores provenientes do direito obrigatório, sendo contabilisticamente registado no activo não circulante.

Os valores lançados como dívida activa fiscal abrangem para além do valor principal, actualização monetária, juros, multa e demais encargos previstos em Lei, que pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento.

Sob pena de se desfigurar totalmente as regras normais de cobrança voluntária e coerciva das dívidas fiscais, ou de se evoluir para uma situação de verdadeiro bloqueio dos mecanismos de reprodução do rendimento, urge uma intervenção extraordinária e rigorosa do Governo que confira aos contribuintes uma derradeira oportunidade de regularizar a sua situação tributária e, que permitia recuperar uma parte significativa das dívidas de natureza fiscal, conforme o Decreto-Lei nº17/2016, que Aprova o Regime Excepcional de Regularização de Dívidas de Natureza Fiscal, no seu artigo 1º.

Conforme se espelha na tabela 42, observa-se que a dívida activa fiscal abriu o ano com um stock de 318.880 milhares de Dobras, sendo que mais de 84,3% refere-se à soma dos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares, imposto sobre rendimento de pessoas colectivas e o imposto sobre consumo. No final do exercício de 2018, o stock da dívida activa fiscal situou-se no montante de 283.006 milhares de Dobras, menos 35.874 milhares de Dobras, correspondente a uma diminuição de 11,2%, comparativamente ao que iniciou o ano, demonstrando a cessação dos atrasados em algumas categorias de Impostos, com particular destaque nos impostos sobre o consumo, impostos sobre os rendimentos de pessoas colectivas e os impostos sobre rendimentos de pessoas singulares.

Tabela 42: Stock da Dívida Activa em 2018

(em milhares de Dobras)

Designação da Receita	Stock Inicial	Liquidações	Pagamentos	Anulações	Stock Final	%Var	%Estr.
IRS	110 004	21 114	10 909	20 542	99 667	-9,4	35,2
IRC	74 470	38 544	9 442	21 579	81 993	10,1	29,0
Imposto s/consumo	84 146	21 088	8 573	34 904	61 757	-26,6	21,8
Imposto de selo	17 229	9 573	3 851	5 720	17 231	0,0	6,1
Juros	31 863	4 220	3 539	11 143	21 401	-32,8	7,6
Outros	1 169	87	94	204	958	-18,1	0,3
Total	**318 880**	**94 626**	**36 408**	**94 092**	**283 006**	**-11,2**	**100,0**

Fonte: D.I-MPFEA

Observando ainda para a tabela 41, constata-se que durante o ano em análise, registou-se inclusão de novas liquidações, que constituíram dívida activa no valor de 94.626 milhares de Dobras, pelo facto de se ter apurado, na fase de liquidação de receita, que se caracteriza pelo cálculo do montante da receita devida e identificação do respectivo sujeito passivo, e que não culminou com a cobrança no período legal no processo de execução das receitas. O valor registado representa um aumento da dívida activa em mais de 29,7 % com relação ao stock inicial, perfazendo um total de atrasados em

413.506 milhares de dobras. Ao longo do período em análise foram cobradas dívidas em atraso no valor de 36.408 milhares de Dobras, o que corresponde a 11,4% do stock inicial, destacando-se os pagamentos respectivos a IRS IRC e o Imposto sobre Consumo, que correspondem a mais de 79.4% do total pago em 2018.

No que concerne às anulações, decorrente do exercício do contraditório, de auditorias e reclamações, apurou-se o montante de 94.092 milhares de dobras, o que representa 29,5% do stock inicial, com maior incidência para as anulações reflectidas nas categorias de Imposto sobre Consumo, IRC, e IRS com 37,1%; 22,9% e 21,8% respectivamente.

f. Investimentos

Em atendimento ao Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Sector Empresarial Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2011, de 3 de Maio, o Sector Empresarial do Estado é composto por Empresas Públicas, Sociedades Públicas em que o Estado é o accionista maioritário e Sociedades Participadas em que o Estado é o sócio minoritário.

A apreciação do património financeiro do Estado tem por objectivo prover informação útil sobre análise e o apuramento do valor global da carteira de activos, o tipo de activos detidos, bem como as receitas provenientes dos activos financeiros, a nível dos rendimentos proporcionados pelas privatizações de partes do capital detido pelo Estado e da participação no lucro das empresas públicas, sociedades públicas ou participadas.

Com efeito, conforme apresentado na Tabela 43, se verifica o mesmo número de empresas em relação ao ano anterior, das quais o Estado detém o controlo total das participações, situando-se em sete entidades, dentre elas, a Empresa Nacional de Água e Electricidade (EMAE), Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ENASA), Empresa Nacional dos Portos (ENAPORT), Empresa dos Correios de São Tomé e Príncipe, Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e Autoridade Geral de Regulação (AGER) e o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC).

Também merece referência, contudo, as Sociedades de Capitais Públicos (Sociedades Públicas/Sociedades Participadas), das quais o Estado não possui a totalidade das participações, como é o caso da Companhia São-tomense de Comunicações (CST), Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), Empharma, STP Airways - Serviços de Transportes Aéreos de STP, Empresa Cunha Gomes, Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), Empresa Agripalma, e Empresa STP – Cabo SARL.

Deste universo, se ressalta que o total de participação do Estado no capital dessas empresas ascende na sua totalidade ao montante de 4.034.287 milhares de dobras, apresentando, contudo, a mesma trajetória comparada com o exercício de 2017. Desse montante destaca-se a participação no AGER, INAC, BCSTP, EMAE e BISTP que representam 47,1%; 44,6%; 2,7%; 2,6% e 1,8% respectivamente da carteira da participação do Estado, nas mesmas. Cingindo a análise exclusivamente a participação do Estado no capital social estatutário das sociedades no ano 2018, através da tabela 43, observa-se que

o mesmo fixou-se em 4.327.403 milhares de dobras, para um universo de 15 empresas, tendo-se mantido a mesma trajectória quando comparado com o período antecedente.

Considerando o resultado líquido apurado do período em análise, foi atribuído dividendo para o Estado no montante total de 17.080 milhares de dobras, correspondendo a um aumento de 51,5% em relação ao atribuído no período homólogo do ano transacto.

Tabela 43: Participação do Estado e Apuramento de Dividendos em 2018

(em milhares de Dobras)

Entidade	Capital Social/ Estat.	Partic. do Estado		R. Líquido	Dividendos		
		%	Valor	2018	2017	2018	% V.H.
BCSTP	108 721	100,0	108 721	-6452	0	0	...
CORREIOS	582	100,0	582	-468	0	0	...
EMAE	104 580	100,0	104 580	-269086	0	0	...
ENASA	495	100,0	495	1308	0	0	...
ENAPORT	50	100,0	50	-979	0	0	...
AGER	1 902 088	100,0	1 902 088	-2449	0	0	...
INAC	1 801 253	100,0	1 801 253	2940	0	0	...
CST	10 000	49,0	4 900	41282	0	0	...
BISTP	150 000	48,0	72 000	59304	11 277	17 080	51,5
Empharma	2 450	37,0	907	N/D	0	0	...
STP Airways	29 976	35,0	10 491	20197	0	0	...
Empresa Cunha Gome	6 110	30,0	1 833	N/D	0	0	...
ENCO	27 420	16,0	4 387	N/D	0	0	...
AGRIPALMA	183 328	12,0	21 999	0	0	0	...
STP- Cabo SARL	350	0,1	0,4	0	0	0	...
Total	**4 327 403**		**4 034 287**		**11 277**	**17 080**	**51,5**

Fonte: DCP- MFCEA

N.E nº 6 - Participação do Estado nas Empresas Públicas, Sociedade Pública e Sociedade Participada

Compete ainda sublinhar, que se confronta com a falta de informações relativa a algumas entidades, conforme apresentado na tabela 43, apesar dos esforços efectuados para a recolha desses dados.
É assim, com base nas informações disponíveis nos relatórios e contas das empresas que prestaram contas, que se procedeu a seguinte análise:

i. O Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) apresentou no ano 2018 resultado líquido negativo de 6.452 milhares de Dobras, representando uma variação absoluta negativa de 34.939 milhares de Dobras, demonstrando um desagravamento do déficit de 84,4% em relação ao exercício anterior.

Esta variação resulta de entre outros factores na introdução de novas políticas contabilísticas levadas a cabo pela instituição, no cumprimento das orientações emanadas pelo Tribunal de Contas resultante da verificação Interna das Contas do BCSTP referente ao exercício económico de 2016. Neste sentido, ao abrigo do estipulado no n.º 1 do artigo 7.º da Lei 8/92 (Lei orgânica do BCSTP), face ao resultado apurado no final do exercício, não procedeu a afectação do dividendo ao Governo Central nesse exercício.

ii. Os mundos dos serviços postais, da emissão e distribuição das espécies postais, estão sobre a responsabilidade da Empresa dos Correios de São Tomé e Príncipe.

Considerando que a actividade postal da empresa de correios se encontra em declínio ao longo de vários anos, o apuramento de resultados correntes e os resultados operacionais são negativos e que se considera bastante agravante no exercício económico de 2018.

A empresa no ano em análise apresentou um resultado líquido negativo de 468 milhares de dobras, contra os 143 milhares de Dobras negativos, representando uma variação absoluta negativa de 325 milhares de Dobras e um agravamento de déficit de 227% em relação ao exercício anterior.

Tendo em conta a trajectória deficitária dos seus resultados líquidos, a referida empresa não atribuiu dividendos.

iii. A Empresa de Água e Electricidade (EMAE) é a empresa estatal responsável pela produção e distribuição de energia e pela captação, tratamento, transporte e distribuição de água ao Estado, às empresas e a população em geral.

Em 2018, a empresa apresentou um resultado líquido negativo no montante de 269.086 milhares de dobras, correspondendo a um agravamento do seu resultado líquido na ordem de 18,8% em relação ao período homólogo transato, não dando assim lugar a distribuição de dividendos pertencente ao Estado Santomense. A variação ocorrida no exercício em análise foi no sentido ascendente, isto é, uma acentuada degradação de resultado e consequentemente deterioração da situação líquida, justificada pelo crescimento contínuo de actividades num contexto de responsabilidade social da EMAE em harmonia com os objectivos da política social e económica, sectorial e global, definidas pelo Governo.

iv. A Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ENASA) vocacionada para prestação de serviços Aeroportuários e de Segurança Aérea de S. Tomé e Príncipe, obteve no exercício económico de 2018, um resultado líquido positivo no valor de 1.308 milhares de dobras, representando uma diminuição de 349 milhares de dobras, correspondendo a um decréscimo de resultado de 21% em relação ao ano anterior.

Entretanto, a situação líquida da empresa atingiu o resultado negativo no montante de 25.155 milhares de dobras, pois os valores componentes do activo não são suficientes para cobrir as obrigações.

Perante esta situação líquida negativa no período em referência, não houve distribuição de dividendo correspondente ao Estado.

v. Relativamente a Empresa Nacional dos Portos (ENAPORT), tem por objectivo a administração dos portos e fundeadores de STP, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, prestando serviços aos navios, às mercadorias que transitam pelos portos e aos utentes portuários. Neste exercício económico, a mesma apurou um resultado líquido negativo no valor de 979 milhares de dobras, contra os 2.260 milhares de Dobras positivos do ano transato, o que corresponde a um decréscimo acentuado de resultado líquido na ordem de 143,3%, face ao exercício anterior. Perante resultado negativo no período em referência, não houve distribuição de dividendo correspondente ao Estado.

vi. A Autoridade Geral de Regulação (AGER) é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e de património próprio, que exerce competências

de Regulação Económica e Técnica dos sectores de Telecomunicações, Correios, Água, Electricidade e a gestão do espectro radioeléctrico. A mesma tem como uma das linhas orientadoras a promoção da transparência, da colaboração das entidades reguladas e da eficiência no fornecimento dos serviços aos consumidores, convergentes com os objectivos que nortearam a sua criação.

Para AGER o ano 2018 foi repleto de desafios ultrapassados com sucessos e de acontecimentos marcantes.

O resultado líquido da mesma situa-se nos 2.449 milhares de Dobras negativos, contra os 692 milhares de Dobras negativos, o que corresponde a um agravamento do déficit na ordem de 253,9%, face ao exercício anterior. Perante este resultado do período em referência, não houve distribuição de dividendo correspondente ao Estado.

vii. O Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) foi criado através do Decreto-lei n.º 44/98 de 30 de Dezembro. É o órgão do Estado detentor das atribuições da "Autoridade Aeronáutica", que assessora o Governo na definição de políticas para a aviação civil, colaborando na elaboração de diplomas legais e regulamentos.

Este órgão coordena, fiscaliza, controla, supervisiona e inspecciona todas as actividades relacionadas com a aviação civil em todo o espaço nacional e sob-jurisdição de São Tomé e Príncipe.

Durante o ano económico 2018, a INAC teve um resultado líquido positivo em relação ao ano transacto, resultando um acréscimo de 234,4%, sendo 2.940 milhares de Dobras contra os 879 milhares de Dobras negativos do período homólogo.

Entretanto, concernente à distribuição de dividendo, este não foi atribuído ao Estado.

viii. A operadora de telecomunicações que oferece soluções fixas e móveis de última geração para voz, dados e internet, Companhia São-tomense de Telecomunicações (CST), neste exercício obteve um resultado líquido positivo que atingiu aos 41.282 milhares de Dobras contra os 42.763 milhares de Dobras positivo registado em 2017, correspondendo a um decréscimo na ordem dos 3,5%

Este decréscimo de resultado deveu-se a diminuição das receitas operacionais e o aumento de custos financeiros.

Entretanto, para o período em análise não houve distribuição de dividendos, pelo que o resultado líquido do exercício foi aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

ix. O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP) mantem a sua evolução positiva do resultado líquido face ao período homólogo (2017), pese embora a difícil conjuntura Nacional e Internacional para o sector bancário.

O BISTP registou um crescimento positivo face ao exercício transacto em mais de 51,5%, sendo um incremento de mais 20.150 milhares de dobras.

O crescimento verificado é fruto de medidas de maior controlo de custos gerais administrativos visando a sua redução, maior nível de cobrança de comissões sobre os serviços prestados, de forma a minimizar os impactos negativos da actividade do Banco.

Este aumento evidencia a grande capacidade de resiliência e rápida adaptação às novas condições do mercado.

Deste resultado obtido, o BISTP, realizou a seguinte afectação:

10% para as Reservas Legais, 30% para as Reservas Livres e 60% foram distribuidos para os Accionistas.

Assim sendo, a empresa apurou dividendo no valor de 35.583 milhares de dobras, dos quais 17.080 foram atribuídos ao Estado de S.Tomé e Príncipe, correspondendo a 48% de sua participação, 9.607 a Caixa Geral de Dépositos, correspondendo a 27% de sua participação e 25% ao Banco Africano de Investimento no valor de 8.896 milhares de dobras.

x. A STP Airways conhecida como a companhia aérea de bandeira nacional, tem vindo a operar em São Tomé e Príncipe ao longo dos anos.

Porém, no exercício económico de 2018, o resultado líquido apurado pela empresa rondaram os 20.197 milhares de Dobras positivos, representando um acréscimo de 77,4% face ao verificado no ano anterior, não obstante, na rota doméstica, o número de passageiros transportados reduziu durante os meses de abril a novembro face aos anos anteriores dada a concorrência nesta rota resultando que o volume de negócios da empresa teve uma ligeira redução de 0,6% face a 2017, passando de 244,8 milhões de Dobras para cerca de 243 milhões de dobras.

Este resultado líquido passou para resultados transitados, de acordo com a proposta do Conselho de Administração, que mereceu a aprovação da Assembleia Geral, na reunião realizada a 29 de Maio de 2019.

xi. A Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos, SARL foi constituída sobre a forma de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, através do Decreto nº.60/97,de 15 de Dezembro,com a denominação de ENCO,SARL.

Segundo a N/REFª.D/091/2019 ,datada em 18 de Março de 2019, da ENCO, nos i nformaram que as contas do exercício económico 2018 ainda não foram aprovadas pela Assembleia Geral da ENCO,SARL e que consequente as informações de que necessitamos não está disponível.

xii. Projecto Agripalma que se encontra ainda na fase de investimento, é um projecto de investimento a longo prazo, com um tempo de produção de óleo de palma –

Esta fábrica encontra-se no período final de erecção, pelo que a produção comercializável/exportável ainda não começou durante o referido exercício e as receitas geradas são nulas.

Consequentemente, o resultado líquido apurado foi nulo e os dividendos apurados foram igualmente nulos, não havendo, portanto, distribuição aos Sócios, uma vez que a empresa ainda encontra-se em fase de investimento e de finalização da estrutura produtiva que permitirá fazer a passagem de Green field para a fase comercial e exportadora.

xiii. A STP- Cabo, cujo objecto social insere na aquisição, implementação, gestão, manutenção e operação de uma infraestrutura de telecomunicação internacional em S. Tomé e Príncipe e venda da capacidade internacional da Infraestrutura. Em conformidade com o contrato de construção e manutenção de cabo submarino, sobretudo, tratando-se de uma Empresa veículo de investimento, as despesas de operação (e funcionamento) são repartidas entre os accionistas na proporção da sua participação no capital social da empresa, facto que leva a não existência de resultado líquido no exercício económico de 2018.

g. Imobilizado

Com o intuito de melhor conhecer a amplitude e a consistência do património do Estado, bem como mantê-lo controlado e permanentemente actualizado, como matéria essencial para a recolha de indicações quanto à existência, natureza, valor e afectação dos bens públicos sendo ele utilizado para um fim público determinado, o que é indispensável para a obtenção de um melhor aproveitamento e para melhor se velar pela sua conservação.

O inventário geral dos bens do Estado é um instrumento económico-financeiro de extrema importância no âmbito da gestão e controlo da actividade patrimonial do Estado, utilizado para verificação dos bens permanentes em uso nas diversas unidades gestoras.

Este consiste no levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis, imóveis e veículos, tendo como finalidade a perfeita compatibilização do registo e da existência, da situação dos bens em uso, e assegurar a qualidade e a credibilidade dos valores publicados no balanço patrimonial.

Mas, para além do simples recenseamento de bens, o inventário prossegue outros objectivos, dentre eles a possibilidade de se fazer uma apreciação global de todos os bens alistados e valores do património, a fim de apurar o valor exacto e real dos bens e valores do património num determinado momento.

Pelo exposto, se torna necessário identificar outro aspecto relevante do inventário, a sua utilidade como um dos meios de apreciação da gestão do bem público, permitindo assegurar, entre outras coisas, o emprego judicioso dos dinheiros públicos e verificar em que medida as dívidas contraídas fizeram enriquecer o património como suporte material da vida política, administrativa, económica, social e intelectual do País.

Para além da composição qualitativa e quantitativa do património em que o inventário dos bens do Estado permite evidenciar em um determinado instante, por sua vez, também contribui para a produção do Balanço Patrimonial do Estado, fornecendo informações viáveis, sustentada com valores globais dos activos físicos (bens móveis, imóveis e veículos do Estado).

O inventário ainda permite elaborar as variações patrimoniais que funciona como elemento indispensável para complemento do Balanço Patrimonial.

- Enquadramento

Durante a vida útil, os bens patrimoniais estão sujeitos a tratamentos físicos e contabilísticos específicos, que fazem da administração patrimonial uma actividade de muita importância e responsabilidade, dado ao envolvimento nos processos de recebimento, cadastro, inventário, escrituração e desfazimento que leva ao correcto controlo e administração dos bens patrimoniais, e que em muitos casos é deixada em segundo plano.

Nestes termos, é de se frisar, que a Gestão Patrimonial do Estado tem por objectivo administrar os bens do Estado existentes bem como a sua utilização do modo mais eficiente e eficaz, dando-lhes a destinação firmada em lei, permitindo rever tudo o que esteja conectado ao Estado.

Os bens inservíveis aos objectivos da Administração Pública deverão ser alienados, saindo, portanto, do stock do Estado, deixando de gerar custos de manutenção.

Sublinha-se ainda, que tanto os bens de domínio público como privado formam a substância patrimonial do estado, correspondendo as aplicações de recursos e devem ser entendidos como

conjunto de coisas corpóreas ou incorpóreas, móveis e imóveis, créditos, direitos e obrigações, sobre as quais o estado exerce o direito de soberania em favor da colectividade, segundo a classificação jurídica e contabilística.

Neste sentido e atendendo ao disposto no n.º 2 do artigo 59 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro, que cria o SAFE "O Governo apresenta, como anexo à Conta Geral do Estado, o inventário consolidado do Património do Estado". Por conseguinte, foi criada nos termos do Decreto n.º 31/2009, de 22 de Setembro, a Direcção do Património do Estado (DPE), cujas principais atribuições e competências visam assegurar de forma centralizada a gestão do património de estado; a existência dos bens, bem como o controlo físico e contabilístico dos bens públicos e por fim proceder ao abate dos que não são rentáveis nem adequados ao serviço público.

Porém, para melhor controlo e gestão dos bens do Estado, a referida Direcção socorre, fundamentalmente do Decreto-Lei n.º 18/2009, de 12 de Agosto, que aprova o Inventário Geral dos Bens do Estado, que é a consolidação dos inventários sectoriais elaborados pelos Organismos.
Por outro lado, a DPE auxilia-se do regulamento de Inventariação e Cadastro dos Bens do Estado, e do Decreto- Lei n.º 21/2014, de 18 de Dezembro, que estabelece o regime geral de gestão dos bens imóveis, veículos e outros bens móveis do Estado e demais entidades públicas.

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 18/2009, de 12 de Agosto, ficam sujeitos às regras, métodos e critérios de inventariação constantes das instruções e do classificador geral de anexos, todos os serviços e organismos da administração central e autónoma, incluindo as missões diplomáticas e postos consulares e outras representações do Estado e, salvo o disposto em legislação especial, aplica-se igualmente, com as devidas adaptações, aos organismos dotados de autonomia patrimonial incluindo, nomeadamente, as autarquias locais e institutos públicos.
No entanto, foi definido no seu artigo 5.º, que o património do estado, para efeitos de inventário, é entendido como conjunto dos bens do seu domínio público e privado e dos direitos e obrigações com conteúdo económico de que o estado é titular, como pessoa colectiva de direito público.

N.E nº 7 Bens Móveis

Inicialmente, o inventário de bens móveis do estado corresponde a um conjunto específico de acções de controlo para verificação dos materiais pertencentes ao activo permanente, em uso e dos materiais de consumo equivalente, como se ilustra na Tabela 44.

Tabela 44: Avaliação do Inventário dos Bens Móveis do Estado

(em milhares de Dobras)

Classe	Designação	Quant.	Total	% Estr.
101	Equipamentos informáticos	3 433	15 774	25,5
102	Equipamentos de Telecomunicações e sistemas de intercomunicação e de difusão sonora	642	755	1,2
103	Equipamentos e materiais de Escritório e reprografia	13 997	29 058	47,0
104	Equipamentos para Investigação, de medida e de utilização técnica especial	561	2 792	4,5
105	Equipamentos e materiais para serviços de saúde	1 517	2 988	4,8
106	Equipamentos e materiais de desporto, educação e cultura	891	1 070	1,7
107	Equipamentos de conforto, higiene e de utilização comum	7 396	8 660	14,0
108	Equipamentos para agricultura e jardinagem	43	15	0,0
109	Equipamentos e materiais para indústria	14	703	1,1
110	Equipamentos de oficina, ferramentas e utensílios	32	34	0,1
111	Equipt. Sinalização,alarme,combate .incendio e segurança	1	3	0,0
113	Abastecimento Público e Águas Residuais	1	3	0,0
114	Outros bens	53	29	0,0
	Total Geral	28 581	61 883	100,0

Fonte: DPE-MFCEA

Relativamente aos bens móveis a nível da Administração Central do Estado, referente a tabela apresentada, a estimativa da quantidade e valor desses bens que foram agrupados em classes, são bens cadastrados afectos a Ministério da Defesa, Ministério de Negócios Estrangeiros, Ministério da Justiça, dos Direitos Humanos e Administração Pública, Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul, Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Ministério de Saúde, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Educação e Presidência da República ,no qual foram inventariados 28.581 bens de diversas classes, valorizados no montante de 61.883 milhares de dobras, com maior relevância em valor para a classe de Equipamentos e materiais de escritório e reprografia, Equipamentos informáticos e Equipamentos de conforto, higiene e de utilização comum, representando estruturalmente, 47,0% ; 25,5% e 14% respectivamente.

Tendo em conta a incorporação de bens móveis inventariados em 2018, o resultado global estimado permite deduzir que houve um aumento de 30% justificado com acréscimo de 6603 bens na quantidade e 14,9% em valores, dos bens móveis em relação aos apresentados no período homólogo do ano transacto.

N.E nº 8 Bens Imóveis

Na sequência da reforma, verifica-se que na área de inventário, procedeu-se ao registo da primeira estimativa em quantidade e valor dos bens imóveis, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2009, de 12 de Agosto, que classifica os bens imóveis em duas categorias, sendo a primeira na classe 301, relativo a Imóveis urbanos com finalidade operativa de domínio público e, na classe 401 referente a Imóveis urbanos com finalidade operativa de domínio privado, do classificador geral do ICBE.

No que se refere ao inventário e avaliação dos bens imóveis urbanos já cadastrados, para o ano em análise não se verificou nenhuma alteração das informações, tanto na quantidade como no valor, prevendo-se que após a conclusão das construções em curso (principalmente no sector da educação), novos edifícios possam ser registados e cadastrados.

Assim, conforme é apresentado na Tabela 45, e mantendo as informações apresentadas do ano transacto, verifica-se que foram inventariados um total de 265 bens imóveis, incluindo os direitos a eles inerentes, cuja avaliação ascendeu ao montante de 1.748. 569 milhares de dobras. Nesse inventario, constata-se maior incidência para a classe dos Bens imóveis de domínio público, mais concretamente para os imóveis urbanos com finalidade operativa, que ascenderam a 170 unidades, valorizadas em 1.446.412 milhares de dobras, o que corresponde a 82,7% do peso na sua estrutura. Os restantes 17,3% referem-se aos 95 imóveis urbanos de domínio privado, que foram valorizados em 302.157 milhares de dobras.

Tabela 45: Avaliação do Inventário dos Bens Imóveis do Estado
(em milhares de Dobras)

Classe	Designação	Quant.	Total	% Estr.
301	**Bens de domíno público**	**170**	**1 446 412**	**82,7**
	Imóveis urbanos com finalidade operativa	170	1 446 412	82,7
	Imóveis rústicos	0	0	0,0
	Outros recursos naturais	0	0	0,0
401	**Bens de domíno privado**	**95**	**302 157**	**17,3**
	Imóveis urbanos com finalidade operativa	95	302 157	17,3
	Imóveis rústicos	0	0	0,0
	Outros recursos naturais	0	0	0,0
	Total Geral	**265**	**1 748 569**	**100,0**

Fonte: DPE-MFCEA

N.E nº 9 Outros Bens (Veículos do Estado)

Inicialmente, no que respeita ao inventário e cadastro dos veículos do Estado referente ao ano 2018, foram compilados as informações recebidas dos órgãos da Administração Central do Estado, Serviços e Fundos Autónomos designadamente:
Assembleia Nacional, Tribunais Judiciais, Tribunal de Contas, Presidência da República e do poder Regional (Região Autónoma do Príncipe), relativamente à quantidade, estado de conservação e valorização deste activol.

Relativamente à análise sobre a quantidade e estado de conservação dos veículos do estado, registou-se no início do ano, 612 viaturas automóveis e 479 motorizadas, resultando assim um total de 1.091 veículos, incluindo os 3 inoperantes, sendo 1 viatura e 2 motorizadas. Ao longo do ano constataram-se alguns factos que geraram alterações na composição dos bens afectos a alguns sectores, dos quais se destacam:

- Mudança na classificação do estado de alguns veículos, resultante do seu real estado de conservação apurado após vistoria.

Associado a este facto acima mencionado, foram operacionalizadas ao longo do ano o seguimento e avaliação dos mesmos, mediante o processo de abate, inoperância e incorporação, como abaixo se discrimina:

- No decorrer do ano, foram incorporados, 80 veículos, sendo 47 registados como viaturas e 33 como motorizadas.
- No que respeita ao processo de abate de veículos, observa-se que transacções de natureza patrimonial como a alienação de alguns bens inoperantes, economicamente irrecuperáveis e como tal inadequados ao serviço público, conduziu a realização de hasta pública para alienação de 8 viaturas e 6 motorizadas, num total de 14 veículos, sendo 4 viaturas pertencentes a Assembleia Nacional, 4 viaturas pertencentes a Governo Regional do Príncipe, 2 motorizadas pertencentes a Assembleia Nacional e 4 motorizadas pertencentes a Governo Regional do Príncipe.
- Por outro lado, foram classificados como os veículos inoperantes aqueles que se encontram nas oficinas, na lista do abate para o ano seguinte ou ainda no processo de transferência ou fusão de Ministérios por falta de um levantamento exaustivo por parte das instituições, considerados ainda disponíveis para qualquer momento proceder à avaliação do seu estado de conservação e destino dos mesmos. Assim, durante o ano em análise foram inventariados 37 veículos inoperantes, sendo 29 viaturas e 8 motorizadas.
- Após a classificação e análise dos veículos em funcionamento depois de analisadas as diversas fases, conforme acima descritas, encerrou-se o inventário de 2018, tanto em quantidade como em estado de conservação, com um total de 1154 unidades, sendo 650 viaturas e 504 motorizadas, correspondentes a 56,3% e 43,7% respectivamente.
- Importa referir que se ao total apurado, adicionarmos os 37 veículos inoperantes, conclui-se que no final do ano o parque automóvel do estado ascendia aos 1191 veículos, conforme se ilustra nas tabelas 46 e 47.

Tabela 46: Inventário dos Veículos do Estado

(Resumo-em unidades)

N.ord	Desig.	Inicial/2018			Abates	Incorp Bom e Regular	Veículos em Funcionamento	Inoper.	Final
		Operac.	Inop.	Total					
1	Viaturas	611	1	612	8	47	650	29	**679**
2	Motorizadas	477	2	479	6	33	504	8	**512**
Total		**1088**	**3**	**1091**	**14**	**80**	**1154**	**37**	**1191**

Fonte: DPE-MFCEA

Tabela 47: Inventário dos Veículos do Estado

(em Unidades)

Entidade	Viaturas					Motorizadas					Total
	Bom	Regular	Incorp.	Inop.	Abate	Bom	Regular	Incorp.	Inop.	Abate	
AN	9	16	6	0	4	3	9	0	0	2	37
TC	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	9
PR	22	2	0	0	0	0	0	0	0	0	24
GPM	21	2	1	0	0	0	3	2	0	0	29
PGR	13	6	1	0	0	0	3	0	0	0	23
TJ	14	7	0	0	0	0	3	0	0	0	24
MDAI	65	49	0	0	0	31	72	0	0	0	217
MNEC	10	4	0	0	0	2	0	0	0	0	16
MJDHAP	6	3	0	0	0	9	14	0	0	0	32
MS	54	53	13	6	0	102	35	27	7	0	297
MEAS	6	2	1	0	0	0	3	0	0	0	12
MFCEA	21	25	0	0	0	26	10	0	0	0	82
MADR	50	12	2	7	0	42	35	2	1	0	151
MECCC	41	18	0	0	0	0	10	0	0	0	69
MIRNA	25	11	0	0	0	14	4	0	0	0	54
MJD	5	2	0	0	0	3	5	0	0	0	15
GRP	16	12	0	0	4	27	12	2	0	4	61
CDAG	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	11
CDMZ	0	0	8	11	0	0	0	0	0	0	19
CDCAUÉ	0	0	4	5	0	0	0	0	0	0	9
Total	**382**	**229**	47	**29**	**8**	259	**218**	**33**	8	**6**	**1 191**
			679						**512**		

Fonte: DPE-MPFEA

A avaliação patrimonial consiste na atribuição de valor monetário aos itens do activo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos actos e fatos administrativos, sendo assim, necessária para actualização do valor de um bem para que se tenha o retrato fiel do valor monetário do agregado patrimonial de um órgão, seja ele por aquisição, construção ou produção para os bens móveis e imóveis.

Relativamente ao universo e o estado de conservação dos veículos acima relatados, procedeu-se a valorização dos mesmos (incluindo os inoperantes), que ascende a 206 097 milhares de dobras, conforme se apresenta na Tabela 48, dos quais se distribui da seguinte forma:

- Das 650 viaturas bem como 504 motorizadas perfazendo um total de 1154 veículos em funcionamento, foram valorizados com uma estimativa de 202.422 millhares de dobras, dos quais, 188.892 em viaturas e 13.531 em motorizadas.
- No que concerne aos inoperantes, são 37 veículos (29 viaturas e 8 motorizadas) cujo valor estimado é de 4.193 milhares de dobras, sendo 4.172 em viaturas e 21 em motorizadas.

Tabela 48: Avaliação do Inventário dos Veículos do Estado

(em milhares de Dobras)

Entidade	Viaturas				Motorizadas				
	Bom	Regular	Inop.	Abate	Bom	Regular	Inop.	Abate	Total
AN	7 089	1 782	0	475	138	119	0	43	8 610
TC	1 951	899	0	0	0	0	0	0	2 850
PR	8 774	368	0	0	0	0	0	0	9 142
GPM	6 169	487	0	0	98	35	0	0	6 789
PGR	4 190	1 047	0	0	0	60	0	0	5 297
TJ	7 249	1 350	0	0	0	48	0	0	8 647
MDAI	23 869	9 401	0	0	1 030	1 460	0	0	35 759
MNEC	2 328	866	0	0	70	0	0	0	3 263
MJDHAP	1 735	718	0	0	0	245	0	0	2 698
MS	16 644	14 035	1 234	0	3 383	1 128	21	0	36 445
MEAS	1 868	814	0	0	0	72	0	0	2 754
MFCEA	6 662	4 767	0	0	581	614	0	0	12 623
MADR	19 175	1 123	760	0	1 738	1 005	0	0	23 801
MECCC	18 951	2 760	0	0	0	122	0	0	21 833
MIRNA	8 227	1 776	0	0	467	62	0	0	10 533
MJD	854	252	0	0		58	0	0	1 164
GRP	6 344	131	0	0	801	198	0	0	7 474
CDAG	1 490	909	0	0	0	0	0	0	2 398
CDMZ	539	479	1 623	0	0	0	0	0	2 641
CDCAUÉ	478	344	556	0	0	0	0	0	1 378
	144 583	**44 308**	**4 172**	**475**	**8 305**	**5 225**	**21**	**43**	
Total			**192 589**			**13 509**			**206 097**

Fonte: DPE-MFCEA

N.E nº 10 Total dos Principais Activos

Esta conta inclui o somatório de Activo Circulante e do Activo não Circulante. Concluindo a nota explicativa sobre os activos, regista-se um aumento de 28.857 milhares de Dobras correspondente a um incremento de 0,42% em relação ao ano transacto. Registou-se um aumento significativo do activo circulante na ordem dos 25,6% contra uma diminuição do activo não circulante em 1,12%.

4.1.3 Análise dos Demonstrativos dos Principais Passivos

a. Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

N.E nº 11 Operações de Crédito Interno/Bilhetes do Tesouro

Este grupo de contas destina-se a apresentar informações sobre o somatório dos valores da dívida interna a curto prazo originárias dos diversos instrumentos financeiros usados para financiamento do défice temporário de tesouraria (Título do Tesouro, Bilhetes do Tesouro, etc..). Embora no demonstrativo dos principais passivos (Tabela 38) o item referente aos Empréstimos e Financiamentos

de Curto Prazo, mas especificamente os de Operações de Crédito Interno, cumpre-nos informar que a semelhança do ano transacto houve a emissão dos Bilhetes do Tesouro (BT) ao favor do Tesouro Público, no valor nominal total de subscrição de 415.000 milhares de dobras, a uma taxa de juro de 3,0%, com período de maturidade de um ano, sendo o primeiro bilhete emitido em 15-03-2018 no valor nominal de 250.000 milhares de Dobras e o segundo emitido em 23-10-2018 no valor de 165.000 milhares de Dobras totalizando o montante referido acima, conforme o ano em análise.

Neste leilão dos BT's efectuados concorreram quatro Instituições Financeiras, nomeadamente os Bancos Comerciais, como: Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, Afriland First Bank, Ecobank e o BGFI.

Em termos líquidos, entrou no cofre do tesouro público o montante de 402.913 milhares de Dobras. Saliente-se que a emissão dos bilhetes do tesouro obedeceu aos preceitos estabelecidos pelas Normas de Aplicação Permanentes (NAP) n.º 14/2015, de 19 de Junho, publicado no DR n. 58, de 25 de Junho, relativo a regulamento atinente a emissão e transacção de Bilhete de Tesouro, bem como o Decreto-Lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico dos Bilhetes do Tesouro. Entretanto, sendo o bilhete emitido nessas datas e com vencimento de um ano, até o final do ano em análise o seu stock final é de 415.000 milhares de dobras, conforme o seu valor nominal.

b. Fornecedores de Contas a Pagar de Curto Prazo

N.E nº 12 Forncedores a Pagar

Este item refere-se às obrigações do Estado junto aos fornecedores de bens e serviços, de construção e reabilitação e das indemnizações, e que desta forma constituem compromissos assumidos pelo Estado que não foram pagos nos anos de referência. Dentre os demais, destacam-se dívidas com as empresas HIDROELECTRICA, relativo ao fornecimento de Energia da Central Bôbô-Forro; MSF, relativo aos projectos de abastecimento de água do Rio Contador; SYNERGIES Lda. referente a indemnização pela rescisão contratual da gestão da hidroelétrica do rio contador, BANCO EQUADOR, referente a Comissão Instaladora STP/Airways, INSS, relativo a dívida do Estado com Segurança Social, CIEM LDA, relativo a dívidas da Cimeira da CPLP, Enco, referente a atrasados (Diferencial Combustível) e as dívidas relativamente a fornecimento dos serviços de comunicação e de água e energia, junto a CST e EMAE.

A tabela 49 mostra a situação das obrigações no ano 2018, com um stock inicial de 1.240.988 milhares de dobras, e um stock final de 1.349.586 milhares de dobras, correspondendo a um acréscimo de 8,8% relativamente ao ano transacto. O aumento observado se deve fundamentalmente a diferença cambial explicada pela valorização da nossa moeda face a USD registado no ano 2018 , a não repercussão da queda do preço internacional dos preços de produtos petrolíferos no mercado nacional e novas aquisições de serviços relativo a EMAE e CST. Desta forma, durante o ano houve o reconhecimento de novas dívidas no montante de 181.620 milhares de dobras, sendo de destacar a dívida proveniente com aquisição de serviços com à EMAE no valor de 147.162 milhares de Dobras e 34.458 milhares de dobras, relativos a aquisição de serviços com a CST.

Tabela 49: Obrigações do Estado Detalhado em 2018

(em Dobras)

Descrição	Beneficiário	Tipo	Moeda Contrato	Stock Inicial 2018(*STD*)	Novas Dívidas	Actualização Cambial (inclui Juros MORA)	Pagamentos	Evolução do Stock até Dezembro 2018 (*STD*)
Dívidas com Fornecedores								
Fornec. Energia Central Bobo Forro Març a J	HIDROELECTRICA	Aquisição de Serviços	STD	42 810 665,60		8 510 568,53		51 321 234,13
Dívida Guichê Único	Sat Insurance	Aquisição de Serviços	STD	441 000,00				441 000,00
Prest. serviço p/ modernização Aeroporto	CONSULMAR	Construção/Reabilitação	STD	0,00				0,00
Reab.Água e Acesso Contador	MSF	Construção/Reabilitação	EUR	103 862 372,01				103 862 372,01
	MSF	Construção/Reabilitação	STD	791 427,71				791 427,71
Indeminização gestão hidroel.Contador	SYNERGIES Lda***	Indemnização	EUR	102 902 512,55		3 537 569,61	12 250 000,00	94 190 082,15
Contrapartida Interna Proj.Reab.Escolas P.	BATIGA	Construção/Reabilitação	USD	801 590,95		31 029,95		832 620,90
Assinatura de revista	GLOBUS VISION	Aquisição de Serviços	EUR	4 091 500,00				4 091 500,00
Comissão Instaladora STP/Airways	BANCO EQUADOR	Aquisição de Serviços	USD	6 308 248,39		244 195,24		6 552 443,63
Parte restante Auditoria	CONSEG.Lda***	Aquisição de Serviços	USD	2 405,68		100,77		2 506,45
Serviço de Consultoria MPF	Advog.Alberto Paulino**	Aquisição de Serviços	USD	852,15		35,70		887,85
25% restante Serviço Auditoria 3 Projecto	PRICE WTERHOUSE COP	Aquisição de Serviços	STD	210 898,83				210 898,83
Dívida do Estado com Segurança Social	INSS***	Aquisição de Serviços	STD	6 000 000,00				6 000 000,00
Dívidas da Cimeira da CPLP,Lda	CIEM LDA	Aquisição de Serviços	STD	1 601 810,00				1 601 810,00
Indemnização Inst. Central S.Amaro	Agricultores	Indemnização	STD	554 228,00				554 228,00
Indemnização inst.de Energia António Soare	Agricultores	Indemnização	STD	295 608,00				295 608,00
Alienação EMOLVE /2003	Agricultores	Indemnização	STD	443 415,00				443 415,00
	ENCO	Diferencial Combustível	USD	796 039 318,24		32 243 344,18	12 698 533,54	815 584 128,88
Stock do serviço de água e energia	EMAE	Aquisição de Serviços	STD	54 243 026,00	147 161 945,24		86 290 466,24	115 114 505,00
Stock do serviço de comunicação	CST	Aquisição de Serviços	STD	119 587 435,09	34 458 287,15		6 350 890,23	147 694 832,01
	TOTAL		**STD**	**1 240 988 314,20**	**181 620 232,39**	**44 566 843,97**	**117 589 890,01**	**1 349 585 500,55**

Fonte: DCP- MPFEA , Direcção do Tesouro & GAMAP-MFCEA

Tabela 50: Obrigações do Estado em 2018

(em milhares de Dobras)

Designação	Stock Inicial	Novas Dívidas	Desincorporação	Actulização (incl. juros)	Pagamentos	Stock Final	% Varição
Obrigações Internas	1 240 988	181 620	0	44 567	117 590	1 349 586	8,8
							...
Sendo que:							...
Diferencial Combustível	796 039	0	0	32 243	12 699	815 584	2,5
Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0	...
Aquisição de Serviços	235 298	181 620	0	8 755	92 641	333 032	41,5
Construção/Reabilitação	105 455	0	0	31	0	105 486	0,0
Indemnização	104 196	0	0	3 538	12 250	95 483	(8,4)
Bilhetes do Tesouro	0	0	0	0	0	0	...

Fonte: DCP , Direcção do Tesouro & GAMAP-MFCEA

Apesar dos constrangimentos financeiros, o Governo tem vindo paulatinamente a proceder o seu pagamento, em função das disponibilidades orçamentais e de tesouraria, como forma de credibilizar e honrar o bom nome do Estado. Assim, ao longo do ano procedeu-se ao pagamento de algumas obrigações no montante total de 117.590 milhares de Dobras, sendo de destacar os 12.699 milhares de Dobras, relativo a amortização de parte da dívida no montante descrito para com a ENCO, SARL e associado a isto, estão os pagamentos 86.290 milhares de Dobras, pagos a EMAE, e 6.351 milhares de Dobras pagos a CST, e 12.250 milhares de Dobras pagos a empresa SYNERGIES Lda. pela indemnização.

c. Outras Obrigações a Curto Prazo

N.E nº 13 Depósito de Diversas Origens/Fundo de Terceiros

Conforme a Tabela 51, que retrata a desagregação da movimentação da Conta de Depósitos Diversos, referente a Fundo de Terceiros na posse do Tesouro Público junto ao BCSTP, observa-se que o mesmo abriu o exercício económico 2018 com um saldo de 3.240 milhares de dobras.

Tabela 51: Detalhe da Conta Depósitos Diversos

(em milhares de Dobras)

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Saldo do exercício anterior	3 240			
3% de Fiscalização de Obras	0	7 428	7 125	303
10% de Garantia de Obras	0	11 325	20 543	-9 218
Adiant. Operação Tesouraria	0	6 008	2 958	3 049
Transferencias Diversas	0	2 828	0	2 828
Fundo Rodoviário	0	0	0	0
Total	**3 240**	**27 589**	**30 627**	**202**

Fonte: DT-MFCEA

Ao longo do ano, as contas que compõem Depósitos Diversos conforme consta no Tabela acima, totaliza uma entrada que ascende a 27.589 milhares de dobras, dos quais se destacam as entradas provenientes de 10% de Garantia de Obras, 3% de Fiscalização de Obras e regularização dos Adiantamentos através de Operação de Tesouraria que em conjunto representam 89,7% dessas entradas. Por sua vez, as movimentações concernentes a saída de recursos ascendeu a um total de 30.627 milhares de dobras, com destaque na devolução dos 10% de Garantia de Obras, e 3% de Fiscalização de Obras, reflectindo em conjunto cerca de 90,3% do total saído dessa conta.

Assim sendo, a conta de Depósitos Diversos encerrou o exercício económico em análise com um saldo de 202 milhares de dobras, que é transitado para ano 2019, refletindo uma diminuição na ordem de 93,8% (menos 3.038 milhares de dobras), quando comparado com o saldo que iniciou o exercício.

d. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

N.E nº 14 Operações de Crédito Externo/Stock da Dívida Pública Externa

A dívida externa constitui um dos mais importantes meios de financiamento do Orçamento Geral do Estado, tendo em conta os sucessivos défices do saldo global, como resultado da baixa capacidade de mobilização dos recursos internos para satisfazer as necessidades das despesas públicas, mais concretamente os investimentos públicos para impulsionar o crescimento económico e a redução da pobreza. As necessidades de financiamento do OGE, assente no stock do endividamento externo, quer ao nível dos credores multilaterais como bilaterais fez com que no final do exercício económico de 2018, o stock total da dívida externa ascendesse a 5.689.845 milhares de dobras, o que corresponde a 264 milhões de USD. Há uma diminuição do Stock da Dívida Externa em 1,7% quando comparado com o saldo de que iniciou o ano.

Tabela 52: Resumo Evolução do Stock da Dívida Externa

(em milhares de Dobras)

Credores	Anos						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	% V.H.
Dívida Externa	**3 866 013**	**4 666 599**	**5 909 581**	**6 294 446**	**5 786 924**	**5 689 845**	**-1,7**
Multilateral	**780 592**	**839 940**	**957 720**	**949 038**	**921 021**	**1 068 064**	**16,0**
BAD/FAD	95 633	107 279	118 121	103 902	142 996	254 290	77,8
IDA	251 440	283 407	311 955	290 453	246 798	254 290	3,0
FIDA	137 719	139 943	152 044	151 130	120 823	116 370	-3,7
OPEC	73 086	65 873	62 684	56 674	41 054	36 635	-10,8
BEI	11 193	6 375	-3 883	546	0	0	...
BADEA	103 370	143 059	211 720	245 586	247 420	257 784	4,2
FMI	108 151	94 003	105 079	100 748	121 929	148 695	22,0
Bilateral	**3 076 690**	**3 826 660**	**4 951 861**	**5 345 409**	**4 865 903**	**4 621 781**	**-5,0**
Clube de París	**17 986**	**21 674**	**19 006**	**18 891**	**17 071**	**17 786**	**4,2**
Bélgica	17 986	21 674	19 006	18 891	17 071	17 786	4,2
Não Clube de París	**3 058 704**	**3 804 985**	**4 932 855**	**5 326 517**	**4 848 833**	**4 603 996**	**-5,0**
Portugal ***	847 625	957 237	1 230 740	1 350 723	1 232 461	1 232 660	0,0
Angola (atrasada)	393 994	445 226	497 019	519 509	632 686	659 189	4,2
Angola	179 088	546 576	926 488	1 074 627	1 052 486	1 096 573	4,2
China	332 746	380 466	415 688	434 498	380 578	0	-100,0
Jugolávia **	157 598	178 091	198 807	207 804	0	0	...
Div. Comercial	**434 827**	**491 773**	**774 897**	**809 962**	**709 447**	**739 165**	**4,2**
Itália *	434 827	491 773	548 980	573 821	502 611	523 665	4,2
China****	0	0	225 918	236 140	206 836	215 500	4,2
Div. Curto Prazo	**712 825**	**805 617**	**889 216**	**929 395**	**841 174**	**876 409**	**4,2**
Nigéria	537 265	607 127	677 753	708 421	620 508	646 500	4,2
Brasil	77 008	87 426	97 596	101 954	87 918	91 601	4,2
Angola(atrasada)	60 890	68 808	76 812	80 288	98 522	102 649	4,2
Guiné Equatorial	37 662	42 256	37 055	38 732	34 226	35 660	4,2
OUTROS	**8 731**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**...**
MSF	8 731	0	0	0	0	0 ...	

Fonte: DT-MFCEA

Desta forma, na estrutura do stock da dívida externa, registou-se uma diminuição com os credores bilaterais na ordem dos 9% em relação ao ano transacto e 3% com os credores multilaterais em comparação com o período homólogo.

N.E nº 15 Total dos Principais Passivos

Esta conta inclui o somatório de Passivo Circulante e do Passivo não Circulante. Concluindo a nota explicativa sobre os passivos, regista-se um aumento de 63.480 milhares de Dobras correspondente a um incremento de 0,86% em relação ao ano transacto. Registou-se um aumento significativo do passivo circulante na ordem dos 10% contra uma diminuição do passivo não circulante em 1,7%.

4.2 Demonstrativo do Fluxo de Caixa (Balanço Financeiro)

Dentre os relatórios contabilísticos definidos pela Lei n.º 3/2007 - Lei do Sistema da Administração Financeira do Estado (SAFE) e pelo Decreto n.º 44/2012 - Aprova o Manual de Contabilidade Público Aplicado ao SAFE-e, está previsto a elaboração do Balanço Financeiro que evidencia o desempenho financeiro do sector público através dos fluxos de caixa das actividades operacionais, das actividades de investimento e das actividades de financiamento.

Tabela 53: Demonstrativos de Fluxo de Caixa das Actividade Operacionais

(em milhares de Dobras)

Designação	Real 2018	Real 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
A - Ingressos/Receitas Correntes = (I + II + III)	**1 365 306**	**1 179 589**
Receitas Derivadas/Tributárias (I)	**1 099 411**	**1 040 301**
Impostos	1 061 919	994 242
Taxas	36 850	46 059
Contribuições	0	0
Outras Receitas Derivadas/Tributárias	642	0
Receitas Originarias (II)	**265 896**	**139 288**
Receita Patrimonial	233 901	92 591
Receitas de Serviços	21 222	35 856
Outras Receitas de Originarias	10 773	10 841
Receitas de Transferências (III)	**0**	**0**
Do Governo Central	0	0
De Empresas Estatais	0	0
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0
De Pessoas de Famílias	0	0
Do Exterior	0	0
B - Desembolsos = (IV+V+VI+VII+VIII+IX+X)	**1 356 695**	**1 720 488**
Pessoal e Demais Despesas Correntes por Função (IV)	**1 009 751**	**1 028 869**
Serviços Públicos Gerais	210 765	276 448
Defesa Nacional	152 429	127 647
Segurança Interna e Ordem Pública	13 060	19 509
Educação	337 091	329 092
Saúde	218 914	233 124
Segurança e Assistencia Social	60 061	7 311
Habitação e Serviços Comunitários	238	183
Cultura e Desporto	5 040	5 410
Combustíveis e Energia	172	18 979
Agricultura e Pesca	11 626	10 753
Indústria e Mineração	0	0
Transportes e Comunicações	80	78
Comércio e Serviços	0	0
Trabalho	100	202
Ambiente	176	133
Outros Serviços Económicos	0	0
Encargos Financeiros	0	0
Juros e Encargos da Divida (V)	**34 242**	**38 634**
Juros da Dívida Interna	6 251	11 225
Juros da Dívida Externa	26 696	27 409
Encargos Bancários da Dívida	1 295	0
Subsídios e Tranferências Correntes (VII)	**272 680**	**638 667**
Subsídios	0	0
Transferências Correntes	272 680	638 667
Despesas Correntes de Exercícios Anteriores (VIII)	**40 021**	**14 318**
Restituições (IX)	0	0
Despesas por Pagar Correntes (X)	0	0
1 - Fluxo de Caixa Líquido das Actividades Operacionais = (A-B)	**8 611**	**-540 899**

Fonte: DCP-MFCEA

Tabela 54: Demonstrativo de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
(em milhares de Dobras)

Designação	Real 2018	Real 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
C - Ingressos	**715 626**	**1 103 789**
Alienações	*116*	831
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0	0
Outras Receitas de Investimentos/Donativos	715 510	1 102 958
D - Desembolsos	**785 159**	**884 691**
Aquisição de Activo não Circulante/Investimento	682 580	625 157
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0
Despesas por pagar de Investimentos - Pagas/Desp. De Capital de Exercícios anteriores	76 980	228 243
Outras Despesas de Investimento/Transferência de Capital	25 599	31 291
2 - F. C. Líquido das Actividades de Investimento = (C - D)	**-69 533**	**219 097**

Fonte: DCP-MFCEA

Tabela 55: Demonstrativo de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento
(em milhares de Dobras)

Designação	Real 2018	Real 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
E - Ingressos	**178 095**	**290 051**
Financiamento Interno/Conta Nacional de Petróleo	*45 246*	56 249
Operações de Crédito/Financiamento externo	132 849	233 802
F - Desembolsos	**86 397**	**111 155**
Amortização/Refinanciamento da Dívida/Despesas de Capital Financeiro	86 397	111 155
Despesas por Pagar - Pagas de Financiamento	0	0
3 - F. C. Líquido das Actividades de Financiamento = (E- F)	**91 698**	**178 896**

Fonte: DCP-MFCEA

Tabela 56: Demonstrativo de Apuramento de Fluxo de Caixa do Período
(em milhares de Dobras)

Designação	Real 2018	Real 2017
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
1 - Fluxo de Caixa Líquido das Actividades Operacionais = (A-B)	8 611	-540 899
2 - F. C. Líquido das Actividades de Investimento = (C - D)	-69 533	219 097
3 - F. C. Líquido das Actividades de Financiamento = (E- F)	91 698	178 896
4 - Apuramento do Fluxo de Caixa do Periodo = (1 + 2 + 3)	**30 776**	-142 906

Fonte: DCP-MFCEA

4.2.1. Contexto

O Balanço financeiro tem o objectivo de contribuir para a transparência da gestão pública, permitindo uma melhor gestão e controlo financeiro dos órgãos do sector público, proporcionando a visualização da capacidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. A estrutura do Balanço Financeiro evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes e a variação homóloga face ao ano transacto, obedecendo aos seguintes fluxos de actividades:

- Das operações;
- Dos investimentos;
- Dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento. O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de activo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

O apuramento de fluxos de actividades permite por um lado, ter uma visão da situação das finanças públicas, possibilitando efectuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipo de actividades, e de mesmo modo, conhecer a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e por outro lado, permite ter uma análise imediata da disponibilidade e do impacto da mesma nas finanças do Estado, permitindo avaliar a situação presente e futura da liquidez por cada tipo de actividades.

4.2.2 Abrangência

As informações que constam do Balanço Financeiro consolidam as seguintes entidades: Administração Central do Estado, incluindo as transferências do Governo Central para os Serviços e Fundos Autónomos, Poder Regional e Local, bem como as receitas e despesas consignadas nas diversas Direcções da Administração Central do Estado. Não obstante o princípio da universalidade e da unidade do orçamento, algumas receitas e despesas não constam do Balanço Financeiro. Estas referem-se as receitas e despesas próprias do Governo Regional e Local bem como dos Serviços e Fundos Autónomos arrecadadas e executadas directamente pelos mesmos.

4.2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

O Balanço Financeiro está apresentado em Dobras, que é a moeda funcional de São Tomé e Príncipe. Os valores foram arredondados para milhares de Dobras, excepto quando indicado de outra forma.

4.2.4 Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

O Balanço Financeiro foi aprovado pela Direcção de Contabilidade Pública para apresentação ao Tribunal de Contas (TC) no dia 05/01/2020, correspondente a data do encerramento do exercício económico 2018 no SAFE-e, considerando o esforço do Governo na entrega das CGE dos anos anteriores, com o objectivo de resgatar a boa prática de envio da CGE no ano seguinte.

4.2.5 Análise do Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Em conformidade com as informações da execução orçamental e financeira das receitas arrecadadas e despesas pagas através do SAFE-e, o Balanço Financeiro apresenta um total de ingressos de 2.259.027 milhares de Dobras, contra um total de desembolsos de 2.228.251 milhares de Dobras, tendo apurado no final do período um superávit no montante de 30.776 milhares de Dobras, contra um déficit de 142.906 milhares de Dobras observado ano transacto. O resultado obtido decorre do comportamento de transações ocorridas nos fluxos de caixa das três actividades conforme abaixo se referem:

- Conforme apresentado na Tabela 53, o apuramento de fluxo de caixa líquido das actividades operacionais atingiu um superávit de 8.611 milhares de Dobras, comparativamente ao déficit de 540.899 milhares de Dobras que foi observado no igual período do ano transacto.

Este superávit deve-se ao melhoramento do nível dos ingressos em 15,7% e consequentemente por uma diminuição das despesas correntes em 21,1% quando comparados com o ano transacto. Do lado dos ingressos, o aumento é justificado fundamentalmente pela variação homóloga positiva das Receitas Tributárias, as receitas dos Impostos e das Receitas Originárias, as receitas Patrimoniais.
Relativamente a receitas dos impostos, ressalta-se fundamentalmente, os impostos de importação ou imposto sobre comércio externo, de consumo e imposto sobre o património que ascenderam respectivamente em 25%; 15,7% e 8% em relação ao ano transato.

E sobre as receitas originárias, verificou-se um consideravél aumento no que toca a receita patrimonial na ordem dos 152,6% quando comparado com o ano transato. Estruturalmente, o imposto sobre a importação é o mais expressivo no universo dos impostos indirectos, tendo uma representatividade de mais de 45,8%, seguido de imposto sobre o consumo com cerca de 14,8%, e os impostos diversos em 5,7% na escala de relevância dos impostos, arrecadados e dos impostos directos ressalta-se os impostos sobre rendimentos de pessoas singulares(IRS), impostos sobre rendimentos de pessoas colectivas(IRC) e o imposto sobre o património que representam respectivamente 23,3; 9,2 e 1,2% da estrutura dos impostos arrecadados neste ano em análise.

Do lado dos desembolsos das actividades operacionais, registou-se um decréscimo de 363.793 milhares de Dobras, relativamente ao período homólogo do ano transacto, o que siginifica uma diminuição de 21,1% das despesas correntes que se deveu fundamentalmente a diminuições de despesas com pessoal e demais despesas correntes por função, despesas com juros e encargos da dívida e os subsídios e transferências correntes.

- Relativamente ao apuramento do fluxo de caixa líquido das actividades de investimento, constata-se, através da Tabela 54, que o mesmo registou um déficit de 69.533 milhares de Dobras, devido a uma diminuição acentuada dos ingressos relacionados com investimento na ordem dos 35,2% e também a nível dos desembolsos em 11,3%, contudo resultou que as

receitas de investimentos fossem insuficientes para fazer face a despesas de investimentos programados.

Esta diminuição das receitas de investimento se deveu principalmente a uma dimuição acentuada dos donativos em 35,1%.
Em contrapartida, é de realçar nos desembolsos de investimentos uma acentuada diminuição no que toca a despesas por pagar de investimentos-pagas ou despesas de capital de exercícios anteriores na ordem dos 66,3%, representando uma diminuição de 151.262 milhares de Dobras referente a esta rúbrica.

- No apuramento do fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento, os ingressos referem-se aos desembolsos de empréstimos para financiamento das acções inscritas no programa de investimentos públicos, bem como a transferência da conta nacional de petróleo offshore para financiamento do orçamento.
  Estes alcançaram o montante de 178.095 milhares de Dobras, 38,6% abaixo do apurado no ano transacto, influenciado fundamentalmente pela diminuição de operações de crédito (Financiamento externo) em 43,2% quando comparado com o ano transato.

Do lado dos desembolsos, esse item corresponde ao registo da amortização da dívida pública, tendo verificado o montante de 86.397 milhares de Dobras, cerca de 22,3% abaixo do registado no período homólogo do ano transacto.

Contudo, as receitas de financiamento foram superiores aos desembolsos, assim encerrou-se o ano com um fluxo de caixa líquido das operações de financiamento, um superávit no valor de 91.698 milhares de Dobras, equivalente a 48,7% abaixo do observado no exercício económico de 2017. Conclui-se ainda, que diante da operacionalidade dos fluxos, evidencia-se maior concentração de ingressos bem como de desembolsos no fluxo de actividades operacionais, demonstrando a capacidade na arrecadação das receitas internas pelo Estado, suficientes para cobrir os gastos operacionais da Administração Central do Estado incluindo a transferência deste para os Fundos e Serviços Autónomos, Poder Local e Regional.

Ano Fiscal de 2018

Perspectiva Social

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 5 : PERSPECTIVA SOCIAL

O enquadramento estratégico comprometido pelo XVII Governo, concentrou-se essencialmente nas Grandes Opções do Plano (GOP) do ano 2018 como um instrumento de planeamento de curto prazo ao abrigo do artigo nº 10 da Lei nº 6/2017 – Lei Base do Sistema Nacional de Planeamento publicada no D.R nº37 de 03 de Abril, no qual, a sua elaboração tem por base as lições tiradas da implementação das GOPs precedentes e articulada com a Agenda de Transformação 2030.

Tomando em evidência a relevância da coesão social como factor determinante para implementação da política de transformação e melhoria das condições de vida da população, identificou-se, dos múltiplos sectores de actuação do Governo a composição da perspectiva social as acções desenvolvidas nas **funções de Saúde, Educação, Segurança Social, Emprego, Segurança e Assistência Social e Cultura, Juventude e Desporto.**

Por outro lado, salvaguarda-se que as acções dessas áreas estejam em consonância com o documento que estabelece as Grandes Opções do Plano de Governo (GOP), congregadas em programas, medidas e acções orientadas para a implementação das directrizes e o alcance dos objectivos estratégicos definidos pelo Governo para o período 2015-2018, devidamente abrangida no "Eixo II- Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe" de modo a promover o crescimento económico gerador de emprego e redução da pobreza.

Assim, a perspectiva social refere-se a implementação das Grandes Opções do Plano (GOP), particularmente na execução de objectivos estratégicos no domínio social que salvaguarda o aceleramento e aprofundamento das reformas para melhorar significativamente o índice de desenvolvimento humano dos são-tomenses e fazer progressos substanciais para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No cômputo geral, o OGE do ano em apreço, integrou um conjunto de programas que convergiram nas diversas acções em cada sector que integram esta perspectiva social no montante de 849.032 milhares de Dobras, representam 75,7% da dotação final. Tais gastos representam 36,2% dos gastos totais do Orçamento do Estado.

Conforme descreve o Gráfico 22; ficou evidente que a fatia de gastos afectados a Perspectiva Social, cerca de 93,0% dos gastos foi destinada às áreas Saúde e Educação e Ciência.

Gráfico 22: Despesas na Área Social por Função
(em percentagem)

Fonte: DCP/MFCEA

A seguir são detalhados o balanço dos programas e as medidas de políticas implementadas através das GOP, bem como das acções executadas no âmbito do OGE que integram os sectores desta perspectiva e que concorreram a materialização dos documentos atrás referidos.

5.1 – SAÚDE

5.1.1 - Implementação das acções da GOP na área de Saúde

Sector considerado prioritário pelo Governo dada a sua importância no desenvolvimento do capital humano. As medidas de política priorizadas neste sector em 2018 visavam fortalecer a organização e gestão das infraestruturas de saúde, melhorar a gestão dos recursos humanos e o desempenho dos profissionais, assegurar a sustentabilidade financeira, elevar o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento, assegurando a harmonização efectiva entre os diferentes níveis no cuidados e os diversos sectores, incluindo o público e o privado. Neste contexto foram desenvolvidas acções no quadro do programa equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário.

O programa visa melhorar o acesso e a equidade dos serviços de cuidados de saúde, bem como o acesso e a utilização dos serviços tanto na componente preventiva como curativa, na qual foram evidenciados a realização das seguintes acções:

- Requalificação e apetrechamento do hospital e centros de saúde existentes
  - Concluídas as obras de reabilitação nos Centros de Saúde de Mé-Zóchi, Angolares, Posto Sanitário de Santo Amaro, Posto Comunitário de Monte Café, S. Cecília, Desejada e Madalena.
  - Foi concluído o Banco de Sangue de Caué e da Região Autónoma do Príncipe,
  - Apetrechamento do Laboratório de Tuberculose,
  - Requalificação da Maternidade do Hospital Dr. Ayres Menezes, do Centro de Saúde de Cantagalo em Água -Izé, e casa para os doentes de Celulite pós- Operatório.

- Melhoria da qualidade de serviços de atendimento e consequente redução do tempo de espera nos estabelecimentos hospitalares:

- Aquisição de 3 Viaturas e 26 Motorizadas,
- Aquisição de 45 tabletes para inquirimento para a cobertura vacinal.

- Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos.

- Foram adquiridos medicamentos e consumíveis para todo o serviço de saúde (HAM e áreas de saúde);
- Deu-se continuidade as acções de combate a doenças endémicas e não endémicas através do programa de luta conta o paludismo e tubérculos;
- Foram realizadas diversas campanhas de sensibilização para a mudança de comportamento e adopção de vida saudável.

5.1.2 Implementação das acções de Saúde no OGE

A função Saúde corresponde ao nível máximo de agregação das acções desenvolvidas para a consecução dos objectivos do governo que visa a melhoria do nível de saúde da população, assim como o conjunto de acções desenvolvidas no sentido de promoção, protecção, recuperação e reabilitação da saúde.

As despesas na função Saúde que constam no Orçamento Geral do Estado agregam as acções realizadas para a consecução dos objectivos do governo visando a melhoria do nível de saúde da população, contemplando um conjunto de acções desenvolvidas no sentido de promover, proteger, recuperar e reabilitar a saúde do cidadão.

Na área de Saúde, foi aprovado um pacote orçamental no montante de 375.203 milhares de Dobras, que evidenciou ao longo do ano económico em análise uma alteração orçamental positiva, em valores líquidos na ordem de 155.444 milhares Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulações, representando um aumento de 41,4% em relação a dotação inicial.
Os principais programas que tiveram aumentos e reduções de dotações iniciais ao longo do ano de 2018 estão representados na tabela 57.

Tabela 57: Principais Variações de Dotação na área de saúde
(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Construção, Reabilitação e Apetrechamento de Infra - estruturas de Saúde	28,4%
Gestão da Política de Saúde	29,5%
Saúde da Mulher e Materno Infantil	2440,8%
Saúde Reprodutiva	43,1%
Reduções	
Prevenção e Combate à HIV-SIDA e IST	-99,1%
Prevenção e Combate à Desnutrição	-25,8%
Cobertura Sanitária	-30,0%

Fonte: DCP/MFCEA

Durante o ano de 2018, os gastos na área de saúde foram de 380.640 milhares de Dobras, correspondendo ao grau de execução de 71,7% da dotação ajustada para o exercício em referência, conforme apresentado na tabela 58, e que representa 41,0% do total das despesas direccionadas ao sector social. A área em análise integra 6 (seis) subfunções, cujas realizações de despesas respondem os seus propósitos conforme abaixo se descreve:

Tabela 58: Execução das Despesas na área de Saúde
(em milhares de Dobras

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estruct.
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
SAÚDE	**375 203**	**530 647**	**380 640**	**380 640**	**366 263**	**71,7**	**100,0%**
ASSISTENCIA HOSPITALAR, AMBULATÓRIAL E BLOCO DE UR	**157 243**	**170 854**	**91 762**	**91 762**	**91 762**	53,7	24,1%
Construção, Reabilitação e Apetrechamento de Infra - estruturas de Saúde	49 445	63 485	29 599	29 599	29 599	46,6	7,8%
Assistência Médica e Medicamentosa no Sistema Único de Saúde	100 948	100 518	56 108	56 108	56 108	55,8	14,7%
Assistência Médica no Exterior	6 850	6 850	6 055	6 055	6 055	88,4	1,6%
SAÚDE PÚBLICA	**12 854**	**22 166**	**16 352**	**16 352**	**16 352**	**73,8**	**4,3%**
Prevenção e Combate à HIV-SIDA e IST	7 000	65	65	65	65	100,0	0,0%
Saúde da Mulher e Materno Infantil	620	15 753	15 133	15 133	15 133	96,1	4,0%
Saúde Reprodutiva	2 626	3 758	1 132	1 132	1 132	30,1	0,3%
Saúde Mental	2 607	2 590	22	22	22	0,8	0,0%
OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	**204 185**	**326 928**	**272 168**	**272 168**	**257 790**	**83,3**	**71,5%**
Gestão da Política de Saúde	204 185	264 383	209 624	209 624	195 246	79,3	55,1%
Luta Contra o Paludismo	0	62 544	62 544	62 544	62 544	100,0	16,4%
LIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	**26**	**19**	**11**	**11**	**11**	**58,8**	**0,0%**
Prevenção e Combate à Desnutrição	26	19	11	11	11	58,8	0,0%
VIGILÂNGIA EPIDEMIOLÓGICA	**500**	**10 404**	**266**	**266**	**266**	**2,6**	**0,1%**
Prevenção e Combate à Tuberculose	0	53	53	53	53	100,0	0,0%
Prevenção e Combate às Doenças Infantis Imuno- previníveis	500	213	213	213	213	100,0	0,1%
Vigilância Epidemológica	0	10 138	0	0	0	0,0	0,0%
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	**396**	**277**	**82**	**82**	**82**	**29,6**	**0,0%**
Cobertura Sanitária	396	277	82	82	82	29,6	0,0%

Fonte: DCP/MFCEA

a. Assistência Hospitalar, Ambulatória e Banco de Urgência

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio dos serviços de assistência hospitalar em geral. Classificam-se aqui todas as despesas com os serviços médicos prestados a população por hospitais, clínicas, bancos de urgência, ambulatórios, maternidades, médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogo e paramédicos, assim como os gastos do governo com serviços de saúde prestados à população por profissionais autónomos e instituições privadas. Incluem as despesas com o pessoal, com o alojamento e serviços para o pessoal e com equipamentos e medicamentos utilizados internamente nas instituições de saúde. Nesta subfunção foram gastos o montante de 91.762 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 53,7% da dotação final.

b. Saúde Pública

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio de serviços de saúde pública tais como: o funcionamento de bancos de sangue; serviços de diagnóstico de enfermidades; serviços de orientação, prevenção e controlo de doenças (como o câncer e as sexualmente transmissíveis); serviços de controlo da natalidade (colocação de dispositivos); aquisição de anti-retrovirais; orientações sobre a saúde da mulher, sobre a saúde infantil, etc.
Com frequência, estes serviços são prestados por grupos especiais não vinculados a um hospital ou clínica. É igualmente frequente que os serviços sejam prestados a grupos de pessoas que gozam de perfeita saúde, aos centros de saúde, locais de trabalho, escolas ou outros ambientes não médicos,

por pessoal médico ou não. Gastos de laboratório ligados a estes serviços e os de preparação e divulgação de informação sobre assuntos de saúde pública, também são aqui classificados. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 16.352 milhares de Dobras, que evidenciou ao longo do ano económico uma alteração orçamental negativa, mas representado um grau de execução de 73,8% da dotação final.

d. Alimentação e Nutrição

Compreende nas acções para a prevenção e combate a desnutrição ou seja, promover hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis para a população em geral, e em particular crianças, gestantes, lactantes, doentes crónicos; Garantir a prevenção e o tratamento dos distúrbios nutricionais; Reforçar as parcerias públicas, privadas e da sociedade civil nas temáticas transversais à nutrição, e as acções intersectoriais com vista à melhoria da situação nutricional; Reforçar o quadro institucional e legal para garantir a equidade no acesso aos serviços de nutrição à população; Reforçar o sistema de vigilância nutricional e a sua integração no Sistema Nacional de Informação Sanitária e de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesta subfunção foram gastos o montante de 11 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 58,8% da dotação final.

e. Vigilância Epidemiológica

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio de serviços de vigilância epidemiológica, em especial as acções do programa alargado de vacinação; da prevenção e combate às grandes endemias, como o sarampo, a poliomielite, a tuberculose, a febre-amarela, a tosse convulsa, a difteria e o tétano, assim como melhoria do nível de conhecimentos da população sobre as formas de prevenção dessas doenças. São aqui classificadas as despesas com as acções de prevenção e combate às grandes endemias, como a tuberculose, lepra, VIH/Sida, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DTS), malária e tripanossomíase humana, bem como a com a melhoria do nível de conhecimentos da população sobre formas de prevenção dessas doenças. Devem ser classificados nesta rubrica os gastos com as acções de vigilância pública sobre os meios possíveis de desenvolvimento de vectores de transmissão de doenças, na implementação da vigilância epidemiológica integrada e no combate a proliferação de larvas. Nesta subfunção foram gastos o montante de 266 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 2,6% da dotação final.

f. Vigilância Sanitária

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio de serviços de vigilância sanitária, em especial, as acções de melhoria das condições de higiene, da necessidade de manter a cidade limpa, as casas, as áreas desertas, os contentores de lixos, de forma a evitar meios adequados ao desenvolvimento de insectos e de microrganismos que transmitam doenças às populações. Para além das acções de combate nos portos, aeroportos e fronteiras aos transmissores de doenças, de forma a evitar a transmissão de doenças de origem externa ao território nacional às populações. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 82 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 29,6% da dotação final.

g. Outros Serviços de Saúde

Compreende as acções de administração geral dos assuntos de serviços de saúde que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções precedentes. São ainda objecto desta classificação as instituições que, directa ou indirectamente, prestam serviços a todo o sistema de saúde, para além das encarregues de recolher, compilar e difundir informações estatísticas; elaborar políticas gerais e preparar planos e orçamentos que visem melhorar e desenvolver os serviços de saúde prestados à população. Nesta subfunção foram gastos o montante de 272.168 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 83,3% da dotação final.

Ao procedermos a análise da composição do total dos gastos na área da saúde, conforme é apresentado no Gráfico 23 destaca-se maior concentração da execução das despesas nas subfunções "Outros Serviços de Saúde" e "Assistência Hospitalar, Ambulatória e Bloco de Urgência" representando respectivamente 71,5% e 24,1% do total executado. A representatividade dessas subfunções deve-se fundamentalmente a execução dos programas "Gestão da Política de Saúde" e "Luta contra Paludismo", na primeira e Assistência Médica Medicamentosa no Sistema Único de Saúde, da segunda. Saliente-se que a concentração das despesas na primeira subfunção é justificada pelo facto da mesma incorporar a totalidade das despesas com pessoal alocada na mesma.

Gráfico 23: Execução na área Saúde
(em percentagem)

Fonte:DCP/MFCEA

Relativamente a análise da execução do Orçamento na área da Saúde para o ano económico de 2018, sob a visão de acção governativa (Actividades e Projectos), verifica-se que, do total da despesa executada, 62,0% destinaram-se às Actividades, tendo o seu nível de execução situado em 90,7% da dotação ajustada e os outros 38,0% destinaram-se aos Projectos que apresentou uma realização de 91,7% da dotação final.

No âmbito das actividades, realça-se que "1001 - Despesas com Pessoal" e "2000 - Funcionamento e Manutenção das Unidades" foram as mais expressivas, representando 50,5% e 9,2% respectivamente do total executado na componente Saúde, atingindo por sua vez um grau de execução de 90,9% e

90,3% da dotação ajustada. Relativamente a execução dos projectos, os mais proeminentes são "4947 - Programa de Combate à Malária", "9965- Support to the STP CCM Reform Process, 2015-2017" e "1080 – Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde" e que atingiram na sua maioria uma realização de 17,1% ,7,7% e 6,8% da dotação ajustada.

A não mobilização integral de recursos previstos no OGE condicionou a não execução de 16 (dezasseis) acções previstas no orçamento inicialmente aprovado, cujo montante ascende 134.955 milhares de Dobras, sendo a destacar alguns como "1069- Construção de Centro de Saúde de Mé-Zochi", "1077-Saúde Reprodutiva e Saúde", "2340 - Assistência Infantil e Imunização", "2434- Luta Contra Paludismo", "3793- Aquisição de Medicamentos para Portadores de VIH/S IDA", "6046 - Melhoria do Sistema Nacional de Saúde", "2483-AssistênciaTécnica ao Sistema de Saúde" e "2538-Missão Médica Taiwanesa", ficando comprometido os resultados previstos com a materialização dos mesmos.

5.2 Educação e Formação

5.2.1 Implementação das acções da GOP na área da Educação e Formação

O Governo aspira uma Educação de qualidade para todos, como veículo de valorização do capital humano e da melhoria da participação no processo de desenvolvimento. As Grandes Opções do Plano 2018, do MECCC estruturou-se através das acções a serem desenvolvidas, que visavam responder aos objectivos traçados para o sector através da implementação das respectivas medidas e projectos a saber:

Programa 1: Melhoria do acesso, equidade e qualidade no sistema da educação e da formação

O programa visa garantir que todos os distritos tenham infraestruturas escolares do ensino Pré-escolar, Básico e Secundário, composto por: uma biblioteca, um refeitório, uma sala dos professores, Gabinetes de Direcção, um Gabinete de Gestão, um arquivo, sala de reunião, um gabinete médico, sala de exposição, secretaria, reprografia, auditório, salas de informática, espaço desportivo que substanciou-se na realização de:

- ✓ Construção, reabilitação, adaptação e equipamentos das escolas em todos níveis de ensino, (Básico, Pré- Escolar, Secundário, Ensino Especial)
    - Registou se a conclusão da obra de escola básica de Diogo Simão, e Continuação de Escola Básica de S. Marcos:
    - Foram construídos 2 jardins de infância, sendo 1 (um) na comunidade de Milagrosa e 1 (um) na comunidade de Bernardo Faro, contemplando 3 (Três) salas, 1 (uma) cozinha e 1 (uma) instalação sanitária para cada escola.
    - Concluiu-se no Distrito de Mé-Zóchi, na comunidade de Java foi concluído 6 salas de actividades, 2 (duas) cozinhas e 2 (duas) casas de banho e no Distrito de Cantagalo na Vila de Ribeira Afonso foi construído 5 (cinco) salas de actividades, 2 (duas) cozinhas e 2 (duas) instalações sanitárias.

- Procedeu-se a adaptação de um apartamento em Java para receber crianças com idade da Pré-escolar;

- Foi feita a ampliação das escolas de S. Fenícia e da Trindade, e procedeu-se compra dos respectivos apetrechamentos.

✓ Promover escolas amigas de crianças, educação de qualidade e um programa nacional adequado de alimentação escolar.

- Deu-se continuidade do processo da aprovação da última versão de Lei - Quadro da Pré-escolar, e a criação de um documento orientador que definirá os Padrões Mínimos de Qualidade das escolas em São Tomé e Príncipe, assim como a avaliação das escolas, Avaliação das Competências dos professores do Ensino Secundário, a Lei de Base do Sistema Educativo.

- Relativamente a alimentação escolar, dinamizada pelo PNASE, foram adquiridos utensílios para cantinas escolares para 47 estabelecimentos escolares nos Distritos de Caué e Mé-Zóchi. Realizou-se a recapacitação de 19 técnicos de 6 pólos distritais de S.Tomé.

✓ Promover a educação de jovens e adultos em articulação com as actividades geradoras de rendimento e inserir no mercado de emprego.

No âmbito do Projecto de alfabetização verificou-se o seguinte:

- 2.962 Jovens e adultos frequentaram as aulas de alfabetização em todos os Distritos e na RAP;

- Foram inseridas aulas de recuperação para 70 jovens e adultos que não tiveram aproveitamento na Pós Alfabetização e não tenham concluído ainda a 4.ª classe. Para jovens e adultos que frequentaram as aulas de recuperação implementou-se o Exame especial da 4.ª classe e 57 (cinquenta e sete) alunos concluíram com êxito a 4ª classe. Realizou-se ainda, 3 (três) acções de capacitação para alfabetizadores.

✓ Promoção do ensino especial

No quadro do projecto ensino especial foi:

- Referenciada e sinalizada 6 (seis) áreas de necessidades educativas especiais existentes no país, para um programa de formação de professores e educadores nas referidas áreas (comportamental; autismo; surdez; cegueira: Síndrome de Down e espectro do Autismo) que deverá decorrer no ISEC;

- Estão em curso procedimentos para adaptação de seis escolas básicas, um jardim-de-infância e uma Escola Secundária para garantir a acessibilidade para o início do ano lectivo;

- Apoio psicopedagógico directo as crianças com NEEs nas seguintes escolas: S. João; Oque-Del- Rei e D. Maria de Jesus;

- Elaborados e aplicados questionários nas delegações distritais de educação para o levantamento de informações sobre estas crianças nas escolas de forma a perceber as

necessidades relacionado com problemas visuais e motores para programar-se a avaliação das mesmas e as adaptações necessárias para acessibilidade de crianças cadeirantes;

- Elaborado o plano de formação para docentes em função das áreas identificadas e com maior predominância.

No quadro do programa Acelerar o Desempenho Educativo:

- Foi criado e regulamentado um gabinete de avaliação e acreditação educacional, capacitados 4 (quatro) técnicos desde gabinete e 10 (dez) de outras direcções pedagógicos de forma acompanhar todo o processo de avaliação a decorrer no âmbito do Ensino Básico.

- Foi introduzida a disciplina de empreendedorismo no 2º ciclo do ensino secundário, e no ensino técnico profissional, foram formados 22 (vinte dois) professores na área e criado um plano de estudo para cursos profissionais em vários domínios.

✓ Criação do Gabinete de acreditação, avaliação e inspecção do ensino superior, assim como o quadro legislativo e regulamentar do ensino superior:
- Aprovada a Lei 04/2017 que aprova o Regime Superior Jurídico das Instituições do Ensino Superior;
- Foi elaborada a proposta do decreto-lei que regula o acesso e ingresso ao ensino superior (submetida ao Gabinete do Ministro);
- Foi elaborada a proposta de decreto-lei que regula as bolsas de estudo interna e externa (submetida ao Gabinete do Ministro);

✓ Concernente a valorização e preservação da identidade histórica – Cultural.
Foi inventariado e digitalizado 25% do acervo de forma a colmatar o problema de degradação do Arquivo Histórico, realizaram-se exposições, simpósios (Fotográfico documentais, exposições virtuais) e palestras.

5.2.2 Implementação das acções de Educação e Formação no OGE

As despesas na área da "Educação e Formação" correspondem ao nível máximo de agregação das acções realizadas pelo Governo, para formar intelectual, moral, cívica e profissionalmente as pessoas, visando à preparação da população para o exercício consciente da cidadania e participação efectiva no processo de desenvolvimento económico e social do país. A função Educação caracteriza-se como uma comunicação organizada e sustentada com o objectivo de produzir aprendizagem. Como tal, podemos identificá-la dentro ou fora de um sistema escolar oficial ou de um regime institucional.

Esta função compreende a educação de todas as categorias de estudantes de todos os grupos de idades, inclusive a educação de adultos. São aqui classificados: as escolas e academias militares, cujos planos de estudo são análogos aos das instituições civis, mesmo que seja limitada a frequência do pessoal militar e suas famílias; a gestão e apoio aos serviços desportivos ou recreativos relacionados com a educação; os assuntos e serviços ligados à educação, como as dependências de programas dedicados a administrar, apoiar ou levar a cabo a investigação aplicada a métodos e objectivos pedagógicos, a elaboração de planos de estudos, etc.

Na área de Educação e Formação, foi aprovado um pacote orçamental no montante de 439.139 milhares de Dobras, que ao longo do ano sofreu um aumento de dotação, em valores líquidos na ordem de 36.394 milhares de Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulação. O aumento observado corresponde a um acrescimento de 8,3% em relação a dotação inicialmente aprovada, tendo uma a sua dotação final situado nos 476.532 milhares de Dobras. A Tabela 59 apresenta os principais programas que tiveram aumentos e reduções de dotações iniciais ao longo do ano de 2018.

Tabela 59: Principais Variações de Dotação na área de Educação e Formação
(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Desenvolvimento do Ensino de Garduação	44,6%
Aquisição de Livro e Material Escolar	85,3%
Gestão da Política de Educação	20,2%
Reduções	
Construção e Reabilitação de Escolas Pré-escolar	-72,8%
Construção e Reabilitação de Escolas Primárias	-67,5%
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-84,8%
Bolsas de Estudos	-43,2%

Fonte: DCP/MFCEA

Na área em análise, integram 8 (oito) subfunções de Governo, sendo todas elas correspondente a área de educação e formação, cuja realização de despesas durante o ano 2018 foi de 432.569 milhares de Dobras, representando um nível de execução de 91,0% da dotação final, conforme apresentado na Tabela 60, correspondendo a 52,0% das despesas executadas no sector social tendo respondido os seus propósitos, conforme abaixo se discrimina:

Tabela 60: Execução das Despesas na Área da Educação e Formação
(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018						
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Exec.	% Estruct.
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	**439 139**	**475 532**	**432 569**	**432 569**	**427 102**	**91,0**	**100,0%**
EDUCAÇÃO PRÉ_ESCOLAR	**10 347**	**3 252**	**1 402**	**1 402**	**1 402**	**43,1**	**0,3%**
Construção e Reabilitação de Escolas Pré-escolar	9 747	2 652	802	802	802	30,2	0,2%
Desenvolvimento do Ensino Pré-escolar	600	600	600	600	600	100,0	0,1%
ENSINO PRIMÁRIO	**10 144**	**4 369**	**900**	**900**	**900**	**20,6**	**0,2%**
Construção e Reabilitação de Escolas Pré-escolar	713	713	0	0	0	0,0	0,0%
Construção e Reabilitação de Escolas Primárias	8 296	2 696	0	0	0	0,0	0,0%
Desenvolvimento do Ensino Primário	1 135	960	900	900	900	93,7	0,2%
ENSINO SECUNDÁRIO	**47 423**	**35 226**	**30 242**	**30 242**	**30 242**	**85,9**	**7,0%**
Construção e Reabilitaçãode Escolas Secundárias	30 600	34 475	29 491	29 491	29 491	85,5	6,8%
Equipamento e Apetrechamentode Escolas Secundárias	11 823	751	751	751	751	100,0	0,2%
Desenvolvimento do Ensino Secundário	5 000	0	0	0	0	...	0,0%
ENSINO SUPERIOR	**16 016**	**23 158**	**19 250**	**19 250**	**19 250**	**83,1**	**4,5%**
Desenvolvimento do Ensino de Garduação	16 016	23 158	19 250	19 250	19 250	83,1	4,5%
ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL	**5 752**	**5 730**	**4 320**	**4 320**	**4 320**	**75,4**	**1,0%**
Desenvolvimento do Ensino Médio - Técnico	5 752	5 730	4 320	4 320	4 320	75,4	1,0%
EDUCAÇÃO DE ADULTOS	**2 140**	**2 116**	**1 758**	**1 758**	**1 758**	**83,1**	**0,4%**
Programa Nacional de Alfabetização	2 140	2 116	1 758	1 758	1 758	83,1	0,4%
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	**20 435**	**12 320**	**11 570**	**11 570**	**11 570**	**93,9**	**2,7%**
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20 435	3 113	2 363	2 363	2 363	75,9	0,5%
Inquéritos, Recenseamentos, Estudos e Pesquisas	-	9 207	9 207	9 207	9 207	100,0	2,1%
OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	**326 882**	**389 362**	**363 127**	**363 127**	**357 659**	**93,3**	**83,9%**
Bolsas de Estudos	30 848	17 518	17 518	17 518	17 518	100,0	4,0%
Merenda Escolar	2 948	115	92	92	92	80,1	0,0%
Aquisição de Livro e Material Escolar	590	1 094	1 094	1 094	1 094	100,0	0,3%
Gestão da Política de Educação	288 960	347 299	341 145	341 145	335 677	98,2	78,9%
Aquisição e Restauração de Carteiras Escolares	200	20 000	0	0	0	0,0	0,0%
Transporte Escolar	3 336	3 336	3 278	3 278	3 278	98,2	0,8%

Fonte: DCP/MFCEA

a. Ciência e Tecnologia

Compreende as acções realizadas pelo Governo, directa ou indirectamente, para o desenvolvimento, pesquisa e funcionamento das actividades de Ciência e Tecnologia, inclusive as despesas com o pessoal envolvido nesse sector. Deve-se aqui ser considerado os gastos com o apoio em forma de empréstimo, doação, subvenção ou subsídio às empresas que exploram os serviços de ciência e tecnologia. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 11.570 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 93,9% da dotação final.

b. Educação Pré-Escolar

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento, inspecção e apoio dos serviços de educação pré-escolar, que engloba os gastos com as Creches e Jardins Infantis. As creches compreendem as acções que objectivam atender as necessidades educacionais da população infantil, em sua primeira fase de vida, em regime normal ou de semi-internato, inclusive aquelas que contemplam em seus programas acções que visam proporcionar a educação da criança desde o seu nascimento até a idade da obrigatoriedade escolar. O ensino pré-primário compreende as acções desenvolvidas com o objectivo de preparar a criança menor de 6 (seis) anos para seu ingresso no ensino regular, ou seja, no ensino de base do 1.º nível. Nesta subfunção foram gastos o montante de 1.402 milhares Dobras, o que representa uma taxa de execução de 43,1% da dotação final.

c. Ensino Primário

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento, inspecção e apoio de escolas e instituições que se dedicam ao ensino primário. Estes sistemas abrangem as escolas de ensino de base do 1.º e 2.º nível. O ensino de base do 1.º nível caracteriza-se como um conjunto de acções que visam proporcionar o ensino da 1.ª a 4.ª classe, a formação da criança e do pré-adolescente, independentemente de sua aptidão física ou intelectual, com o objectivo de atender às necessidades educacionais da população na faixa de obrigatoriedade escolar. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 900 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 20,6 % da dotação final.

d. Ensino Secundário

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento, inspecção e apoio de escolas e instituições que se dedicam ao ensino secundário. Este ensino caracteriza-se por ser uma ampliação dos programas de ensino primário em conformidade com uma orientação mais temática que pode ser geral ou técnica. Os programas gerais preparam os estudantes para o ingresso nas universidades, enquanto os de orientação técnica oferecem qualificação e capacitação para que os estudantes possam empregar-se em esferas específicas. Classificam-se aqui o ensino de base do 3.º nível, o ensino médio e o pré-universitário. Nesta sub-função foram gastos o montante de 30.242 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 85,9% da dotação final.

e. Ensino Superior

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento, inspecção e apoio das universidades e outras instituições que prestam serviços de ensino terciário, isto é, do ensino que leva a um título universitário ou seu equivalente, a um título de pós-graduação (a incluir-se os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado) ou uma outra preparação profissional superior, como por exemplo, as especializações.

Este ensino caracteriza-se por uma ampliação dos conteúdos, motivados pela sequência do ensino secundário. Incluem-se também as bolsas de estudo, doações e empréstimos a estudantes que seguem estes programas. As bolsas de estudos podem ser concedidas para qualquer nível de ensino, embora seja mais comum no Ensino Superior. Assim, este tipo de despesa é classificado na subfunção "0499 - Outros Serviços de Educação". Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 19.250 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 83,1% da dotação final.

f. Ensino Técnico-Profissional

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento, inspecção e apoio dos serviços de ensino técnico-profissional. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 4.320 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 75,4% da dotação final.

g. Educação de Adultos

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento, inspecção e apoio dos serviços de educação de adultos, inclusive a alfabetização de adultos. Aqui também são classificados os programas de alfabetização para estudantes de idades superiores cuja aprendizagem corresponde à escola primária. Nesta subfunção foram gastos o montante de 1.758 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 83,1% da dotação final.

h. Outros Serviços de Educação

Compreende acções de administração geral dos assuntos dos serviços de educação que não estejam sujeitos a classificação em nenhuma das subfunções precedentes. Incluem-se aqui os programas dedicados a administrar, apoiar ou levar a cabo o ensino especial, a investigação aplicada de métodos e objectivos pedagógicos, a filosofia e história da educação, a teoria da aprendizagem, a elaboração de planos de estudos, apoio dos serviços de ensino em matéria de transportes, alimentos, alojamento, atenção médica e odontológica, bolsas de estudos e outros serviços que sirvam principalmente aos estudantes, seja qual for o seu nível, etc. Nesta subfunção foram gastos o montante de 363.127 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 93,3% da dotação final.

Gráfico 24: Estrutura das Despesas na área de Educação e Formação (em percentagem)

Fonte: DCP/MFCEA

Ao analisar a composição dos gastos na área da Educação e Formação como apresentado no Gráfico 24, observa-se que mais de metade (83,3%) das despesas executadas está concentrada na subfunção "*Outros Serviços de Educação*", impulsionado essencialmente pela execução dos programas "*Gestão da Política de Educação*"e "*Bolsas de Estudos*".

Procedendo a análise da execução orçamental das despesas na área da Educação e Formação, sob a visão de acção governativa (Actividades e Projectos), verifica-se que, do total da despesa executada, 89,9% (389.029 milhares de Dobras) destinaram-se às Actividades (despesas de funcionamento),

tendo o seu nível de execução situado em 98,3% da dotação ajustada, enquanto os projectos representam os restantes 10,1% (43.540 milhares de Dobras), com um nível de execução de 92,8% da sua dotação ajustada.

No âmbito das Actividades, as despesas mais expressivas foram "1001-Despesa com Pessoal", "2000-Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3840-Bolsas Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) representando 73,3%, 9,6% e 2,7% respectivamente do total executado nesta componente.

Relativamente a execução dos Projectos, destaca-se as de maior expressão, nomeadamente "5768-Construção de Liceu" e "6314- Conclusão de Infraestrutura no MECCC "que representam 2,9%, e 2,6%, do total executado ao nível dos projectos.

Igualmente em consequência da não mobilização integral de recursos previstos no orçamento 21 (vinte) Projectos num total de 87.561 milhares de Dobras, alguns como " 3180" – Projecto Escola +", "5772-Construção de Escola Sec/Básica Trindade", "5893 – Construção de Depósitos de Água nas Escolas Básicas", "3820-Aquisição de Móveis Escolares", "3835- Construção de Jardim de Infância de Mesquita", etc; não tiveram execução, apesar de possuírem dotação autorizada para o efeito, ficando comprometido os resultados previstos com a materialização dos mesmos.

5.3 Emprego, Segurança e Protecção Social

5.3.1 Implementação das acções da GOP na área de Emprego, Segurança e Protecção Social

A coesão social é um princípio incontornável para a construção de uma sociedade mais integrada e equilibrada na luta contra diminuição da pobreza. Porém ainda registam-se uma grande desigualdade social inibidora do exercício da cidadania por um lado, e por outro, com consequências críticas para o desenvolvimento do país, nomeadamente das crianças, dos jovens e, sobretudo dos idosos, não só, como a sobrevivência na participação social dos portadores de deficiência. Os Jovens e mulheres chefes de família engrossam a fila dos grupos mais vulneráveis sem alternativas de ocupação e oportunidades de emprego que lhes permitem a melhoria das condições de vida.

Os mecanismos actuais de protecção e segurança social não beneficiam de forma efectiva todos os santomenses em situação de risco e vulnerabilidade social, deixando de fora uma importante franja da população necessitada.

Assim sendo a implementação das GOP foram no sentido de obter medidas de políticas visando gerar emprego, proteger os grupos vulneráveis e consolidar as famílias que convergiram na realização dos seguintes programas.

Emprego e relações laborais

Neste domínio foram previstos dois programas que congregam medidas e acções realizadas no ano em análise:

- Promoção do Auto-emprego, emprego decente e empreendedorismo de mulheres e jovens

✓ Formação e capacitação de jovens empreendedores na área de gestão de negócios
Em termos de formação profissional foram ministradas cerca de 32 acções de formação em diferentes áreas com participação de mais de 400 beneficiados sobretudo para áreas como, Gestão de pequenos Negócios, Conservação e Transformação de Produtos, Acção Educativa, Comunicação e Atendimento nas Organizações, com o objectivo de dar aos Jovens oportunidades de se formarem, dando-lhes maior autonomia para o desenvolvimento das suas capacidades.

- Desenvolvimento do Sistema de Protecção e Segurança Social

Este programa visa a adopção de um conjunto de transferências de facilidades e serviços fundamentais às quais todos os cidadãos deverão ter o acesso, a uma protecção social que coloca tónica sobre os mais vulneráveis "pobreza extrema".

✓ Reforço de integração social dos grupos/famílias vulneráveis;
  - Foram realizadas transferências (pagamentos de subsídios) aos idosos e mães carenciadas referente ao ano em análise.
✓ Reforço de protecção aos grupos em situação de risco e/ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis);
✓ Apoio às pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.);

5.3.2 Implementação das acções na área de Emprego e Assuntos Sociais no OGE

As despesas da função *"Trabalho"* correspondem ao nível máximo de agregação das acções realizadas pelo Governo para assegurar as condições adequadas ao desempenho do trabalhador e as actividades laborais, a incluir a criação de postos de trabalho, o preparo e treinamento da população para o trabalho e todas as acções que visem preservar e melhorar as condições de trabalho das pessoas.

Por outro lado, as despesas com a função *"Segurança Social"* correspondem ao nível máximo de agregação das acções realizadas pelo governo para assegurar as condições adequadas de protecção ao trabalhador. Já a Assistência Social compreende as acções, de carácter social, desenvolvidas pelo governo com o objectivo de amparar e proteger as pessoas em geral, individual ou colectivamente, em especial as das classes mais carentes, com vista a obtenção do bem-estar da população. Os serviços de assistência social definem-se como a assistência que se presta a beneficiários em condições difíceis, com necessidades especiais, tais como crianças, jovens, velhos e incapacitados.

Na área de *"Emprego e Assuntos Sociais"* foi aprovado um pacote orçamental no montante de 72.899 de milhares de Dobras, que evidenciou ao longo do ano uma alteração orçamental negativa, em valores líquidos na ordem de 45.719 de milhares Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulações, representando uma diminuição de 62,7% em relação a dotação inicial. A Tabela 61 apresenta os principais programas que registaram variação nas suas respectivas dotações iniciais ao longo da execução orçamental em análise.

Tabela 61: Principais Variações de Dotação na Área de Emprego, Segurança e Assistência Social (em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Reduções	
Programa Humanitário	-63,8%
Promoção da Mulher, Bem-estar, Unidade e Coesão das Famílias	-51,0%
Gestão da Política de Trabalho e Emprego	-88,4%

Fonte: DCP/MFCEA

Durante o ano de 2018, os gastos na área de "*Emprego e Assuntos Sociais*" foram de 12.677 milhares de Dobras, correspondendo a um grau de execução de 54,0% da dotação ajustada para o exercício, conforme apresentado na Tabela 62, representando 4,9% das despesas da área social. Nessa área em análise, integram 3 (Três) subfunções do Governo, correspondentes à: 1) Assistência Comunitária, 2) Assistência ao Idoso e 3) Outros Serviços de trabalho e emprego, cuja realização de despesas responderam os seus propósitos conforme abaixo se descreve:

Tabela 62: Despesas da Função Emprego e Assuntos Sociais por Subfunção e Programa

(Em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018						
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Exec.	% Estruct.
EMPREGO, SEGURANÇA E ASSISTENCIA SOCIAL	**72 899**	**27 180**	**12 677**	**12 677**	**12 677**	**46,6**	**100,0%**
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	**70 351**	**25 864**	**12 581**	**12 581**	**12 581**	**48,6**	**99,2%**
Programa Humanitário	68 921	24 961	11 744	11 744	11 744	47,1	92,6%
Redução da Pobreza	550	550	550	550	550	100,0	4,3%
Situações de Intempérie e Calamidade Pública	280	280	235	235	235	84,0	1,9%
Promoção da Mulher, Bem-estar, Unidade e Coesão das Famílias	150	74	51	51	51	69,7	0,4%
Assitência Jurídica Integral e Gratuita	450	0	0	0	0	...	0,0%
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	**1 155**	**1 155**	**0**	**0**	**0**	**0,0**	**0,0%**
Assistência à Terceira Idade	1 155	1 155	0	0	0	0,0	0,0%
OUTROS SERVIÇOS DE TRABALHO	**1 393**	**161**	**96**	**96**	**96**	**59,7**	**0,8%**
Gestão da Política de Trabalho e Emprego	1 393	161	96	96	96	59,7	0,8%

Fonte: DCP/MFCEA

a. Assistência Comunitária

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio dos serviços de assistência social para estabelecer a igualdade de género, nomeadamente a contribuição para o alívio da pobreza e a redução dos níveis de violência contra a mulher; promover campanhas de prevenção de doenças femininas e de planeamento familiar; combater a mendicidade nas ruas; criar e reabilitar centros sociais integrados de ajuda comunitária; identificar possíveis beneficiários da assistência social (visitas domiciliares), a incluir o levantamento do histórico socioeconómico, da condição familiar, física e mental de forma a determinar se a pessoa tem direito a receber ajuda financeira, se deve ser encaminhada a um sítio adequado que a assessore ou oriente. Deve aqui também serem classificados os gastos com aquisição e armazenamento de alimentos, equipamentos e outros suprimentos para o uso em emergências, em casos de catástrofes naturais. Nesta subfunção foram gastos o montante de 12.581 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 48,6% da dotação final.

a. Assistência ao Idoso

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio dos serviços de assistência social para idosos prestados por instituições que proporcionam principalmente o alojamento. Compreende as acções de apoio ao idoso em regime institucional e na comunidade, inclusive com os suprimentos de residências, a incluir os idosos inválidos ou incapacitados. Classificam-se aqui todas as acções relativas ao auxílio directo ou indirecto do governo a essas pessoas tais como: o fornecimento de meios de subsistência; do alojamento em instituições públicas ou privadas; da reparação de seus lares ou apoio e implementação da autoconstrução dirigida. Nesta subfunção não foram evidenciados a realização de gastos.

b. Outros Serviços de Trabalho

Compreende as acções de gestão geral de assuntos de outros serviços de trabalho que não se classifiquem na subfunção anterior. São ainda objecto desta classificação as instituições responsáveis: de colectar, compilar e difundir informações estatísticas; elaborar políticas gerais e preparar planos e orçamentos que visem melhorar e desenvolver os serviços laborais. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 96 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 59,7% da dotação final.

Ao analisarmos a composição dos gastos na área do Emprego, Assistência e Segurança Social, observa-se que practicamente a totalidade das despesas executadas estão concentradas na subfunção "Assistência Comunitária" na ordem de 99,2%, impulsionado essencialmente pela execução dos programas "Programa Humanitário" e "Redução da Pobreza". A concentração e o nível de execução nas subfunções em análise devem-se fundamentalmente a execução do Projecto de Luta Contra Pobreza.

Gráfico 25: Despesas do sector Emprego e Assuntos Sociais (em percentagem)

Fonte: DCP/MFCEA

No que toca a análise da execução nas áreas de actuação do Governo relativo a Emprego, Assistência e Segurança Social, sob a perspectiva da acção governativa (Actividades e Projectos), verifica-se que do total despendido nesta área, 47,3% destinaram-se às Actividades (despesas de funcionamento), tendo o seu nível de execução situado em 94,0% da dotação ajustada, cabendo aos Projectos os restantes 52,7%, e que corresponde a uma realização de 39,0% da sua dotação ajustada.

No âmbito das Actividades, as despesas com "1012 - *Assistência Social aos Doentes em Portugal*" e "2000 - *Funcionamento e Manutenção da Unidade*", foram as mais expressivas, representando 41,2% e 3,1% respectivamente do total executado nesta área, atingindo por sua vez um grau de execução de 100% e 65,0% da dotação ajustada. Relativamente a execução dos Projectos, verifica-se as maiores contribuições dos projectos *"1086- Apoio a Integração Social dos Grupos mais Carenciados" e "1089 - Apoio às ONGs Parceria da Acção Social*" que correspondem a 42,6%, e 4,3%, respectivamente do total executado na área em análise, tendo atingido uma realização de 67,0% e 100%, das respectivas dotações finais.

Igualmente em consequência da não mobilização integral de recursos previstos no OGE, algumas acções, incluindo (Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas), no valor total de 8.277 milhares de Dobras, destacando-se *"2876 – Cozinha Social – Fornecimento de um Prato Quente/ dia aos Idosos Carenciados*" e "1087 – Protecção Social", "2532-Apoio a Ordem dos Advogados" e "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas" que apesar de possuírem dotação autorizada não conheceram a execução, ficando comprometido os resultados previstos com a materialização dos mesmos.

5.4 Cultura, Juventude e Desporto

5.4.1 Implementação das Acções da Cultura, Juventude e Desporto no GOP

A CULTURA é um elemento de coesão e de desenvolvimento nacional e, São Tomé e Príncipe possui um património histórico e cultural rico e diversificado que necessita ser conhecido, preservado e valorizado. Neste sentido, o Governo propôs adoptar programas e medidas de políticas que garantam a afirmação da identidade cultural e a preservação do património histórico e cultural de São Tomé e Príncipe.

Por outro lado, a JUVENTUDE constitui ainda uma fonte inesgotável de energia, de ideias, vitalidade, infinita imaginação e capacidade de acção, o que faz dela a maior e mais importante recurso humano para o desenvolvimento e factor determinante de mudanças sociais, desenvolvimento económico e progresso.

Já o DESPORTO é inquestionavelmente um elemento de coesão social e de integração, proporcionando uma melhor qualidade de vida e o reforço do auto -estima e o orgulho nacional. Neste domínio, o desafio é promover e efectivar políticas e acções que geram iniciativas desportivas individuais e colectivas, como poder-se-á analisar mais a frente através de diversos programas e medidas propostas.

Na conjuntura de impulsionar estes 3 domínios foram desenvolvidas as seguintes intervenções:

Cultura

Objectivo previsto para este domínio consistia em adoptar medidas de política que promovesse a garantia da afirmação da identidade cultural e a preservação do património histórico e cultural de São Tomé e Príncipe, Para o efeito foi concebido o **programa: valorização e preservação da identidade histórico-cultural de São Tomé e Príncipe**, com a finalidade de reforçar a identidade cultural de São Tomé e Príncipe, de forma a contribuir para a valorização da cultura. E neste âmbito, as acções desenvolvidas durante o período centraram-se fundamentalmente nas seguintes medidas:

- ✓ Resgatar os valores éctico-morais, através do reforço da identidade cultural nacional
    - Foi Lançado o Concurso Público para construção da Estátua do Rei Amador.
    - Realizadas exposições, simpósios (fotográfico - documentais, exposições virtuais) e palestras.
- ✓ **Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino.**
    - Promovido o Concurso Nacional de Carnaval tradicional "Tlundu", com participação de 9 grupos carnavalescos;
    - Comemorada algumas datas culturais, nomeadamente: 4 de Janeiro como o Dia do Rei Amador, 3 de Fevereiro como o Dia dos Heróis da Liberdade;
    - Elaboradas 2 propostas de Decreto (Decreto sobre o Fundo Nacional de Cultura e o Decreto sobre o Dia do Bokadu);
    - Promovida uma exposição museológica, no Liceu Nacional, realizaram-se palestras no Museu Nacional, com participação da juventude são-tomense;
    - Realizou-se um Sarau Cultural no Museu Nacional (poesia, comédia) para a dinamização do Museu Nacional;

Juventude

Sendo a juventude, uma parte importante da nossa população e pelas suas características, constitui um grupo especial que se confronta com inúmeros desafios, foi neste sentido que as medidas de política ao encontro da juventude basearam na implementação do **Programa: Promoção de desenvolvimento da juventude** que facilitou a integração da juventude em todos os sectores da vida nacional, permitindo-lhes uma maior participação no processo de desenvolvimento. Neste contexto foram realizadas as seguintes medidas:

- ✓ Promoção de actividades para a ocupação de tempos livre dos jovens
    - Foram realizadas várias actividades como sendo, culturais, lúdicas, lazer, bem como uma forte participação na formação e nas campanhas de sensibilização;

Desporto

O desporto como factor de coesão nacional e não só, reflecte carências (recursos materiais, humanos, financeiros, instalações) que constituíram a preocupação do Governo. Para colmatar a situação foi criado o programa Promoção do Desporto Jovem que visou promover a práctica de desporto nas mais distintas modalidades, como elemento promotor da saúde física, mental e psicológica, de um saudável espírito competitivo, de fomento do espírito de pertença nacional e de interiorização da práctica desportiva como contributo importante ao convívio. Nesse contexto, de acordo com as medidas fixadas no programa em 2018 foi realizada:

- ✓ Promoção da participação dos jovens nas actividades desportivas

5.4. 2 Implementação das Acções de Cultura, Juventude e Desporto no OGE

As despesas na função "*Cultura, Juventude e Desporto*" correspondem ao nível máximo de agregação das acções realizadas pelo Governo com o objectivo de atender a população com cultura, desporto, recreação e lazer.

Na área de "*Cultura, Juventude e Desporto*" foi aprovado um pacote orçamental no montante de 42.555 milhares de Dobras, que ao longo da execução sofreu alterações orçamentais, levando a um aumento, em valores líquidos na ordem de 12.324 milhares de Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulações, tendo correspondido a um aumento de 29,0% em relação a dotação inicial. A Tabela 63 apresenta os principais programas que tiveram aumentos e reduções de dotações ao longo da execução orçamental de 2018.

Tabela 63: Principais Variações de Dotação na área Cultura, Juventude e Desporto (em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Construção e Reabilitação de Infra-estruturas para Práticas Desportivas e Artístico- Culturais	18,0%
Desenvolvimento e Promoção do Desporto e da Juventude	97,8%
Reduções	
PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	-9,7%
OUTROS SERVIÇOS DE CULTURA E DESPORTO	-13,2%
Popularização das Efemérides Nacionais	-34,1%

Fonte: DCP/MFCEA

Ao longo do ano de 2018, os gastos na área de "*Cultura, Juventude e Desporto*" foram de 23.146 milhares de Dobras, correspondendo a um grau de execução de 42,2% da dotação ajustada para o exercício, conforme é apresentado na Tabela 64, representando 2,0% das despesas do sector social.

Tabela 64: Execução das Despesas na Área da Cultura, Juventude e Desporto
(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018						
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Exec.	% Estruct.
CULTURA, UVENTUDE E DESPORTO	**42 555**	**54 879**	**23 146**	**23 146**	**21 939**	**42,2**	**100,0%**
DIFUSÃO CULTURAL	**2 595**	**1 222**	**608**	**608**	**608**	**49,8**	**2,6%**
Popularização das Efemérides Nacionais	1 855	1 222	608	608	608	49,8	2,6%
Desenvolvimento e Promoção da Cultura Nacional	490	0	0	0	0	...	0,0%
Desenvolvimento e Promoção do Intercâmbio Cultural	250	0	0	0	0	...	0,0%
DESPORTO, JUVENTUDE E LAZER	**31 595**	**46 366**	**16 428**	**16 428**	**16 428**	**35,4**	**71,0%**
Construção e Reabilitação de Infra-estruturas para Práticas Desportivas e Artístico-	20 200	23 829	0	0	0	0,0	0,0%
Desenvolvimento e Promoção do Desporto e da Juventude	11 395	22 537	16 428	16 428	16 428	72,9	71,0%
PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	**811**	**732**	**418**	**418**	**418**	**57,0**	**1,8%**
Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	811	732	418	418	418	57,0	1,8%
OUTROS SERVIÇOS DE CULTURA E DESPORTO	**7 554**	**6 559**	**5 691**	**5 691**	**4 485**	**86,8**	**24,6%**
Gestão da Política de Cultura, Juventude e Desporto	7 554	6 559	5 691	5 691	4 485	86,8	24,6%

Fonte: DCP/MFCEA

Na área em análise, integram 4 (quatro) subfunções de Governo, sendo todas elas correspondentes a área de cultura, juventude e desporto, cuja realização de despesas responderam os seus propósitos conforme abaixo se descreve:

a. Difusão Cultural

Compreende as acções de administração, gestão, supervisão, apoio e regulamentação dos serviços de difusão cultural, a incluir os serviços de radiodifusão e de publicações, inclusive de revistas e livros. Diz respeito as direcções de programas dedicadas a elaboração e administração de regulamentações relativas a todos os aspectos da difusão cultural, do desenvolvimento e promoção da cultura nacional, do apoio à criação artístico-cultural auto -sustentável, do apoio ao desenvolvimento da literatura, das artes plásticas, do teatro, da dança, da música e canto, do cinema, etc. São registadas nessa categoria as despesas com a construção ou aquisição de equipamentos e materiais para a publicação e distribuição de jornais, revistas e livros; para a construção de instalação de televisões e rádios e para a produção de programas para esses meios de comunicações, assim como as despesas com a obtenção e difusão de notícias e informações. Devem ser aqui classificadas também as despesas com o apoio e a promoção de celebrações de datas nacionais, regionais e locais, desde que a sua finalidade não seja a atracção de turistas. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 608 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 49,8% da dotação final.

b. Desporto, Juventude e Lazer

Compreende as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio de serviços de desporto, juventude, recreação e lazer como a construção e reabilitação de infra -estruturas para prácticas desportivas (campos de futebol, pistas de atletismo, campos de golfe, ringues para Box, ginásio, piscinas de natação, etc.).

O desenvolvimento, promoção e apoio ao desporto nacional incluem ainda os gastos com equipas desportivas que representam o país, as regiões e as localidades em torneios desportivos e os gastos com entretenimento, formação e outros necessários para a actuação da equipa ou do desportista. Inclui também as subvenções a equipas profissionais e a competidores individuais. As instalações para

as actividades de recreação e lazer incluem parques, praças, sítios para acampar, lugares de alojamento, piscinas de natação e casas de banho público para a higiene pessoal. Nesta subfunção foram gastos o montante de 16.428 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 35,4% da dotação final.

c. Preservação do Património Histórico, Artístico e Cultural

Esta classificação abrange a administração, gestão, funcionamento e apoio de instalações para a conservação e preservação do património histórico nacional e para a práctica de actividades artísticas e culturais como bibliotecas, museus, galerias de arte, teatros, salões de exposição, monumentos, casas e lugares históricos, jardins zoológicos, parques botânicos e florestais, etc. Organização, funcionamento e apoio em geral de actividades culturais como concertos, produções teatrais e cinematográficas, exposições de artes, etc. Inclui ainda as doações e outros tipos de ajuda prestada a artistas, escritores, compositores e outras pessoas dedicadas às artes, bem como a ajuda prestada às organizações que promovem actividades culturais. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 418 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 57,0% da dotação final.

d. Outros Serviços de Cultura e Desporto

Compreende as acções de administração geral dos assuntos de serviços de cultura e desportos que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções precedentes. São ainda objecto desta classificação as instituições encarregues de recolher, compilar e difundir informações estatísticas; elaborar políticas gerais e preparar planos e orçamentos que visem melhorar e desenvolver os serviços de cultura e desporto prestados à população. Nesta subfunção foram gastos o montante de 5.691 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 86,8% da dotação final.

Ao analisarmos a composição dos gastos na área da Cultura, Juventude e Desporto, destaca-se uma maior concentração das despesas na subfunção "*Desporto, Juventude e Lazer*" na ordem de 71,0% do total executado nesta área, impulsionado essencialmente pela execução do programa "*Desenvolvimento e Promoção do Desporto e da Juventude*". Igualmente, realça-se a contribuição da subfunção "*Outros Serviços de Cultura e Desporto*" que representa 24,6% do total executado nesta área, devido exclusivamente a execução registada ao nível do programa "*Gestão de Política de Cultura e Desporto*".

Gráfico 26: Despesas do sector cultura, juventude e desporto
(em percentagem)

Fonte: DCP/MFCEA

Ao procedermos a análise da execução orçamental da área da Cultura, Juventude e Desporto, sob a visão de acção governativa (Actividades e Projectos), verifica-se que, do total executado, 72,5% destinaram-se se aos projectos (despesas de investimentos), tendo a sua execução ascendido a 16.786 milhares de Dobras, o que corresponde a 71,1% da sua dotação ajustada. Os restantes 27,5% foram canalizados para as Actividades (despesas de funcionamento) que apresentou uma realização de 6.353 milhares de Dobras, representando 85,5% da respectiva dotação final.

No âmbito das actividades, as *despesas com pessoal* e com o *funcionamento e manutenção das unidades* foram as mais expressivas, representando 14,3% e 10,6% respectivamente do total executado nesta área, atingindo por sua vez um grau de execução de 90,7% e 81,2% da dotação ajustada.

Relativamente a execução dos projectos, destaca-se as maiores contribuições na execução do projecto "6254 – *Realização 11º Jogos Desportivos da CPLP*", que representa respectivamente 64,2% do total aplicado em Cultura, Juventude e Desporto, tendo o seu nível de execução, relativamente a dotação corrigida situado em 72,0%. Igualmente em consequência da não mobilização integral de recursos previstos no OGE, algumas acções num total de 21.665 milhares de Dobras, apesar de possuírem dotação autorizada não tiveram execução, ficando comprometido os resultados previstos com a materialização do mesmo.

Ano Fiscal de 2018

Principais Ações por Sector do Governo

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 6 : PRINCIPAIS ACÇÕES POR SECTOR DE GOVERNO

O enquadramento estratégico comprometido pelo XVII Governo, concentrou-se essencialmente nas Grandes Opções do Plano (GOP) do ano 2018, sendo um instrumento de planeamento de curto prazo ao abrigo do artigo nº 10 da Lei nº6/2017- Lei Base do Sistema Nacional de Planeamento publicada no D.R nº37 de 03 de Abril, no qual, a sua elaboração tem por base as lições tiradas da implementação das GOPs precedentes e articulada com Agenda de Transformação 2030.

Por conseguinte, a Lei Base do Sistema Nacional de Planeamento (SNP) definiu no artigo nº8 o Plano Nacional de Desenvolvimento como o plano de mais alto grau hierárquico designada a terceira geração da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) da RDSTP para um período de 2017 – 2021, com o objectivo de*: 1) melhorar a exploração do potencial de desenvolvimento do país, 2) acelerar o crescimento económico e reforçar a integração na economia regional e global, 3) acelerar e aprofundar reformas para melhorar significativamente o desenvolvimento humano dos são-tomenses e fazer progressos substanciais para a consecução do ODS, 4) melhorar a capacidade de gestão estratégica de desenvolvimento nacional, fortalecer boa governação e a democracia, 5) desenvolver infra-estruturas económicas e sociais – infra-estruturas de redes de energia, transportes, água e saneamento, telecomunicações e das TIC, 6) preservar o ambiente e melhoria de gestão da terra*. Entretanto no ano em análise o referido plano não foi implementado, o que impede a presente CGE tecer os resultados alcançados a este nível.

As Grandes Opções do Plano para 2018 que inscreveu-se na estratégia de desenvolvimento económico e social, definida no quadro do Programa de Governação do XVII Governo Constitucional e alinhadas aos engajamentos assumidos pelo Estado São-tomense a nível internacional, estruturando em programas, medidas e acções orientadas para a implementação das directrizes e o alcance dos objectivos estratégicos definidos pelo Governo para o período 2015-2018, torna-se o palco das principais acções desenvolvidas por sector do Governo conforme o relatório produzido pela Direcção Nacional do Planeamento.

Nesta óptica, a implementação das Grandes Opções do Plano (GOP) centralizou na execução de cinco objectivos estratégicos, associados a cinco domínios de desenvolvimento, nomeadamente:

- Domínio económico - Melhorar a exploração do potencial de desenvolvimento do país, acelerar o crescimento económico e reforçar a integração na economia regional e global;
- Domínio social - Acelerar e aprofundar reformas para melhorar significativamente o índice de desenvolvimento humano dos são-tomenses e fazer progressos substanciais para a consecução do ODS;
- Domínio institucional/governança - Melhorar a capacidade de gestão estratégica de desenvolvimento nacional, fortalecer a boa governação e a democracia;
- Domínio de infraestruturas - Desenvolver as infraestruturas económicas e sociais - infra-estruturas de redes de energia, transportes, água e saneamento, promoção de desenvolvimento das telecomunicações e das TIC;

- **Domínio do ambiente** - Melhorar a gestão da terra e a preservação do ambiente.

O principal resultado alcançado pelo país no ano 2018 com a ajuda dos parceiros de desenvolvimento foi o cumprimento de programas inscritos em cada eixo estratégico tais como:

Eixo I - Aposta no Crescimento Económico Gerador do Emprego

- Reforçar a Gestão das Finanças Públicas:
- Investir na Modernização de Infraestruturas Económicas e Sociais;
- Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza;
- Assegurar uma Melhor Gestão do Território e do Meio Ambiente.

Eixo II – Aposta na Coesão Social e na Credibilidade Externa de S.Tomé e Príncipe:

- Valorização do capital humano e reforço a boa governação;
- Apoio a juventude, consolidação de grupos de família e protecção dos vulneráveis;
- Promover a Cultura Nacional, o Desporto e a Inclusão da Diáspora;
- Reforçar o poder local e criar polos de desenvolvimento.

Estes pontos conduziram a prioridade de intervenção assentados fundamentalmente nas áreas de infraestruturas, com destaque para as infraestruturas de transportes; captação e distribuição de água às populações; melhoria na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica às populações; reforço e melhoria da produção de culturas tanto de exportação como alimentares, que se enquadraram no Programa de Investimento Público (PIP) inserido no Orçamento Geral do Estado (OGE) do ano 2018.

Integram neste capítulo as acções desenvolvidas nas seguintes áreas: i) Legislativo e Judiciário, ii) Defesa e Segurança Pública, iii) Política Externa, iv) Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, v) Infraestrutura e Recursos Naturais, vi) Indústria, Mineração, Comércio e Serviços, e vii) Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais, referente ao ano económico 2018.

Por outro lado, as áreas aqui elencadas enquadram-se na classificação das despesas por função conforme o Decreto n.º 4/2007 (Classificador Orçamental), com particular segregação da função Serviços Públicos Gerais nas subfunções Acção Legislativa e Acção Judiciária; Política Externa (Relações Exteriores).

As áreas de serviços económicos, financeiros e dos serviços públicos gerais enquadram-se nas funções Outros Serviços Económicos, Encargos Financeiros e nas subfunções Administração Geral da Acção Executiva, Comunicação Social e Outros Serviços Públicos Gerais. Por conseguinte, o balanço das acções implementadas no ano 2018 foi evidenciado exclusivamente através do relatório da Implementação das Grandes Opções do Plano (GOP), produzido pela Direcção Geral do Planeamento.

O total das despesas executadas pelo Governo nas áreas que integram o presente capítulo ascende 1.496,3 milhares de Dobras, o que corresponde a 68,3% da dotação final e 63,7% do total do orçamento executado no ano em apreço.

Conforme apresentado no Gráfico 27, observa-se maior concentração das despesas nas áreas de Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais, seguido de Defesa e Segurança e Pública, Infraestruturas e Recursos Naturais, e Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, representando no conjunto 87,6% do executado nas principais acções por sector do Governo.

Gráfico 27: Estrutura das Despesas na Perspectiva das Acções por Sector do Governo

(em percentagem)

Fonte:DCP/MECA

A seguir detalha-se a implementação das acções em cada um dos sectores, tendo em consideração a implementação dos programas e medidas inscritas nas Grandes Opções do Plano, no Plano Nacional de Desenvolvimento e as acções executadas no âmbito do Orçamento Geral do Estado.

6.1 Legislativo e Judiciário

6.1.1. Implementação das Acções das GOP na área Legislativa e Judiciário

Ao nível nacional o sistema Legislativo e Judiciário persevera representar um desafio segundo Grandes Opções do Plano (GOP) 2018, visando destacar o interesse na qualidade dos serviços prestados, falta de meios, fragilidade dos mecanismos de controlo internos da avaliação, que condicionam a qualidade dos serviços prestados e a confiança dos cidadãos nas instituições da justiça.

Neste contexto foram propostos 3 (três) programas no GOP nomeadamente:

- Credibilização e melhoria da acessibilidade da justiça;
- Prevenção e combate a delinquência e criminalidade;
- Promoção dos direitos humanos, cidadania e protecção dos menores.

Apesar do relatório do GOP/2018 não evidenciar informações relativo ao nível de implementação dos programas acima referidos, torna-se essencial evidenciar as propostas das medidas/acções que dentre mais resultariam na:

- Formação e capacitação dos Magistrados, agentes e funcionários da justiça;
- Criação de um serviço de Inspecção;
- Reforma legislativa e actualização dos diplomas;
- Adopção os mecanismos legais de resolução de conflitos extrajudicial;
- Criação da Direcção de Política da Justiça e Direcção da Administração da Justiça;
- Criação de um Gabinete de Informação e Assistência Jurídica;
- Descentralização e criação de secções especializadas;
- Criação do Tribunal de Relação.

Na vertente de prevenção e combate á delinquência e a criminalidade:

- Criar e implementar programas de inserção social dos reclusos;
- Reforço da capacidade Institucional do Centro de Apoio Contra Violência Doméstica;
- Construção e apetrecho de um Centro de Acolhimento das Mulheres Vítimas de Violência;
- Prossecução da campanha nacional de combate a droga;
- Elaboração do plano estratégico nacional de combate ao tráfico e consumo de droga.

No quadro de Promoção dos Direitos Humanos, Cidadania e Protecção dos Menores:

- Criação e institucionalização da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;
- Implementação de política nacional de protecção de menores;
- Transposição para o direito interno das normas constantes das Convenções Internacionais ratificadas pelo país;
- Adesão, ratificação e implementação das convenções internacionais sobre direitos humanos, combate e prevenção a criminalidade, informação e sensibilização sobre a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

6.1.2 Execução das Acções da área Legislativo e Judiciário no OGE

As acções legislativas e judiciárias enquadram-se como subfunções da função Serviços Públicos Gerais considerando a relevância das mesmas na esfera da política governativa, considerando a análise de execução de modo particular, a fim de evidenciar as acções projectadas e ocorridas durante o ano 2018.

As despesas alocadas no OGE nas subfunções do poder Legislativo e Judiciário incorporam as acções realizadas pelo Governo, que compreendem as acções de carácter público, exercidas continuamente, que garantam o apoio necessário à execução dos serviços a serem colocados à disposição da população, e que não podem deixar-se a cargo de particulares ou de empresas. Inclui os serviços dos órgãos dos três Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) assim como a gestão de todo o serviço indispensável a manter o Estado organizado em funcionamento.

Por conseguinte foi aprovado para esta área um pacote orçamental no montante de 157.939 milhares de Dobras, que evidenciou ao longo da execução uma alteração orçamental, de natureza adicional em valores líquidos na ordem de menos 16.019 milhares de Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulações, representando uma diminuição de 10,1% em relação a dotação inicial. Os programas que sofreram alteração da sua dotação inicial estão apresentados na Tabela 65.

Tabela 65: Principais Variações de Dotação na área Legislativa e Judiciária

(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Actuação Legislativa da Assembleia Nacional	0,6
Reduções	
Prestação Jurisdicional	-17

Fonte: DCP/MPFEA

Os gastos na área Legislativa e Judiciária foram de 119.804 milhares de Dobras alcançando um grau de execução de 85,7% da dotação ajustada, conforme apresentado na Tabela 66, inteirando as despesas que responderam os propósitos conforme abaixo se descreve:

Tabela 66: Execução das Despesas na área Legislativa e Judiciária

(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estr.
	Dotação Inicial	Dotação Ajustada	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidada	Despesas Pagas		
LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO	**157 939**	**141 920**	**121 668**	**121 668**	**119 804**	**85,7**	**100,0**
ACÇÃO LEGISLATIVA	**63 130**	**63 506**	**58 182**	**58 182**	**56 982**	**91,6**	**47,8**
Actuação Legislativa da Assembleia Nacional	63 130	63 506	58 182	58 182	56 982	91,6	47,8
ACÇÃO JUDICIÁRIA	**94 809**	**78 415**	**63 486**	**63 486**	**62 822**	**81,0**	**52,2**
Prestação Jurisdicional	94 809	78 415	63 486	63 486	62 822	81,0	52,2

Fonte: DCP/MFCEA

a. Acção Legislativa

Designam as acções da Assembleia Nacional e do Tribunal de Contas para a realização de suas atribuições (obtenção de emendas constitucionais, leis complementares à constituição, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções, para além das acções de controlo externo), inclusive as despesas com o pessoal em geral, como os vencimentos e vantagens dos Deputados, Assessores e do pessoal do Tribunal de Contas. O montante gasto nesta subfunção foi de 58.182 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 91,6% da dotação final.

b. Acção Judiciária

Enquadram-se nesta subfunção as acções dos órgãos judiciários, em qualquer nível de Governo para a realização de suas atribuições, em especial as acções realizadas pelo Supremo Tribunal, inclusive as despesas com o pessoal em geral. Esta subfunção alcançou uma realização no montante de 63.486 milhares de Dobras, o equivalente a 81,0% da dotação final.

Na análise da composição dos gastos da área em análise, verifica-se que a *Acção Judiciária* teve uma maior absorção de recursos, considerando que, cerca de 52,4% (conforme o gráfico abaixo), do total realizado foram afectos ao programa *Prestação Jurisdicional*, onde circunscreveram os encargos relativos às *Transferências correntes para o funcionamento dos Tribunais Judiciais* e do *Tribunal de Contas* contra 47,6% absorvido pela *Acção Legislativa* no quadro do programa *Actuação Legislativa da Assembleia Nacional* que, comportou as *Transferências Correntes para o funcionamento da Assembleia Nacional*.

Gráfico 28: Estrutura das despesas na área Legislativa e Judiciária
(em percentagem)

Fonte: DCP/MPFEA

Por outro lado, ao procedermos a análise da execução nas áreas de actuação relativas a Acção Legislativa e Acção Judiciária, por Acção Governativa designada de Actividades ou Projectos, observando-se que 88,7% do total executado destinaram-se às Actividades e os restantes 11,1% destinaram-se aos Projectos. No âmbito das Actividades registou-se uma execução de 108.108 milhares de Dobras, correspondente a 99,9% da dotação final, sendo que as actividades *"2417- Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "3178 - Transferência para o Funcionamento dos Tribunais" e "1114- Transferência para o Funcionamento do Tribunal de Contas"* foram mais

expressivas representando 38,5%, 21,6%, 10,4%, respectivamente do total executado nesta área de actuação.

Relativamente a execução do projecto verifica-se uma realização de 13.560 milhares de Dobras o que corresponde a uma taxa de realização de 42,7% da execução final, destacando-se a contribuição da execução dos projectos *"2418-Transferência de Capital para Assembleia Nacional (4,1%)"*, *"4824-Construção/Aquisição de um Edifício (3,7 %)"* e *"3152- Apoio Institucional á Boa Governação (2,4 %)".*

Entretanto, dada a falta de mobilização integral de recursos previstos no OGE, sobretudo os provenientes das privatizações de empresas, três (3) acções no total de 5.500 milhares de Dobras, destacando-se entre eles *"4997 - Aquisição de Viaturas Celular"e "5757 - Construção e Apetrecho de um Centro de Acolhimento as Mulheres e Crianças em Situação Vulnerável " e "5804 – Apoio Institucional à Assembleia Regional";* não foram executados, apesar de possuírem dotação autorizada para o efeito, fincando comprometido com o resultado previstos com materialização dos mesmos.

6.2 Defesa e Segurança Pública

6.2.1 Implementação das acções da GOP na área da Defesa e Segurança Pública

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP) do ano 2018 tomou em conta vários aspectos de forma a favorecer o sector da Defesa e do Mar uma maior dinâmica administrativa e institucional para os próximos desafios quer a nível nacional como internacional, seja regional ou sub-regional, convergindo para um padrão instituicional independente, coesa ou capaz de garantir a defesa nacional.

i. Defesa

As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP) têm um papel fundamental na garantia da defesa e segurança do Territorial Nacional face aos novos desafios que a globalização impõe as pequenas nações insulares. Neste sentido, o Governo prevê continuar a implementar acções de fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional e em paralelo continua a participar activamente nos projectos e programas inter-regional de coordenação para combate a pirataria marítima no Golfo da Guiné, contribuindo assim para a preservação da soberania e segurança nacional.

ii. Ordem Interna

A segurança e a protecção de pessoas e bens e a garantia da estabilidade social de forma a promover a segurança pública para a melhoria da capacidade de pessoal, infra-estrutura e equipamentos da PN e dos Serviços de Segurança foram programados as seguintes medidas/acções:

- Formação dos quadros ao nível interno e externo;
- Promoção do ensino de línguas;
- Dotar os serviços de meios rolantes e materiais;
- Aquisição de fardamentos e equipamentos;
- Reabilitação de S. Miguel e S. Nicolau;
- Reforço da capacidade de patrulhamento e operações de busca e salvamento;

- Ampliação e reabilitação da enfermaria Militar;
- Reforço da capacidade dos serviços de fiscalização das praias; e
- Acções de patrulhas de longo curso.

6.2.2 Execução das Acções da Função de Defesa e Segurança Pública no OGE

As despesas na função "*Defesa Nacional*" agrupam as acções desenvolvidas para a garantia da defesa nacional, relacionadas com a preservação da defesa territorial, com o emprego de meios disponíveis pelas Forças Armadas São-tomenses e pela defesa civil, que visem preservar a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança da população contra qualquer agressão ou ameaça externa. Por conseguinte na função "*Segurança Interna e Ordem Pública*" agregam as acções realizadas pelo Governo para garantir e manter a segurança e a ordem pública no território nacional.

Tabela 67: Principais variações de Dotação na área da Defesa Pública

(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Cooperação, Manobras e Operações Militares	2,2
Gestão da Política de Defesa	8,4
Reduções	
Prevenção e Combate a Delinquência e a Criminalidade	-27,7
Manutenção do Sistema Prisional	-14,1
Modernização e Adequação das Forças Armadas	-19,9

Fonte: DCP/MPFEA

Na área de Defesa e Segurança Pública, foi aprovado um pacote orçamental no montante de 209.590 milhares de Dobras, no decorrer da execução orçamental sofreu uma alteração orçamental evidenciando o um aumento de dotação, em valores líquidos na ordem de 6.427 milhares de Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulações, representando um acréscimo de 3,1% em relação a dotação inicial. A Tabela 67 apresenta os principais programas que tiveram aumentos e reduções de dotações iniciais ao longo do ano em análise.

Durante o ano de 2018, os gastos na área de Defesa e Segurança Pública foram de 203.588 milhares de Dobras, correspondendo a um grau de execução 94,2% da dotação ajustada para o exercício em análise e, representa 13,6% do total executado nas principais acções por sector do Governo. A informação de execução da área em análise, integra 7 (sete) subfunções de Governo, sendo três na área de Defesa Nacional e quatro na área de Segurança Pública, conforme apresentado na Tabela 68, e cuja realização de despesas responderam os seus propósitos conforme abaixo se descreve:

Tabela 68: Execução de Despesas na área da Defesa e Segurança Pública

(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018						% Exec.	% Estr.
	Dotação	Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment	Despesas Liquidad	Despesas Pagas		
DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA		**209 590**	**216 017**	**203 588**	**203 588**	**202 466**	**94,2**	**100,0**
DEFESA MILITAR		**13 395**	**10 933**	**10 205**	**10 205**	**10 205**	**93,3**	**5,0**
Informação, Contra - Informação e Inteligência Militar		1 000	1 000	557	557	557	55,7	0,3
Modernização e Adequação das Forças Armadas		12 395	9 933	9 648	9 648	9 648	97,1	4,7
INVESTIGAÇÃO E EXPERIMENTOS MILITARES		**2 110**	**2 156**	**2 090**	**2 090**	**2 090**	**96,9**	**1,0**
Cooperação, Manobras e Operações Militares		2 110	2 156	2 090	2 090	2 090	96,9	1,0
OUTROS SERVIÇOS DE DEFESA		**142 533**	**154 538**	**144 798**	**144 798**	**144 797**	**93,7**	**71,1**
Gestão da Política de Defesa		142 533	154 538	144 798	144 798	144 797	93,7	71,1
PROTECÇÃO POLICIAL E CONTRA INCÊNDIOS		**3 600**	**3 280**	**3 114**	**3 114**	**3 114**	**94,9**	**1,5**
Prevenção e Combate a Delinquência e a Criminalidade		725	524	440	440	440	83,9	0,2
Prevenção e Combate a Incêndios		2 875	2 756	2 674	2 674	2 674	97,0	1,3
INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA		**1 707**	**1 608**	**1 427**	**1 427**	**1 427**	**88,8**	**0,7**
Informação e Contra Informação Interna		1 707	1 608	1 427	1 427	1 427	88,8	0,7
ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO PENITENCIÁRIA		**242**	**208**	**96**	**96**	**96**	**46,0**	**0,0**
Manutenção do Sistema Prisional		242	208	96	96	96	46,0	0,0
OUTROS SERVIÇOS DE SEGURANÇA INTERNA E ORDEM PÚBLICA		**46 003**	**43 294**	**41 858**	**41 858**	**40 737**	**96,7**	**20,6**
Gestão da Política Segurança Interna e Ordem Pública		46 003	43 294	41 858	41 858	40 737	96,7	20,6

Fonte: DCP/MFCEA

a. Defesa Militar

Corresponde as acções de administração, supervisão e gestão dos assuntos desenvolvidos pelas Forças Armadas São-tomenses, pelos antigos combatentes e/ou veteranos de guerra, pelas forças de reserva e auxiliares, vinculados ao sistema de defesa como garantia da defesa nacional. São aqui classificadas as despesas relacionadas com o equipamento do pessoal militar, estruturas militares e as com o pessoal militar. Não se classificam nessa rubrica: a administração das escolas e academias militar (que deve ser classificada nas subfunções da função Educação); a administração e gestão dos hospitais militares (que deve ser classificada nas subfunções da função Saúde); e os planos de pensões do pessoal militar (que deve ser classificada nas subfunções da função Segurança e Assistência Social). Entretanto, devem ser consideradas nesta rubrica a administração e a gestão dos hospitais de campanha, caso existam. Nesta subfunção foram gastos o montante de 10.205 milhares de Dobras, o que representa uma taxa de execução de 93,3% da dotação final.

b. Investigação e Experimentos Militares

Compreende as acções de administração e apoio à investigação e ao desenvolvimento experimental relacionado com as forças armadas. Investigação para o melhoramento e desenvolvimento de novo equipamento, aperfeiçoamento da táctica e das estratégias, e outros tipos de investigação e desenvolvimento experimental, relacionado com a defesa. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 2.090 milhares de Dobras, o que afigura um grau de execução de 96,9% da dotação final.

c. Outros Serviços de Defesa

Entende as acções de administração, gestão e apoio aos assuntos de defesa não encaixilháveis em nenhum dos grupos anteriores. Incluem-se aqui os Gabinetes e Direcções de programas que prestam serviços a todo o sistema de defesa, que se dedicam à difusão da informação, compilação estatística, elaboração orçamental, dentre outras actividades. O montante referente a esta subfunção atingiu o valor de 144.798 milhares de Dobras, o que corresponde a 93,7% da dotação final.

d. Protecção Policial e Contra Incêndios

Corresponde as acções de administração, supervisão e gestão dos assuntos desenvolvidos pela polícia e pelos sectores responsáveis pelo combate e prevenção de incêndios. São aqui classificadas as despesas com o pessoal e as relacionadas com os serviços de polícia, tais como: a regulação do tráfico; o registo de estrangeiros; a gestão dos laboratórios policial; a manutenção da ordem pública e da segurança dos cidadãos; a manutenção dos registos de detenções; as estatísticas relativas ao trabalho policial; o aprovisionamento de equipamentos e materiais para o serviço de polícia, incluindo os veículos, aeronaves e embarcações; o controlo e fiscalização da pesca oceânica; e a instrução do pessoal da polícia. As academias que administrem ensino geral para além da formação policial devem ser classificadas nas subfunções de Educação. São também aqui classificadas as despesas relacionadas com o combate e a prevenção de incêndios, tais como as brigadas de bombeiros e auxiliares pertencentes ao Estado, assim como as despesas com o pessoal do sector. As forças especiais treinadas para o combate de incêndios florestais ou sua prevenção devem ser classificadas nas subfunções de Ambiente. A execução das despesas de Protecção Policial e Contra Incêndios alcançou o montante de 3.114 milhares de Dobras, o equivalente a 94,9% da dotação ajustada.

e. Informação e Inteligência

São acções de administração, supervisão e gestão dos assuntos desenvolvidos pelos sectores responsáveis pela obtenção de informações e pelos serviços de inteligência da polícia, que se referem a manutenção da ordem pública e a segurança da população. Foram executados uma proporção de 88,8% da dotação ajustada para esta subfunção, ascendendo uma realização de 1.427 milhares de Dobras.

f. Administração e Operação Penitenciária

Entende as acções de administração, supervisão e gestão de prisões, reformatórios, centros de correcção para jovens delinquentes e outros estabelecimentos destinados à detenção e reabilitação de delinquentes, inclusive as despesas com o pessoal abarcado nessa subfunção. Foram gastos o montante de 96 milhares de Dobras, expressando uma taxa de realização de 46,0% da dotação final.

g. Outros Serviços de Segurança Interna e Ordem Pública

Compreende as acções de administração, gestão e apoio a outros serviços de Segurança Interna e Ordem Pública que não enquadram em nenhum dos grupos anteriores. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nessa subfunção atingiram o montante de 41.858 milhares de Dobras, o que representa um índice de execução de 96,7% da dotação final.

Ao procedermos a análise da execução orçamental da área da Defesa e Segurança Pública, tendo em vista a visão da acção governativa (Actividades ou Projectos), verifica-se que, do total das despesas executada 79,5% destinaram a actividade (incluindo as Despesa ao Abrigo das Receitas Consignadas), tendo o seu nível de execução 99,2% da Dotação ajustada, ascendendo ao montante de 161.792 milhares de Dobras, cabendo os restantes 20,4% aos Projectos, que representou uma realização 80,4% da sua dotação ajustada, atingiu o montante de 41.574 milhares de Dobras.

No âmbito das actividades, as acções *"1001-Despesas com pessoal" e "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade",* e foram as mais expressivas, representando 83,30% e 14,7% respectivamente do total executado nesta componente, atingindo por sua vez um grau de execução de 100,0% e 95,9% da dotação ajustada. Relativamente a execução dos projectos, destaca-se as seguintes subfunções: *"6083 - Inscrição e Actualização de Caderno Eleitoral", "6082 - Realização de Eleições Legislativa Antárctica e Regional" e "6068 - Ajuda Alimentar aos Apoio Institucional"* que representam 7,8%, 7,0% e 2,5% respectivamente do total executado, tendo também registado um grau de execução correspondente a 100,0%, 100,0%, e 100,0% da dotação final.

Ao analisar a composição dos gastos na área da Defesa e Segurança Pública fundamentado no Gráfico 29, observa-se uma maior concentração das Despesas na subfunção "Outros Serviço de Defesa" representando 71,1% do total executado, impulsionado essencialmente pela execução do programa "Gestão da Política de Defesa", e na subfunção "Outros Serviços de Segurança Interna e Ordem Pública", em 20,6%, devido a execução do programa "Gestão da Política de Segurança Interna e Ordem Pública". A concentração e o nível de execução nas subfunções em análise devem-se fundamentalmente a execução das despesas com pessoal alocada nos mesmos.

Gráfico 29: Estrutura das despesas na área da Defesa Nacional e Segurança Pública (em percentagem)

Fonte: DCP/MPFEA

Igualmente em consequência da não mobilização integral de recursos previstos no OGE, uma parte dos projectos num total de 3.200 milhares de Dobras, apesar de possuírem dotação autorizada não conheceram a execução, ficando comprometido os resultados previstos com a materialização dos mesmos.

6.3 Política Externa

6.3.1. Implementação das acções do GOP na área Política Externa

A diplomacia e a cooperação internacional constituem vectores da política do Estado São-tomense na perspectiva de atrair parceiros, divulgar imagem do País e conquistar espaço de intervenção. Neste sentido as medidas adoptadas pelo governo centram-se na continuidade da relação bilateral e multilateral dando precedência à manutenção da paz e segurança, respeito pelo direito internacional, a defesa dos valores democráticos e os direitos humanos.

Neste contexto foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Fortalecer das relações com os países parceiros tradicionais, como Portugal, Nigéria, Angola e os Estados membros da CPLP;
- Aprofundar as relações de cooperação com a República Popular da China, um poder económico de classe mundial e um importante actor no desenvolvimento de infra-estrutura em África;
- Estabelecer e fortalecer vínculos de cooperação com os principais países europeus fornecedores de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e com países africanos com experiências de desenvolvimento bem-sucedidas;
- Implementação de uma política activa de mobilização da ajuda internacional;
- Assegurar a necessária coordenação da gestão da ajuda externa, garantindo-lhe maior transparência e eficácia;
- Diversificar as fontes de financiamento, as parcerias e as modalidades de execução;
- Intensificar a cooperação com os países africanos, sobretudo com os países africanos de língua oficial portuguesa;
- Estreitar a ligação às comunidades santomenses e a valorização da diáspora santomense.

Preservação da soberania nacional

a) Foi promovido a paz, a segurança, a estabilidade e a solidariedade internacional, bem como a integração regional e sub-regional;
b) Foi intensificado a implementação dos diversos programas para fortalecimento da segurança pública e da defesa nacional;
c) Participação activa nos projectos e programas do Centro Inter-regional de Coordenação para Combate à Pirataria Marítima no Golfo da Guiné, o que contribui para a preservação da soberania e segurança nacional no mar;
d) Melhoradas as parcerias intra-africanas, particularmente a nível da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC).

6.3.2. Implementação das acções da Política Externa no OGE

As acções da Política Externa enquadram-se na subfunção "*Relações Exteriores*" da função *Serviços Públicos Gerais*, correspondendo as acções realizadas pelo Governo no contexto internacional visando à cooperação, a difusão da imagem do país no exterior e a defesa dos interesses Santomenses junto aos Governos estrangeiros, inclusive as despesas com o pessoal que actua nesse sector. Devem ser registadas nessa categoria as despesas com a administração e gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, missões diplomáticas e consulares destacadas no exterior.

No OGE/2018, aprovou-se um pacote de despesas para a área de política externa no montante de 109.768 milhares de Dobras, sendo que, ao longo da execução orçamental, sofreu alterações orçamentais que levou a uma diminuição da dotação final, em termos líquidos de menos 46.357 milhares Dobras, representando menos 42,2% do que foi inicialmente aprovado. Para o efeito verifica-se que todos os programas nesta subfunção apresentaram reduções nas respectivas dotações, conforme a Tabela 69.

Tabela 69: Principais Variações de dotação na área das Relações Exteriores
(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Reduções	
Embaixadas e Missões Diplomáticas	-41,3
Participação em Organismos Internacionais	-34,9
Gestão da Política de Relações Exteriores	-44,7

Fonte: DCP/MPFEA

Conforme apresentado na Tabela 70, observa-se que os gastos na área das Relações exteriores ascenderam ao montante de 62.951 milhares de Dobras, o que corresponde a 99,3 % da dotação final, representando desta forma 4,2% do total de despesa executadas na área das principais acções por sectores de actuação do Governo. Salienta-se que as totalidades das despesas executadas referem-se à subfunção Relações Exteriores que corresponde as acções realizadas pelo Governo no contexto internacional visando a cooperação, a difusão da imagem do país no exterior e a defesa dos interesses São-tomenses junto aos Governos estrangeiros, inclusive as despesas com o pessoal que actua nesse sector.

De igual forma, são registadas nessa categoria as despesas com a administração e gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiro e Comunidades, e das missões diplomáticas e consulares destacadas no exterior. Os escritórios, mesmo os localizados no exterior, que tratam de assuntos de comércio exterior, de assuntos financeiros internacionais e de outros assuntos exteriores comerciais ou técnicos devem ser classificados nas rubricas próprias, como por exemplo, a de Comércio e Serviços.

Tabela 70: Despesas Executadas na Sub - função Relações Exteriores por Programas

(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estr.
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
POLÍTICA EXTERNA	**109 768**	**63 411**	**62 951**	**62 951**	**62 348**	**99,3**	**100,0**
RELAÇÃO EXTERIORES	**109 768**	**63 411**	**62 951**	**62 951**	**62 348**	**99,3**	**100,0**
Embaixadas e Missões Diplomáticas	79 518	46 656	46 321	46 321	46 321	99,3	73,6
Participação em Organismos Internacionais	150	98	74	74	74	75,9	0,1
Gestão da Política de Relações Exteriores	30 100	16 658	16 556	16 556	15 953	99,4	26,3

Fonte: DCP/MPFEA

Na avaliação da estrutura dos gastos na área em análise, nota-se maior concentração de gastos no Programa "*Embaixadas e Missões Diplomáticas*" representando 73,6% do total executado, como resultado dos encargos assumidos relativamente às despesas com pessoal e de manutenção e funcionamento das embaixadas, seguido do programa "*Gestão da Política de Relações Exteriores*" que representa 26,3% do total executado, pelo facto de incorporar as despesas com pessoal e de funcionamento dos serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Gráfico 30: Estrutura das Despesas na área das Relações Exteriores

(em percentagem)

Fonte: DCP/MPFEA

No que se refere a execução das acções governativas, *(Actividades e Projectos)* verifica-se que as Actividades representam 91,9% das despesas executadas nesta área de actuação do Governo, tendo atingido um grau de execução de 69,0% da dotação final, e os Projectos correspondem a uma proporção de 8,1% do total executado, reflectindo um grau de execução de 78,6% da dotação final.

No âmbito das Actividades, as acções *"1001- Despesas com pessoal", "2002 - Manutenção e Funcionamento das Embaixadas" e "1104 – Pagamentos de Quotas aos Organismos Internacionais"*, foram as mais expressivas, situando-se em torno de 69,1%, 15,5% e 3,9% respectivamente do total executado nesta componente, atingindo por sua vez, um grau de execução de 93,0%, 58,4% e 89,7% respectivamente da dotação final. De acordo a execução dos projectos, constata-se a realização dos projectos *"2857- Programa de Reorganização Diplomática" e "4015- Reabilitação do Actual Edifício e Revisão da Rede Eléctrica do MNEC*" que atingiram uma realização de 83,1% e 59,1% respectivamente da dotação final, representando 8,1% do executado (dos projectos).

Contudo, devido a não mobilização integral de recursos previstos no OGE, as subfunções, apesar de terem dotação autorizada no montante de 1.114 milhares de Dobras, não foi possível a sua execução, destacando-se *"3294 – Actividades de 12 de Julho"* e "*6300 - Apetrechos do Novo Edifício MNEC".*

6.4 Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural

6.4.1 Implementação das GOP na Área de Agricultura

a) Agricultura

O sector agrícola desempenha um papel muito importante no crescimento económico de São Tomé e Príncipe, entretanto, é o sector onde a pobreza é mais evidente, sobretudo em zonas rurais.

O sector enfrenta vários desafios especialmente a falta de meios para assegurar um aumento da produção, apesar das condições edafoclimáticas favoráveis do país. Para tal, o Governo aposta na diversificação agrícola, na implementação das novas tecnologias de produção, na agro-tranformação e em agro - negócios para fazer face à insegurança alimentar e reduzir a pobreza.

Para dar resposta neste sector foram delineados essencialmente os seguintes programas:

- Reforço das capacidades institucionais do sector agrícola;
- Aumento da produtividade e diversificação agrícola

No âmbito do **reforço de capacidade institucional de formação agrícola** foram:

- Apetrechado o Centro Técnico Agro-Pecuário (CATAP) com equipamentos para dormitório, cozinha e refeitório visando oferecer melhores condições de hospitalidade aos formandos.

No quadro do **reforço da capacidade do sector agrícola, na recolha e tratamento de dados estatísticos** foram:

- Realizado inquérito de horticultura nos distritos de Mé-Zóchi, Cantagalo e Lobata.
- Realizadas, através da Direcção de Pecuária, um total de 9 (nove) inquéritos epidemiológicos, recolhidas 249 (duzentas e quarenta e nove) amostras provenientes do matadouro e 119 (cento e dezanove) amostras de criadores particulares na perspectiva de melhorar a qualidade de saúde animal e desta forma garantir a qualidade de proteína animal consumida pela população (segurança alimentar).

Para a garantia da assistência técnica aos produtores através de serviços de extensão rural foram:

- Formados 50 (cinquenta) agricultores em produção de composto orgânico (bokashi, biofertilizantes e uso de manipueira) nas estufas e, neste contexto de formação, produzidos e distribuídos 333 (trezentas e trinta e três) toneladas de adubos orgânicos aos agricultores;
- Construídas 25 (vinte e cinco) hectares de terras de clivosas na comunidade de Bom Sucesso e Saudade com culturas de milho e feijão no âmbito do projecto de melhoramento dos solos nas zonas de clivosas.
- Construídos 4 digestores de biogás sendo 2 (dois) na comunidade de Mesquita, 1 (um) digestor na comunidade de Plancas e 1 (um) em Batepá.

Aumento da produção e diversificação agrícola

Neste domínio as prioridades centraram - se num conjunto de acções visando a perspectiva de aumento da produtividade e diversificação agrícola implementando culturas alimentar (milho, banana, matabala, mandioca, batata doce, feijão seco, hortícolas e frutícolas) e culturas de exportação (cacau, pimenta, café e coqueiros), assim como, a melhoria da qualidade desta produção, de modo a reduzir importação de produtos alimentares, diversificar a exportação e aumentar o rendimento nacional.

No âmbito da Promoção de estruturas de transformação e conservação dos produtos agrícolas; através de PRIASA II foram:

- Adquiridos equipamentos de laboratório de análise para o Centro de Investigação Agro-Tecnológico (CIAT) e Direcção da Pecuária;
- Reabilitado a unidade de processamento e adquiridos equipamentos para CATAP; e
- Está em curso o apoio para mais de 25 (vinte e cinto) pequenas unidades familiares de transformação dos produtos agrícolas.

No quadro do sistema integrado de controlo de pragas e doenças, registou - se em 2018 um ataque de pragas na cultura de milho, *Crothas* nas sementes e l*agartas* nas folhas, pondo em causa a produção deste cereal, componente essencial para o fabrico local de ração animal. No quadro da política de segurança alimentar adoptada pelo Governo, foi disponibilizado pesticidas como DIPEL para o controlo das pragas. Por outro lado, o CIAT, está desenvolvendo acções no terreno para monitorização e controlo das pragas que têm atacado a cultura acima citada.

Relativamente a promoção de acções de fortalecimento de cooperativas agrícolas do PAPAC registou-se o seguinte:

- Realizada formação contínua dos produtores da Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade (CECAQ11) nos domínios de poda, enxertia, sulfatação e plantação. Como resultado, foram produzidas 25.000 plantas de cacaueiro no viveiro; enxertados 23.067 viveiros clonais e 28.792 rebentos. Relativamente a manutenção das parcelas realizou-a se podas em 204 hectares de cacaueiro, tratamento com sulfato a 619 hectares de cacaueiro, produzido 30 toneladas de composto orgânico e controlados 570 hectares de sombra nos cacaueiros. No período em estudo, esta cooperativa registou uma produção 88 tonelada de cacau.

- Formados 164 (cento e sessenta e quatro) agricultores da Cooperativa de Exportação de

Pimenta e Baunilha (CEPIBA) no domínio destas culturas. Como resultado, foram produzidas cerca de 8 (oito) toneladas de pimenta.

- Auxiliada tecnicamente a Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB) na produção de 500 (quinhentas) plantas, tratamento de 35 (trinta e cinco) hectares de café e regularização de sombras de 5 (cinco) hectares. Como resultado, no período em estudo produziu-se 14 (catorze) toneladas de café.

No quadro da Construção e reabilitação de infraestrutura de apoio à produção agrícola, foram:

- Realizados estudos para a reabilitação e/ou construção dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades de Canavial e Santa Luzia, estando na fase de preparação para lançamento de concurso público.
- Adquiridas 10 (dez) estufas para a produção agrícola em 10 (dez) comunidades.
- Construídos 6 (seis) secadores solares: 4 (quatro) na ilha de São Tomé e 2 (dois) na ilha Príncipe.
- Adquiridos 14 (catorze) abrigos para viveiros sendo 10 (dez) para São Tomé e 4 (quatro) para a Ilha do Príncipe;
- Reabilitados 6 (seis) sistemas de irrigação, incluindo o de Canavial (com 600 m de canal, abrangendo 100 ha irrigados);
- Adquiridos equipamentos de laboratório de análise para o CIAT e DP;
- Reabilitadas 3 (três) Unidades de transformação: comunidade de Terreiro Velho na ilha do Príncipe, Margarida Manuel e CATAP em São Tomé;
- Está em curso a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Rio Lima e de Bom Sucesso;
- Realizadas um total de 9 (nove) importações avaliadas em cerca de 189.880 euros, com um volume total de 91.953 kgs insumos agrícolas (adubos, produtos fitossanitários e sementes) que foram vendidos aos agricultores a preço subvencionado, com o propósito de garantir o abastecimento regular de insumos e materiais agrícolas na Loja de Abastecimento de insumos Agrícolas (LAINA).

A Prossecução da reabilitação e/ou construção de pistas rurais

No âmbito do PRIASA II foram:

- Reabilitadas 11 (onze) pistas rurais, num total de 23,1 km, sendo: 7 (sete) pistas na ilha de S. Tomé (troço de S. José à S. Carlos, pista de Claudino de Faro, Santo António à Ponta de Palmeiras, Bom sucesso, Boa esperança) e 4 (quatro) pistas na ilha do Príncipe (Pincaté à Ponta do Sol, Santa Rita à Praia Campanha);
- Reabilitadas pistas rurais nas comunidades de Colónia Açoriana, São Francisco, São Paulo, Pedroma e Água Coimbra.

b) Pecuária

Neste domínio, foram definidas medidas cujas realizações centraram-se no aumento e melhoria da qualidade de produção ao nível pecuário, na dieta alimentar e contribuição para a redução da pobreza no meio rural. Assim sendo:

No quadro do reforço da capacidade institucional da Direcção de Pecuária:

- Foram capacitados 5 (cinco) quadros técnicos e 55 (cinquenta e cinco) criadores;
- Elaborados e submetidos a aprovação 2 (dois) Decretos-lei de regulamento.

No âmbito de desenvolvimento das estruturas de transformação e conservação dos produtos de origem animal;

- Com o aumento das reprodutoras e havendo necessidade de ampliar o espaço de conservação, através do Projecto de Desenvolvimento da Suinicultura (PDS), foram:
- Realizadas obras num dos pavilhões do Projecto, tendo sido instalados 18 (dezoito) boxes individuais e com previsão de alargar no mesmo espaço mais 18 (dezoito) boxes, o que poderá albergar um total de 36 (trinta e seis) reprodutoras;
- Efectuadas obras de requalificação no pavilhão nº4 e importados kites veterinários (medicamentos e equipamentos de ecografia e inseminação artificial).

No âmbito de promoção da pecuária de ciclo curto, nomeadamente, pequenos ruminantes, aves e suínos com destaque para a pecuária familiar; PDS, o programa de cruzamento de suínos de raça local com o da raça importada, implementado pela equipa técnica da China, no que se refere ao Controlo e Seguimento dos cruzamentos e inseminações entre os animais de raça local e importada nas explorações pecuárias, foram realizadas 15 (quinze) inseminações e 5 (cinco) acasalamentos.

- Referente à produção de suínos, foram produzidos 840 (oitocentos e quarenta) leitões, importados 5 (cinco) contentores com ração, 8.220 kg de milho e 3.060 kg de concentrado proteico.
- Na Região Autónoma do Príncipe, foram atribuídos crédito aos criadores em forma de ração (97 sacos) e de animal (5 reprodutores suínos) equivalente a um total de 195.800 milhares de dobras.

No quadro da promoção e vulgarização de técnicas de criação de animais integrando combate as parasitoses animais, vacinações e adopção de novos esquemas alimentares foram:

- Esterilizados 13 (treze) animais de proprietários particulares como resultado das campanhas de sensibilização e controlo de animais soltos nas ruas realizado pelo sector.
- Vacinados e parasitados mais de 50 (cinquenta) bovinos, 500 (quinhentos) pequenos ruminantes e 8.000 (oito mil) aves, fruto da campanha de vacinação e desparasitação dos animais.

No âmbito do Incentivo à organização dos produtores pecuários Através do projecto MC^2, foram:

- Distribuídos mais 900 (novecentos) pintos, importados e incubados 2 mil ovos por meio de

actividade de produção e distribuição de pintos.

- Efectuadas 30 (trinta) visitas técnicas de acompanhamento aos produtores e difundido o programa de educação e sensibilização, no âmbito das actividades de aproximação e apoio técnico aos criadores de animais.

Floresta e Biodiversidade

Neste domínio, o programa de conservação e valorização da floresta e Biodiversidade pretende promover acções que concorram para um ambiente saudável, o uso racional dos recursos da fauna e da flora foram adoptadas as seguintes medidas:

- Autorizadas para abate legal 580 (quinhentas e oitenta) árvores de valor comercial equivalente a um volume de 1.627,998 metros cúbicos de madeira com a autorização da Direcção de Floresta e Biodiversidade no ano em análise;
- Reactivou – se à gestão do Fundo do Fomento Florestal que actualmente apresenta um saldo positivo.
- Realizadas actividades de sensibilização sobre a importância da floresta, plantio de árvores, entre outras, em comemoração ao dia Internacional das Florestas e ao dia Mundial das Zonas Húmidas.

Neste momento o sector florestal tem em curso vários projectos que vão de encontro as diversas actividades que concorrem para uma melhor utilização e conservação das nossas florestas a saber: o programa tesouro de Obô financiado pela União Africana, o PFNL, assim como o projecto de reabilitação paisagística ambos financiados pela FAO.

- No quadro do projecto *Produtos Florestais Não Lenhosos* (PFNL) foi realizado a capacitação sobre *Análise de Abordagem ao Desenvolvimento de Mercado* (ADM) nas comunidades de Novo Destino e Plancas I, na qual participaram 100 (cem) beneficiários. Como resultado desta formação, elaborou-se vários Planos de Negócio para diferentes grupos.

Quanto ao ***Parque Naural Obô de S.Tomé***, embora com diversas dificuldades, o parque tem estado a contribuir na área do ecoturismo, nas investigações e, sobretudo, na conservação de espécies em vias de extinção. Constatou-se um crescente número de visitantes, com destaque para os Portugueses, e também ao nível nacional, designadamente estudantes. Também houve visitas guiadas em outros circuítos no interior do parque, como a cratera de Lagoa Amélia e o Pico de São Tomé. Tendo em conta os fracos recursos humanos, materiais e financeiros, as acções do Parque são mais concentradas, principalmente na manutênção do Jardim Botânico de Bom Sucesso.

a. Pescas

Pesca é o sector de grande potencial no desenvolvimento económico do país visto que contribuiu com 3% do PIB e emprega cerca de 7.000 pessoas. Este sector dispõe de um potencial importante para o crescimento económico, entretanto não tem sido devidamente aproveitado devido alguns constrangimentos; a) deficiente abastecimento de mercado com insumos e equipamentos de pescas;

b) falta da formação técnica e profissional; c) lei de pescas e sanitária desactualizada; d) ausência de um porto pesqueiro; e) ausência de um estaleiro naval para a reparação e manutenção de navios de pesca; f) insuficiência de meios de conservação de pescado; g) fraca organização das vendedeiras de peixe fresco; h) falta de formação no domínio de conservação e transformação do pescado; i) ausência de controlo de qualidade de produtos de pesca. Neste contexto como medidas prioritárias para o Governo, durante o período em análise, foram obtidos os seguintes resultados:

No quadro de aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado foram:

- Realizadas campanhas de sensibilização sobre o manuseamento correcto do pescado nos locais de desembarque do pescado;
- Criadas fileiras de conservação e de transformação;
- Instaladas as caixas isotérmicas nas comunidades piscatórias que não foram contempladas com unidades de produção de gelo em escama;
- Aquisição de um carro frigorífico para distribuição de gelo às comunidades que não possuem unidades de fabrico de gelo;
- Formados os inspectores sanitários, tendo em conta os normativos da U.E.
- Actualizada a Lei Sanitária;
- Provisionados os insumos de pesca, equipamento de navegação e de segurança aos pescadores artesanais;
- Fez-se patrulhas conjuntas de fiscalização e controlo das actividades de pesca na ZEE;
- Construido o dispositivo de quebra ondas na praia Gamboa (S. Paulo) para previnir a erosão costeira e protecção das pirogas;
- Reforçada a capacidade do sector na recolha e tratamento de dados estatísticos;
- Instalados os Dispositivos de Concentração de Peixes- DCP com objectivo de concentrar as espécies migratórias e proporcionar aos pescadores uma pesca dirigida.

6.4.2. Implementação das Ac. de Agr., Pesca e Desenv. Rural no OGE

As despesas na função *"Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural"* agregam as acções desenvolvidas para a obtenção dos objectivos do Governo, visando o desenvolvimento da produção vegetal, animal e das pescas.

Para esta área o valor inicialmente aprovado no Orçamento Geral do Estado de 2018, foi de 218.621 milhares de Dobras, entretanto no decurso da execução orçamental procedeu-se as alterações orçamentais que culminaram numa ligeira diminuição de dotação no montante 157 milhares de Dobras, o que corresponde a uma diminuição de 0,1% da dotação inicial. Nesta vertente a Tabela 71 evidencia os principais programas que tiveram reduções de dotações ao longo do ano 2018.

Tabela71: Principais variações de dotação na área da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural

(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Promoção da Produção e Diversificação Agrícola	39,3
Gestão da Política de Agricultura e Pescas	177,4
Reduções	
Promoção da Produção Animal	-1,1
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial Rural	-51,7
Fortalecimento Institucional e Apoio para o Desenvolvimento Rural	-21,6
Promoção da Produção e Diversificação Agrícola	

Fonte: DCP/MPFEA

Relativamente a execução de despesas na área da agricultura, evidencia que, durante o ano de 2018 foram gastos o valor de 162.302 milhares de Dobras, o que corresponde a um grau de execução de 74,3% da dotação final. Para este nível de execução destacaram os gastos de 4 (quatro) subfunções que responderam os seus propósitos específicos, como abaixo se detalha na Tabela 72.

Tabela 72: Execução das Despesas na área da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural

(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estr.
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidada	Despesas Pagas		
AGRICULTURA, PESCA E DESENV. RURAL	**218 621**	**218 464**	**162 302**	**162 302**	**162 300**	**74,3**	**100,0**
AGRICULTURA E PECUÁRIA	**162 518**	**97 671**	**58 745**	**58 745**	**58 745**	**60,1**	**36,2**
Promoção da Produção e Diversificação Agrícola	14 905	20 766	10 262	10 262	10 262	49,4	6,3
Promoção da Produção Animal	16 405	16 231	131	131	131	0,8	0,1
Desenvolvimento Agro- Industrial	722	722	0	0	0	0,0	0,0
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial Rural	736	356	288	288	288	80,9	0,2
Fortalecimento Institucional e Apoio para o Desenvolvimento Rural	129 749	59 596	48 065	48 065	48 065	80,7	29,6
PESCA	**8 695**	**86**	**70**	**70**	**70**	**81,3**	**0,0**
Promoção e Desenvolvimento das Pescas	8 695	86	70	70	70	81,3	0,0
INVESTIGAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO	**5 435**	**4 262**	**856**	**856**	**856**	**20,1**	**0,5**
Promoção da Produção e Diversificação Agrícola	5 435	4 262	856	856	856	20,1	0,5
OUTROS SERVIÇOS DE AGRICULTURA E PESCA	**41 974**	**116 446**	**102 631**	**102 631**	**102 629**	**88,1**	**63,2**
Gestão da Política de Agricultura e Pescas	41 974	116 446	102 631	102 631	102 629	88,1	63,2

Fonte: DCP/MFCEA

a. Agricultura e Pecuária

Caracteriza-se pelas acções de administração, gestão e serviços relacionados com as actividades agrícolas, tais como: conservação de terras agrícolas; reforma agrária; construção de canais de irrigação, barragens e diques; estabilização ou melhoramento de preços e rendimentos para os agricultores; serviços de extensão agrícola, igualmente, a administração e apoio aos assuntos e serviços relacionados com a actividade pecuária, classificando os assuntos e serviços veterinários, encarregues dos procedimentos médicos para prevenir ou tratar enfermidades animais, medidas para melhorar a qualidade das espécies, recolha e compilação de estatísticas sobre assuntos e serviços

agropecuárias. Nessa subfunção foram gastos 58.745 milhares de Dobras, correspondendo a um grau de execução de 60,1% da dotação final.

b. Pescas

Esta subfunção diz respeito as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de pesca, como: regulamentação da pesca comercial e desportiva, tanto de água doce, oceânica e costeira; concessão de licença para empresas dedicadas a exploração da pesca; criação, administração, apoio e exploração dos viveiros de peixes, actividades de reprodução e selecção de espécies; gastos com a produção e difusão de informação pública sobre o assunto e compilação de estatísticas. Devem ainda ser considerados os gastos com o apoio em forma de empréstimo, doação, subvenção ou subsídios às empresas que exploram os serviços de pesca. Dentro desta classificação regista-se uma execução no montante de 70 milhares de Dobras representando 81,3% da dotação final.

c. Investigação e Experimentação

Compreende as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de pesquisa e experimentação de todos os aspectos da agricultura, pecuária e pescas, distinguindo-se a conservação e aproveitamento de terras, a reforma agrária, os planos de fixação de preços dos produtos e os serviços de extensão rural. São também considerados os gastos com a pesquisa relativa a animais de raça; com a criação de animais para exportação; com a produção e difusão de informação pública sobre o assunto e compilação de estatística; e os gastos com o apoio em forma de empréstimo, doação, subvenção ou subsídios às empresas que fazem pesquisas neste sector. O montante executado nessa subfunção foi de 856 milhares de Dobras, o representando a 20,1% da dotação final.

d. Outros Serviços de Agricultura e Pescas

Referem-se as acções de administração geral dos assuntos de serviços de agricultura e pesca que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções precedentes, destacando as instituições encarregues de colectar, compilar e difundir informações estatísticas; elaborar políticas gerais e preparar planos e orçamentos que visem melhorar e desenvolver os serviços de agricultura e pescas, prestados à população. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018. Esta subfunção atingiu um nível de execução no montante de 102.631milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 88,1% da dotação final; o significa que a sua execução foi superior a dotação final.

Na composição dos gastos da função de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento rural, verifica-se ainda, conforme o Gráfico 31, que houve uma maior concentração de gastos na subfunção *"Outros Serviços de Agricultura e Pesca"* representado 102.631 milhares de Dobras, corresponde a 88,1% da dotação final, impulsionado fundamentalmente pela execução do programa *"Gestão da Politica de Agricultura e Pesca*", que atingiu um grau de execução correspondente a 88,1% da dotação final na área em análise.

Gráfico 31: Estrutura das Despesas na área da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural

(em Percentagem)

Fonte: DCP/MPFEA

Ao procedemos a análise das despesas executadas na área concernente a Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, segundo o critério de Actividades ou Projectos, verifica-se que, o total da despesa executada, 90,1% destinaram-se ao Projectos tendo um nível de execução 94,9% da dotação ajustada, ascendendo ao montante de 146.163 milhares de Dobras cabendo o restantes destinaram-se às actividades e a (Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas), representando 6,9% e 3,0%; atingindo o montante de 11.266 e 4.873 milhares de Dobras.

No quadro das Actividades foram mais expressivas *"1001-Despesas Com Pessoal"* representando 5,8% *e "3376-Despesas ao Abrigo das Receita Consignadas",* representando 3,0% do total executado na área em análise para cada área aqui destacada. Quanto aos Projectos, destacaram-se *"5817 - RAF/483/001/BRA-Fortalecimento do Programa de Nu", "9962-PIM S#4645-Enhancing capacities of rural com munities to pursue clima", "2234- Programa PAPAC", "3718-Reabilitação das Infraestruturas de Apoio a Segurança Alimentar"* com uma representação de 53,1%, 12,4%, 11,1% e 4,1% do total executado.

Entretanto, a escassez da mobilização absoluta de recursos previstos no OGE, alguns Projectos previstos na área de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento rural, num total de 70.565 milhares de Dobras não tiveram execução, embora com a dotação autorizada.

6.5 Infraestruturas e Recursos Naturais

6.5.1 Implementação das Grandes Opções do Plano

Na perspectiva do crescimento económico sustentável, o Governo ambiciona, nesta área, a criação de condições logísticas fundamentais mormente nas infraestruturas energéticas, aeroportuárias, rodoviárias em água de forma a contribuir para a diversificação da economia, alargamento das oportunidades de criação de riqueza e geração de emprego. Neste âmbito, o governo definiu e realizou em 2018, medidas nos seguintes domínios: I) Porto; II) Aeroporto; III) Energia; IV) Água, V) Telecomunicações, VI) Ordenamento do Território, Obras Públicas e Urbanismo, VII) Transportes Terrestres, VIII) Ambiente e IX) Saneamento.

a. Porto

No domínio de porto, o governo definiu como prioridade a modernização do porto de Ana Chaves com o objectivo de alavancar a competitividade e a internacionalização da economia do país. Para o efeito e com vista a tornar as operações portuárias eficientes e eficazes, destacam-se realizações na seguinte medida:

- Modernização de Infraestruturas de Transporte Marítimo:

- Requalificação da área de parqueamento dos contentores do porto de Ana Chaves com a execução de obras de melhoria e de ampliação do parqueamento de contentores. Entretanto algumas deficiências detectadas impossibilitaram a conclusão da referida requalificação;
- Aquisição de equipamentos operacionais e de segurança.

- Relativamente a melhoria das infraestruturas de operações e de segurança, foram:

- Adquiridos equipamentos novos para operações, tais como: Uma grua de marca Terex Demag de 160 Ton e um empilhador para contentores Reach Steaker de 45 Ton;
- Adquiridos equipamentos usados para operações tais como: um rebocador Almasoka e uma Chata.

b. Aeroporto

Este domínio também constitui uma grande preocupação do governo visto que para o desenvolvimento do turismo e integração económica regional é necessário a melhoria das operações aeroportuárias e de segurança com vista a evitar que o país entre na lista negra. Para o efeito, o Governo propôs os seguintes programas no ano em análise, como assim se apresenta:

- Modernização e Operacionalização do Aeroporto de São Tomé e Príncipe:

- Criação de condições de acolhimento de aeronaves de maior porte através de aumento de pistas, das placas de estacionamento e do terminal de passageiros para o aeroporto de São Tomé.
- No âmbito de reforço da capacidade técnica e profissional dos técnicos da ENASA,

INAC e INM deu-se a continuidade ao processo de formação técnica profissional dos quadros destes sectores em vários domínios, tendo sido formados e capacitados no ano em análise em língua inglesa, cursos técnicos de aviação civil, controladores aéreos e segurança aeroportuária, electrónica, electricidade e também aos técnicos do sector administrativo.

- Modernização do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe

- Realizados estudos para a modernização do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe;
- Aquisição de equipamentos de segurança e de meios informáticos adequados;
- No âmbito da cooperação com a Autoridade de Aviação Civil de Gana está previsto a instalação de uma ADS-B no centro de controle de tráfego, um radar virtual para visualização das aeronaves que sobrevoam o espaço aéreo do país;
- Foi lançado o concurso para a aquisição do equipamento DVOR/DME, mas, o processo não foi concluído;
- No que se refere ao sector de segurança aeroportuária, o país já cumpre com todas as normas de segurança estabelecidas pela OACI o que permitiu a saída do país da lista negra dos países que não cumprem as normas internacionais de segurança aérea.

c. Energia

Este domínio também constitui uma grande preocupação e prioridade do Governo visto que para diversificar a economia, alargar as oportunidades de criação de riqueza e gerar emprego é necessário o fornecimento de energia eléctrica em São Tomé e Príncipe, pelo que, os esforços têm sido desenvolvidos para melhorar a qualidade da produção e, consequentemente a cobertura por todo o país, foram realizadas medidas no ano em análise, como se apresenta:

- Provisão de energias fiáveis de baixo custo

O programa visa o desenvolvimento de energia limpa e de qualidade. Neste sentido, no quadro de implementação das medidas previstas obteve-se os seguintes resultados.

- Fornecimento de energia eléctrica às comunidades rurais
- No ano 2018, deu-se continuidade ao processo de expansão e acesso à energia eléctrica nas comunidades tendo sido beneficiadas com corredor eléctrico S. Luzia/S. Clara/Água Sampaio e corredor eléctrico Anselmo Andrade/Claudino Faro.

- Reabilitação da rede de baixa e média tensão

- Reabilitada a rede eléctrica de distribuição de baixa tensão;
- Deu-se o início ao processo de implementação do projecto de reabilitação da Central Hidroeléctrica de Contador.

d. Água

No domínio da água, o governo alvitrou as seguintes medidas com o propósito de melhorar a distribuição de água para todas as pessoas e para todos os fins através de um programa nacional de aprovisionamento de água tendo em conta que a sua produção é insuficiente.

- Modernização Organizacional e Administrativa do Sector de Água e Saneamento

Tem como objectivo dotar os sectores de Água e de Saneamento de instrumentos jurídicos e legais de forma a contribuir para a modernização e organização dos referidos sectores

- Elaboração da Política Nacional do Saneamento

- Elaborada e publicada no Diário da República nº 174 de 27 de Novembro de 2018, o Decreto nº 27/2018 que estabelece a Política Nacional de Saneamento Ambiental. Este documento tem como objectivo específico: a) assegurar o acesso equitativo, sustentável e universal na eliminação das lamas fecais, por uma gestão segura e promover a melhoria das soluções de drenagem e de tratamento dos resíduos sólidos; b) reduzir de maneira significativa a defecação ao ar livre nos próximos cinco (5) anos; c) proteger e preservar os agregados familiares, escolas, centros de saúde, mercados, recursos hídricos e ecossistemas de todo o tipo de produtos químicos.

- Elaboração e Actualização do Quadro Legislativo e Regulamentar de Água e Hidrologia

- Aprovada e publicada a Lei nº 7/2018, Lei-Quadro dos Recursos Hídricos, no Diário da República nº55 de 2 de Maio de 2018. Esta Lei permite aos Governos Central e Regional, poder local, sociedade civil organizada e a população em geral a proceder ao ordenamento, controlo e uso racional das águas, de modo a garantir a sua sustentabilidade e o acesso a todos, assim como garantir uma maior participação de toda a comunidade na gestão e execução das políticas das águas.

- Elaborados e validados tecnicamente cinco (5) regulamentos que estão aguardando a aprovação do governo, nomeadamente:

- Titularidade dos recursos hídricos;
- Inspecção, fiscalização e sanções;
- Protecção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição e deterioração;
- Qualidade da água destinada ao consumo humano;
- Regime económico e financeiro dos recursos hídricos;
- Na fase de conclusão, o sexto regulamento referente à regulamentação da entidade gestora da Polícia Nacional das Águas.

- Elaborado e validado o Plano Nacional de Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com o objectivo de melhorar a governação da água no país.

- Formação em Gestão de Recursos Hídricos

- Formados técnicos nacionais no domínio de Comunicação sobre a sensibilização em

matéria de gestão integrada dos recursos hídricos;

- Reforçada a capacidade técnica em matéria de "Gestão de Conflitos e Mecanismos de Negociação na GIRH".
- Reabilitação, Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

Visa a reabilitação das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição de água para todos os usos, inclusive, a operacionalização dos sistemas de irrigação.

- Execução do projecto de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água à Santana e arredores

- Iniciadas as obras de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água à Santana e arredores.

- Manutenção de Estações Hidrométricas

- Realizadas parcialmente a manutenção em algumas estações hidrométricas.

- Criação de Comités de Bacias Hidrográficas

- Criados e legalizados os Comités de Gestão das Bacias Hidrográficas na Região Autónoma do Príncipe e na Vila de Ribeira Afonso.

- Promover a utilização racional dos recursos hídricos

- Realizada no dia 21 de Março na escola secundária de Lobata, uma palestra subordinada ao tema Gestão dos Recursos Hídricos, dirigida aos alunos, professores e a comunidade escolar, no quadro de comemoração do dia Mundial de Água (22 de Março) "2398 – Subsídio aos Antigos Combatentes", e do dia Mundial de Lavagem das Mãos (15 de Outubro), promovida pelo Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, através da Direcção dos Recursos Naturais e Energia.

- Reabilitação das redes de abastecimento, transporte e distribuição de água

- Reabilitado o sistema de captação e tratamento de água de Ôbôlongo, Rio Manuel Jorge com capacidade de 5.000 metros cúbicos/dia.

- Proceder a actualização e monitoramento dos dados e indicadores da estratégia participativa de água e saneamento

- Actualizada a matriz de indicadores da Estratégia Participativa de Água e Saneamento (EPAS) e o Quadro de indicadores do Sector de Água e Saneamento (QISAS).

e. Telecomunicações

Neste domínio, o governo pretende dar especial importância à continuação da generalização do acesso e utilização das tecnologias de informação e de telecomunicação para todos, consolidando e actualizando os espaços de acesso público à internet. Estabelecimento de integração das instituições públicas e reforço do quadro institucional legal e regulamentar para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação em São Tomé e Príncipe. Assim sendo, medidas e acções desenvolvidas durante o ano centraram-se em:

- Concluído no primeiro trimestre o projecto Blackbone e fibra óptica – INIC permitindo uma redução dos custos de comunicação entre as instituições do Estado e facilitando a comunicação entre os sectores.

f. Ordenamento do Território, Obras Públicas e Urbanismo

Neste domínio, o governo pretende fazer o controlo da ocupação do solo e a investigação de novos materiais de construção, com destaque para os materiais locais de baixo custo que constituem premissas fundamentais para o desenvolvimento do sector. Para o efeito foram definidas medidas e acções para o ano em análise, as seguintes:

- Reforço da capacidade dos serviços de ordenamento do território

- Implantada a Rede Geodésia de 1ª Ordem que consistiu no estabelecimento e medições de oito (8) pontos na ilha de São Tomé (Neves, Santa Catarina, Porto Alegre, Angolares, Ribeira Afonso, Monte Café, Guadalupe e São Tomé) e dois (2) pontos na ilha do Príncipe (Santo António e Belo Monte) sendo que dois (2) deles, (um em São Tomé e um no Príncipe) estão ligados à rede global, usando setenta e duas (72) horas de medição. Com esta acção foi produzido o Reporto Geodetic Network Establishment que contém a metodologia e o resultado dos pontos de primeira ordem que foram estabelecidos. No segundo trimestre, teve início a actividade relacionada com a cobertura aérea com vista a recolher dados e informações sobre o território e a produção de ortofotomapas e produção do Modelo Digital do Terreno (levantamento LIDAR), mas que por razões meteorológicas ficou adiada para o princípio do ano de 2019, isto é, em função das estatísticas meteorológicas da região em que se insere São Tomé e Príncipe. Importa referir-se que esta operação exige altura das nuvens e posicionamento dos raios solares a níveis desejados, e que nem sempre se verifica na nossa região, associado a orografia das ilhas e a cobertura vegetal das mesmas;

- Elaborado um estudo de caracterização e diagnóstico prospectivo contendo o perfil do país, assim como apresentado um primeiro esboço do PNOT, PDRAP e PDD dos seis (6) distritos de São Tomé, acompanhados de desenhos e Plantas de Síntese;

- Apresentados diferentes draf do pacote legislativo e de demais documentos produzidos tiveram lugar, quer na ilha de São Tomé como na Região Autónoma do Príncipe;

- Submetido ao governo para pronunciamento, versões preliminares dos seguintes instrumentos legislativos como a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU), Regime Jurídico dos Instrumentos de Planeamento Territorial (RJIPT), Regime Jurídico das Operações Urbanísticas (RJOU) e Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU);

- Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais

No âmbito PNOT foram capacitados um total de nove (9) técnicos pertencentes à Célula de Execução do PNOT e dos Serviços Geográficos e Cadastrais, em matéria de Observações Estatísticas GNSS na rede geodesia e posterior cálculo de pós-processamento. A formação de

capacitação debruçou-se na aprendizagem de operação do DGPS, estabelecimento de pontos, medições, princípios de cálculo de ponts e prácticas e outros.

g. Transportes Terrestres

As infraestruturas rodoviárias carecem de manutenção, pelo que o estado das estradas, sobretudo das terras batidas continuam a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e a qualidade de vida dos que habitam no meio rural. Por isso, o governo definiu como programa a construção e reabilitação do sistema viário de forma a melhorar a rede viária nacional e reforçar a manutenção e reparação das estradas.

- Construção e Reabilitação do Sistema Viário com vista a aperfeiçoar a operacionalidade das estradas de forma a melhorar a acessibilidade e mobilidade das pessoas e bens contribuindo assim para a redução dos custos de transporte e criação de condições para a promoção da economia local.
- Concluídas as obras de asfalto em betão betuminoso a quente e as obras em calçada com o objectivo de melhorar a rede viária nacional:
    - Reabilitada 3,471 km de estradas do troço Igreja da Conceição/Água Porca;
    - Reabilitada 6,474 km de estradas que liga o troço Pantufo/S. Fenícia;
    - Construída 1,022 km de estradas do Arruamento de Campo de Milho;
    - Construída 1,55 km de estradas do troço Rio Lima/Gleba-Capela.

- Relativamente as obras em Calçada/Terra foram concluídas:
    - 8,4 km do troço Colónia Açoreana/S. Francisco - S. Paulo;
    - 4 km do troço Caldeiras/Água Coimbra;
    - 2,2 km do troço Saudade /Quintal da Roça Santa Margarida;
    - 1 km do troço Santa Cruz/Quintal da Roça Santa Margarida;
    - 0,950 km do troço da EN1 – Ponta Figo/Generosa- fase II;
    - 1,4 km do troço da EN1 Conde/Gleba;
    - 0,43 km do troço de Santana/Micondó;
    - 0,8 km da EN1/Cemitério de Santo Amaro;
    - 0,5 km da EN2/Cemitério de S. João dos Angolares.

- Manutenção e Reparação das Redes de Estradas

- Realizada a manutenção de 822,14 km de estradas pela equipa do GIME. A manutenção consistiu na capinação nas bermas, limpeza de sistemas de drenagem e realização de pequenos trabalhos de remoção de pequenas derrocadas, desbravamento e tapagem de buraco, limpeza de divergentes, abertura de aquedutos, travessias e valas divergentes nas estradas nacionais, secundárias e terciárias.

h. Ambiente

Neste domínio para o ano em análise, foi previsto apenas um programa: Promoção de um ambiente saudável e utilização racional dos recursos naturais das questões relativas as alterações climáticas nas políticas do país. As medidas e acções foram:

- Visando a protecção e conservação dos ecossistemas foram:

- Reforço da capacidade das instituições ambientais;
- Implementação do plano de gestão dos parques naturais Ôbô de São Tomé e Príncipe;
- Realização de campanhas de informação, educação e sensibilização.

i. Saneamento

Neste domínio verifica-se que as condições de saneamento básico apresentam globalmente melhorias em todos os meios, apesar de ainda permanecer em níveis bastante alarmantes. As principais causas do deficiente saneamento básico foram identificadas como sendo a insuficiência de infraestruturas, insuficientes campanhas de informação e pouca disponibilidade de água. Foram definidas as seguintes medidas:

- Aumento e Melhoria de Acesso ao Saneamento Básico

- Reabilitação das redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de São Tomé e Príncipe e construir novas redes
- Efectuado o lançamento das obras para reparação de esgotos e drenagem de pântanos nos distritos de Água-Grande (Gongá) e Mé-Zóchi (San Nguembú);
- Concluídas as obras de reparação do muro de protecção costeira da zona de S. Gabriel.
- Construção e Reabilitação de Infraestrutura de Saneamento Básico
- Construídas casas de banho com fossas sépticas e ligadas a fonte de água permanente nas escolas básicas de Laranjeira, Água Casada e secundária de Conde;
- Realizadas obras de melhoria das casas de banho em nove (9) escolas sendo as escolas básicas de Micoló, Desejada, Boa Entrada, Agostinho Neto e Guadalupe, Creches de Boa Entrada e Santa Luzia, escola secundária de Guadalupe e Jardim de infância San Quilembê em Guadalupe com vista a melhoria de acesso ao saneamento básico nas escolas e Jardins;
- Efectuado o lançamento de primeira pedra para as obras de construção de escolas de Monte Café (Mé- Zóchi), Santana (Cantagalo), Neves (Lembá) e reabilitação da escola de S. Marçal (Água- Grande) todas projectadas com cabines de WC's.
- Realização de Obras de Saneamento Básico nas Comunidades devidamente identificadas

- Realizadas obras de drenagem e desassoreamento da foz do rio Lembá e na comunidade agrícola de Santa Catarina.

- Realização de Campanhas de Educação e Sensibilização sobre as Boas Prácticas de Conservação e Manutenção das Infraestruturas de Abastecimento de Água

- Realizadas campanhas de educação e sensibilização sobre as Boas Prácticas de Utilização, Conservação e Manutenção das Infraestruturas Sanitárias e de Abastecimento De Água potável nas escolas e nos serviços de saúde ao nível distrital promovidas pelo Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Energia, através da Direcção Geral do Ambiente, em colaboração com a Direcção Geral da Administração Escolar e a Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia.

6.5.2 Implementação das acções de Infraestrutura e Recursos Naturais no OGE

Na área de Infraestrutura e Recursos Naturais que agregam as acções realizadas pelo governo para i) atender às necessidades habitacionais da população e proporcionar adequadas condições de vida às concentrações populacionais urbanas e rurais; ii) alcançar os objectivos nacionais relacionados com a exploração das fontes de energia; iii) assegurar a infraestrutura e o emprego dos diversos modos de transporte de bens e de pessoas, assim como as acções relacionadas com as comunicações postais e as telecomunicações bem como iv) conceber os objectivos nacionais relacionados com o desenvolvimento ambiental, a protecção dos recursos naturais e do controlo da poluição ambiental, obteve para o efeito, um pacote orçamental no montante de 858.481 milhares de Dobras, tendo verificado ao longo da execução orçamental uma diminuição de dotação na ordem de 114.848 milhares de Dobras, já considerados os reforços e anulações, o que corresponde a um decréscimo de 13,4% em relação a dotação inicial.

Os principais programas que tiveram aumentos e reduções de dotações ao longo do ano de 2018 estão representados na Tabela 73, onde se destaca o aumento acentuado na dotação do programa de Construção e Reabilitação do Sistema Viário. Comportamento oposto teve os programas de Desenvolvimento de Serviços Comunitários, Gestão da Política de Transporte e Comunicação, Gestão da Política de Serviços Comunitários e de Habitação e da Política dos Transportes e Comunicações.

Tabela 73: Principais Programas que tiveram variação de Dotação

(em percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Gestão da Política de Serviços Comunitários e de Habitação	50,9
Gestão da Política de Transporte e Comunicação	497,1
Promoção da Produção e Diversificação Agrícola	39,3
Reduções	
Expansão da Capacidade de Captação e Distribuição de Água Potável	-28,8
Expansão e Desenvolvimento do Saneamento Básico	-60,5
Desenvolvimento de Serviços Comunitários	-24,7
Expansão da Capacidade de Geração de Energia Eléctrica	-57,1
Fortalecimento Institucional e Apoio para o Desenvolvimento Rural	-54,1

Fonte: DCP/MFCEA

Durante o período em análise, as despesas executadas na área de Infraestrutura e Recursos Naturais alcançaram o montante de 179.172 milhares de Dobras, correspondente a 23,8% da dotação final para o exercício, conforme apresentado na Tabela 74. Para o nível de execução observado, concorreram 12 (doze) subfunções, sendo 2 (duas) subfunção na área de Outros Serviços Comunitários e de Habitação , 2 (duas) subfunções na área de Combustíveis e Energia, 4 (quatro) subfunções na área de Transportes e Comunicações e 2 (duas) subfunções na área Ambiente, cuja realização de despesas responderam os seus propósitos conforme se descreve:

- Abastecimento de Água

Designam as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio dos serviços de abastecimento de água, incluindo o controlo de preços, a quantidade, a qualidade, a avaliação das necessidades futuras, a determinação das disponibilidades, a construção de novas redes de abastecimento de água e o apoio em forma de transferências, empréstimos, subvenções e outra ajuda para o ordenamento, expansão e exploração de redes de abastecimento de água, independente do regime de propriedade. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 5.690 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 59,8% da dotação final.

- Saneamento Básico

Referem-se as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de saneamento, dentre as quais a: administração das tarefas de recolha e eliminação de resíduos (recolha e tratamento de lixo); supervisão e inspecção dessas operações; exploração por autoridades públicas de sistemas de recolha e eliminação de resíduos; formulação e vigilância de normas sobre contaminação; construção, melhoramento, conservação ou exploração de sistemas de saneamento. O montante gasto referente a esta subfunção atingiu o valor de 1.835 milhares de Dobras, que corresponde a 50,9% da dotação final.

- Infraestruturas Urbanas

Compreendem as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de infraestruturas urbanas tais como: a recuperação de jardins e praças públicas; a manutenção e conservação de cemitérios, de casas mortuárias e de velório; a formulação e vigilância das normas de iluminação pública; gastos com o projecto, instalação, funcionamento, conservação, melhoramento e expansão da iluminação pública; gastos com a produção e difusão de informação pública sobre o assunto e a compilação de estatísticas. A execução de despesas nesta subfunção alcançou o montante de 230 milhares de Dobras, o equivalente a 94,7% da dotação final.

- Outros Serviços Comunitários e de Habitação

Compreendem as acções de administração geral dos assuntos de serviços comunitários e de habitação que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções precedentes. São ainda objecto desta classificação as instituições encarregues de: colectar, compilar e diluir informações estatísticas; elaborar políticas gerais e preparar planos e orçamentos que visem melhorar e desenvolver os serviços comunitários e de habitação prestados à população. A execução de despesas nesta subfunção alcançou o montante de 17.770 milhares de Dobras, o equivalente 39,1% dotação final.

Tabela 74: Despesas da Função Infraestrutura e Recursos Naturais

(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estr.
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment	Despesas Liquidad	Despesas Pagas		
INFRA-ESTRUTURA E RECURSOS NATURAIS	**858 481**	**743 633**	**179 172**	**179 172**	**177 042**	**23,8**	**100,0**
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	**13 357**	**9 513**	**5 690**	**5 690**	**5 690**	**59,8**	**3,2**
Expansão da Capacidade de Captação e Distribuição de Água Potável	13 357	9 513	5 690	5 690	5 690	59,8	3,2
SANEAMENTO BÁSICO	**9 127**	**3 608**	**1 835**	**1 835**	**1 835**	**50,9**	**1,0**
Expansão e Desenvolvimento do Saneamento Básico	9 127	3 608	1 835	1 835	1 835	50,9	1,0
INFRA-ESTRUTURAS URBANAS	**322**	**243**	**230**	**230**	**230**	**94,7**	**0,1**
Desenvolvimento de Serviços Comunitários	322	243	230	230	230	94,7	0,1
OUTROS SERVIÇOS COMUNITÁRIOS E DE HABITAÇÃO	**30 114**	**45 431**	**17 770**	**17 770**	**17 770**	**39,1**	**9,9**
Gestão da Política de Serviços Comunitários e de Habitação	30 114	45 431	17 770	17 770	17 770	39,1	9,9
ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	**109 400**	**83 037**	**50 738**	**50 738**	**50 138**	**60,4**	**28,3**
Expansão da Capacidade de Geração de Energia Eléctrica	85 200	36 555	28 456	28 456	27 856	76,2	15,9
Expansão da Capacidade de Distribuição de Energia Eléctrica	24 200	24 200	0	0	0	0,0	0,0
Pesquisa de Outros Sistemas de Produção de Energia	0	22 282	22 282	22 282	22 282	100,0	12,4
OUTROS SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEL E ENERGIA	**39 878**	**27 496**	**8 724**	**8 724**	**8 724**	**31,7**	**4,9**
Gestão da Política de Recursos Naturais e Energia	39 878	27 496	8 724	8 724	8 724	31,7	4,9
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	**345 320**	**284 174**	**66 990**	**66 990**	**66 990**	**23,6**	**37,4**
Construção e Reabilitação do Sistema Viário	345 320	284 174	66 990	66 990	66 990	23,6	37,4
TRANSPORTE MARÍTMO	**4 000**	**3 279**	**3 190**	**3 190**	**3 190**	**97,3**	**1,8**
Construção, Modernização e Reabilitação das Infra-estruturas do Transporte Marítimo	4 000	3 279	3 190	3 190	3 190	97,3	1,8
TRANSPORTE AÉREO	**301 000**	**260 056**	**0**	**0**	**0**	**0,0**	**0,0**
Construção, Modernização e Reabilitação das Infra-estruturas Aeroportuárias	301 000	260 056	0	0	0	0,0	0,0
OUTROS SERVIÇOS DE TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕE	**3 197**	**19 088**	**18 275**	**18 275**	**16 745**	**87,7**	**10,2**
Gestão da Política de Transporte e Comunicação	3 197	19 088	18 275	18 275	16 745	87,7	10,2
Promoção da Produção e Diversificação Agrícola	14 905	20 766	10 262	10 262	10 262	49,4	5,7
Promoção da Produção Animal	16 405	16 231	131	131	131	0,8	0,1
Desenvolvimento Agro- Industrial	722	722	0	0	0	0,0	0,0
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial Rural	736	356	288	288	288	80,9	0,2
Fortalecimento Institucional e Apoio para o Desenvolvimento Rural	129 749	59 596	48 065	48 065	48 065	80,7	26,8
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	**0**	**5 519**	**5 519**	**5 519**	**5 519**	**100,0**	**3,1**
Proteção e Preservação do Meio Ambiente	0	5 519	5 519	5 519	5 519	100,0	3,1
OUTROS SERVIÇOS DE AMBIENTE	**2 765**	**2 190**	**214**	**214**	**214**	**9,8**	**0,1**
Gestão da Política de Ambiente	2 765	2 190	214	214	214	9,8	0,1

Fonte: DCP/MFCEA

- Electricidade e Outras Fontes de Energia

Compreendem as acções de administração, gestão, supervisão, apoio e regulamentação dos serviços de electricidade e de outras fontes de energia, abrangendo as acções de formulação, e fiscalização no cumprimento da regulamentação da geração, transmissão e distribuição de energia eléctrica. Nesta subfunção foram gastos o montante de 50.738 milhares de Dobras, o que corresponde a 60,4% da dotação final e 28,3% do total executado nesta área de actuação do Governo.

• Outros Serviços de Combustível e Energia

Compreendem as acções de administração geral dos assuntos de serviços de combustíveis e energia que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções da função Combustíveis e Energia, precedentes. São ainda objecto desta classificação as instituições encarregues de colectar, compilar e difundir informações estatísticas; elaborar políticas gerais e preparar planos e orçamentos que visem melhorar e desenvolver os serviços de combustíveis e energia prestados à população. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018 nesta subfunção atingiram o montante de 8.724 milhares de Dobras, o que representa um grau de execução de 31,7% da dotação final e 4,9% do total executado nesta área de actuação do Governo.

• Transporte Rodoviário

Incorporam, por um lado as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de transporte rodoviário e por outro lado, as acções de implantação e operação de infraestruturas rodoviárias, de terminais rodoviários, vias expressas, estradas e controlo e segurança do tráfego rodoviário. O montante executado referente a esta subfunção atingiu 66.990 milhares de Dobras, que corresponde a 23,6% da dotação final e cerca de 37,4% do total executado nesta área de actuação do Governo.

• Transporte Marítimo

Compreendem as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de transporte aquático, considerados como tal os transportes fluviais, lacustres e principalmente o marítimo. São aqui classificados os gastos com apoio a pesquisas; com a produção e difusão de informação pública sobre o assunto; com a compilação e produção de estatísticas; com a regulamentação de tarifas; e com o apoio em forma de empréstimo, doação, subvenção ou subsídios às empresas que actuam no sector. Os gastos inerentes a esta subfunção foram de 3.190 milhares de Dobras, o que corresponde a 97,3% da dotação final e cerca de 1,8% do total executado nesta área de actuação do Governo.

• Transporte Aéreo

Compreendem as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de transporte aéreo tais como: a transportação de passageiros e cargas; a regulamentação e controlo de toda a actividade, no que concerne ao uso, benefício ou partilha do espaço aéreo; e as actividades conexas como as telecomunicações, a meteorologia, as instalações de auxílio rádio visuais, etc. São partes integrantes desta classificação a construção e exploração de aeroportos e terminais de carga, os serviços de apoio a actividade de transporte aéreo como programas encarregues de prestar informação pública e técnica, compilação de estatísticas, pesquisas, regulamentações sobre tarifas e sobre operações aéreas, segurança e frequência dos vôos. Os gastos inerentes a esta subfunção não se registraram no ano em análise.

• Outros Serviços de Transportes e Telecomunicações

Compreendem as acções de administração geral dos assuntos de serviços de transportes e comunicações que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções, da função Transporte e Comunicações, precedentes. Esta subfunção registou um grau de execução de 87,7% da dotação final, ascendendo aos 18.275 milhares de Dobras.

• Preservação Ambiental

Compreendem as acções de administração, gestão, supervisão e regulamentação dos serviços de ambiente, como: a criação, administração, apoio e exploração de reservas ambientais; a concessão de licenças para o abate de árvores; a concessão de licença para empresas dedicadas a exploração dos recursos florestais e naturais, do sistema de recolha e eliminação de resíduos de todo o tipo, de qualquer fonte, recolhidos por qualquer método e eliminados na natureza. Devem aqui ser considerados os gastos com o apoio em forma de empréstimo, doação, subvenção ou subsídios às empresas que exploram os serviços de meio ambiente. Os recursos aplicados durante o exercício de 2018, nesta subfunção atingiram o montante de 5.519 milhares de Dobras, que representa um grau de execução de 100% da dotação final.

• Outros Serviços de Ambiente

Designam as acções de administração geral dos assuntos de serviços de ambiente que não sejam passíveis de classificação em nenhuma das subfunções da função Ambiente, precedentes. O montante gasto referente a esta subfunção atingiu o valor de 214 milhares de Dobras, que corresponde a uma taxa de realização de 9,8% da dotação final.

Na análise da composição dos gastos na área de Infraestrutura e Recursos Naturais (ver Gráfico 32) observa-se maior concentração das despesas nas subfunções "Transporte Rodoviário", “Electricidade e Outras Fontes de Energia" e "Outros Seviços Comunitários e de Habitação" que no seu conjunto corresponde a 75,9% do total executado nesta área de acção do Governo.

A representatividade do gasto nestas subfunções é explicada fundamentalmente pela execução dos programas como: “Construção e Reabilitação do Sistema Viário”, “Pesquisa de Outros Sistemas de Produção de Energia”, “Expansão da Capacidade de Geração de Energia Eléctrica”, “Gestão da Política de Transporte e Telecomunicações”, “Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial Rural” e “Fortalecimento Institucional e Apoio para o Desenvolvimento Rural”. Saliente-se que a categoria “Outras” incorpora as subfunções "Outros Serviços de Transporte e Telecomunicações", “Outros Serviços de Ambiente” e “Preservação Ambiental”, que no seu conjunto representa 13,4% do total executado nesta área.

Gráfico 32: Execução na Área de Infraestrutura e Recursos Naturais por Acções
(em percentagens)

Fonte: DCP/MFCEA

Do total das despesas executadas na área de Infraestruturas e Recursos Naturais, na vertente de Projectos e Actividades, 93,7% corresponde aos projectos, tendo registado um grau de execução nos 65,0% da dotação final, ascendendo aos 9.898 milhares de Dobras, cabendo a Actividades, incluindo as financiadas com receitas consignadas, os restantes 0,8%, atingindo o montante de 1.470 milhares de Dobras, o que corresponde a 44,0% da dotação final.

Para o nível de execução observado na componente Actividades, contribuíram fundamentalmente as actividades "5355 – Transferência Corrente para IMAP", "5528 – Transferência para Instituto Nacional de Estradas – INAE/MIRNA" e "5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário", nesta componente de despesas. Do lado dos Projectos, salienta-se a contribuição dos projectos "3574 - Construção de Estrada Gaspar/Sundy - ET601 - 6,1 Km", "5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge" e "9963 – PIMS#4602 - RENEWADLE ENERGY".

Do total aprovado a nível de projectos apenas 65,0% foram executados correspondendo aos 167.804 milhares de Dobras enquanto o total de actividades alcançou 89,0% correspondente a 9.898 milhares de Dobras e as despesas consignadas alcançaram 44,0% do aprovado representando 0,8 do total executado nesta área.

Atendendo a limitação financeira alguns projectos inscritos, com dotação total de 630.151 milhares de Dobras, não foram executados no ano 2018, onde se destacam "5984 – ES124 Bairro Verde/Quinta de Santo António", "6304 – Reabilitação de Estrada de Lucumí/Riboque (5 as 5)", "6306 – Drenagem da Zona de S. Nguembú", "3151 – Reabilitação das Pontes de Água-Grande", "5986 – Execução de Drenagem e Reabilitação do Pavimento na Rua Padre Martinho Pinto da Rocha", "Construção de Estrada Mulundu/Ponte Graça", "5538 – Requalificação da EN1/Conde/Gleba", "2793 – Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro" e "4820 – Manutenção da Central Eléctrica" ficando comprometido os resultados esperados com a sua implementação.

6.5.2 Indústria, Mineração, Comércio e Serviços

Este capítulo ressalva o crescimento económico sustentável gerador de emprego como aspecto fundamental no combate eficaz à pobreza. Neste sentido, o Governo definiu medidas e acções com propósito de diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza nos seguintes domínios:

- Comércio; Indústria; Turismo; Sector Privado e atracção de investimento.

O Governo pretende neste domínio reforçar o processo de desenvolvimento com vista a colmatar a excessiva informalidade, descapitalização dos agentes, insuficiência da legislação, falta de um mecanismo que garanta a defesa do consumidor e ausência de economia de escala. Neste quadro foram programadas medidas através do seguinte programa:

- Programa de inserção da economia na sub-região e no sistema comercial multilateral

O Governo preconizou com este programa promover a reorganização do comércio interno, a integração do país na sub-região e no sistema comercial multilateral, de modo a tirar pleno proveito da localização estratégica no golfo da Guiné e no mundo. Neste sentido, em 2018 foram realizadas as seguintes medidas de política:

- Reforço do mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade;

- Relativamente à matéria de abastecimento e controlo de venda desses produtos ao público, por intermédio de inspecções e fiscalizações, evitando assim, especulações e açambarcamentos dos produtos em causa.
- A luz dos objectivos deste programa procedeu-se no sector do comércio as seguintes acções:
- Implementação do quadro integrado reforçado (TIER I);
- Seguimento do dossier de Acordo de Parceria Económica (APE) e desenvolvidas acções e actividades para a criação da Zona Livre de Comércio na CEEAC;
- Desconcentração distrital de emissão das licenças de Quitandas e afins;
- Elaboração de um estudo sobre a dimensão do sector informal do comércio;
- Reorganização e formalização das actividades do comércio interno e do comércio de serviços.

i. Indústria

A participação do sector de indústria na economia do país é bastante noviça. As actividades industriais e de transformação, bem como os serviços são bastante limitados, sobretudo quando comparadas com as necessidades do país e as oportunidades existentes. Neste sentido, o governo preconiza a realização dos programas:

- Programa de dinamização do sector industrial

Este programa visou melhorar o quadro legal e técnico do sector industrial tornando propício para atracção de investimentos estrangeiros. Neste sentido foram realizadas as seguintes acções:

- Reforço institucional e modernização administrativa da Direcção de Indústria;
- Promoção e harmonização do sector industrial e agro-industrial incluindo a melhoria de infraestruturas;
- Reforço das capacidades das estruturas de apoio e de acompanhamento do sector privado;
- Implementação do protocolo de transferência de actividades para as Câmaras Distritais e Regional;
- Desenvolvimento de uma política de marca nacional que seja representativa do país e que concorra para o incremento da economia nacional;
- Criação do Fundo de Fomento Agro-Industrial (FFE) e o seu regulamento.

- Programa Melhoria no Controlo de Actividades Económicas

No contexto actual as indústrias em geral, bem como as agro-indústrias, em particular, encontram-se pouco desenvolvidas. Daí que foram desenvolvidas as seguintes medidas/acções:

- Actualização da legislação;
- Formação e capacitação do pessoal;
- Aquisição de meios e equipamentos (meios rolantes de luvas, máscaras, botas);
- Descentralização dos serviços de inspecção;
- Criação e gestão de base de dados.

ii. Turismo

O turismo representa uma das áreas em que o país apresenta fortes potencialidades e onde deverá contribuir para uma maior diversificação do sector privado e na promoção do crescimento económico do país. Actualmente é a principal fonte de exportação de serviços e a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de bens. Logo, foram programadas medidas através dos seguintes programas:

- Programa de promoção e valorização do turismo e actividades conexas

Este programa visou adoptar medidas para melhorar a oferta turística, através de atracção de investimentos, melhorias das infraestruturas turísticas, do quadro legal e paralelamente a promoção do país no exterior. No âmbito do mesmo foram realizadas as seguintes acções:

- Capacitação dos quadros da DGTH;
- Incentivar investimentos turísticos no meio rural;
- Elaboração/actualização das leis que regulam as actividades turísticas hoteleiras e similares;
- Promoção de campanhas de divulgação e de marketing do país;
- Definição e promoção da "marca São Tomé e Príncipe";
- Requalificação dos sítios de interesse turísticos;
- Desenvolvimento do guia de boas prácticas para o turismo de São Tomé e Príncipe;
- Melhoria do serviço de informação turística no exterior, mediante o recurso às nossas representações diplomáticas, entidades e emigrantes residentes nos países onde São Tomé e Príncipe não tem representação diplomática.

iii. Sector Privado e Atracção de Investimento

O Governo considera que o sector privado nacional será o principal motor da economia nacional, gerador de emprego, riqueza e de distribuição de rendimentos. Com vista a contribuir para a melhoria de ambiente de negócios, dinamizando o sector privado nacional e atraindo investimentos estrangeiros, acesso ao financiamento, aumento de eficiência da administração pública e estabilidade macroeconómica foi realizada o seguinte programa:

- Programa de promoção do sector privado como opção viável para o desenvolvimento da economia nacional

Pretendeu-se com este programa ultrapassar os constrangimentos de que padece o empresariado nacional e cooperar para a criação de um ambiente propício ao surgimento de um sector privado mais forte e competitivo. Nesta óptica foram realizadas as seguintes medidas:

- Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de

serviços que inclua a formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor;

- Operacionalização da APCI e sua eventual filiação na Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento;
- Seguimento da implementação das recomendações do relatório de "Doing Business".
- Implementação das acções da Função de Indústria, Mineração, Comércio e Serviços.

As acções governativas na área de Indústria, Mineração, Comércio e Serviços, enquadram-se nas funções de i) Indústria e Mineração, que agregam das acções realizadas pelo Governo para a consecução dos objectivos nacionais relacionados com o desenvolvimento das actividades industriais e com a exploração dos recursos minerais do país, e ii) Comércio e Serviços, onde agrupam as acções realizadas pelo Governo para consecução de objectivos nacionais relacionados com o desenvolvimento de actividades comerciais e serviços.

Nota-se que no ano 2018 consignou-se a esta área um volume orçamental no montante de 341 milhares de Dobras da dotação final.

Dada a dotação final, observa-se, conforme a Tabela 75, que os gastos na área de Indústria e Mineração, Comércio e Serviços ascenderam o montante de 286 milhares de Dobras e uma execução 83,9% da dotação final. Na área em análise, só será analisada 1 (uma) subfunção atendendo as ocorrências das transacções orçamentais ocorridas no ano em apreço.

Tabela 75: Despesas da Área Indústria, Mineração, Comércio e Serviços por Subfunção e Programa
(em milhares de Dobras)

Função/Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estr.
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
INDÚSTRIA, MINERAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS	**341**	**341**	**286**	**286**	**286**	**83,9**	**100,0**
TURISMO	**341**	**341**	**286**	**286**	**286**	**83,9**	**100,0**
Gestão da Política de Turismo e Hotelaria	341	341	286	286	286	83,9	100,0

Fonte: DCP/MFCEA

a. Turismo

Entendem as acções de administração, gestão, funcionamento e apoio dos serviços de turismo, constando-se os programas que tutelam as actividades de atrair turistas. Estas actividades incluem as campanhas publicitárias, inclusive no exterior, a difusão de literatura relativa a atracções e serviços, o apoio a festividades de realce com estabelecimentos de transporte, a indústria de hotéis, restaurantes e outras indústrias que beneficiam com o turismo, programas encarregues de pesquisas sobre problemas de turismo ou do seu apoio e programas que reúnem e compilam estatísticas sobre o turismo. Inclui-se também o apoio em forma de transferências, empréstimos, subvenções e outra ajuda para o ordenamento, expansão e exploração do turismo nacional. Assim sendo, a subfunção Turismo registou uma realização que ascende ao montante de 286 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 83,9% dotação ajustada.

Ao analisar a estrutura da execução da função em análise, verifica-se uma única concentração de despesas na subfunção "Turismo" que por si só representa 100,0% do total executado nesta área. Para esse nível de execução contribuiu o Programa "Gestão da Política de Turismo e Hotelaria".

Gráfico 33: Execução da Área Indústria, Mineração, Comércio e Serviços por Subfunção e Programa
(em milhares de Dobras)

Fonte: DCP/MFCEA

Sob a óptica de acção governativa (Actividade e Projecto) constata-se que durante o ano 2018, nesta área de actuação do Governo observa-se a exclusiva execução da consignada "3376 – Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas" que corresponde a 100,0% do executado na área em análise, tendo o seu nível de execução situado no montante de 286 milhares de Dobras.

6.7. Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais

6.7.1. Implem. das Grandes Opções do Plano na área de Serv. Econ. e Financ.

i. Administração Pública

O Governo preconiza com este domínio a gestão integrada dos recursos humanos da Administração Central do Estado, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a simplificação legislativa e de procedimentos com recurso a soluções tecnológicas e acesso a informação por parte dos cidadãos. Neste contexto, as acções desenvolvidas incidiram nas seguintes medidas:

-Programa de desenvolvimento institucional e modernização administrativa

Este programa visa simplificar e desburocratizar a administração pública, profissionalizar e melhorar as condições de trabalho dos funcionários públicos. Neste quadro as medidas e acções desenvolvidas visam:

- Informatização da administração pública;
- Actualização do Estatuto da Função Pública;

- Formação e capacitação dos recursos humanos da Administração Pública;
- Finanças Públicas.

Neste domínio das finanças públicas o Governo pretendeu reforçar o processo de consolidação orçamental visando a promoção da sustentabilidade e a qualidade das finanças públicas. Para o efeito, o executivo empenhou no programa de reforma que visou modernizar e optimizar o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), com vista a reforçar o controlo das despesas, transparência e prestação de contas e a descentralização orçamental. Para o efeito, foram definidas medidas cujos resultados foram os seguintes:

ii. Programa Modernização das Finanças Públicas

- Continuidade do processo de criação do Gabinete da Reforma e Modernização das Finanças Públicas (GARFIP);
- Foi criada, aprovada e publicada a Lei de Base do Sistema Nacional do Planeamento, o estatuto orgânico bem como os Órgãos de Planeamento Sectoriais;
- Reforço da capacidade institucional da Direcção dos Impostos concretamente com a aplicação dos diplomas legislativos, mormente a implementação do Código do Processo e Procedimento Tributário atribuindo competências na cobrança coerciva como forma de maior celeridade e eficácia na cobrança das dívidas fiscais;
- Elaborado o manual da Auditoria Fiscal; alterações do código de imposto sobre o consumo de produção local, do imposto sobre veículo, novo imposto sobre bebidas espirituosas e tabaco; actualizações dos valores dos selos de reconhecimento de assinatura e de licença de bebidas espirituosas;
- Criação de diploma que obriga os serviços de Estado que emitem facturas a solicitar aos utentes o cumprimento da obrigação fiscal, do regime jurídico das facturas e documentos equivalentes, do regime transitório de perdão fiscal;
- Alteração do código de IRS (imposto sobre o rendimento de pessoa singular);
- Elaborada e aprovada a legislação do IVA (imposto sobre o valor acrescentado).
- Execução das Acções de Outros Serviços Públicos Gerais no OGE

A área de Outros Serviços Públicos Gerais agrupa as acções realizadas pelo Executivo no âmbito das subfunções Administração Geral da Acção Executiva e Comunicação Social. A primeira compreende as acções de carácter público, exercidas continuamente que garantam o apoio necessário à execução dos serviços prestados pela administração pública as populações. Abrange todas as despesas administrativas de todos os Órgãos e Organismos do Estado do Poder Executivo. Assim, esta categoria engloba todos os órgãos de soberania, da administração local.

São também registadas nesta categoria as despesas com o pessoal que não se enquadre directamente nas demais funções e subfunções, como é o caso de saúde, a educação, a defesa nacional, a segurança

e ordem pública, dentre outras que se exceptuam desta subfunção. A segunda (Comunicação Social) compreende as acções de gestão, funcionamento e apoio dos serviços de comunicação social do Governo. É também aqui considerado os gastos com o apoio em forma de empréstimo, doação, subvenção ou subsídio às empresas que exploram os serviços de comunicação social.

Assim, no âmbito do Orçamento Geral do Estado do ano em análise, as despesas alocadas nesta área ascenderam ao montante de 621.078 milhares de Dobras, que ao longo do ano conheceu um aumento de dotação no valor de 42.931 milhares de Dobras, isto é, já considerados os reforços e anulações.

Desta forma, a Tabela 76 apresenta os principais programas na área de Outros Serviços Públicos Gerais que conheceram variação de dotação ao longo do ano. Realça-se desta forma o maior aumento no programa Modernização da Administração Financeira do Estado - PMAFE em 272,0%, tendo em conta os engajamentos efectuados no âmbito da construção ao nível institucional bem como das reformas que estão sendo levadas ao cabo. Comportamento contrário teve alguns programas que conheceram reduções de 47,9%, 44,5% e 18,0%, sendo respectivamente Formação e Capacitação de Quadros Públicos, Reforma Administrativa e Institucional do Estado e Capacitação e Difusão de Informações.

Tabela 76: Principais Variações de Dotação de Outros Serviços Públicos Gerais

(em Percentagem)

Programas	% Var. Dotação Final/ Aprovada
Aumentos	
Administração Geral dos Organismos	0,3
Modernização da Administração Financeira do Estado - PMAFE	272,0
Reduções	
Formação e Capacitação de Quadros Públicos	-47,9
Reforma Administrativa e Institucional do Estado	-44,5
Capacitação e Difusão de Infromações	-18,0

Fonte: DCP/MFCEA

Considerando o montante da dotação final disponível, observa-se, conforme apresentado na Tabela 77, que na área de Outros Serviços Públicos Gerais foi executado um total de 631.824 milhares de Dobras, o que corresponde a um grau de execução de 95,2% da dotação final. Saliente-se que integra esta área uma subfunção cuja realização de despesa respondeu ao seu propósito, conforme abaixo se descreve:

Tabela 77: Despesas da Área dos Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais

(em milhares de Dobras)

Sub-Função/Programa	Exercício Económico 2018					% Exec.	% Estr.
	Dotação Aprovada	Dotação Final	Despesas Cabiment.	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS GERAIS	**621 078**	**664 009**	**631 824**	**631 824**	**541 510**	**95,2**	**100,0**
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA ACÇÃO EXECUTIVA	**616 452**	**660 217**	**631 269**	**631 269**	**540 955**	**95,6**	**99,9**
Administração Geral dos Organismos	558 944	560 665	543 357	543 357	453 043	96,9	86,0
Desenvolvimento Institucional e Modernização Administrativa	349	338	338	338	338	100,0	0,1
Formação e Capacitação de Quadros Públicos	6 443	3 357	3 156	3 156	3 156	94,0	0,5
Reforma Administrativa e Institucional do Estado	8 025	4 450	2 000	2 000	2 000	44,9	0,3
Construção e Reabilitação de Infra - Estruturas Institucionais	24 262	22 850	14 056	14 056	14 056	61,5	2,2
Modernização da Administração Financeira do Estado - PMAFE	18 429	68 558	68 362	68 362	68 362	99,7	10,8
COMUNICAÇÃO SOCIAL	**4 626**	**3 792**	**555**	**555**	**555**	**14,6**	**0,1**
Capacitação e Difusão de Infromações	4 626	3 792	555	555	555	14,6	0,1

Fonte: DCP/MFCEA

iii. Administração Geral da Acção Executiva

Designam as acções de carácter público, exercidas continuamente, que garantam o apoio necessário à execução dos serviços prestados pela Administração Pública às populações, abrangendo todas as despesas administrativas de todos os Órgãos do Estado do Poder Executivo. Assim, esta categoria engloba todos os órgãos de soberania, da Administração Central, Administração Local e Regional. O montante gasto nesta subfunção foi de 631.269 milhares de Dobras, o que corresponde a um grau de execução de 95,6% da dotação final e 99,9% do total executado no cômputo desta área.

iv. Comunicação Social

Referem-se as acções de gestão, funcionamento e apoio dos serviços de comunicação social do Governo. No ano 2018 esta subfunção registou uma execução de 555 milhares de Dobras, o equivalente a taxa de realização de 14,6% da dotação final e apenas 0,1% do total executado nesta área.

Gráfico 34: Execução das Áreas de Serviços Económicos, Financeiros e Públicos Gerais por Actividades e Projectos

(em percentagem)

Fonte: DCP/MFCEA

Na análise das despesas segregadas por acção do Governo (Actividades e Projectos), observa-se que 58,3% das mesmas referem-se as Actividades e 4,6% referente as financiadas com recursos consignados, tendo registado um grau de execução de 98,3% e 68,9% respectivamente da dotação final, atingindo o montante de 446.490 e 35.262 milhares de Dobras. Os restantes 26,2% destinaram-se aos Projectos, o que corresponde a uma execução que ascende ao montante de 200.494 milhares de Dobras, o que representa 93,3% da sua dotação final.

No âmbito das Actividades destacam “1001 – Despesa com Pessoal", “1085 – Despesas com Missões de Banco Mundial e FMI”, ”2307 – Complemento para Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 – Transferência Corrente para a Região Autónoma do Príncipe”, “6043 – Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação” e “2376- Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas, que tiveram maior realce na área em análise.

Relativamente a execução dos Projectos, realça-se a contribuição dos projectos “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “2524 – Exercício Findo”, “4872 – Projecto de Apoio a Gestão Económica e Financeira - PAGEF” que apresentam um nível de execução de 11,0%, 10,0%, 8,8% do total executado nesta área.

Ano Fiscal de 2018

PARTEII: Conta Consolidada e Desempenho dos FSA e do Poder Regional e Local

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Ano Fiscal de 2018

Desempenho dos FSA, Poder Regional e Local

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDAD,DISCIPLINA, TRABALHO

CGE 2018

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA | financas.gov.st

Capítulo 7 : DESEMPENHO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

7.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

Uma das primordiais competências do Sistema Contabilístico do Estado é organizar e disciplinar as suas actividades, de maneira a melhor facilitar a análise e a interpretação dos resultados económicos e financeiros da gestão dos recursos públicos e conduzir a uma oportuna e fiável tomada de decisões. O n.º 2 do artigo 1.º da Lei 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE), define os subsistemas que integram o SAFE, sendo o de Contabilidade Pública (SCP) um deles, tendo as suas competências definidas no artigo 44.º da mesma lei.

Já o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto n.º 21/2007, de 7 de Setembro (Aprova o Regulamento do Sistema Contabilístico do Estado e Plano de Contas do Estado), dispõe que o SCP tem, entre outras, as atribuições de registar e possibilitar o controlo da execução orçamental, financeira e patrimonial do Estado, evidenciando a situação patrimonial de todos os agentes públicos que arrecadem receitas, efectuem despesas, produzam bens e serviços, executem obras ou serviços, guardem ou administrem bens a eles pertencentes ou confiados.

O Decreto n.º 8/2008, de 7 de Maio, que aprova o estatuto orgânico da Direcção de Contabilidade Pública, define que a mesma é o órgão central do Sistema Contabilístico do Estado responsável pelas funções de orientação, registo e controlo da execução orçamental, financeira e patrimonial, pela elaboração da Conta Geral do Estado (CGE) e pela análise e parecer sobre as prestações de contas dos Fundos Autónomos.

A Lei Anual do Orçamento no seu artigo 4.º, relativo às Finanças da Região Autónoma do Príncipe, Finanças Locais, Fundos Autónomos e Transferências Públicas para organismos autónomos, determina que todas as Instituições que dispõem de orçamentos privativos ficam autorizadas a aplicar as suas receitas próprias na realização das despesas que legalmente lhes competem, devendo as mesmas apresentar até 10 dias úteis, depois do fim do período, à Direcção da Contabilidade Pública, justificação das receitas realizadas, bem como das despesas efectuadas, a fim de permitir a consolidação das contas públicas.

Por outro lado, a Secção III da Lei n.º 3/2007 (Lei do SAFE) no seu artigo 60.º - Conta de Órgãos e Instituições Autónomas, define que o Governo deve apresentar, ainda, como anexo a Conta Geral do Estado, o Balanço Patrimonial dos Órgãos do poder regional e local e das instituições públicas que não integram o SAFE-e e o quadro demonstrativo das despesas realizadas e os respectivos saldos, relativamente aos recursos transferidos do Orçamento Geral do Estado.

Estes normativos foram reforçados pelo Decreto n.º 42/2012, de 28 de Dezembro, que define as regras, procedimentos e calendário para o exercício de prestação de contas, mensal, trimestral e anual, conforme o estipulado nos artigos 2.º, 36.º 56.º e Secção III da Lei do SAFE, no exercício de prestação de contas como uma etapa fundamental no processo de responsabilização, transparência das entidades públicos, a fim de evidenciar o resultado do exercício e a avaliação do desempenho dos órgãos do poder regional, local e instituições públicas.

Entretanto, conforme o estipulado no artigo 73.º da Lei n.º 3/2007, os órgãos e as instituições públicas com autonomia administrativa e financeira que não aderirem, no primeiro momento, à utilização do

SAFE electrónico, deverão informar mensalmente ao ministério que superintende a área das finanças, as transferências recebidas do Estado e as despesas realizadas por conta dessas receitas.

Certo é que dada a continuidade das limitações tecnológicas existentes, com particular destaque para a não abrangência do SAFE-e nessas entidades, a prestação de contas dos Serviços e Fundos Autónomos, Poder Local e Regional relativo ao exercício económico 2018, evidencia-se apenas pela análise do desempenho orçamental, por um lado, das receitas próprias arrecadadas, dos donativos bem como das transferências do Governo Central, e por outro lado, as despesas efectuadas por conta das referidas receitas, acentuada exclusivamente na perspectiva de classificação económica.

Por conseguinte, a consolidação das contas do SPA, no qual integra também a prestação de contas da Segurança Social, que evidencia-se de igual modo, o desempenho orçamental, por um lado, das receitas próprias arrecadadas, dos donativos bem como das transferências do Governo Central, e por outro lado, as despesas efectuadas por conta das referidas receitas, acentuada exclusivamente na perspectiva de classificação económica consoante harmonização contabilística realizada com a referida instituição com o objectivo de obter a padronização das informações necessárias para apresentação da conta consolidada do Sector Público Administrativo.

7.2 BASE CONCEPTUAL PARA A ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

A consolidação é um processo que ocorre pela soma ou agregação de saldos das contas ou pela soma ou agregação de saldos de grupos de contas, excluídas as transacções entre entidades incluídas na consolidação, porque todas as entidades consolidadas formarão uma só unidade contabilística consolidada. No caso do sector público, essa unidade contabilística é a Administração Pública. Desse modo, possibilita-se a elaboração da demonstração consolidada da unidade. Contudo, a consolidação é mais do que uma simples agregação, uma vez que os dados devem ser refinados, com fim de se eliminar dupla contagem de valores.

O cumprimento dos procedimentos definidos para a prossecução da consolidação das contas públicas tem sido ainda um processo gradual, face a inexistência de um sistema contabilístico que permita a integração dos sistemas de previsão e de execução das receitas e despesas, em termos de contabilidade orçamental junto dos Fundos e Serviços Autónomos, Administração Regional e Local bem como entidade da Segurança Social.

A análise das receitas foi segregada em correntes e capital, sendo que nas receitas correntes estão compreendidas as receitas cobradas pelas próprias entidades, de natureza Tributária (oriundas de impostos, taxas e contribuições), Patrimoniais (oriundas da exploração dos bens do Estado), Serviços (prestados pelo Estado) e Correntes Diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.) assim como as Transferências recebidas do Governo Central e demais pessoas de direito público ou privado.

Relativamente as receitas de capital compreendem as entradas de recursos provenientes da conversão de bens em espécie (alienação de bens), da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas (receitas de financiamentos), e de transferências de capital, decorrentes de recursos recebidos do Governo Central e demais pessoas de direito público ou privado. Saliente-se que as informações relativas a prestação de contas desses serviços são remetidas à DCP em suporte

físico (papel) e electrónico (ficheiro Excel) em formulário específico, considerando os classificadores orçamentais de receitas e despesas, que posteriormente são tratadas e analisadas. Não obstante a ideia da consolidação geral, é também importante a análise da visão segregada do resumo da execução orçamental FSA, Governos Locais e Regional bem como Instituto da Segurança Social, que por sua vez resultarão na visão da conta consolidada da Administração Pública.

7.3 DEMONST. DAS CONTAS DOS SFA, DOS GOV. LOCAIS E REG. E DE SEG. SOCIAL

Tabela78: Resumo da Execução Orçamental dos Fundos e Serviços Autónomos
(Em Milhares de Dobras)

Designação	Fundos e Serviços Autónomos				
	Execução			Variação	
	2 018	2017	2016	Absoluta	%
Receitas Correntes	**225 816**	**165 930**	**143 702**	**59 885**	**36,1**
Receita Tributária	15 952	10 188	879	5 764	56,6
Impostos	0	0	0	0	...
Taxas	15 952	10 188	879	5 764	56,6
Contribuições	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Receita Patrimonial	1 948	1 768	409	180	10,2
Receita de Serviços	68 654	37 838	6 721	30 816	81,4
Transferências Correntes	116 035	85 441	134 042	30 594	35,8
Do Tesouro	106 264	79 754	127 165	26 509	33,2
De Pessoas e Famílias	0	1 354	504	-1 354	-100,0
De Instituições sem Fins Lucrativos	1	0	6 020	1	...
Do Exterior	7 547	0	352	7 547	...
Outras	2 224	4 332	0	-2 109	-48,7
Receitas Correntes Diversas	23 227	30 695	1 651	-7 468	-24,3
Receitas de Capital	**8 958**	**67 473**	**5 288**	**-58 514**	**-86,7**
Alienações	3 246	16	2 431	3 230	19 640,7
De Participações/Cauções	3 200	10	180	3 191	33 408,8
De Bens	46	7	2 251	39	565,5
Receitas de Financiamento	0	67 032	0	-67 032	-100,0
Internos	0	67 032	0	-67 032	-100,0
Externos	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Interno	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Externo	0	0	0	0	...
Transferencias de Capital	5 236	424	2 855	4 812	1 134,5
Do Governo Central	5 150	0	2 230	5 150	...
De Pessoas e Famílias	0	0	0	0	...
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	559	0	...
Do Exterior	86	424	0	-338	-79,7
Outros	0	0	66	0	...
Reversão de Resultados Anteriores	476	0	2	476	...
Receitas Totais	**234 774**	**233 403**	**148 990**	**1 371**	**0,6**
Despesas Correntes	**193 689**	**202 101**	**128 451**	**-8 413**	**-4,2**
Despesas com Pessoal	88 516	76 383	80 617	12 134	15,9
Contribuições	5 272	5 526	4 951	-254	-4,6
Bens e Serviços	48 985	94 389	28 488	-45 404	-48,1
Juros da Divida	11 305	1 343	0	9 962	742,0
Tranferências Correntes	14 880	5 694	5 049	9 186	161,3
Para outros Níveis do Governo	13 323	4 364	4 834	8 960	205,3
Serviços Autónomos	0	4 123	4 423	-4 123	-100,0
Institutos Públicos	0	175	0	-175	-100,0
RAP	0	0	0	0	...
Câmaras Distritais	13 323	66	0	13 257	20 049,5
Outras	0	0	411	0	...
Para Instituições sem fins Luctrativos	707	530	0	177	33,4
Para Famílias	229	3	0	227	9 070,4
Para Exterior	620	798	215	-177	-22,2
Outras	0	0	0	0	...
Outras Despesas Correntes	24 018	17 904	9 179	6 114	34,1
De Exercícios Anteriores	713	807	167	-94	-11,7
Restituições	0	57	0	-57	-100,0
Despesas de Capital	**41 666**	**23 253**	**37 251**	**18 413**	**79,2**
Investimentos	16 005	23 083	33 219	-7 078	-30,7
Tranferências de Capital	12 197	0	0	12 197	...
Para outros Níveis do Governo	12 197	0	0	12 197	...
Para Empresas não Financeiras	0	0	0	0	...
Para Instituições Financeiras	0	0	0	0	...
Para Outras Empresas	0	0	0	0	...
Para Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	...
De Exercícios Anteriores	9 674	170	3 484	9 503	5 581,3
Outras Despesas de Capital	3 790	0	549	3 790	...
Reserva Orçamental	0	0	0	0	...
Despesas Totais	**235 355**	**225 355**	**165 702**	**10 000**	**4,4**

Fonte: DCP/MFCEA

Tabela 79: Resumo de Execução Orçamental do Governo Regional de Príncipe

(em Milhares de Dobras)

Designação	Governo Regional do Príncipe				
	Execução			Variação	
	2018	2017	2016	Absoluta	%
Receitas Correntes	**0**	**101 251**	**92 462**	**-101 251**	**-100,0**
Receita Tributária	0	43 806	47 941	-43 806	-100,0
Impostos	0	36 409	40 421	-36 409	-100,0
Taxas	0	7 397	7 381	-7 397	-100,0
Contribuições	0	0	0	0	...
Outras	0	0	139	0	...
Receita Patrimonial	0	485	875	-485	-100,0
Receita de Serviços	0	95	78	-95	-100,0
Transferências Correntes	0	42 060	42 424	-42 060	-100,0
Do Tesouro	0	42 060	42 424	-42 060	-100,0
De Pessoas e Famílias	0	0	0	0	...
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	0	0	...
Do Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Receitas Correntes Diversas	0	14 804	1 144	-14 804	-100,0
Receitas de Capital	**0**	**26**	**1 548**	**-26**	**-100,0**
Alienações	0	26	48	-26	-100,0
De Participações/Cauções	0	0	0	0	...
De Bens	0	26	48	-26	-100,0
Receitas de Financiamento	0	0	0	0	...
Internos	0	0	0	0	...
Externos	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Interno	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Externo	0	0	0	0	...
Transferencias de Capital	0	0	1 500	0	...
Do Governo Central	0	0	1 500	0	...
De Pessoas e Famílias	0	0	0	0	...
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	0	0	...
Do Exterior	0	0	0	0	...
Outros	0	0	0	0	...
Reversão de Resultados Anteriores	0	0	0	0	...
Receitas Totais	**0**	**101 277**	**94 010**	**-101 277**	**-100,0**
Despesas Correntes	**0**	**90 360**	**78 913**	**-90 360**	**-100,0**
Despesas com Pessoal	0	62 551	57 628	-62 551	-100,0
Contribuições	0	2 079	1 217	-2 079	-100,0
Bens e Serviços	0	17 366	9 676	-17 366	-100,0
Juros da Divida	0	0	0	0	...
Tranferências Correntes	0	3 003	3 927	-3 003	-100,0
Para outros Níveis do Governo	0	2 429	3 200	-2 429	-100,0
Serviços Autónomos	0	2 429	3 200	-2 429	-100,0
Institutos Públicos	0	0	0	0	...
RAP	0	0	0	0	...
Câmaras Distritais	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Para Instituições sem fins Luctrativos	0	0	0	0	...
Para Famílias	0	574	727	-574	-100,0
Para Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Outras Despesas Correntes	0	5 160	5 274	-5 160	-100,0
De Exercícios Anteriores	0	200	1 191	-200	-100,0
Restituições	0	0	0	0	...
Despesas de Capital	**0**	**19 272**	**16 701**	**-19 272**	**-100,0**
Investimentos	0	10 087	16 701	-10 087	-100,0
Tranferências de Capital	0	0	0	0	...
Para outros Níveis do Governo	0	0	0	0	...
Para Empresas não Financeiras	0	0	0	0	...
Para Instituições Financeiras	0	0	0	0	...
Para Outras Empresas	0	0	0	0	...
Para Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	...
De Exercícios Anteriores	0	9 185	0	-9 185	-100,0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	...
Reserva Orçamental	0	0	0	0	...
Despesas Totais	**0**	**109 632**	**95 614**	**-109 632**	**-100,0**

Fonte: DCP/MFCEA

Tabela 80: Resumo da Execução Orçamental dos Governos Locais

(em Milhares de Dobras)

Designação	Governos Locais				
	Execução			Variação	
	2018	2017	2016	Absoluta	%
Receitas Correntes	**35 384**	**28 497**	**43 514**	**6 887**	**24,2**
Receita Tributária	4 389	1 265	5 574	3 124	246,9
Impostos	0	0	0	0	...
Taxas	4 389	1 265	5 574	3 124	246,9
Contribuições	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Receita Patrimonial	0	0	0	0	...
Receita de Serviços	0	0	0	0	...
Transferências Correntes	30 888	21 179	37 265	9 709	45,8
Do Tesouro	30 812	21 078	36 738	9 734	46,2
De Pessoas e Famílias	76	102	526	-26	-25,2
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	0	0	...
Do Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Receitas Correntes Diversas	108	6 053	676	-5 945	-98,2
Receitas de Capital	**11 855**	**4 496**	**18 183**	**7 358**	**163,6**
Alienações	0	0	0	0	...
De Participações/Cauções	0	0	0	0	...
De Bens	0	0	0	0	...
Receitas de Financiamento	0	0	0	0	...
Internos	0	0	0	0	...
Externos	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Interno	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Externo	0	0	0	0	...
Transferencias de Capital	11 855	4 496	18 183	7 358	163,6
Do Governo Central	11 855	4 465	18 156	7 389	165,5
De Pessoas e Famílias	0	31	27	-31	-100,0
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	0	0	...
Do Exterior	0	0	0	0	...
Outros	0	0	0	0	...
Reversão de Resultados Anteriores	0	0	0	0	...
Receitas Totais	**47 239**	**32 994**	**61 697**	**14 245**	**43,2**
Despesas Correntes	**31 822**	**28 801**	**44 250**	**3 021**	**10,5**
Despesas com Pessoal	21 897	18 693	24 580	3 205	17,1
Contribuições	471	127	691	344	269,8
Bens e Serviços	7 098	6 884	14 690	214	3,1
Juros da Divida	0	0	0	0	...
Tranferências Correntes	470	1 436	959	-966	-67,3
Para outros Níveis do Governo	0	0	2	0	...
Serviços Autónomos	0	0	2	0	...
Institutos Públicos	0	0	0	0	...
RAP	0	0	0	0	...
Câmaras Distritais	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Para Instituições sem fins Luctrativos	470	376	442	94	25,0
Para Famílias	0	1 061	502	-1 061	-100,0
Para Exterior	0	0	12	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Outras Despesas Correntes	1 886	1 657	3 331	229	13,8
De Exercícios Anteriores	0	0	0	0	...
Restituições	0	3	0	-3	-100,0
Despesas de Capital	**5 699**	**5 785**	**15 369**	**-86**	**-1,5**
Investimentos	5 699	5 699	15 019	-1	0,0
Tranferências de Capital	0	0	0	0	...
Para outros Níveis do Governo	0	0	0	0	...
Para Empresas não Financeiras	0	0	0	0	...
Para Instituições Financeiras	0	0	0	0	...
Para Outras Empresas	0	0	0	0	...
Para Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	...
De Exercícios Anteriores	0	85	0	-85	-100,0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	...
Reserva Orçamental	0	0	350	0	...
Despesas Totais	**37 521**	**34 586**	**59 619**	**2 935**	**8,5**

Fonte: DCP/MFCEA

Tabela 81: Resumo da Execução Orçamental do Instituto Nacional de Segurança Social
(em Milhares de Dobras)

Designação	Segurança Social				
	Execução			Variação	
	2018	2017	2016	Absoluta	%
Receitas Correntes	**156 653**	**211 980**	**131 412**	**-55 327**	**-26,1**
Receita Tributária	155 857	207 056	118 792	-51 198	-24,7
Impostos	0	0	0	0	...
Taxas	0	0	0	0	...
Contribuições	155 857	207 056	118 792	-51 198	-24,7
Outras	0	0	0	0	...
Receita Patrimonial	0	0	0	0	...
Receita de Serviços	250	135	114	116	86,0
Transferências Correntes	203	203	203	0	0
Do Tesouro	0	0	0	0	...
De Pessoas e Famílias	0	0	0	0	...
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	0	0	...
Do Exterior	203	203	203	0	0,0
Outras	0	0	0	0	...
Receitas Correntes Diversas	342	4 586	12 303	-4 244	-92,5
Receitas de Capital	**0**	**0**	**0**	**0**	**...**
Alienações	0	0	0	0	...
De Participações/Cauções	0	0	0	0	...
De Bens	0	0	0	0	...
Receitas de Financiamento	0	0	0	0	...
Internos	0	0	0	0	...
Externos	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Interno	0	0	0	0	...
Amortização de Financ. Externo	0	0	0	0	...
Transferencias de Capital	0	0	0	0	...
Do Governo Central	0	0	0	0	...
De Pessoas e Famílias	0	0	0	0	...
De Instituições sem Fins Lucrativos	0	0	0	0	...
Do Exterior	0	0	0	0	...
Outros	0	0	0	0	...
Reversão de Resultados Anteriores	0	0	0	0	...
Receitas Totais	**156 653**	**211 980**	**131 412**	**-55 327**	**-26,1**
Despesas Correntes	**130 072**	**110 862**	**85 860**	**19 210**	**17,3**
Despesas com Pessoal	11 865	11 502	10 490	362	3,2
Contribuições	683	642	557	41	6,4
Bens e Serviços	13 065	9 033	6 043	4 032	44,6
Juros da Divida	0	0	0	0	...
Tranferências Correntes	103 959	89 476	68 580	14 484	16,2
Para outros Níveis do Governo	0	0	0	0	...
Serviços Autónomos	0	0	0	0	...
Institutos Públicos	0	0	0	0	...
RAP	0	0	0	0	...
Câmaras Distritais	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Para Instituições sem fins Luctrativos	0	0	0	0	...
Para Famílias	103 959	89 476	68 580	14 484	16,2
Para Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Outras Despesas Correntes	484	184	178	300	163,4
De Exercícios Anteriores	17	26	12	-9	-35,0
Restituições	0	0	0	0	...
Despesas de Capital	**5 411**	**5 620**	**3 848**	**-209**	**-3,7**
Investimentos	5 411	5 620	3 848	-209	-3,7
Tranferências de Capital	0	0	0	0	...
Para outros Níveis do Governo	0	0	0	0	...
Para Empresas não Financeiras	0	0	0	0	...
Para Instituições Financeiras	0	0	0	0	...
Para Outras Empresas	0	0	0	0	...
Para Exterior	0	0	0	0	...
Outras	0	0	0	0	...
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	...
De Exercícios Anteriores	0	0	0	0	...
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	...
Reserva Orçamental	0	0	0	0	...
Despesas Totais	**135 483**	**116 482**	**89 708**	**19 001**	**16,3**

Fonte: DCP/MFCEA

7.4 DEMONSTRATIVO DA CONTA CONSOLIDADA

Tabela 82: Demonstrativo da Conta Consolidada
(em Milhares de Dobras)

Designação	Estado	FSA	Adm. Central	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Admnist. Pública
Receitas Correntes	**1 365 306**	**225 816**	**1 529 058**	**52 521**	**156 653**	**1 738 232**
Receita Tributária	1 110 183	15 952	1 126 136	4 389	155 857	1 286 381
Impostos	1 061 519	0	1 061 519	0	0	1 061 519
Taxas	36 850	15 952	52 802	4 389	0	57 191
Contribuições	0	0	0	0	155 857	155 857
Outras	11 814	0	11 814	0	0	11 814
Receita Patrimónial	233 901	1 948	235 849	0	0	235 849
Receitas de Serviços	21 222	68 654	89 876	0	250	90 126
Transferências Correntes	0	116 035	53 971	48 024	203	102 199
Administrações Públicas	0	106 264	51 746	48 024	0	99 770
Estado	0	106 264	44 200	48 024	0	92 224
Do Exterior	0	7 547	7 547	0	0	7 547
Fundos e Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0
Administração Regional e Local	0	0	0	0	0	0
Outras	0	2 225	2 225	0	306	2 531
Receitas Correntes Diversas	0	23 227	23 227	108	342	23 677
Receitas de Capital	**893 721**	**8 958**	**902 679**	**11 855**	**0**	**914 534**
Alienações	116	3 246	3 362	0	0	3 362
Financiamentos	178 095	0	178 095	0	0	178 095
Internos	45 246	0	45 246	0	0	45 246
Externos	132 849	0	132 849	0	0	132 849
Tranferências de Capital	715 510	5 236	720 746	11 855	0	732 601
Administrações Públicas	0	5 150	5 150	11 855	0	17 005
Estado	0	5 150	5 150	11 855	0	17 005
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	0	0	0	0
Administração Regional e Local	0	0	0	0	0	0
Outras	715 510	86	715 596	0	0	715 596
Reversão de Exercícios Anteriores	0	476	476	0	0	476
Receitas Totais	**2 259 027**	**234 774**	**2 431 737**	**64 375**	**156 653**	**2 652 765**
Despesas Correntes	**1 473 182**	**193 689**	**1 666 870**	**31 822**	**130 072**	**1 828 765**
Despesas com Pessoal	770 233	88 516	858 749	21 897	11 865	892 512
Contribuições	25 742	5 272	31 014	471	683	32 168
Bens e Serviços	259 716	48 985	308 701	7 098	13 065	328 864
Juros da Divida	34 242	11 305	45 547	0	0	45 547
Subsídio	0	0	0	0	0	0
Tranferências Correntes	272 723	14 880	287 603	470	103 959	392 032
Administrações Públicas	229 375	13 323	242 699	0	0	242 699
Estado	0	0	0	0	0	0
Fundos e Serviços Autónomos	150 463	0	150 463	0	0	150 463
Administração Regional e Local	78 912	13 323	92 235	0	0	92 235
Outras	43 347	1 556	44 904	470	0	45 374
Outras Despesas Correntes	70 505	24 018	94 523	1 886	484	96 893
De Exercícios Anteriores	40 021	713	40 734	0	17	40 750
Restituições	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	**872 157**	**41 666**	**913 823**	**5 699**	**5 411**	**924 932**
Investimentos	683 180	16 005	699 186	5 699	5 411	710 295
Transferência de Capital	25 599	12 197	37 796	0	0	37 796
Administrações Públicas	0	12 197	12 197	0	0	12 197
Estado	0	12 197	12 197	0	0	12 197
Fundos e Serviços Autónomos	0	0	0	0	0	0
Administração Regional e Local	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0	0
Despesa de Capital Financeiro	86 397	0	86 397	0	0	86 397
De Exercícios Anteriores	0	9 674	9 674	0	0	9 674
Outras Despesas de Capital	76 980	3 790	80 770	0	0	80 770
Reserva Orçamental	0	0	0	0	0	0
Despesas Totais	**2 345 339**	**235 355**	**2 580 694**	**37 521**	**135 483**	**2 753 697**

Fonte: DCP/MFCEA

7.5 NOTAS EXPLICATIVAS DOS DEMONST. DOS FSA, DOS GOV. LOCAIS E REG. E DA SEG. SOCIAL

7.5.1. Contexto

As análises do desempenho orçamental constam informações que abrangem as entidades que recebem as transferências do Governo Central, efectuadas em 3 (três) vertentes: **i)** Serviços e Fundos Autónomos - consolidam as informações dos órgãos Legislativo, Presidência, Tribunais, Institutos/Agências, **ii)** Poder Regional - integram as informações da Região Autónoma do Príncipe, **iii)** Poder Local - consolidam as informações das Câmaras Distritais. Entretanto, foram também incorporadas as informações do INSS (Instituto Nacional da Segurança Social).

Contudo, realça-se que em diversos órgãos acima mencionados por um lado, existem acções, sobretudo projectos, que são executados directamente pelo Governo Central, sem que os respectivos valores fossem transferidos para os mesmos; por outro lado, evidenciaram desbloqueamentos de verbas através dos Encargos Gerais do Estado para alguns órgãos que foram consideradas transferências adicionais do Governo Central.

De igual forma, é bom salientar que as informações das despesas dos FSA, GR e GL não incorporam as despesas de consumo de comunicação e de água e energia (inclusive as de iluminações públicas) que são suportadas na sua totalidade pelo Governo Central. Assim, grande parte das despesas do Programa de Investimentos Públicos e despesas com comunicação e água e energia afectos a esses órgãos aparecem na coluna referente ao sector do Estado da conta consolidada, de forma a evitar a dupla contabilização das mesmas.

É importante realçar que a análise feita no presente capítulo não incorpora a prestação de contas da Presidência da República, Instituto Nacional de Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPIEG), Câmaras Distritais de Cantagalo e Lembá, bem como a região autónoma do Príncipe, por um lado, pela falta de apresentação de contas relativo ao ano em apreço, como é o caso da Câmara Distrital de Cantagalo e por outro, o não balanceamento das informações contabilísticas apresentadas, configurando-se em situação de "pagamentos por regularizar" nos termos do número 6 dos artigos 3º e 4º do Decreto nº42/2012, apesar dos expedientes encetados pela Direcção de Contabilidade Pública no sentido de corrigir as incongruências verificadas.

De salientar que a transferência do Tesouro Público (incluindo as verbas adicionais através do Orçamento dos Encargos Gerais do Estado) para os órgãos acima referidos ascende ao montante de 67.720,47 milhares de Dobras, sendo 13.869,23 milhares de Dobras, 182,06 milhares de Dobras, 7.053.08 milhares de Dobras, 6.803,61 milhares de Dobras e 39.812,48 milhares de Dobras respectivamente.

Por conseguinte, o exercício de prestação de contas, tem sido gradualmente fortalecido. Para o ano de 2018, o exercício de prestação de contas resultou na incorporação de novos fundos autónomos designadamente os Fundos da Agência de Promoção de Comercio e Investimento (APCI), Laboratório da Engenharia Civil, Centro Hospitalar de S.Tomé e Príncipe, Área de Saúde de Água Grande, Área de Saúde de Mé-Zochi, Área de Saúde de Cantagalo, Área de Saúde de Lembá e Área de Saúde de Caué, que traduziram-se desta forma, as informações consolidadas dos órgãos que estão listados no Quadro 4.

Quadro *2* : Relação dos Órgãos que Consolidaram as Contas em 2018

PODER	ÓRGÃOS	
LEGISLATIVO	Assembleia Nacional	A N
JUDICIAL	TRIBUNAIS JUDICIAIS	TJ
	TRIBUNAIS DE CONTAS	TC
INSTITUTOS/AGENCIAS	INSTITUTO MARITMO E PORTUARIO	IMAP
	UNIVERSIDADE DE S.TOME E PRINCIPE	USTP
	INSTITUTO NACIONAL DE ESTRADAS	INAE
	AGENCIA DE PROMOÇÃO DO COMERCIO E INVESTIMENTO	APCI
	DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO E HOTELARIA	DGTH
	FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL	FRN
	SERVIÇO DE MIGRAÇÃO E FRONTEIRAS	SMF
	DIRECÇÃO GERAL DO REGISTOS E NOTARIADO	DGRN
	LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL	LECSTP
	CENTRO HOSPITALAR DE S.TOME E PRINCIPE	CHSTP
	ÁREA DE SAÚDE DE ÁGUA GRANDE	AS AG
	ÁREA DE SAÚDE DE MÉ-ZOCHI	AS MZ
	ÁREA DE SAÚDE DE CANTAGALO	AS CGLO
	ÁREA DE SAÚDE DE LEMBA	AS LMB
	ÁREA DE SAÚDE DE CAUÉ	AS CUE
	INSTITUTO DE HABITAÇÃO IMOBILIARIA	IHI
	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	INSS
LOCAL	CÁMARA DISTRITAL DE AGUA GRANDE	CDAG
	CÁMARA DISTRITAL DE LOBATA	CDLBT
	CÁMARA DISTRITAL DE CAUÉ	CDC
	CÁMARA DISTRITAL DE MÉ-ZOCHI	CDMZ

Fonte: DCP/MFCEA

Os órgãos constantes no Quadro 3 representam os que não integraram a consolidação das contas por diversas razões alheias a vontade da Direcção da Contabilidade Pública, designamente: o incumprimento do prazo estipulado pelo Decreto 42/2012; finda da comissão de serviço conforme os resultados das eleições legislativas e autárquicas, bem como demais situações que substanciaram-se a não balanceamento das contas dos referidos órgãos.

Quadro 3 : Relação dos Órgãos que não Consolidaram as Contas em 2018

PODER	ÓRGÃOS	
PRESIDENCIA	PRESIDENCIA DA REÚBLICA	PR
INSTITUTOS/AGENCIAS	INSTITUTO NACIONAL DE PROMOÇÃO, IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	INPIEG
LOCAL	CÁMARA DISTRITAL DE CANTAGALO	CDLMB
	CÁMARA DISTRITAL DE LEMBA	CDCG
REGIONAL	REGIÃO AUTONOMA DO PRINCIPE	RAP

Fonte: DCP/MFCE

7.5.2 Análise do Demonstrativo das Contas dos Fundos e Serviços Autónomos

- Análise da Execução das receitas dos SFA

Após o apuramento e consolidação da prestação de contas dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) para o ano 2018, conforme apresentado na Tabela 78, observa-se que as receitas totais arrecadadas, incluindo as transferências do Governo Central, ascenderam ao montante total de 234.774 milhares de Dobras, contra os 233.403 milhares de Dobras arrecadados no mesmo período do ano transacto.

O nível de execução observado corresponde a uma variação homóloga positiva de 0,6%, justificado fundamentalmente pela incorporação de novos fundos autónomos designamente Laboratório de Engenharia Civil, Hospital Central Doutor Aires de Menezes, Área de Saúde Água Grande, Área de Saúde de Mé Zochi, Área de Saúde de Cantagalo, Área de Saúde de Lembá, Área de Saúde de Caué, , que traduziram-se no aumento das receitas correntes, mais concretamente as receitas tributárias e de serviços conforme se afigura no quadro abaixo.

Tabela 83: Execução de Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos por Órgãos
(em milhares de Dobras)

Designação	AN	TC	TJ	PR	IMAP	USTP	INPIEG	INAE	INIC	ANP	APCI	DGTH
Receitas Correntes	**47 975**	**15 500**	**33 414**	**0**	**4 340**	**7 375**	**0**	**5 696**	**1 981**	**14 428**	**87**	**9 958**
Receita Tributária	0	2 905	2 689	0	0	0	0	0	0	546	0	9 813
Impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxas	0	2 905	2 689	0	0	0	0	0	0	546	0	9 813
Contribuições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimónial	108	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas de Serviços	331	0	0	0	1 149	7 302	0	1 819	0	0	0	76
Transferências Correntes	46 818	12 555	30 725	0	3 190	73	0	3 620	1 981	13 882	87	2
Receitas Correntes Diversas	717	40	0	0	2	0	0	257	0	0	0	68
Receitas de Capital	**5 562**	**196**	**0**	**0**	**0**	**3 193**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Alienações	0	46	0	0	0	3 193	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranferências de Capital	5 086	150	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversão de Exercícios Anteriores	476	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas Totais	**53 537**	**15 696**	**33 414**	**0**	**4 340**	**10 568**	**0**	**5 696**	**1 981**	**14 428**	**87**	**9 958**
Esrutura (em % da receita total)	*22,8*	*6,7*	*14,2*	*0,0*	*1,8*	*4,5*	*0,0*	*2,4*	*0,8*	*6,1*	*0,0*	*4,2*

[…) Continuação da tabela 83

Designação	FRN	SMF	DGRN	LECSTP	CHSTP	AS AG	AS MZ	AS CG	AS LMB	AS LBTA	AS CAUE	IHI	Total
Receitas Correntes	**8 069**	**32 661**	**22 293**	**2 287**	**3 781**	**7 509**	**2 695**	**1 629**	**800**	**0**	**428**	**2 908**	**225 816**
Receita Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15 952
Impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15 952
Contribuições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimónial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 840	1 948
Receitas de Serviços	0	24 866	22 277	2 245	0	3 038	2 695	1 629	800	0	428	0	68 654
Transferências Correntes	2 052	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 050	116 035
Receitas Correntes Diversas	6 017	7 796	17	42	3 781	4 472	0	0	0	0	0	18	23 227
Receitas de Capital	**7**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**8 958**
Alienações	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 246
Financiamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 236
Reversão de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	476
Receitas Totais	**8 076**	**32 661**	**22 293**	**2 287**	**3 781**	**7 509**	**2 695**	**1 629**	**800**	**0**	**428**	**2 908**	**234 774**
Esrutura (em % da receita total)	*3,4*	*13,9*	*9,5*	*1,0*	*1,6*	*3,2*	*1,1*	*0,7*	*0,3*	*0,0*	*0,2*	*1,2*	*100,0*

Fonte: DCP/MFCEA

7.5.2.1 Receitas Correntes

A arrecadação de Receitas Correntes dos FSA atingiu, até o final do ano de 2018 uma arrecadação de 225.816 milhares de Dobras, mais 59.886 milhares de Dobras, do que executado no ano 2017. O acréscimo face ao ano transacto deve-se ao comportamento registado ao nível das rubricas dos Serviços e das Taxas após a incorporação de novos fundos autónomos. Relativamente ao nível de arrecadação registado, o mesmo expressa fundamentalmente o contributo das Transferências Correntes e de Capital do Governo Central para suportar as despesas de funcionamento das entidades autónomas, conforme detalhado nos itens abaixo:

- Tributárias

As Receitas Tributárias arrecadadas pelos FSA referem-se particularmente as taxas cobradas pelos serviços da Direção Geral de Turismo e Hotelaria com 9.813 milhares de Dobras, Tribunal de Contas com 2.905 milhares de Dobras e Tribunal Judicial com 2.689 milhares de Dobras (ver tabela 83), totalizando o montante de 15.952 milhares de Dobras incluindo a Agência Nacional de Petróleos com 546 milhares de Dobras. Comparativamente ao ano transacto, o montante executado no exercício económico em análise expressa um aumento de 56,6%.

- Receita Patrimonial

Conforme observado através da tabela 83, estas são provenientes da cobrança de rendimentos imobiliários, provenientes do Instituto de Habitação e Imobiliário concernente a aquisição de habitações, Assembleia Nacional concernente ao arrendamento do anfiteatro do Palácio dos Congressos para realização de actividades de diversos carris. Até final do ano 2018, este grupo de receitas atingiu uma execução que ascendeu a 1.948 milhares de Dobras, mais 10,2% do que foi executado no mesmo período do ano transacto.

- Receitas de Serviços

A receita de serviços obteve uma arrecadação de 68.654 milhares de Dobras, o que representa um aumento de 81,4%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior. Saliente-se que concorrem para esta categoria, particularmente a i) receitas provenientes de venda de Passaportes, certificado de residência, vistos turísticos, e entradas de navios e coimas no Serviço de Migração e Fronteiras, vendas de medicamentos, consultas, analises laboratoriais, levantamento de processos, serviços de imagiologia no Hospital Central e nas Áreas de Saúde distritais, ii) receitas de serviços cobrados pela relativo as taxas de turismo, jogos de fortuna ou azar, revalidação de alvarás e licenças, receitas de Museu Café, posto de informação turística e balcão, multas e penalidades aquando do atraso nas revalidações das licenças e alvarás, venda de catálogos promocionais na Direcção Geral de Registo e Notariado, iii) pagamento de propinas provenientes da Universidade de S.Tomé e Principe, receitas cobradas pelo INAE relativo a aluguer de equipamentos e IMAP.

- Transferências Correntes

As transferências correntes, que provieram na sua maioria do Governo Central, através do Orçamento Geral do Estado, correspondem a fonte de recurso mais contributiva para o funcionamento dos SFA. (cerca de 45,3% das receitas totais arrecadadas bem como 47,1% das receitas correntes), e consequentemente representam a fonte de recurso mais contributiva para o funcionamento das referidas entidades.

Durante o ano de 2018 as mesmas obtiveram uma realização total de 116.035 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 37,4% relativamente ao que foi mobilizado no igual período de 2017. Dentre elas, continuam a destacar as transferências correntes recebidas do Governo Central (Tesouro Nacional) pelos órgãos, designadamente Assembleia Nacional, e Tribunal Judicial, ANP e Tribunal de Contas que correspondem respectivamente 40,3%, 26,5%, 12,0% e 10,8% do total das transferências correntes recebidas.

- Receitas Correntes Diversas

Compreendem as receitas de carácter residuais decorrentes de outras cobranças, tais como: restituições, juros, multas, receita cambial, outras receitas correntes diversas e de outros recursos provenientes do Governo, bem como de outras instituições que não são caracterizadas como transferências. Até o final do exercício económico em análise, registou-se nesta rubrica uma realização de 23.227 milhares de Dobras, o que corresponde a uma redução de menos 24,3%, face ao que foi arrecadado no ano 2017.

Uma boa parte da componente dessa rubrica comportam expressivamente as transferências adicionais do Governo Central através do Orçamento dos Encargos Gerais do Estado para o Serviço de Migração e Fronteiras, a Área de Saúde de Água Grande e para o Cento Hospitalar para as diversas efemérides.

7.5.2.2. Receitas de Capital

Nesta categoria observou-se uma arrecadação de 8.958 milhares de Dobras, correspondente a uma diminuição de menos 87,0% face ao arrecadado no exercício homólogo de 2017. O nível de arrecadação verificado foi impulsionado, principalmente pelo contributo das transferências de Capital ao nível da Assembleia Nacional e da USTP (pagamento de propina por parte dos alunos da Universidade), sendo 5.086 milhares de Dobras e 3.193 milhares de Dobras respectivamente.

- Alienações

Esta componente conheceu uma realização de 3.246 milhares de Dobras, sendo a maior realização no valor de 3.193 milhares de Dobras provenientes do pagamento de propina escolar por parte dos alunos da Universidade de S. Tomé e Principe e por outra parte na alienação de bens diversos na hasta publica e feiras públicas por parte do Tribunal de Contas com uma realização de 46 milhares de Dobras.

- Transferências de Capital

Compreendem os recursos recebidos do Estado e de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender as despesas de capital. No período em análise a arrecadação deste conjunto de receitas ascendeu ao montante de 5.236 milhares de Dobras, que representa acréscimo de 1.135,0% do recebido no igual período de 2017. Salienta-se que estas referem-se principalmente a transferências de capital do Governo Central no valor de 5.000 milhares de Dobras e 86 milhares de Dobras proveniente da UNICEF, para a Assembleia Nacional.

- Reversão de Exercícios Anteriores

Compreende a reversão de saldos, apurados em exercícios anteriores, de recursos oriundos de receitas recolhidas indevidamente ou recolhidas a maior, as quais o Estado, após processo de restituição, fica obrigado a devolvê-las a seus recolhedores. No período em analise a sua arrecadação ascendeu ao montante de 475 milhares de Dobras do recebido no igual período de 2017. Esta receita corresponde a recomendação do Tribunal de Contas no processo de Auditoria, que o valor deva aparecer como saldo de exercício anterior.

- Análise da Execução das Despesas dos SFA

Conforme apresentado na Tabela 78, as despesas totais realizadas pelos Fundos e Serviços Autónomos no ano 2018 ascenderam ao montante de 235.355 milhares de Dobras, contra os 225.355 milhares de Dobras realizados no mesmo período do ano transacto, correspondendo a uma variação homóloga positiva de 4,4%, dos quais 82,3% refere se as Despesas Correntes, e 17,7 % representam a Despesa de Capital.

7.5.2.3 Despesas Correntes

Esta rubrica compreende as despesas com pessoal, com bens e serviços, transferências correntes, outras despesas correntes e despesas correntes de exercícios anteriores. Até final de 2018, registou-se uma execução de 193.689 milhões de Dobras, contra 202.101 milhares de Dobras do igual período de 2017, o que corresponde a menos 4,2% do executado no ano transacto. Do total realizado destacam-se as rubricas de Bens e Serviços, Despesas com o Pessoal (incluindo Segurança Social) e Outras Despesas Correntes representando 60,1%, 22,7% e 10,7%, respectivamente, conforme abaixo se discriminam:

Tabela 84: Execução de Despesas dos Serviços e Fundos Autónomos por Órgãos
(em milhares de Dobras)

Designação	AN	TC	TJ	PR	IMAP	USTP	INPIEG	INAE	INIC	ANP	APCI	DGTH
Despesas Correntes	**43 512**	**19 498**	**34 202**	**0**	**4 180**	**7 729**	**0**	**4 381**	**2 029**	**13 280**	**74**	**11 660**
Despesas com Pessoal	32 431	12 159	14 571	0	3 285	239	0	2 557	1 512	6 957	0	2 632
Contribuições	2 084	143	1 376	0	152	17	0	673	162	280	0	10
Bens e Serviços	8 614	4 153	2 224	0	729	3 124	0	974	150	6 043	74	7 017
Juros da Divida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranferências Correntes	383	140	0	0	5	4 275	0	0	0	0	0	805
Outras Despesas Correntes	0	2 767	16 030	0	9	74	0	176	205	0	0	1 197
De Exercícios Anteriores	0	137	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Restituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	**12 494**	**9 756**	**5 542**	**0**	**20**	**119**	**0**	**2 506**	**0**	**0**	**0**	**1 145**
Investimentos	2 521	390	5 542	0	20	119	0	2 506	0	0	0	1 145
Transferência de Capital	9 973	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De Exercícios Anteriores	0	9 366	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Orçamental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Totais	**56 006**	**29 254**	**39 743**	**0**	**4 200**	**7 848**	**0**	**6 886**	**2 029**	**13 280**	**74**	**12 805**
Esrutura (em % da despesa total)	*23,8*	*12,4*	*16,9*	*0,0*	*1,8*	*3,3*	*0,0*	*2,9*	*0,9*	*5,6*	*0,0*	*5,4*

[…) Continuação da tabela 84

Designação	FRN	SMF	DGRN	LECSTP	CHSTP	AS AG	AS MZ	AS CG	AS LMB	AS LBTA	AS CAUE	IHI	Total
Despesas Correntes	**454**	**19 379**	**19 974**	**1 680**	**4 084**	**0**	**2 060**	**1 248**	**709**	**0**	**414**	**3 141**	**193 689**
Despesas com Pessoal	421	28	7 746	994	354	0	287	2	0	0	0	2 341	88 516
Contribuições	4	0	0	6	31	0	60	0	0	0	0	274	5 272
Bens e Serviços	29	4 700	2 299	582	3 699	0	1 685	1 246	709	0	414	519	48 985
Juros da Divida	0	11 305	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11 305
Subsídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranferências Correntes	0	0	9 193	80	0	0	0	0	0	0	0	0	14 880
Outras Despesas Correntes	0	3 347	168	18	0	0	28	0	0	0	0	0	24 018
De Exercícios Anteriores	0	0	568	0	0	0	0	0	0	0	0	8	713
Restituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	**2 224**	**398**	**2 569**	**180**	**0**	**3 790**	**678**	**231**	**0**	**0**	**0**	**15**	**41 666**
Investimentos	0	398	2 261	180	0	0	678	231	0	0	0	15	16 005
Transferência de Capital	2 224	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12 197
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De Exercícios Anteriores	0	0	308	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 674
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	3 790	0	0	0	0	0	0	3 790
Reserva Orçamental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Totais	**2 678**	**19 777**	**22 543**	**1 860**	**4 084**	**3 790**	**2 738**	**1 480**	**709**	**0**	**414**	**3 156**	**235 355**
Esrutura (em % da despesa total)	*1,1*	*8,4*	*9,6*	*0,8*	*1,7*	*1,6*	*1,2*	*0,6*	*0,3*	*0,0*	*0,2*	*1,3*	*100,0*

Fonte: DCP/MFCEA

- Despesas com Pessoal (incluindo Segurança Social)

As Despesas com Pessoal, incluindo as com Segurança Social, representam 48,4% das despesas correntes dos FSA, cujo montante é de 93.788 milhares de Dobras, o que corresponde a uma variação homóloga positiva de 14,5%, face ao executado no ano transacto. O acréscimo face ao observado é justificado pela inclusão de alguns FSA mormente, Laboratório de Engenharia Civil, Centro Hospitalar e Área de Saúde de Mé Zochi.

Neste grupo de despesa evidencia-se maior concentração de despesas com pessoal na Assembleia Nacional, Tribunal Judicial, Tribunal de Contas e Agência Nacional de Petróleo, correspondendo respectivamente a 36,6%, 14,5%, 13,7% e 7,8% na estrutura do total executado desta rubrica. No que tange a contribuições do empregador para Segurança Social o maior realce destas despesas regista-se mormente na Assembleia Nacional e Tribunal Judicial, cujos valores em termos percentuais correspondem a 39,5%, 26,1%, como apresentado na Tabela 84.

- Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Este grupo de despesas agrega as despesas efectuadas com aquisição de bens duradouros, bens não duradouros bem como os de serviços. Em 2018 as mesmas ascenderam a 48.985 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de menos 48,1% relativamente ao executado no mesmo período do ano anterior. O valor executado faz deste grupo de despesas a segunda maior componente de despesas correntes correspondentes a 25,3%, onde se destacam as execuções dos órgãos, designadamente Assembleia Nacional, Direcção Geral de Turismo e Hotelaria, Agência Nacional de Petróleos, Serviço de Migração e Tribunal de Contas, representando, conforme a tabela 85, respectivamente 17,6%, 14,3%, 12,3%, 9,6% e 8,5% do total executado na estrutura deste grupo de despesas.

- Transferências Correntes

Em 2018 observou-se neste grupo de despesa uma execução de 14.880 milhares de Dobras, reflectindo um aumento de 161,3%, face ao executado no igual período do ano transacto. Contribuíram para este nível de execução, com maior destaque, as transferências efectuadas pela Direcção Geral de Registo e Notariado para OGE e para organismos congéneres 9.193,1 milhares de Dobras e pela Universidade de S. Tomé e Príncipe para pagamento de bolsas de estudo aos estudantes no valor de 229,26 milhares de Dobras e para outros organismos 4.045,29 milhares de Dobras.

- Outras Despesas Correntes

Predominam nesta categoria as despesas com subsídios de autoridade pública dos Serviços do Tribunal de Contas, bem como pagamento de emolumentos e despesas diversas ao abrigo do Despacho nº 24/94 e 66/2012 afecto aos Serviços de Migração e Fronteiras, despesas com a validação do plano estratégico de Turismo e imprevisto das feiras pela Direcção Geral de Turismo e Hotelaria. As outras despesas correntes executadas em 2018 foram superiores as executadas no ano transacto, tendo atingido 24.018 milhares de Dobras, o que corresponde a um aumento de 34,1%.

- Despesas Correntes de Exercícios Anteriores

Estas dizem respeito as despesas correntes comprometidas em exercícios anteriores, que não foram pagas no período a que dizem respeito e que precisam ser pagas mediante existência de dotação aprovada para o efeito. Em 2018, a execução deste grupo de despesas ascendeu a 713 milhares de Dobras, o que representa uma diminuição de 11,7%, face ao executado no ano transacto. Este resultado deve-se as despesas realizadas pelo Tribunal Contas e Direcção Geral dos Registos e Notariado.

7.5.2.4 Despesas de Capital

As despesas de capital compreendem a aquisição de activos de capital fixo, existências estratégicas ou de emergência, terra ou activos intangíveis, bem como as transferências para atender à despesa de capital. Assim, foram executadas no ano 2018, no conjunto de FSA, o montante de 41.666 milhares de Dobras, mais 18.413 milhares de Dobras, do que foi executado em 2017. Saliente-se que o valor executado corresponde na sua maioria ao grupo de investimentos (Estudos de Viabilidade e Assistência Técnica, Aquisição e Construção de Imóveis, Obras de Reabilitação e Instalação, Meios e Equipamentos de Transporte e Máquinas e Equipamentos e Compra de Terras e Activos Intangíveis), que representa cerca de 17,7% do total das despesas.

Contribuíram para este nível de execução, as despesas pagas pelo Fundo Rodoviário Nacional no âmbito das obras de instalação e manutenção de sinais rodoviários, obras de reabilitação e manutenção do edifício do Palácio dos Congressos assegurado pela Assembleia Nacional, dentre outas despesas tais como, obras de reabilitação do Instituto Nacional de Estatística, Direcção do Turismo e Hotelaria, Serviço de Migração e Fronteiras e Direção dos registos e Notariado. O remanescente dessa categoria de despesa refere-se as despesas de capitais de exercícios anteriores no Tribunal de Contas, que atingiram 9.366,0 milhares de Dobras.

7.5.3. Análise do Demonstrativo das Contas dos Governos Locais

- Análise da Execução das receitas dos Governos Locais

Análise da Execução das Receitas dos Governos Locais relativamente ao apuramento e consolidação de contas dos Governos Locais, conforme apresentado na Tabela 80, observa-se que as receitas totais arrecadadas atingiram o montante de 47.239 milhares de Dobras, o que em termos homólogos, representa um acréscimo de 43,2% face ao arrecadado no ano anterior.

O fraco desempenho face a 2017 deve-se a sobretudo a não inclusão das receitas da Câmara Distrital de Cantagalo e de Lembá pelo facto das mesmas não apresentarem as suas contas para o efeito de consolidação, de acordo ao estatuído nos termos da alínea b) do ponto 4 do artigo 4.º do Decreto n.º 42/2012, que ascenderam só em termos de transferências do Governo Central para estes 2 (dois) órgãos no montante de 13.856,7 milhares de Dobras, sendo 7.053,1 milhares de Dobras e 6.803,6 milhares de Dobras respectivamente.

Tabela 85: Execução das Receitas dos Governos Locais

(em milhares de Dobras)

Designação	CDAG	CDCG	CDC	CDLE	CDLO	CDMZ	Total
Receitas Correntes	**15 709**	**0**	**4 228**	**0**	**7 073**	**8 375**	**35 384**
Receita Tributária	3 210	0	44	0	409	726	4 389
Impostos	0	0	0	0	0	0	0
Taxas	3 210	0	44	0	409	726	4 389
Contribuições	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0	0	0	0
Receita Patrimónial	0	0	0	0	0	0	0
Receitas de Serviços	0	0	0	0	0	0	0
Transferências Correntes	12 499	0	4 184	0	6 664	7 541	30 888
Receitas Correntes Diversas	0	0	0	0	0	108	108
Receitas de Capital	**3 000**	**0**	**2 000**	**0**	**3 855**	**3 000**	**11 855**
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0	0
Tranferências de Capital	3 000	0	2 000	0	3 855	3 000	11 855
Reversão de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
Receitas Totais	**18 709**	**0**	**6 228**	**0**	**10 927**	**11 375**	**47 239**
Esrutura (em % da receita total)	*39,6*	*0,0*	*13,2*	*0,0*	*23,1*	*24,1*	*100,0*

Fonte: DCP/MFCEA

7.5.3.1 Receitas Correntes

No cômputo dos Governos Locais, as receitas correntes, que representam 86,4% das receitas totais realizadas, obteve até o final do ano em estudo, uma arrecadação de 35.384 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo na ordem de 24,2% do que foi executado no ano 2017. O nível de arrecadação alcançado deve-se fundamentalmente ao modesto nível das Transferências Correntes do Governo Central para o funcionamento das câmaras distritais. Neste sentido, importa ressaltar que, conforme observado através da Tabela 85, as Câmaras Distritais de Água e de Mé-Zochi foram as que mais Receitas Correntes realizaram, representando cerca de 44,3% e 23,6% respectivamente, na estrutura das Receitas Correntes executadas, conforme as justificações dos itens abaixo discriminados:

- Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias que representam 12,4% das Receitas Correntes arrecadadas em 2018 ascenderam a 4.389 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 246,9% relativamente ao realizado no ano anterior. O valor arrecadado foi impulsionado exclusivamente pelo desempenho das Taxas, sendo que as Câmaras Distritais de Água-Grande e de Mé-Zochi, foram as que mais contribuíram para o nível de execução observado, com 73,1% e 16,5% respetivamente, através da cobrança de Emolumentos e Taxas Diversas relativas ao mercado, certidões, licenças, placas publicitárias, coval dentre outras receitas similares (ver Tabela 86).

- Transferências Correntes

Em 2018, a receita de Transferências Correntes alcançou o montante de 30.888 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 45,8% face ao executado no exercício de 2017 que foi de 21.179,0 milhares de dobras, apesar da não inclusão das transferências correntes recebidas pelas Câmaras Distritais de Cantagalo e de Lembá pelo facto das mesmas não apresentarem as suas contas balanceadas para o efeito de consolidação, de acordo ao estatuído nos termos da alínea b) do ponto 4 do artigo 4.º do Decreto n.º 42/2012, conforme já mencionado.

O montante arrecadado provém, fundamentalmente das transferências do Governo Central, que representam 87,2% das receitas correntes arrecadadas, com maior destaque para Câmara Distrital de Água Grande e de Mé Zochi que representam 40,4% e 24,4%, respectivamente na estrutura do total desta rubrica.

- Receitas Correntes Diversas

As Receitas Correntes Diversas que representam 0,30% das Receitas Correntes realizadas em 2018 comportam expressivamente as transferências adicionais do Governo Central através do Orçamento dos Encargos Gerais do Estado, que para o efeito de consolidação foram registadas nesta rubrica. Destaca-se portanto, um total de 108 milhares de Dobras que foram transferidos adicionalmente para apenas a Camaras Distritais de Mé-Zochi e Caué com a finalidade de cobrir algumas despesas excepcionais, a título de exemplo, as concernentes a 13º salário.

7.5.3.2 Receitas de Capital

No cômputo das câmaras distritais, as Receitas de Capital, que representam 25,0% da receita total realizada, no ano em análise, ascenderam a 11.855 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 163,6% em relação ao mobilizado no ano transacto. O valor arrecadado refere-se exclusivamente a rubrica de Transferência de Capital do Governo Central que expressa uma realização reduzida, sendo mais expressiva na Câmara Distrital de Lobata, que correspondem a 32,5% na estrutura do total executado nesta rubrica.

- Análise da Execução das Despesas dos Governos Locais

Durante o ano económico de 2018, o total das despesas executadas pelos Governos Locais ascendeu ao montante de 37.521 milhares de Dobras, dos quais 84,8% referem-se as Despesas Correntes e 15,1% as Despesas de Capital. De salientar que as despesas totais executadas em 2018 foram superiores as registadas no ano de 2017 no montante de mais 2.935 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 8,5%. O ligeiro acréscimo observado deve-se, como já mencionado, a não inclusão das informações de despesas da Câmara Distrital de Cantagalo e de Lembá pelo facto das mesmas não apresentarem as suas contas, para o efeito de consolidação, como estipulado pelo artigo 4.º do Decreto n.º 42/2012.

7.5.3.3 Despesas Correntes

No ano 2018, as Despesas Correntes realizadas pelos Governos Locais representaram a maior componente das despesas totais (84,8%), tendo a sua execução ascendido a 31.822 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 10,5% do realizado no ano anterior. Conforme apresentado na Tabela 86, observa-se a maior execução desta categoria de despesa nas Câmaras Distritais de Água Grande e Lobata representando 29,4%, 27,8%, respectivamente do total executado na estrutura desta categoria de despesa. O montante executado foi impulsionado sobretudo pelas Despesas com Pessoal (incluindo as com segurança social), Bens e Serviços e pelas Outras Despesas Correntes, que correspondem a respectivamente 68,8%, 22,3% e 5,9%, do total das Despesas Correntes, como abaixo se discrimina:

Tabela 86: Execução de Despesas dos Governos Locais
(em milhares de Dobras)

Designação	CDAG	CDCG	CDC	CDLE	CDLO	CDMZ	Total
Despesas Correntes	**9 365**	**0**	**4 756**	**0**	**8 862**	**8 839**	**31 822**
Despesas com Pessoal	7 024	0	2 186	0	6 890	5 798	21 897
Contribuições	277	0	20	0	175	0	471
Bens e Serviços	2 064	0	1 546	0	1 412	2 077	7 098
Juros da Divida	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio	0	0	0	0	0	0	0
Tranferências Correntes	0	0	470	0	0	0	470
Outras Despesas Correntes	0	0	535	0	386	965	1 886
De Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
Restituições	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	**0**	**0**	**1 432**	**0**	**1 928**	**2 338**	**5 699**
Investimentos	0	0	1 432	0	1 928	2 338	5 699
Transferência de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Despesa de Capital Financeiro	0	0	0	0	0	0	0
De Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Orçamental	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Totais	**9 365**	**0**	**6 188**	**0**	**10 790**	**11 177**	**37 521**
Esrutura (em % da despesa total)	*25,0*	*0,0*	*16,5*	*0,0*	*28,8*	*29,8*	*100,0*

Fonte: DCP/MFCEA

- Despesas com Pessoal (incluindo Segurança Social)

As despesas com pessoal compreendem as despesas com vencimentos e salários, outras despesas com pessoal civil e despesas com Segurança Social. Durante 2018 registou-se uma execução de 22.368 milhares de Dobras, o que corresponde a um acréscimo de 3.548 milhares de Dobras, relativamente ao executado no mesmo período do ano anterior, isto é uma diminuição de menos 18,8%. De acordo com a Tabela 86, observa-se que neste grupo evidencia-se maior volume executado na Câmara Distrital de Água Grande, Lobata e Mé-Zóchi que representam, respectivamente 32,6%, 31,5% e 25,9% do total. Importa frisar que ao nível da Câmara Distrital de Mé-Zóchi não realizaram despesas com a Segurança Social, referente a Contribuição do Empregador.

- Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Até final do ano 2018, as despesas com aquisição de Bens e Serviços destes subsectores da Administração Pública atingiram o montante de 7.098 milhares de Dobras, o que evidenciou uma ligeira variação positiva de 3,1%, face ao executado no igual período de 2017, destacando-se as rubricas de Combustíveis e Lubrificantes, Encargos com viagens e Serviços de Manutenção e Conservação, cuja execução ascenderam em 1.347, 740 e 690 milhares de Dobras, respectivamente. A maior execução dessa despesa está concentrada na Câmara Distrital de Mé-Zóchi, Água-Grande e Caué, correspondendo respectivamente 29,2%, 29,0% e 21,0% do total executado neste grupo de despesas.

- Transferências Correntes

Observando o grau de execução orçamental em 2018, verifica-se que o mesmo ficou abaixo dos valores realizados no exercício de 2017, em menos 966 milhares Dobras, tendo a execução ascendida no montante de 470 milhares de Dobras. É de salientar que a Câmara Distrital de Caué foi a única que obteve execução nesta rubrica com realização de 100,0 % do total realizado, justificada pelo apoio concedido pela Câmara Distrital de Caué para realização de festas religiosas, e ainda, o apoio social prestado aos cidadãos em assistência médica e medicamentosa, pagamento de grupos culturais e desportivos.

- Outras Despesas Correntes

As Outras Despesas Correntes ascenderam a 1.886 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 229 milhares de Dobras, face ao executado em 2017, ou seja, representa um acréscimo de 13,8% como resultado da melhoria das classificações orçamentais das despesas realizadas. As maiores execuções dessa despesa estão nas Câmaras Distritais de Mé-Zóchi, Caué e Lobata (ver Tabela 86) com uma execução de 51,1%, 28,3% e 20,4% respectivamente.

7.5.3.4. Despesas de Capital

Conforme apresentado na Tabela 80, observa-se que a execução das Despesas de Capital ascendeu a 5.699 milhares de Dobras, reflectida exclusivamente na rubrica de Investimentos (registou uma execução de 5.699 milhares de Dobras, menos 1,4% do que observado no período homólogo do ano transacto). Comparativamente ao ano 2017, regista-se um decréscimo de 1,4% (menos 86 milhares de Dobras). Este decréscimo face ao ano transacto deve-se também a não inclusão das informações de execução orçamental das despesas da Câmara Distrital de Cantagalo e Lembá, conforme já justificado nos pontos anteriores bem como a diminuição das transferências de capital do Governo Central.

7.5.4. Análise do Demonstrativo das Contas do Governo Regional

Fazendo referência a análise ao demonstrativo das Contas do Governo Regional, para o ano Económico de 2018, pelo facto das informações contabilísticas de receitas e despesas enviadas pelo Departamento Financeiro do Governo Regional, não se balancearem em relação aos valores das transferências enviadas pelo Governo Central, extraídas do SAFE_e, elas foram excluídas dentro da tabela demonstrativa da consolidação (ver Tabela 79). Entretanto é de salientar que no período compreendido de Janeiro a Dezembro de 2018, de acordo as informações extraídas do SAFE_e, o

Governo Central transferiu um total de 43.167,43 milhares de Dobras, sendo o montante de 39.167,4 milhares de Dobras, para as transferências correntes e 4.000,0 milhares de Dobras para as transferências de capital, o que corresponde a um aumento de 2,6% face ao valor transferido no ano 2017 (42.060,0 milhares de dobras).

7.5.5. Análise do Demonstrativo das Contas de Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

- Análise de Execução das Receitas da Segurança Social

Análise da execução das receitas totais do Instituto Nacional de Segurança Social, relativamente ao apuramento e a consolidação de contas deste Instituto no exercício económico 2018, conforme apresentado na Tabela 81, observa-se que as receitas totais arrecadadas atingiram o montante de 156.653 milhares de Dobras, o que em termos homólogos, representa uma diminuição de menos 26,1 face ao arrecadado no ano anterior. A diminuição face ao ano 2017 deve-se sobretudo ao decréscimo de receitas de contribuições e outras correntes diversas, nos montantes de 155.857 e 342 milhares de Dobras, representando 99,5% e 0,2% da receita total realizada.

7.5.5.1 Receitas Correntes

No que toca as receitas correntes deste Instituto, os dados presente na tabela 81, mostra que as mesmas, representam 100% das receitas totais realizadas, tendo obtido até o final do ano 2018 uma arrecadação de 156.653 milhares de Dobras, o que corresponde a 73,9% do que foi executado no ano 2017. O nível de arrecadação alcançado deve-se fundamentalmente as receitas tributárias e receitas correntes diversas. Neste sentido, importa ressaltar que, a rubrica que mais destacou é a das Contribuições representando 83,5% das Despesas Correntes com uma variação homóloga de 53,5%.

- Receitas Tributárias

As receitas tributárias que representam 99,5% das receitas correntes arrecadadas em 2018 ascenderam a 155.857 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 24,7% relativamente ao realizado no ano anterior. Esta diminuição registou-se devido a fraca arrecadação das receitas de contribuição do empregador estado e contribuição da entidade do sector privado, representando 97,7% e 2,3% da receita tributária, o que evidenciou uma redução de 51.198 milhares de Dobras, relativamente ao executado no mesmo período do ano anterior.

- Transferências Correntes

As transferências correntes para o ano de 2018 tiveram um valor constante ao igual período de 2017, registando o montante de 203 milhares de Dobras, justificada pelo apoio proveniente da Cooperação Portuguesa.

- Outras Receitas Correntes Diversas

Este agregado de receita, compreende todas as receitas correntes, não incluídas nas rubricas anteriores, tais como: juro de mora, multas sobre dívidas, juros e comissões. Até o final do ano 2018, a Segurança Social atingiu o montante de 342 milhares de Dobras, que representa 0,2% da Receita Corrente, e que corresponde a uma diminuição de 92,5% com relação ao mesmo período do ano anterior.

7.5.5.2. Receitas de Capital

Segundo as informações constantes no quadro acima, verifica-se que a Segurança Social teve uma execução nula, no que respeita a receitas de capital para o exercício de 2018.

- Análise de Execução das Despesas do INSS

Durante o ano económico de 2018, o total das despesas executadas pelo INSS ascendeu ao montante de 135.483 milhares de Dobras, dos quais 96% referem-se as despesas correntes e 4% as despesas de capital. De salientar que as despesas totais executadas em 2018 foram superiores as registadas no ano de 2017 no montante de 19.001 milhares de Dobras, correspondendo a um acréscimo de 16,3%.

7.5.5.3. Despesas Correntes

Esta rubrica compreende as despesas com pessoal, com bens e serviços, transferências correntes, outras despesas correntes e despesas correntes de exercícios anteriores. No entanto, até final de 2018, registou-se uma execução de 130.072 milhares de Dobras da referida rubrica, o que corresponde em termos absoluto o montante de 19.210 milhares de Dobras, o equivalente a mais 17,3% do executado no ano transacto. Salienta-se, que do total realizado destacam-se as rubricas de Transferência Corrente, Despesas com Bens e Serviços, e Pessoal representando 79,9%, 10% e 0,5% respectivamente.

- Despesas com Pessoal (incluindo Segurança Social)

As despesas com pessoal compreendem as despesas com vencimentos e salários, outras despesas com pessoal civil e despesas com segurança social. Durante o ano 2018, registou-se nesta rubrica uma execução de 683 milhares de Dobras, o que corresponde a um aumento em termos absoluto de 41 milhares de Dobras, relativamente ao executado no mesmo período do ano anterior, isto é, 6,4% face ao ano de 2017 de acordo ao verificado na tabela 81.

- Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

As despesas com aquisição de bens e serviços deste Sector da Administração Pública no período em apreço atingiram o montante de 13.065 milhares de Dobras, o que evidenciou um aumento de 44,6%, face ao executado no igual período de 2017, destacando-se as rubricas de Serviço de Saúde e Serviços Bancários, cuja execução ascendeu o montante de 8.760,6 milhões de Dobras e 1.566,9 milhares de Dobras, correspondendo a 67,1% e 12% da despesa de Bens e Serviços.

-Transferências Correntes

As despesas relativas a esta rubrica atingiram uma execução de 103.959 milhares de Dobras, o que corresponde a um crescimento de 16,2% face ao executado no ano transacto, reflectindo exclusivamente as Transferências Correntes efectuadas para Famílias.

- Outras Despesas Correntes

As outras despesas correntes ascenderam o valor de 484 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 300 milhares de Dobras, face ao executado em 2017, ou seja 163%. As maiores execuções dessa despesa advêm de outras despesas correntes diversas no montante de 315.415 milhares de Dobras e Subsídios de Água e Energia com uma representatividade em termos proporcional de 72,6% e 25,8% respectivamente.

7.5.5.4 Despesas de Capital

Conforme apresentado na Tabela 81, observa-se que a execução das despesas de capital ascendeu ao montante de 5.411 milhares de Dobras, reflectida exclusivamente na rubrica de investimentos (registou uma execução de 5.411 milhões de Dobras), afigurando uma diminuição de 3,7% do que observado no período homólogo do ano transacto).

7.6 NOTAS EXPLICATIVAS DOS DEMONSTRATIVOS DA CONTA CONSOLIDADA

7.6.1.Contexto

Conforme a Tabela 82, que apresenta a Conta Consolidada da Administração Pública evidencia-se a execução orçamental por classificação económica das receitas e despesas dos Serviços da Administração Central (Estado), proveniente do SAFE-e, bem como a prestação de contas decorrentes das transferências recebidas, receitas próprias e das despesas realizadas, por conta destas, dos Serviços e Fundos Autónomos, Administração Regional e Local, ao abrigo do disposto no artigo 4.º (Finanças da Região Autónoma do Príncipe, Finanças Locais, Fundos Autónomos e Transferências Públicas para Organismos Autónomos) da Lei que aprova o Orçamento de Estado para o ano 2018 salvaguardando ainda a incorporação da prestação de contas da Segurança Social, que substanciam-se na efectivação da conta consolidada do Sector Público Administrativo.

Assim, a Conta Consolidada da Administração Pública do ano em apreço inclui as informações dos Serviços da Administração Directa do Estado (inclui todas Direcções-Gerais, Direcções e Serviços, sem autonomia administrativa e financeira), dos Fundos e Serviços Autónomos, designadamente: Assembleia Nacional, Tribunal de Contas, Instituto Marítimo e Portuário, Instituto Nacional de Estradas, Instituto de Inovação e Conhecimento, Agência Nacional de Petróleo, Instituto de Habitação e Imobiliária, Direcção Geral do Turismo e Hotelaria, Fundo Rodoviário Nacional, Serviço de Migração e Fronteiras, Direcção Geral do Registo e Notariado. Foram incluídos novos fundos autónomos designamente: Laboratório de Engenharia Civil, Agência de Promoção do Comércio e Investimento (ACPI), Centro Hospitalar de S.Tomé e Príncipe (Hospital Dr. Ayres de Menezes), Área de Saúde de Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Lembá e Caué.

Ao nível da Administração Local e Regional não foram abrangidas a Região Autónoma do Príncipe e as Câmaras Distritais de Cantagalo e Lembá, pela não apresentação de contas e, contas não balanceadas, conforme atrás mencionado.

É de referir que as contas da "Administração Central" e "Administração Pública" são contas consolidadas, ao nível da natureza económica de receitas e despesas, onde são eliminados os fluxos intra e intersectoriais que se consolidam, sendo consolidadas as transferências correntes e de capital entre os subsectores do Estado e Fundos e Serviços Autónomos e entre a Administração Central e a Administração Local e Regional. Essa operação exigiu uma análise específica das contas e a exclusão coerente de todas as variações de valores respectivos que estejam em situação de dupla contagem e exerçam efeito significativo sobre os dados consolidados.

É importante ressaltar, também, que não existe garantia de perfeição no processo de consolidação, pois, por definição, esse processo é sempre complexo, sendo considerado por muitos como um método imperfeito, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Ressalta-se que tal imperfeição é, inclusive, reconhecida em várias paragens das IPSSAS. Portanto, o processo de consolidação estará potencialmente sujeito a aperfeiçoamentos contínuos.

7.6.2.Análise do Demonstrativo das Contas Consolidadas

- **Análise da Execução das Receitas Consolidadas da Administração Pública**

De acordo a Tabela 82, verifica-se que no cômputo da Administração Pública, as receitas totais consolidadas ascenderam ao montante de 2.652.765 milhares de dobras, abaixo do registado no ano 2017 em 502.703 milhares de Dobras, uma variação negativa de 16,0%, justificado pela fraca arrecadação de receitas de Capital por parte da Administração Central do Estado, bem como a exclusão da conta do Governo Regional do Príncipe, pelo facto delas não se apresentarem balanceadas.

7.6.2.1 Receitas Correntes

No que concerne as receitas correntes, verifica-se que, do montante executado pelo subsector Estado (1.365.306 milhares de Dobras), foram consolidadas as receitas arrecadadas pelos Fundos e Serviços Autónomos, da Administração Local e Regional bem como da Segurança Social perfazendo um total de 1.738.232 milhares de Dobras. Esse nível de arrecadação foi impulsionado, principalmente pela arrecadação da receita tributária, que por si só representa 74,0% do total arrecadado nesta categoria de receitas. Assim, do lado das receitas tributárias o montante arrecadado (1.286.381 milhares de Dobras) é justificado pela continuidade de implementação das medidas de políticas adoptadas para aumento da arrecadação de receitas, sendo a destacar as alterações das taxas do imposto sobre consumo que incidem sobre os produtos e mercadorias de produção local e das taxas aduaneiras aplicadas sobre a importação dos produtos, que visavam alcançar melhores resultados fiscais.

A execução das contribuições como resultado da incorporação das contas da Segurança Social ascendeu em 155.857 milhares de Dobras que representam 12,1% do total arrecadado nesta categoria de receitas correntes justificada pela arrecadação da contribuição do empregador – Estado e de entidades privadas no montante de 152.340 e 3.517 milhares de Dobras respectivamente.

Do lado das receitas patrimoniais (a execução ascende a 235.849 milhares de Dobras) ressalta-se o facto de se continuar a registar como receitas patrimoniais (na rubrica rendimento de petróleo) os bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e das taxas de transacção dos blocos de petróleo, cuja execução ascendeu a 212.019 milhares de Dobras, e que são depositados na Conta Nacional de Petróleo (CNP) offshore e que associada as receitas patrimoniais provenientes dos FSA, oriunda essencialmente da cobrança de rendas de casa pelo Instituto de Habitação e Imobiliária no valor 1.948 milhares de Dobras contribuíram para o apuramento do montante acima mencionado nesta categoria de receita.

Relativamente a diferença de consolidação das transferências correntes do Estado para Fundos e Serviços Autónomos e Administração Local e Regional, no montante de 92.224 milhares de Dobras, que consta na coluna referente a Administração Pública (ver tabela 82), foi obtido pelo somatório da diferença de consolidação da Administração Central do Estado que inclui os Fundos e Serviços Autónomos no montante de 44.200 milhares de dobras, e da Administração Regional e Local, no montante de 48.024 milhares de dobras; é justificada por um lado, pelo facto de alguns serviços, que embora tenham estatuto de instituto público, as suas dotações são programadas nas rubricas referentes a transferências correntes para institutos públicos, a execução do seu orçamento é feita de forma centralizada pela Direcção Administrativa e Financeira (DAF) dos Ministérios em que os mesmos estão integrados e não pela via das transferências para o funcionamento dos mesmos como inicialmente previstos e por outro lado, pela não incorporação (consolidação) das transferências da Presidência da República, o Instituto Nacional de Promoção de Igualdade e Equidade de Género, Câmara Distrital de Cantagalo e Lembá e também, do Governo Regional do Príncipe, cujo o total perfaz o montante de 71.425 milhares de dobras "não consolidados".

Foram igualmente especificada como incorporação nas transferências correntes da Administração Central, as transferências de verba para Agência Nacional de Petróleo no montante de 6.494 milhares de Dobras prevista e executada como Projecto no OGE/2018, bem como a transferência recebida pelo Fundo Rodoviário através da consignação directa na arrecadação de imposto sobre veículos para manutenção das estradas no montante de 2.052 milhares de Dobras.

7.6.2.2 Receitas de Capital

Quanto a receitas de capital, depois de consolidadas as contas da Administração Pública, verifica-se que as mesmas ascenderam ao montante de 914.534 milhares de Dobras, como resultado da arrecadação, por um lado, das receitas de Transferências de Capital que representam cerca de 80,1% do total arrecadado nesta categoria de receitas no montante de 732.601 milhares de dobras (com maior destaque para os donativos), sendo 715.510 milhares de Dobras de outras transferência de capital do Governo Central e 17.005 milhares da de Dobras da transferência de capital proveniente de Serviços e Fundos Autónomos e da Administração Regional e Local. Por outro lado as receitas de Financiamentos representam 19,5% das receitas de capital, sobretudo os externos, provenientes de empréstimos contraídos pelo Estado para financiamento dos projectos inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP). Quanto ao financiamento interno regista-se o montante de 45.246 milhares de Dobras que reflecte o valor de 20% de financiamento anual da Conta Nacional do Petróleo.

- Análise da Execução das Despesas Consolidadas da Administração Pública

Com relação as Despesas Totais verifica-se que no cômputo da Administração Pública as mesmas ascenderam a 2.753.697 milhares de Dobras, sendo que as despesas correntes e de capital representam, respectivamente 66,4% e 33,6% do total executado, conforme as justificações que abaixo se discriminam:

7.6.2.3 Despesas Correntes

Relativamente as despesas correntes consolidadas, no âmbito da administração pública, conforme apresentada na Tabela 82, verifica-se uma execução que ascendeu a 1.828.765 milhares de Dobras, com particular destaque para as Despesas com Pessoal (incluindo segurança social), Despesas com Bens e Serviços e Transferências Correntes que representam respectivamente 48,8%, 17,9% e 21,4% na estrutura desta categoria económica de despesa. Importa frisar que estão comportadas ao nível de transferências correntes para famílias as diversas pensões de reforma à Antigos Combatentes atribuídas pelo Instituto Nacional de Segurança Social no montante de 103.959 milhares de Dobras.

7.6.2.4 Despesas de Capital

Quanto a análise das despesas de capital, consolidadas da administração pública, observa-se que as mesmas atingiram uma execução que ascende a 924.932 milhares de Dobras, decorrentes fundamentalmente da execução verificada ao nível do subsector Estado, de 872.157 milhares de Dobras, acrescido das despesas de capital procedentes dos Fundos e Serviços Autónomos, bem como da Administração Local e Regional e da Segurança Social.

É de salientar que do total de despesas de capital executado na consolidação, conforme a tabela 82, verifica-se que o montante de 12.197 milhares de Dobras refere a despesa de capital de Serviços e fundos Autónomos, correspondendo deste modo a 1,3% do executado nesta categoria de despesas.